



Joaquim Filipe Peres de Castro

Os efeitos do vaivém da emigração continental:
Um estudo de caso em Melgaço

Vol. I

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Porto, 2008



Joaquim Filipe Peres de Castro

Os efeitos do vaivém da emigração continental:
Um estudo de caso em Melgaço

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Porto, 2008



Joaquim Filipe Peres de Castro

Os efeitos do vaivém da emigração continental:
Um estudo de caso em Melgaço

Orientador: Prof. Doutor Rui Leandro Maia

Coordenador: Prof.^a Doutora Inês Gomes

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Porto, 2008



Joaquim Filipe Peres de Castro

Os efeitos do vaivém da emigração continental:
Um estudo de caso em Melgaço

Parecer do orientador: Apto para ser submetido a Júri

Prof. Doutor Rui Leandro Maia

Porto, 08 de Janeiro de 2008

Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária.

Resumo:

O objecto de estudo é a emigração melgacense desde meados do século XX e as diferenças socioculturais entre os melgacenses com experiências emigratórias e os residentes, as quais resultam num conflito agonístico entre ambos os grupos. Os melgacenses com percursos emigratórios percebem a existência de uma separação sociocultural face aos residentes. A diferenciação sociocultural revela-se no uso da língua estrangeira, na construção da casa “afrancesada” e na ostentação económica, fomentando as tensões agonísticas. No uso da língua estrangeira, os melgacenses com percursos emigratórios sentem-se aculturados e ambivalentes, no entanto, na atribuição para esta situação não se percebem como parte interdependente das tensões agonísticas, conferindo relevância a elementos relacionais: o facto de estarem de férias, de reencontrarem a família e a falta de hábito no uso da língua portuguesa. Na problemática da casa “afrancesada”, a socialização laboral realizada é desvalorizada pelos questionados, sendo, no entanto, valorizada pelos informantes privilegiados e, não directamente, pelas profissões mantidas no espaço de acolhimento e pelos graus de escolaridade. A emigração, conquanto conote algo de intrinsecamente negativo, tornou-se num fenómeno social não problematizado. Emigrar, em Melgaço, ainda significa ascender a um estatuto social mais favorável. E, efectivamente, os melgacenses com percursos emigratórios percebem-se como tendo ascendido socialmente. Os comportamentos agonísticos dos residentes são percebidos na base da inveja e não como uma redefinição das posições sociais ou através de condições objectivas de ambos os espaços. No registo do conflito agonístico, não se percebem como fonte de tensão agonística, sendo que, no entanto, são os emigrantes, as mulheres, os mais jovens e os licenciados que a percebem com maior intensidade. Conquanto, a relativa melhoria das condições de vida, em termos comunitários, a ascensão económica parece não ter efeitos positivos, uma vez que a melhoria técnico-profissional é escassa, as remessas têm diminuído, o investimento, agora, é feito no espaço de acolhimento e a desertificação humana e física têm aumentado. A relação mantida entre ambos os espaços, no âmbito da transculturação, é assimétrica.

Palavras-chave: Emigração, aculturação, diferenciação sociocultural, conflito agonístico, transculturação assimétrica.

Abstract:

The study object is the melgacense emigration since mid-twentieth century and the sociocultural differences between the melgacenses with emigration experiences and the residents, which resulted in an agonistic conflict between both groups. The melgacenses with emigration pathways perceive the existence of a sociocultural separation towards melgacenses without emigration experience: the residents. The sociocultural differentiation is revealed through the foreign language use, in the “French house” construction and in the economic ostentation, creating agonist tensions. In the use of the foreign language, persons with emigration experiences feels object of acculturation and cultural ambiguous. However, in the attribution to this situation, they do not see themselves as part of agonistic tensions, giving relevance to relational factors: being on holidays, meeting their families and the mere habit in using French language. In the “French house” issue, they not give too much relevance to labour socialization. Nevertheless, the labour socialization is valorised by key informants and, not directly, by their professions in the space of host and school grade. In Melgaço, the emigration is still means moving up to a better social status. And, in fact, the melgacenses with emigration experiences perceive themselves as moving up socially. The residents agonistic behaviour is perceived on envy basis and not as a redefinition of the social positions or by objectives conditions, from both spaces. Besides, they do not perceive themselves as a source of agonistic tensions; only females, youngest and graduates perceives it with more intensity. In spite of relative improvement in the living conditions, in community fields, the economic rise does not seem to have positive effects; there is a faint technical/professional improved, a decrease of remittances, the investment in the host country and the human and physical desertification are increasing. Therefore, the relation between both spaces is the asymmetric transculturation.

Keywords: Emigration, acculturation, sociocultural differentiation, agonistic conflict, asymmetric transculturation.

Résumé:

L'objet d'étude est l'émigration melgacense depuis le milieu de XX siècle et les différence socioculturelle entre les melgacenses avec parcours emigratoires et les résidents, ce qui entraîne un conflit agonistique entre les deux groups. Les melgacenses avec parcours emigratoires entendent l'existence d'une séparation socioculturelle face aux résidents. La différenciation socioculturelle se révèle dans l'utilisation de la langue étrangère, dans la construction de la maison française et dans l'ostentation économique, fomentant les tensions agonistique. Dans l'usage de la langue étrangère, les melgacenses avec des parcours emigratoires se sentent acculturatifs et ambivalents. Toutefois, l'attribution pour cette situation ne perçoit pas dans les cadre des las tensions agonistiques, ils donnent importance aux facteurs relationnelles : le fait d'être en vacances, de retrouver la famille et le l'usage fréquent de la langue française. Dans la problématique de la maison "française", la socialisation ouvrière réalisée dans l'espace d'accueil est dévaluée par les interrogés, étant, néanmoins, valorisé par les informateurs privilégiés, par les professions maintenues dans l'espace d'accueil et par le degré scolaire. L'émigration, bien que connote quelque chose intrinsèquement de négatif, s'est rendue dans un phénomène social non problématisé. Émigrer, à Melgaço, encore signifie monter à un statut social plus favorable. Et, effectivement, les melgacenses avec parcours emigratoires se voyant eux-mêmes comme en ayant monté socialement. Les comportements agonistiques des résidents sont perçus sur la base de l'envie et non pas comme une redéfinition des positions sociales ou par des conditions objectives, dans les deux espaces. Les sujets ne se voyant pas comme source de tension agonistique, cependant, sont les émigrants, les femmes, les plus jeunes et les licenciés que la perçoivent avec plus grande intensité. Bien que, la relative amélioration des conditions de vie, dans le contexte communautaire, l'ascension économique ne semble pas avoir d'effets positifs; l'amélioration des techniques/professionnels est insuffisante, les transferts monétaires ont diminué, l'investissement se réalise dans l'espace d'accueil et la désertification humaine et physique ont augmenté. La relation maintenue entre les deux espaces est asymétrique et transculturelle.

Mots-clés: Emigration, acculturation, différenciation socioculturel, conflits agonistique, transculturation asymétrique.

Dedicatória

Dedico esta tese de dissertação de mestrado a todos quantos colaboraram nela, ao Prof. Doutor Rui Leandro Maia pela paciência e pela sapiência, a Laura Amélia Lima Peres, minha mãe. E a Ai Kokubu: to your Atenas eyes.

Vol. I

Índice

Resumo.....	I
Abstract.....	II
Résumé.....	III
Dedicatória.....	IV

I – Enquadramento teórico

1. Introdução.....	1
2. Breve descrição do fenómeno emigratório.....	6
3. A definição da emigração e a sua variação histórica.....	9
4. A diferenciação cultural entre residentes e emigrantes.....	12
4.1 A ambivalência cultural dos emigrantes.....	12
4.2 Análise das diferenças comportamentais.....	20
4.3 Breve caracterização demográfica do concelho de Melgaço...	30
4.4 A noção de cultura.....	32
5. Descrição metodológica.....	34
5.1 O método e as técnicas utilizadas.....	34
5.2 A técnica amostral.....	40

II – Estudo empírico

6. Percursos emigratórios.....	43
6.1. Caracterização sócio-demográfica das amostras.....	43
6.2 As razões da emigração.....	45
6.3 A clandestinidade.....	50
6.4 As redes sociais de suporte.....	52
6.5 As redes sociais de suporte e o emprego.....	54
6.6 As ocupações profissionais.....	55
6.7 A adaptação ao trabalho.....	60

6.8 A participação sindical.....	60
6.9 A inscrição na segurança social.....	62
6.10 As razões do regresso.....	63
6.11 A discriminação no espaço de acolhimento.....	65
7. O núcleo comportamental da língua.....	68
8. O núcleo comportamental do espaço.....	79
8.1 A segregação espacial.....	79
8.2 A problemática da casa «afrancesada».....	85
9. O núcleo comportamental dos gastos ostensivos.....	98
10. Discussão.....	115
11. Referências bibliográficas.....	121

Índice de figuras

Figura 1: Distribuição das idades nas amostras.....	43
Figura 2: Distribuição dos géneros nas amostras.....	44
Figura 3: Distribuições da escolaridade dos regressados dos emigrantes..	44
Figura 4: Razões para emigrar em ambas as amostras.....	49
Figura 5: A clandestinidade.....	51
Figura 6: Ajuda obtida no início do percurso emigratório.....	53
Figura 7: Ajuda para obter emprego.....	54
Figura 8: Ocupações dos regressados antes de emigrar e actuais.....	56
Figura 9: Ocupações dos regressados como emigrantes.....	57
Figura 10: Ocupações como emigrantes nas duas amostras.....	58
Figura 11: A adaptação ao trabalho.....	60
Figura 12: A participação sindical.....	61
Figura 13: A inscrição na segurança social.....	62
Figura 14: As razões do regresso.....	63
Figura 15: Discriminação no espaço de acolhimento.....	66
Figura 16: Motivos atribuídos para uso da língua estrangeira	69
Figura 17: Percepção do comportamento que visa evitar os emigrantes... 81	
Figura 18: Motivos atribuídos para a construção da casa “afrancesada” 87	
Figura 19: Construção das casas nos emigrantes e nos regressados.....	91
Figura 20: Gastos excessivos e percepção da ascensão social.....	100
Figura 21: O nível económico nos regressados antes e no presente	101
Figura 22: O nível económico nos emigrantes antes e no presente.....	102
Figura 23: Razões atribuídas para os emigrantes fazerem “barulho”.....	103
Figura 24: Razões para o picanço.....	105
Figura 25: Percentagem poupada nos regressados e nos emigrantes.....	111
Figura 26: “Investimento” das poupanças no país de acolhimento.....	112

Índice de quadros

Quadro 1: Evolução da população melgacence.....	30
Quadro 2: Regressados na construção da casa.....	91
Quadro 3: Emigrantes na construção da casa.....	92

Vol. II

Índice de anexos

1. Trabalho e saúde mental.....	1
1.1 Referências bibliográficas.....	6
2. Guião de entrevista semi-estruturada.....	8
2.1 Pedido de confidencialidade.....	10
3. Entrevistas exploratórias de guião de entrevista semi-estruturada.....	11
4. Pedido de autorização para investigação.....	49
5. Questionário.....	50
6. Questionários dirigidos aos informantes privilegiados.....	57
7. Ilustrações.....	74
8. Quadros.....	85

Anexo B – Dvd

Anexo B1: Até ao minuto seis, é possível observar adolescentes francófonos interagindo de forma agonística.

Anexo B2: A partir do minuto seis até ao final, as gravações foram realizadas em tempos e espaços distintos, de forma aleatória. É possível observar o uso excessivo da língua francesa.

I. Enquadramento teórico

1. Introdução

Os fenómenos migratórios são inerentes ao desenvolvimento filogenético¹, uma vez que promovem o intercâmbio dos registos biológico e cultural² (J. Dias, 1994). Esta característica adquire maior importância nas sociedades actuais que tendem para o multiculturalismo (Leandro, 2004) e para o pluralismo (Berger & Luckmann, 2004). As migrações constituem-se como uma das principais causas do aumento da diversidade dos sentidos colectivos (Berger & Luckmann 2004). Parte-se, pois, do princípio de que o ser humano se constitui nas trocas sociais (Berger, 2004; Berger & Luckmann 2004; Leal, 2004; Mead, 2001; Vale, 2002; Vigotski, 1996, 1998, 2001, 2002). No registo sociológico, A. Gonçalves (1996) alerta para a importância do fenómeno emigratório, no sentido de uma maior compreensão das dinâmicas sociais: “Na sociedade portuguesa, a emigração e a figura do emigrante “brasileiro” de “torna viagem”, no século XIX, “francês”, nesta metade do século XX, fazem, certamente, parte desse tipo de fenómenos que mexem com o “tecido social” . . . transformando-o estruturalmente.” (p. 32). O fenómeno da emigração, neste sentido, ganha um valor heurístico, alargando a compreensão da própria cultura de pertença³.

Neste estudo, o problema central é o da diferença sociocultural entre indivíduos com experiências emigratórias e residentes⁴ (A. Gonçalves, 1996, 1998), sendo que a sociedade melgacense serve de espaço de observação e de análise. No termo do trabalho, o centro da problemática deslocou-se das diferenças socioculturais para o efeito do fenómeno emigratório no espaço de partida, tendo em atenção a relação assimétrica mantida com o espaço de acolhimento e a consequente desvinculação dos emigrantes face a Melgaço, sendo que estas diferenças são fruto das condições dos espaços de partida, de acolhimento e da relação entre ambos.

¹ Designa-se de filogénese ao: “Conjunto dos processos de evolução dos seres vivos, desde os mais elementares aos mais complexos.” (Campau, 2001, p. 339).

² A este propósito, Amaral (2004) faculta uma perspectiva interessante das migrações na antiguidade pré-clássica e a sua influência em Portugal.

³ Para Jackson (1991), as migrações têm um carácter eminentemente social, uma vez que implicam a alteração dos relacionamentos sociais, facultando uma luta de *status* social.

⁴ Os residentes constituem-se como os habitantes de Melgaço que não emigraram, em contraposição com os melgacenses que tiveram experiência emigratória.

No sentido de conferir resposta à “discórdia” entre emigrantes e residentes uma questão se colocou: como se manifesta a separação sociocultural entre emigrantes e residentes? Assim dispondo, procedeu-se á análise da literatura que aborda a diferenciação cultural entre os grupos considerados, isto é, de A. Gonçalves (1996, 1998, 2004), de Wateau (1992, 2000), e ainda à problemática da diferenciação sociocultural no interior de um mesmo espaço comunitário (Elias & Scotson, 1994; Pais, 2002; Portela & Nobre, 2002; Sanchis, 1983; Silvano, 1997; Xiberras, 1996), assim como aos informantes privilegiados e aos entrevistados, no sentido de determinar quais os núcleos comportamentais em que os emigrantes se distinguiram dos residentes, isto é, quais as áreas em que o conflito⁵ incidia. Os núcleos comportamentais encontrados foram a aculturação⁶ linguística, a aculturação de traços arquitectónicos e os gastos ostensivos. A separação sociocultural manifesta-se no maldizer e na inveja, sendo que o pano de fundo onde elas decorrem é o conflito agonístico⁷ descrito por Wateau (2000).

As seguintes hipóteses iniciais decorrem da própria problemática, na qual se pretende averiguar a perspectiva dos melgacenses com experiências emigratórias acerca dos comportamentos distintivos face aos melgacenses sem experiência emigratória: no uso da língua estrangeira, na construção das casas “afrancesadas” e nos gastos ostensivos. Uma vez que a diferença sociocultural não poderá ser encarada como um dado adquirido (Bourdieu, Chamboredon & Passeron, 2004), tratou-se de ajustar a problemática percebida pelo investigador à percepção dos protagonistas:

- Será que os melgacenses com percursos emigratórios percebem a separação sociocultural em relação aos conterrâneos que não emigraram?
- Em que medida é que os melgacenses com experiências emigratórias se sentem aculturados, nomeadamente, através do uso de uma língua estrangeira?

⁵ S. Silva (2002) define conflito social quando dois: “. . . actores (indivíduos ou colectivos) têm um objectivo e interesses mutuamente desejáveis, mas impossíveis de alcançar para ambos.” (p. 75).

⁶ A aculturação significa: “. . . o convívio de um indivíduo ou de um grupo com um sistema cultural diverso do seu sistema de origem, o que vai implicar a modificação do seu modelo cultural de base.” (A. Cabral, 2002a, pp. 12-13).

⁷ O comportamento agonístico engloba: “. . . todas as condutas que intervêm em situações de rivalidade entre os indivíduos ou grupos de uma mesma espécie que abrange os comportamentos de ameaça e de ataque, mas também os comportamentos de evitamento e de fuga . . . , distinto da agressividade para abranger o conjunto de situações de rivalidade.” (Ruwet, 2001, p. 38).

- Será que os melgacenses com percursos emigratórios percebem a separação espacial entre emigrantes e residentes?
- Será que a socialização secundária, nomeadamente a moldada através da mudança de ocupação laboral, operou a separação sociocultural entre emigrantes e residentes, uma vez que os diferentes espaços de vida⁸ implicam diferentes processos de socialização, reflectindo-se esta na construção das casas “afrancesadas”?
- Será que, aquando do regresso periódico, os melgacenses com experiências emigratórias se apreendem como tendo ascendido socialmente?
- Qual será a percepção dos melgacenses com percursos emigratórios para o picanço⁹ proveniente dos residentes?
- E, por último, em Melgaço, qual será o resultado da presumível ascensão económica dos melgacenses com percursos emigratórios?

No registo da relação entre espaços, o fenómeno emigratório moldou de forma indelével a paisagem física e humana¹⁰ do concelho: “Neste segunda metade do século XX, a emigração constitui provavelmente o fenómeno mais marcante do concelho de Melgaço . . . a emigração para França foi das mais intensas e precoces de todo o país.” (A. Gonçalves, 1996, p. 76). Aquando da redacção de “Emigração e contrabando” (Castro & Marques, 2003), constatou-se a presença de um mal-estar entre residentes e emigrantes, no que diz respeito à emigração continental efectuada, usualmente, para França, a partir das primeiras décadas do século XX. Segundo A. Gonçalves (1996), estas diferenças devem-se, *grosso modo*, à mobilidade social ascendente implícita na emigração continental. Deve aprofundar-se a problemática encetada por A. Gonçalves (1996), uma vez que tal “mal-estar” também detém outras raízes, nomeadamente, históricas, culturais e meramente relacionais. Até porque, segundo os periódicos da época, ou seja, “A Voz” e o “Notícias de Melgaço” (Castro & Marques, 2003), o cerne da problemática não era somente económico, mas, sobretudo “identitário”¹¹. De resto,

⁸ Segundo Noison e Thummuelle (Citados por Maia, 2003), a emigração implica uma mudança no relacionamento com o meio envolvente a nível físico e social. O termo espaço de vida foi introduzido na psicologia, em 1951, por Kurt Lewin, sendo fruto da teoria do campo (Askevis-Leherpeux, 2001).

⁹ Picar significa molestar, irritar, perseguir (Almeida & Sampaio e Melo, 1989).

¹⁰ Segundo A. Gonçalves (2004), de 866 melgacenses com mais de 60 anos, 38% foram emigrantes, sendo que 84% dos emigrantes eram homens.

¹¹ A identidade social é, aqui, entendida como uma atribuição de sentido social à comunidade de pertença. (Berger & Luckmann, 2004).

no que diz respeito à emigração continental, em meados da década de sessenta, a componente económica era exaltada; em Melgaço, a descrição das actividades comerciais e bancárias eram enaltecidas (Castro & Marques, 2003). A separação cultural entre emigrantes e residentes parece ter raízes mais profundas, as quais se ancoram na história portuguesa, nas condições de partida e de acolhimento, na actividade social em diferentes espaços de vida e nas expectativas e percepções interiorizadas dos indivíduos. Ter-se-á oportunidade de constatar que o mais característico dos processos de discriminação, na esteira de Elias e Scotson (1994), não são somente as diferenças dos recursos económicos, étnicas, religiosas ou educacionais, senão que elas se revelam mais profundas e fundadoras das sociedades humanas, na medida em que as comunidades de sentido se forjam na mera persistência e exposição aos laços relacionais e sociais.

A delimitação da investigação ao concelho de Melgaço confere-lhe a característica de um estudo de caso. Contudo, dado o valor heurístico do fenómeno da emigração, contribui para o conhecimento do fenómeno em Portugal, país cuja identidade psicossocial se revela de sobremaneira na “diáspora”¹². (Lourenço, 1988, [1978]); Martins, (1956, [1887]); Mattoso, 1998; Saraiva, 1995, 1996). Porém, os resultados não se poderão generalizar, no sentido de uma presumível homogeneidade discursiva. Dado o carácter qualitativo e descritivo da dissertação, algumas das suas limitações assentam nas condições teóricas e sociais da sua produção, inerentes às vivências de natural e residente em Melgaço (Almeida & Pinto, 1990; A. Nunes, 1993).

No Alto-Minho Interior a emigração assume-se como um dos fenómenos sociais por excelência, tendo em atenção o elevado número de emigrantes e a consequente desertificação humana e física. O estudo, neste âmbito, pretende constituir-se como uma contribuição que visa aprofundar o saber acerca das migrações, alargando o campo dos possíveis e contribuindo para o debate acerca da problemática, mas cuja contribuição pretende também compreender o passado para melhor organizar o futuro, na esteira de: Giddens (1998, 2004) através do conceito de reflexibilidade social¹³, Touraine (1996)¹⁴,

¹² O termo diáspora designa o êxodo judeu, portanto remete para povos sem pátria (M. Rodrigues, 1963-1995), o que parece desusado para o caso da emigração portuguesa.

¹³ “A reflexibilidade social significa que temos de pensar, constantemente, sobre as circunstâncias em que vivemos as nossas vidas.” (Giddens, 2004, p. 34). Segundo Dortier (2006b), implica uma constante interacção entre pensamento e acção.

no sentido em que os indivíduos são encarados como actores sociais que visam a historicidade e de Habermas (1984, 2001), no sentido do alargamento da participação cívica no sistema das democracias representativas¹⁵. Os resultados da investigação poderão ainda contribuir para o aumento do acerbo do Espaço-Museu Memória e Fronteira, fomentando, deste modo, a cultura local e regional.

A atribuição de sentido à comunidade de pertença e, em consequência, a separação sociocultural entre emigrantes e residentes, funda-se na mera actividade do emigrante, em contraposição com o residente. A relação mantida entre a actividade laboral e a mobilidade social do emigrante revelou-se fundamental na construção das casas “afrancesadas” ou nos gastos ostensivos. É o vaivém entre os diferentes espaços de vida que fomenta a separação sociocultural. Para além deste factor, outros corroboram para a diferenciação sociocultural: o facto da emigração continental se ter prolongado em mais de meio século, as diferenças socioeconómicas entre os espaços e, por último, a percepção positiva do espaço de acolhimento.

Para além da componente teórica e da descrição da metodologia utilizada, o estudo empírico inicia-se através da análise dos percursos emigratórios, facultando, como afirmam Rocha-Trindade et al. (1995), uma dimensão espácio/temporal do fenómeno emigratório. Um segundo momento remete para as percepções acerca da separação sociocultural entre os grupos apontados.

¹⁴ Historicidade é: “. . . o conjunto dos meios pelos quais uma sociedade, em vez de simplesmente se reproduzir, produzir a sua própria existência e o seu sentido.” (Touraine, 1996, p. 98).

¹⁵ Segundo Habermas (1984), na sociedade moderna, a esfera da opinião pública tem-se reduzido de modo gradual através da introdução dos meios de comunicação de massa que transmitem interesses privados. De Habermas ainda nos interessa a importância da actividade laboral na socialização.

2. Breve descrição do fenómeno emigratório

No âmbito da história portuguesa, não tendo em consideração o período da expansão e dos descobrimentos, a expulsão dos judeus e o comércio de escravos¹⁶, a emigração acentuou-se no dealbar do século XIX¹⁷, após a independência do Brasil. Apesar do trabalho árduo, das dificuldades e dos custos da viagem, forja-se o mito do eldorado brasileiro, o qual permanece até ao século XX. Segundo Serrão (1982), a actividade de emigrar abandona os seus contornos míticos de enriquecimento célere em finais do século XIX. Contudo, o mito do eldorado brasileiro mantém-se, arrastando consigo os mais pobres e também aqueles que ambicionavam alcançar um nível económico mais elevado¹⁸. A emigração era percebida como uma forma – muitas vezes, a única – de mobilidade social ascendente (P. Monteiro, 1985). Em Melgaço, a palavra emigrante é ainda sinónimo de poder económico, até porque, como se terá ensejo de verificar, um dos traços distintivos entre emigrantes e residentes é a ostentação económica. Pelo contrário, aqueles que regressassem pobres furtavam-se a esta expectativa, frustrando-a¹⁹.

O emigrante “brasileiro” característico é, segundo Serrão (1982), um homem jovem, o qual, não tendo herança em forma de terrenos, é obrigado a emigrar. Esta situação é típica no Norte do país, onde a densidade populacional é maior²⁰ (Brettell,

¹⁶ O fenómeno escravagista persistiu na Europa através do direito romano. Com a abertura portuguesa da rota da África Ocidental, o fluxo para a Europa acentuou-se. Posteriormente, o fluxo fez-se para o continente americano (Klein, 2002). O fenómeno ainda persiste.

¹⁷ No período de tempo abarcado por H. Rodrigues (1991), a emigração melgacense para o Brasil é pouco expressiva, quando comparada com outros concelhos do Alto-Mínho. Os melgacenses tinham a peculiaridade de, para além de emigrarem para o Rio do Janeiro, também emigrarem para o Pará, ao contrário dos habitantes dos concelhos vizinhos, os quais emigravam para o Rio do Janeiro.

¹⁸ Diz F. Castro acerca da imagem do Brasil no Norte do distrito de Aveiro, em princípios do século XX: “Palavra mágica, o Brasil exercia ali um perene sortilégio e só a sua evocação era motivo de visões esplendorosas, de opulências deslumbradas e vidas liberadas. Sujeitos ao ganha-pão diário, sofrendo existência mesquinha, os lugarejos sonhavam redimir-se, desde as veigas em flor ao dorso das serranias, pelo oiro conquistado no país distante. Aquela ideia residia dentro do peito de cada homem e era gorgulho implacável até nos sentimentos dos mais agarrados ao terrulho. Vinha já dos bisavôs, de mais longe ainda; coisa que se herdava e legava, arrastando-se pela vida fora como peso inquietante.” (1982, [1928], p. 32).

¹⁹ “. . . Não há dúvida que uma pessoa que viesse, portanto, sem ter sucesso . . . Mas, não era bem vista. Diziam: “ah, este tipo emigrou e ainda vem pior do que foi”. Era quase posto de parte . . .” (Ver, em anexo, entrevista número 9, na página 27).

²⁰ A fragmentação dos terrenos (A. Gonçalves, 1996) e o sistema de heranças (Pina-Cabral, 1989) também influenciaram o fluxo. P. Monteiro (1985), referindo-se à serra da Louçã, afirma que a florestação também terá fomentando a emigração, pois impediu a exploração agro-pecuária. Este factor é também apontado por Domingues (2005), para a zona montanhosa de Melgaço.

1991). As mulheres ficavam na terra natal²¹, os homens, por seu turno, regressados à terra, casavam com conterrâneas. Por vezes, o custo da viagem e do período inicial dos percursos emigratórios fazia-se hipotecando ou vendendo terrenos. É o caso de Manuel das Bouças, herói de “Emigrantes” (F. Castro, 1982, [1928]), que hipotecou terrenos agrícolas. Os emigrantes dirigiam-se para as zonas urbanas, sendo que a ocupação maioritária era a venda a retalho, precedida pela actividade artesanal, por pequenos trabalhos agro-pecuários e nos transportes (Serrão, 1982). Segundo Klein (2002), os emigrantes portugueses não correspondiam às exigências e às necessidades do Brasil, uma vez que não se dirigiam para o interior rural. Esta situação agrava-se, após a abolição da escravatura, em 1888, pois as autoridades brasileiras necessitavam de mão-de-obra nas fazendas (Brettell, 1991; Serrão, 1982). Em consequência, no registo sociocultural, os emigrantes portugueses eram percebidos como “difíceis” de integrar ou de assimilar, no sentido da tese luso-tropicalista (Elia, 1979; Freyre, 1951, 1967). Ter-se-á ensejo de verificar que as modalidades de discriminação variam muito. Contudo, no âmbito da diferenciação sociocultural entre emigrantes e residentes, na percepção dos portugueses, a emigração para o Brasil era ainda uma emigração “colonizadora” (Martins, 1956, [1887]), ou seja, na emigração para o Brasil a ruptura de espaços de vida não é tão sentida, quando comparada com a emigração continental. Para Gervásio (1980), o emigrante “brasileiro” impunha aos demais o seu modo de vida e não o contrário.

A partir de meados do século XX, assiste-se a uma alteração no fluxo emigratório português. A emigração deixa de ser intercontinental²², passando a efectuar-se para o continente europeu, mormente: França e Alemanha. A. Cabral (2000) apresenta os seguintes factores que terão contribuído para a mudança do destino intercontinental para o continental: a proximidade geográfica, as semelhanças linguísticas entre a língua portuguesa e a francesa, a existência de semelhanças culturais e de redes de suporte social²³. A partir de 1954, o fluxo emigratório dirige-se para França. Segundo Arroteia (1983), em 1955, a emigração para França era somente de

²¹ As mulheres acumulavam os encargos do trabalho agrícola e o cuidado da família (Wall, 1982).

²² Na emigração intercontinental não nos devemos olvidar da importância da América do Norte.

²³ O estudo das redes sociais inicia-se, em meados dos anos 50, pelo antropólogo britânico John Barnes, numa aldeia de pescadores da Noruega (Llovera, 2003). A este propósito, em Melgaço, a emigração continental iniciou-se nas primeiras décadas do século XX (Domingues, 2005; A. Gonçalves, 1996). Para C. Ribeiro (1986a), os melgacenses terão sido, inclusivamente, os primeiros a emigrar.

4%, quando, em 1964, atinge os 70%. Em meados dos anos 70, após a revolução dos cravos, alguns colonos africanos dirigem-se para a África do Sul, para o Brasil e para a Venezuela (Lopes, 1996). Nos anos 80, o fluxo emigratório ganha novos contornos: a Suíça e o Médio Oriente passam a fazer parte dos destinos dos portugueses. Nos derradeiros anos, são o Reino Unido, a Holanda e Angola os países preferidos de muitos portugueses. A nova configuração emigratória ganha também contornos de sazonalidade, o que aumenta o vaivém dos emigrantes²⁴.

Baganha e Peixoto (1997) alertam para o facto do fluxo emigratório se manter, ainda que atenuado. Os autores concedem três razões fundamentais: a persistência de uma diferença nos níveis de vida, a existência de redes sociais de suporte e a estrutura legal entre os espaços. Como ter-se-á oportunidade de apurar, a reprodução do fluxo emigratório constitui-se como um problema essencial para Melgaço. Segundo M. Silva et al. (1984), entre 1960 e 1974, terão emigrado um milhão de portugueses. Em 1977, existiam, em França, 800.000 portugueses, contra apenas 50.000 em 1962 (Cordeiro, 1993). Em termos históricos, segundo A. Lima (1974), Marinho (1973) ou Serrão (1977), a emigração para os países europeus alcança números nunca antes vistos.

²⁴ Melgaço é uma terra raiana e, assim sendo, o fluxo também se dirige para os concelhos fronteiriços da vizinha Galiza, dadas as actuais diferenças socioeconómicas entre ambos os espaços.

3. A definição da emigração e a sua variação histórica

Cabe, em primeira instância, esclarecer o termo emigração. Esta poderá ser definida, sucintamente, como o movimento de uma população do país de partida para o país de destino, implicando a mudança de residência. No entanto, esta definição é insuficiente. Assim sendo, Mangalam (Citado por Pires, 2003) define a emigração como um movimento entre sistemas em interacção. Por seu turno, Boyle et al. (Citados por Castles, 2005) afirmam que o termo emigração remete para o cruzamento de fronteiras político-administrativas, durante um determinado período mínimo de tempo (seis meses ou um ano). A emigração implica sempre uma relação entre dois espaços e o regresso ao espaço de partida. Em consequência, a emigração será o resultado de uma decisão individual e familiar²⁵, influenciada e influenciando os contextos sociais de pertença e de acolhimento.

A decisão de emigrar envolve, pois, o cruzamento de fronteiras político-administrativas, implicando uma mudança temporária de residência, pelo período mínimo de tempo (seis meses ou um ano), resultando na interligação e determinação de ambos os espaços e na mudança de espaço de vida, sendo que envolve o regresso temporário ou definitivo à terra natal, o qual, em qualquer caso, poderá não se realizar, prolongando-se indefinidamente o tempo de estadia.

Na emigração continental, o espaço de acolhimento revela-se inteiramente distinto, fomentando a mudança do espaço de vida, uma vez que de um espaço rural se emigra para um industrial. No espaço de partida, também se alteraram²⁶ as condições de vida mediante a emigração. Esta suposição é sustentada por vários autores, sendo que a

²⁵ O que nos afasta das migrações compulsivas, por exemplo, da expulsão dos judeus portugueses ou das migrações causadas pelos conflitos bélicos e pelas catástrofes naturais. O estudo das situações de exílio é abordado pelo casal de psicanalistas Grinberg e Grinberg (1998, 2004).

²⁶ O relato de Jenkins (1979), acerca de uma aldeia remota na serra do Monchique, é o exemplo da modernização efectuada em meados do século XX. A construção de uma simples estrada propiciou a abertura da aldeia algarvia ao mundo exterior, alterando por completo a organização social, nomeadamente, através dos processos migratórios. Pina-Cabral (1989) inclui ainda outros factores, para além da emigração: “. . . a penetração crescente na sociedade local das estruturas do Estado, do sector capitalista na economia e dos meios de comunicação de massa . . .” (p. 186).

emigração emerge como um factor determinante de mudança social (Brettell, 1991; Ferreira, 1997; A. Gonçalves, 1996; Rosas, 1997).

Nos registos histórico e cultural, os discursos acerca da emigração têm variado (J. Nunes, 1997). Em termos históricos, os processos migratórios passaram por cinco períodos cronológicos distintos (A. Cabral, 1998). Um primeiro de conquista e defesa do território. Um segundo de colonização. Um terceiro caracterizado pelas deslocações por motivos intelectuais. Um quarto por motivações de ordem económica. E, por último, um quinto que se baliza pela cooperação. Os diferentes Estados têm vindo, pois, a elaborar um conjunto de legislação, cuja aplicação é internacional²⁷. Efectivamente, a emigração abandona os contornos de problema nacional, encerrado nas respectivas fronteiras, começando a ser perspectivado, por inclusão, como um problema social em termos planetários (Castles & Miller, 1996; Figueiredo, 2005).

Em Portugal, a emigração coloca-se também em termos do sentido atribuído ao país, na medida em que a emigração é constitutiva da cultura e do imaginário português, desde os descobrimentos, sendo que, no caso da emigração continental, ela abandona o contorno das descobertas, o que reforça uma possível discriminação do emigrante continental. Para Rocha-Trindade (1998a), as emigrações portuguesas constituem-se como um fenómeno estruturante. Porém, ainda segundo a autora, por vezes, confunde-se os descobrimentos com a emigração. Assim sendo, por vezes, tende-se a generalizar aquilo que é diverso (Rocha-Trindade, 1998a), substituindo-se os conceitos por preconceitos, não se avaliando as condições sociais em que os diversos fluxos ocorrem. Tendo em atenção a reprodução do fluxo emigratório, a emigração, em Melgaço, é percebida como algo de “normal”, de inevitável, ou seja, não se constitui como um problema.

A inevitabilidade do fluxo emigratório tem o seu correlato ou justificação discursiva nos descobrimentos. Contudo, a realidade histórica dos descobrimentos, por

²⁷ “. . . Longe de ser um jogo de soma nula, a migração pode torna-se algo que traz benefícios para todos.” (Annan, 2006, p. 7).

vezes, serve de apanágio para outra problemática mais preocupante, ou seja, para as diferenças socioeconómicas e socioculturais entre ambos os espaços. No campo da separação sociocultural entre residentes e melgacenses com experiências emigratórias, a questão fundamental é que os emigrantes continentais contrariam a epopeia. A emigração passa a ser afigurada de modo duplo, isto é, como um prolongamento da expansão portuguesa (Gervásio, 1980; P. Monteiro, 1994) constituindo esta a sua perspectiva positiva, no seu reverso, contudo, ela é afigurada como uma perda. Uma perda capaz de colocar em questão o sentido social atribuído pela comunidade a si mesma (Ramos, 1997)²⁸. Diz a este respeito Lourenço (1988, [1978]): “A emigração moderna é um fenómeno complexo que põe em causa, a diversos níveis, de maneira indirecta, a imagem de nós mesmos.” (p. 124). Deste modo, os residentes poderão recriminar os emigrantes ao negar-lhes os atributos da epopeia portuguesa. Eles serão os “maus²⁹” portugueses, ou seja, aqueles que rompem com a tradição dos descobrimentos³⁰. Por seu turno, os emigrantes poderão atribuir-se alguns desses atributos, tais como a audácia ou o espírito de sacrifício. Em qualquer caso, a problemática da emigração e a sua variação histórica e discursiva, em Melgaço, implica uma redefinição cultural, na medida em que os emigrantes são portadores de uma cultura distintiva e obtêm uma presumível mobilidade social ascendente, resultando num conflito entre emigrantes e residentes

²⁸ Segundo Ramos (1997), os intelectuais portugueses do século XIX já consideravam a emigração e os próprios descobrimentos marítimos negativos para os desígnios da Nação²⁸. Martins (1956, [1887]), relacionava a questão da emigração com o fomento agrário do Alentejo, ou seja, o fomento deste último, dependeria e era prejudicado pelo primeiro. De acordo com Brettell (1991), a relação entre emigração e desenvolvimento económico aparece em Duarte de Macedo nos seus “Discursos sobre a Introdução das Artes no Reino”. Duarte de Macedo viveu entre 1618 e 1680: “. . . deixou-nos escritos de índole variada: genealogias, poéticos, políticos, económicos . . .” (Montemor, 1998, p. 651).

²⁹ Desde a realização das entrevistas, constatou-se que para os melgacenses com experiência emigratória, existiam “bons” e “maus” emigrantes, revelando que a problemática atravessa toda a sociedade melgacense, isto é, que é transversal, e, simultaneamente, paradoxal, uma vez que os melgacenses com experiências emigratórias têm também uma visão crítica sobre eles próprios. A mesma percepção teve A. Gonçalves (1996).

³⁰ Até porque alguns “fugiram” à defesa do império colonial.

4. A diferenciação cultural entre residentes e emigrantes

4.1 A ambivalência cultural dos emigrantes

O processo de socialização e o sentido atribuído a uma comunidade têm sido abordados através do mecanismo de defesa da identificação (Bloom, 1990) e mediante o constructo da comparação social de Tajfel (1984). Em certos estudos, como é o caso de Miranda (2002), ambas as concepções fundem-se, uma vez que a identificação intragrupal permitirá a comparação intergrupala, isto é, as características que um grupo se atribuí são utilizadas para estabelecer uma comparação face a um outro grupo, o qual presumivelmente detém características distintas e, inclusivamente, antagónicas. Assim sendo, a partir do mecanismo de defesa da identificação de Freud (1995a, [1914-1916], 1995b, [1914-1916]), assiste-se a um salto teórico do intrapsíquico para o social (Habermas, 2001). Pelo contrário, a identidade social é, aqui, entendida como um devir, ou seja, um processo pelo qual a comunidade procura construir o seu sentido social (Berger & Luckmann, 2004). O mecanismo que opera a socialização é a apropriação e não a identificação. Segundo Bronckart (2001), a apropriação³¹ é definida como: “. . . um processo especificamente humano através do qual o sujeito acede aos conhecimentos colectivos organizados nos mundos formais, os reconstrói e os transforma através . . . da mediação accional e comunicativa que, progressivamente, vão sendo reconstruídas as significações . . . ”. (p. 79). Para Rosa e Lapointe (2002), a apropriação sociocultural será distinta consoante as sociedades se constituírem como matriarcais ou patriarcais, ou seja, a socialização depende do tipo de mediação social.

Ora, no registo do sentido atribuído às comunidades emigrantes, segundo Poinard (2004) e Hily e Poinard (2004), os emigrantes portugueses caracterizam-se pelas idas e pelas vindas, ou seja, a mobilidade espacial resulta na ambiguidade cultural. No âmbito do vaivém espacial, a importância do fenómeno emigratório tenderá ainda a aumentar, uma vez que a capacidade de mobilidade espacial tenderá a dilatar-se (Castles, 2005). Neste sentido, a importância da emigração na construção dos sentidos colectivos aumentará também (Ramalho, 2003), incluindo, nesta presumível influencia,

³¹ No registo teórico este trabalho situa-se no âmbito da psicologia sociocultural de Bruner, a qual no leste europeu é designada de psicologia sociohistórica, tendo ambas, no entanto, a sua origem na obra de Vigotski.

os emigrantes de segunda geração. Os emigrantes encontram-se, pois, num espaço cultural intermédio, o qual se caracteriza pela dupla pertença cultural. Este espaço cultural poderá ser entendido, aqui, não inteiramente como o da interculturalidade ou o da multiculturalidade (A. Cabral, 2000), mas também como um espaço de indefinição cultural, uma vez que as modalidades de representação dos emigrantes são problemáticas nos espaços de partida e de acolhimento. Os emigrantes não são, cabalmente, reconhecidos em ambos os espaços, sendo que a tese das lusalândias de E. Dias (1983), ganha força prospectiva, uma vez que cada comunidade portuguesa tenderá a representar uma imagem de Portugal, sem que exista contacto entre elas e com o Portugal contemporâneo³², constituindo-se ainda, nos espaços de acolhimento, como elementos ambíguos.

No registo comparativo e diferencial, onde o conflito não se colocou é o da vizinha Galiza, pois não se manifestaram sinais de diferenciação cultural. Os números da emigração galega, ao longo dos últimos três séculos, mostram-se tão elevados ao ponto de se falar também em “diáspora”. As semelhanças entre o Norte de Portugal e a Galiza são tão expressivas que o célebre antropólogo galego, isto é, Baroja (1991) não discernia ambos os povos. A emigração intercontinental efectuou-se, até 1960, para Cuba, Argentina, Uruguai e Venezuela. A partir de 1960, os galegos emigraram para a Europa, nomeadamente, para a Alemanha. Todavia, ao contrário da emigração portuguesa, em meados dos anos oitenta, os galegos regressam a Espanha. Em qualquer caso, a aculturação nunca se manifestou de modo excessivo³³. Segundo P. Monteiro (1985), no âmbito da interdependência entre o espaço de partida e de acolhimento, as remessas dos emigrantes galegos teriam alterado o sistema produtivo galego, sendo que a mão-de-obra camponesa, a partir de meados dos anos oitenta, se dirigia para os, outrora, recém criados centros industriais. No entanto, entre os fluxos emigratórios português e galego existem discursos comuns, pois o discurso acerca da emigração galega também aflora num misto de resignação através da postura de Castelão³⁴, como de exaltação do fluxo (Hernández, 1992). Em Portugal, em oposição à Galiza, o não regresso terá potenciado a ambiguidade cultural, operando uma diferenciação entre

³² Freitas (1990) alertava para o escasso contacto das associações e das comunidades portuguesas nos Estados Unidos da América, quer entre elas, quer com o Estado português.

³³ Ver, em anexo, entrevista número 14, na página 40.

³⁴ Castelão (1810-1877) foi um dos mais proeminentes nacionalistas galegos (X. Fernandes, 1991).

residentes e emigrantes, sendo que a socialização efectuada nos países de acolhimento torna os emigrantes aculturados e ambivalentes, ao ponto do regresso ser considerado como uma nova mudança de espaço de vida para a segunda geração de emigrantes (Neto, 1985; Ramalho, 2003).

A transnacionalização³⁵ (Castles, 2005; Levitt, 2006; Portes, 2006) é uma outra forma de abordar os fenómenos emigratórios, para além da interculturalidade ou da multiculturalidade. A transnacionalização não pressupõe o regresso à terra natal, senão a interfuncionalidade e um vaivém entre ambos os espaços (Castles, 2005). A interfuncionalidade abarca os âmbitos: político, económico e cultural e não é patrocinada pelos Estados (Portes, 2006). A transnacionalização implica duas outras características: dois ou mais Estados constituem-se como referência para os emigrantes e a comunidade emigrante deve ter uma consciência comunitária peculiar. Tendo em atenção a reprodução do fluxo emigratório, a transnacionalização poderia ser imputada aos melgacenses emigrantes, até porque: “Esta existe em situações em que a transmigração se torna parte integrante da vida normal das pessoas de um determinado local . . .” (Castles, 2005, p. 116). No entanto, para além do vaivém e da reprodução do fluxo, as restantes características não se aplicam ao concelho de Melgaço. O picanço dirigido aos melgacenses com percursos emigratórios existe também nos próprios emigrantes, os quais, neste caso, se dividem em “bons” e “maus” emigrantes. A ausência de qualquer associação de emigrantes melgacenses, em ambos os espaços, poderá ser o espelho da ausência do sentir comunitário. Para Rocha-Trindade (1987), a ligação dos emigrantes a Portugal parece cingir-se à sua terra natal: “Conterrâneo é, em Portugal, possuidor de maior potencial agregador de que compatriota; e a motivação participativa cresce tanto mais quanto mais pequeno for o raio efectivo da sua capacidade de intervenção . . .” (p. 731). No entanto, no registo das tensões agonísticas, tal não parece suceder em Melgaço, até porque como explícita Wateau (2000), o amigo de hoje poderá ser o rival de amanhã, o único núcleo social fixo é a família. A intervenção do emigrante – e dos residentes – não é comunitária.

Regressando à questão da ambiguidade cultural, é de realçar que os emigrantes de segunda geração também transportam em si essa característica cultural, sendo

³⁵ De acordo com Portes (2006), o termo transnacionalização foi introduzido, em 1916, por R. S. Bourne.

reconhecidos em ambos os países como tal. Em França, os filhos de emigrantes são designados de modo depreciativo, por exemplo, entre outros termos, de “bacalhaus”. (Leandro, 2002), ou seja, apesar de, por vezes, disporem da dupla nacionalidade não são reconhecidos como estando inteiramente integrados, sendo que a diferenciação operada se regista através dos âmbitos cultural e laboral. (P. Monteiro, 1985; Ramalho, 2003). Actualmente, no espaço de acolhimento, as gerações mais novas parecem reinvocar as suas origens³⁶, acentuando a ambiguidade cultural, pois, a integração social, em França, implica a adesão à cultura de acolhimento e “. . . o acesso reconhecido a um novo grupo” (A. Cabral, 2002c). No espaço de partida são tratados como “avec’s”,³⁷ ou, simplesmente, de “franceses”.

O discurso acerca da ambiguidade parece ganhar dois contornos, um positivo e outro pejorativo, consoante a ênfase seja colocada na abordagem dita pós-moderna³⁸ ou na anomia social³⁹. Neste último caso, de um lado, temos a antiga harmonia comunitária descrita por Nisbet em: “La tradition sociologique” (Citado por Pais, 2002), e do outro, o emergir da anomia social. No registo da anomia social, quando o número de pessoas aumenta a densidade moral diminui, o que é paradoxal, na medida em que o número de interacções sociais crescerá, logo aumentará também o número de normas éticas, as quais, no entanto, se poderão afastar do centro de gravidade ideal (Dubet, 1996). Em qualquer caso, o *ethos* não emerge a partir do vazio social, mas mediante a actividade social (J. Castro, 2005). Para além do factor da densidade populacional, segundo Pais (2002), aquilo que subjaz à anomia social resulta da frieza das relações interpessoais⁴⁰.

³⁶ “E aquelas que tentam passar despercebidas, os que tentam mergulhar e nadar na cultura portuguesa. Eu, por exemplo . . . mesmo, se, às vezes, me custe um pouco, porque não falo bem o português. E não gosto que uma pessoa me trate de francesa, quando estou em Portugal. Sou francesa, na França, e portuguesa em Portugal. Mas, enfim, entendo muito bem que possa haver inveja, ciúmes, por, eu, ter duas culturas. O mínimo, é tentar falar a língua do país onde se encontra, saber respeitar a cultura dos outros é uma grande qualidade”. (Ver, em anexo, entrevista número 17, na página 45).

³⁷ “A nomeada que nós tínhamos, que éramos: os avec’s, era avec p’ra cá, avec p’ra lá. Avec a casa, avec a roupa, avec a música. . .”. (Ver, em anexo, entrevista número 11, na página 32).

³⁸ O termo pós-modernidade advém do trabalho de Daniel Bell, o qual em 1973 publica “*Vers la société postindustrielle*” (Dortier, 2006a). Mais tarde, o termo foi adoptado por Lyotard, ganhando relevo nos Estados Unidos da América, a partir dos anos 80. Para Lyotard, em termos de postura cultural: “. . . Já não se trata de valorizar uma cultura . . . em relação a uma outra, mas de elogiar os méritos da mestiçagem, do multiculturalismo e da diferença.” (Lyotard, 2006, p. 560).

³⁹ O termo é usado por Durkheim, em 1893: “. . . para designar a ausência de normas sociais susceptíveis de gerar reacções patológicas (suicídio) ou sociopáatas.” (Selosse, 2001b, p. 66). A anomia, resulta da divisão do trabalho, na qual a solidariedade mecânica dá lugar à orgânica. De forma genérica, designa o enfraquecimento dos mecanismos de integração social (Rabot, 2002).

⁴⁰ Em Eça de Queirós (1972, [1901]), na obra “As cidades e as serras”, o ambiente urbano é descrito como fútil e: “. . . todas as faces reproduzem a mesma indiferença ou inquietação, as ideias têm todas o mesmo valor.” (p. 160). Em inícios do século vinte, para Ortega y Gasset (1989), também seriam

Ora, em Melgaço, tal não sucede, uma vez que se manifesta através do desafio agonístico. A noção de anomia, segundo Elias e Scotson (1994), contem sempre a vaga sensação de que as condições presentes se têm deteriorado face à perfeição do passado, o que implicaria também um juízo moral acerca da realidade. Conquanto que, de facto, em Melgaço, os mecanismos de integração se tenham alterado, nomeadamente, mediante a introdução da economia monetária, a qual quase extinguiu a economia comunitária⁴¹ (Domingues, 2005), não se poderá afirmar que não existam novas formas de integração social ou que estas sejam piores ou melhores que as anteriores.

Como se afirmou, a questão reveste-se de mais uma vertente, uma vez que a anomia poderá ser encarada de modo positivo, na medida em que a “desorganização” confere lugar a novas formas de organização social (Foucault, 1991a, 1991b, 2000; Lourenço, 1991). Capinha (1997) escreveu um interessante artigo acerca da interculturalidade na poesia. O autor desdramatiza a situação da aculturação linguística, recorrendo às vertentes positivas da diversidade e da reconstrução da língua portuguesa. Ora, tal formulação é, de facto, positiva, contudo ela afasta-se da problematização deste trabalho. O seu âmbito é o da poesia, o da expressão criativa, enquanto que, aqui, se remete para o das práticas sociais quotidianas, em Melgaço. Por seu turno, também Freitas (1990) fala da riqueza do lusalandês, isto é, da mistura de inglês com o português, nos Estados Unidos da América. E, de acordo com E. Dias (1998), o portinglês e o portufrancês constituem-se como verdadeiros dialectos. Ora, a comunidade emigrante não é reconhecida nem em França nem em Portugal, ou seja, não existe a construção de um sentido social mútuo, mas o não reconhecimento em ambos os espaços e a ambiguidade cultural subjacente. No espaço de acolhimento, apesar do discurso fundador da França se constituir como multicultural⁴², na realidade a república francesa tende à assimilação⁴³ cultural e não ao respeito pela diversidade cultural. (Cordeiro, 1997; Hannoun, 1985; Rocha-Trindade et al., 1995). Segundo Ruy (2000), as diferenças culturais são remetidas para o domínio privado, sendo o domínio público

as massas a propiciarem uma mudança perigosa para a humanidade. Segundo Mela (1999), a cidade é utilizada, como pano de fundo, para abordar a sociedade emergente. Mais próximo de nós, para Giddens (Citado por Maia, 2003), pelo contrário, o ambiente urbano é afigurado como o pólo relacional por excelência.

⁴¹ O mesmo fenómeno sucedeu nas aldeias do Barroso, na década de 60 (M. Ribeiro, 1997).

⁴² O multiculturalismo pressupõe o mútuo reconhecimento das características pelas quais os grupos ou os indivíduos se definem (Castles, 2005; Taylor, et al., 1998).

⁴³ A assimilação é, aqui, entendida como: “Integração de uma pessoa num etnogrupo diferente do seu ou/e integração de um colectivo minoritário noutra grupo social maioritário em relação ao seu grupo de origem.” (A. Cabral, 2002b, p. 30).

entendido como universal. Portanto, em França, o fenómeno imigratório centra-se na unidade cultural, uma vez que os diferentes grupos étnicos e culturais não têm um tratamento diferenciado. Na Alemanha, por seu turno, a integração opera-se através da consanguinidade, *jus sanguinis*, o que faz com que alguns milhões de turcos nascidos e socializados na Alemanha não sejam considerados como alemães (Bolaffi, 1997), nem, por ventura, como turcos na Turquia. Ao passo que os descendentes de alemães do Tajiquistão, se o desejarem, poderão adquirir a nacionalidade alemã.

Em sociedades multiculturais, o desejável seria a mútua adaptação. Alpalhão e Rosa (1980; 1983) colocam a questão na interculturalidade: “Na certeza que a mútua adaptação ou inter-aculturação constituem um ideal e um objectivo tanto da parte do grupo português como dos restantes grupos do Quebeque.” (p. 103). Este, de facto, seria o registo ideal⁴⁴. É curioso verificar que a palavra é, aqui, escrita como inter-cultural, fazendo realçar o seu carácter não fusional, mas relacional do processo de aculturação entre comunidades. Pois, caso contrário, a relação entre culturas poderá resultar na transculturação.

A transculturação designa o processo mediante o qual o contacto intercultural produz modificações numa ou mais culturas em relação, diferenciando-se o seu resultado. A transculturação poderá ser ainda definida como: “Uma modalidade da mudança cultural . . . que pode também ser feita fora dos contactos dos grupos. Por fim, entre estes últimos, pode instituir-se uma relação assimétrica, tendendo para a predominância de um dos dois.” (Alpalhão & Rosa, 1983, p. 30). Segundo A. Cabral (2002a), a transculturação é uma modalidade da aculturação, sendo que as pessoas alteram a sua cultura através da influência de outras e é: “. . . inevitável sempre que a pessoa está sujeita a uma influência cultural dupla.” (pp. 12-13), como é o caso dos emigrantes portugueses.

Num registo comparativo, Portela e Nobre (2002) negam a existência de um conflito, uma vez que os emigrantes continuam a manter contacto com a terra natal. O conflito resultaria, pois, do abandono da terra natal. Esta concepção é contraditória,

⁴⁴ Segundo Rocha-Trindade (1998b), a interculturalidade: “. . . Tende a assumir um carácter utópico, despojando-se de todos os aspectos conflituais.” (p. 12). A interculturalidade pressupõe a partilha de um território, o respeito pelas minorias e a interacção ou o convívio entre as diferentes comunidades.

pois, é a proximidade relacional entre os emigrantes e os residentes que gera o mal-estar, caso os emigrantes não regressassem não haveria conflito na comunidade de partida. E a integração ou a assimilação seriam inevitáveis através do transcorrer do tempo. Ora, a perspectiva que pressupõe um vaivém contínuo, não faculta visibilidade ao conflito resultante da diferenciação cultural. Tudo se passa como se as “lusalândias” se diluíssem na diversidade europeia, não causando a diluição cultural qualquer consternação social ou conflito. Ou como se a interculturalidade parasse o tempo, não pendendo a cultura – e a vinculação – dos emigrantes para a sociedade de acolhimento ou para a de partida. Quando, na verdade, no registo da interdependência entre Estados, a questão do fenómeno da emigração é afigurada com preocupação, quer do ponto de vista económico, quer no sentido atribuído aos países (Castles, 2005; Castles & Miller, 1996; Figueiredo, 2005; V. Santos, 2004).

No artigo de Portela e Nobre (2002), um factor fundamental não é apontado, em Pinela⁴⁵, a fractura social foi operada pela mudança de ocupação laboral, uma vez que os emigrantes antes eram agricultores, sendo que se tornaram operários nos respectivos países de acolhimento. É realçada, pois, a ruptura profissional entre os diferentes espaços, não evidenciando que será precisamente essa ruptura a propiciar uma diferente socialização secundária (Dubar, 1991), quando comparada com os residentes, fomentando uma diferenciação sociocultural. Em Melgaço, não estará em causa o desenraizamento a um espaço – até porque os emigrantes circulam entre os dois espaços –, mas a uma cultura, a uma língua, ou seja, a um futuro. Como aponta A. Cabral (2000), o desenraizamento começa a manifestar-se na aprendizagem da língua materna.

Na emigração intercontinental, a intenção de regressar também estava presente: “De certo modo, a emigração e, especialmente, a “emigração para voltar” pode ser considerada . . . como uma ideologia que define ou dá significado à experiência.” (Brettell, 1991, p. 277). A “ideologia do retorno” pressupõe uma perspectiva de brevidade dos percursos emigratórios e o desejo de acumular, nesse período de tempo, o máximo de capital económico possível. Ter-se-á oportunidade de constatar que são, pois, as condições sociais do espaço de partida (Arroteia, 1986; P. Monteiro, 1994) e do espaço de acolhimento (Hannoun, 1985; Tripier, 1990) que fomentaram o “mito do

⁴⁵ Pinela é uma povoação próxima de Bragança.

retorno”, propiciando, em simultâneo, por uma lado, a permanência no país de acolhimento e a socialização subjacente e, por outro lado, o contacto com a terra de origem. Os emigrantes prolongaram a estadia e, agora, circulam entre ambos os espaços, fomentando a ambiguidade cultural.

A ambiguidade cultural dos emigrantes será, pois, fruto da relação entre os espaços de partida e de acolhimento. Na emigração melgacense, em qualquer caso, dado que o fluxo emigratório perdura há mais de meio século, será verdade que a assimilação, a aculturação, a interculturalidade, a multiculturalidade existam em simultâneo ⁴⁶. Somente a tendência para a generalização se poderá verter, predominantemente, para uma das possibilidades existentes. No entanto, como ter-se-á ensejo de verificar, a transculturação parece ter ganho maior ímpeto.

⁴⁶ Por vezes, não se pode encaixar a complexidade da realidade social na exiguidade dos conceitos (Bourdieu et al., 2004).

4.2 Análise das diferenças comportamentais

No concelho de Melgaço, o conflito agonístico descrito por Wateau (2000), nas suas diversas manifestações, molda a personalidade dos seus habitantes. Após “Emigração e contrabando” (Castro & Marques, 2003), aquilo que era considerado como banal – não despertando a curiosidade reflexiva –, no que diz respeito ao fenómeno emigratório, passou a estar no centro da atenção e da apreensão, nomeadamente o predomínio do uso da língua francesa, a qual, em Melgaço, aquando do regresso periódico dos emigrantes, é manifestamente desmesurado. Ao longo do trabalho de terreno, constatou-se que os melgacenses encaram a emigração como algo de irremediável e de inerente à sua condição de melgacenses e de portugueses, não sendo a emigração problematizada, conquanto que as tensões agonísticas existam.

Uma questão se colocou: como se manifestam as diferenças comportamentais entre emigrantes e melgacenses⁴⁷? Ora, o primeiro comportamento de indagação verteu-se sobre a literatura acerca de Melgaço. Nos trabalhos de A. Gonçalves (1996) e de Wateau (2000), é reafirmada uma separação cultural entre emigrantes e residentes. No registo não estritamente melgacense, a separação sociocultural também se torna visível no trabalho de A. Cabral⁴⁸ (2000), pois enfatiza a problemática da aculturação linguística. Neste último trabalho, o fenómeno da diferença cultural manifesta-se na ambivalência linguística mediante o: “. . . duplo envolvimento cultural.” (p. 143), uma vez que o grupo dos emigrantes: “. . . não se identifica com nenhum dos dois modelos culturais, dos quais ele não participa inteiramente. (A. Cabral, 2000, p. 58). A problemática descrita por A. Cabral (2000) assenta na linguagem (ou seja, em algo de quotidiano e, simultaneamente, estruturante para o comportamento social), por seu turno, A. Gonçalves (1996) privilegia as posições e as disposições simbólicas dos residentes face aos emigrantes⁴⁹. Pelo contrário, neste estudo, privilegia-se o olhar dos melgacenses com percursos emigratórios, ou seja, pretendeu-se questionar os próprios acerca da problemática, pretendendo ser inclusivo face a A. Gonçalves (1996). Em qualquer um dos casos, nos trabalhos mencionados, é a cultura em sentido lato que se

⁴⁷ O fenómeno poderá e, na verdade, deverá ocorrer em outros concelhos portugueses.

⁴⁸ Torna-se importante assinalar que a ambiguidade apontada pela autora ocorre em França e não em Melgaço.

⁴⁹ Por seu turno, o pano de fundo da obra de Wateau (2000) é o conflito que emerge na partilha da água de rega.

encontra em causa, uma vez que: “Este tratamento infligido à língua materna do emigrante não constitui um acto isolado de marginalização, já que a língua, como produto e instrumento social, não existe senão como veículo de uma cultura.” (A. Cabral, 2000, p. 27).

A separação sociocultural poderia ser encarada como um mero desvio comportamental. A problemática do desvio é entendida, no registo do interaccionismo simbólico⁵⁰, como sendo construído socialmente, não se afigurando como uma característica inata ou intrínseca dos indivíduos, mas como uma construção social de sentido⁵¹. O desvio manifesta-se no não cumprimento de uma norma. A norma, por seu turno, poderá ser definida como: “Do latim, regra, preceito ou lei . . . regra de conduta obrigatória por imperativo de convivência social . . .” (B. Ribeiro, 2002, p. 266). As normas têm uma vertente frequencial e uma imperativa (Pais, 2002). A definição de norma é facultada, em primeiro lugar, pela troca relacional, isto é, como actividade e maneiras de agir consolidadas pela frequência com que os comportamentos afloram. E, em segundo lugar, pelas suas características imperativas, na medida em que os comportamentos são prescritos pelas instituições de socialização primária e secundária, após serem consolidadas pela actividade⁵² relacional. O comportamento desviante seria, portanto, aquele que transgride, em primeiro lugar, a vertente frequencial do comportamento, até porque a actividade dos emigrantes não se efectua no espaço de vida de origem. Uma vez que os emigrantes de primeira geração eram homens jovens, cuja actividade social se restringia à actividade laboral entre conterrâneos, a separação sociocultural, de início, seria profissional. Por fim, aquando do regresso temporário, o comportamento “não habitual” vai ao desencontro da norma prescrita. A diferenciação sociocultural ter-se-á iniciado, pois, mediante a aculturação profissional, sendo que, com o decorrer do tempo, se alarga a outros âmbitos socioculturais, verificando-se,

⁵⁰ De acordo com M. C. Silva (2002): “. . . os teóricos fundadores do interaccionismo simbólico consideram a (auto) consciência reflexiva (self) como um processo resultante das interações entre o “I” (o eu individual, idiossincrático e expressivo) e o Me (o eu social, ou melhor, a informação dos outros ou do Generalized Other de mim). E é neste processo de interacção que estas atribuem significados às suas acções e criam ou, como referem Berger e Luckmann (1976), (re) constroem a própria sociedade.” (pp. 380-381). O presente estudo, aproxima-se, pois, de Weber, em detrimento de Durkheim, na medida em que para este os actos sociais são externos à actividade e à compreensão da mesma pelos indivíduos (Campbell, 1981).

⁵¹ “Nenhuma conduta é desviante em si mesma, é o significado que lhe atribuímos, em função de critérios normativos individuais e sociais, que lhe confere este carácter.” (Selosse, 2001a, p. 233).

⁵² Caso a norma fosse somente definida pela sua vertente imperativa e não pela mera actividade social, não se assistiria à mudança, mas antes a uma cristalização perene do sociocultural.

neste caso, um acentuar das diferenças e, simultaneamente, o emergir de uma ambivalência cultural.

Voltando à questão do desvio, a tentação de abordar a tensão agonística entre emigrantes e residentes acabou por ser abandonado pelo carácter teoricamente insuficiente da psicologia do desvio. Ora, assim dispondo, a questão da definição do conflito mantinha-se em aberto. Como esclarecer a separação sociocultural entre emigrantes e residentes? Da análise efectuada, a partir da psicologia do desvio, retiramos o facto do conflito se manifestar de e para o registo relacional. No âmbito metodológico, em vez de seleccionarmos apenas um quadro teórico para enquadrar a problemática, parte-se do princípio de que é esta que deverá buscar os quadros teóricos mais ajustados às características sociais constatadas em Melgaço, ou seja, são os quadros teóricos disponíveis que se devem ajustar à problemática e não o oposto. A resposta a esta questão aflora, paulatinamente, a partir de várias fontes literárias e do trabalho de terreno, nomeadamente, através das entrevistas, pressupondo, inclusivamente, que ele poderia assumir diversas formas de se manifestar. Esta posição metodológica parece assemelhar-se à nova postura da psicologia do desvio, na medida em que procura ser integradora e holística. Os indivíduos desviantes são afigurados não como agressores ou vítimas, mas como actores sociais, na medida em que: “. . . estes participam na dinâmica do espaço da cidade . . .” (L. Fernandes, 1998, p. 87).

Não estando este estudo vertido para o registo das disposições e posições sociais, a obra de A. Gonçalves (1996) perde algum interesse. No entanto, tendo em consideração a qualidade do seu questionário e a sua pertinência perante a problemática, foram incluídas algumas questões, até porque estas poderiam ser respondidas pelos melgacenses com percursos emigratórios, revelando as suas percepções e opiniões acerca da problemática. Uma outra questão prende-se com o facto da sua tese assentar fundamentalmente na obra de Bourdieu (1992, 1997, 2001). Ora, o sociólogo francês atribui ênfase à reprodução social⁵³, na medida em que o capital económico forja as regras de acesso ao capital cultural, uma vez que: “. . . a apropriação destes bens supõe a posse prévia dos instrumentos de apropriação. Em suma, o livre jogo das leis de

⁵³ “Entende-se por reprodução social o processo mediante o qual uma sociedade, através de diversos mecanismos, reproduz a sua própria estrutura.” (Brandão, 2002, pp. 323-324). Para Fowler (1997), a reprodução social é uma reprodução de classe social.

transmissão cultural faz com que o capital cultural retorne às mãos do capital económico.” (Bourdieu, 1992, p. 297). A socialização, segundo Bourdieu, actua mediante o conceito de *Habitus*. Das inúmeras direcções que o conceito implica, Lança subdivide o conceito em três componentes:

1) Remete para as aprendizagens dos modelos de condutas, dos modos de percepção e de pensamento adquiridos durante a socialização. 2) O habitus supõe a interiorização das disposições, daí a interiorização da exterioridade. 3) O habitus sendo um sistema de disposições adquiridas é, igualmente, a capacidade de desencadear as práticas ou as acções próprias de uma cultura. (2002, p. 188)

Ora, a emigração é também um agente de mudança social (Brettell, 1991; Ferreira, 1997; Jackson, 1991; P. Monteiro, 1994; Rosas, 1997) e não somente um efeito. Neste sentido a emigração é afigurada como factor de mudança e não apenas de reprodução social. Ainda no registo da obra de Bourdieu (1992, 1997, 2001), a sociedade francesa mostra-se bem mais complexa do que a melgacense, nomeadamente, no que diz respeito ao nível académico e cultural. A diferenciação dos sujeitos, tendo unicamente em conta os graus de escolaridade, seria pouco significativa⁵⁴. No entanto, como ter-se-á ensejo de constatar, a acumulação de capital económico terminou por propiciar a mobilidade ascendente de alguns emigrantes, de modo geral, da segunda geração, sendo, que a emigração é um factor de mudança e não somente de reprodução social. Assim sendo, a obra de A. Gonçalves (1996) é utilizada como fonte literária indispensável e como guia metodológico, até porque aquilo que se realça nela é a problemática e não o quadro teórico empregue, sendo que a teorização de Bourdieu é insuficiente para explicar o conflito.

Uma outra forma de abordar o conflito é fornecida pela obra de Wateau (2000), remetendo para o comportamento agonístico, o qual se caracteriza por um comportamento de rivalidade, agressivo de pouca intensidade, visando a não ruptura do laço relacional, sendo ainda característico de pequenas comunidades (Rogoff, 2005). O comportamento agonístico confere forma às relações mantidas entre os melgacenses,

⁵⁴ E o seu cruzamento com o capital económico não seria tarefa fácil, pois, os sujeitos, quando se classificam em termos económicos, tendem para a categoria “remediados.”

sendo, no entanto, mais notável no Verão, atingindo os emigrantes⁵⁵. Desta feição, o conflito não emerge mediante a mera presença dos emigrantes, senão que é inerente às relações sociais mantidas entre os melgacenses, até porque ele se manifesta no espaço/tempo de Melgaço. Uma vez que o comportamento agonístico é parte constitutiva da cultura melgacense, não são os emigrantes – e a sua ambiguidade cultural – os detonadores do conflito, senão que o avivam: “No Verão, como é evidente, são os emigrantes os escolhidos como alvo: têm dinheiro, estão em férias para gastar e representam “esses outros” com quem é possível reafirmar a ligação aos valores locais.” (Wateau, 2000, p. 199). Da última citação deve-se sublinhar o trecho: “. . . esses outros com quem é possível reafirmar a ligação aos valores locais.” (Wateau, 2000, p. 199), distinguindo-se emigrantes dos residentes. Resumindo, na abordagem antropológica de Wateau (2000), o conflito poderá ser definido como constitutivo da sociedade melgacense, uma vez que ele sucede também entre os não emigrantes, no entanto, ele mostra-se mais acutilante no Verão, isto é, quando os emigrantes “invadem” literalmente o concelho de Melgaço. No Verão aumenta a população, fazendo com que o número de relacionamentos cresça e, em consequência, aumenta também a possibilidade dos conflitos emergirem⁵⁶.

Como pano de fundo da mobilidade social ascendente, emergem as questões normativa, económica e cultural, sendo que os residentes percebem os emigrantes como sendo “os de fora”⁵⁷, ou seja, aqueles que não mantêm a “tradição”, mas que, pelo contrário, introduzem elementos de mudança, não aceitando que esses elementos sejam introduzidos na cultura dita tradicional. A maledicência manifesta-se contra esses traços culturais distintivos, até porque estes implicam um desvio comportamental e uma mudança nas posições sociais.

⁵⁵ Para o antropólogo Pina-Cabral (1989), o comportamento agonístico é “típico” do Alto-Minho.

⁵⁶ A questão da partilha da água de rega, por vezes, era um pretexto para que os emigrantes cuidassem dos seus interesses, nomeadamente, da posse das terras. Os “herdeiros” presumivelmente detinham um livro, no qual a repartição da água era garantida há várias gerações. Por vezes, a “tradição” legítima as diferenças sociais (Ferrarotti, 1986).

⁵⁷ Nas relações intergrupais, Sherif (Citado por M. Monteiro, 1993; Neto, 2003) mostrou que os grupos têm tendência para a categorização, de tal modo que se cria uma diferenciação entre um “nós” e um “eles”.

As problemáticas do maldizer⁵⁸ e da separação espacial entre os grupos sociais remetem para Elias e Scotson (1994), os quais estudaram uma pequena comunidade suburbana com cerca de 5.000 habitantes: Winston Parva⁵⁹. Nela coexistiam três grupos sociais. Um grupo mais antigo, o qual residia na localidade há cerca de duas ou três gerações. Um grupo de operários, distinguindo-se do primeiro apenas pelo seu baixo poder económico. E, por último, um grupo recém-chegado. Ora, este derradeiro grupo era rejeitado por ambos os anteriores, não apenas porque era desfavorecido economicamente – tal como, de resto, o segundo grupo –, mas, sobretudo porque pressupunha uma inovação⁶⁰ nas relações sociais. O grupo recém-chegado colocava, pois, em questão o anterior sentido social, construído ao longo de duas ou três gerações, ou seja, não era somente a vertente socioeconómica que operava a diferenciação social, mas a relacional:

There were no differences in nationality, in ethnic descent, in “colour” or “race” between the two areas; nor did they differ in their type of occupation, their income and education levels – in a word, in their social class. Both were working-class areas. The only difference between them were mentioned in the neighbourhood for two or three generations and the other was a group of newcomers. (Elias & Scotson, 1994, p. XVII)

A diferenciação entre os três grupos é meramente relacional, uma vez que os dois grupos anteriores se relacionavam há duas ou três gerações, estabelecendo normas de comportamento próprias e um sentido social que justificava esse mesmo relacionamento. No âmbito social, as diferenças sociais eram afiguradas através do ponto de vista marxista, isto é, elas eram produzidas através da desigual repartição da riqueza (Heinich, 2000). Ora, os autores remetem para o dado primordial da relação entre diferentes comunidades na qual: “In the relationships between established and outsiders in Wintons Parva, the quest of former for economic advantages played a minimal part.” (Elias & Scotson, 1994, p. XXXI). Em qualquer caso, tal como para o interacionismo simbólico, as normas sociais, serão, num primeiro momento, formadas a partir da própria relação interpessoal. A obra de Bourdieu (1992, 1997, 2001) também

⁵⁸ Segundo Rapport (1998), em antropologia o maldizer é utilizado como chave para estudar os fenómenos sociais, desde a ênfase atribuída por Malinowski.

⁵⁹ Torna-se necessário, neste ponto, estabelecer a ressalva que os emigrantes não são alheios ao concelho de Melgaço, senão que, pelo contrário, a ele pertencem, em oposição “aos de fora” da obra citada.

⁶⁰ Em Melgaço, os emigrantes serão agentes de inovação, mas também de preservação das tradições culturais, por exemplo, no que diz respeito às festividades religiosas.

excede o marxismo, afirmando que não é apenas o capital económico que opera a diferenciação social, como também o capital cultural, a tal ponto que a aparente facilidade marxista em estratificar a sociedade, dá lugar a uma miríade de disposições e de posições sociais (A. Gonçalves, 1998). Em Melgaço, a discriminação dos residentes tinha, em primeira instância, como base a acumulação de capital económico e os respectivos gastos ostensivos, mas também se alicerça na ostentação de comportamentos distintivos, os quais foram apropriados no país de acolhimento, sendo que as diferenças culturais poderão ainda ser entrevistas como fruto da diferente actividade social, a qual gera diferentes normas e diferentes sentidos sociais, e do mero distanciamento relacional. Em qualquer caso, o conflito manifestava-se pela maledicência. As comunidades mais antigas atribuíam-se as virtudes sociais, retirando-as ao grupo “recém-chegado”. O grupo “recém-chegado pecaria”, pois, por defeito. Os diplomados (A. Gonçalves, 1996), ou seja, os licenciados que exerciam o magistério em Melgaço seriam, pois os melhores posicionados para exercer a crítica aos emigrantes, uma vez que estes eram os detentores do capital cultural. O maldizer não é, de resto, “típico” de Melgaço ou de Portugal, senão que é planetário.

No artigo de Tsuda (2004), os brasileiros descendentes de japoneses que emigraram para o Japão, em meados dos anos 80, sofrem também da estigmatização típica do maldizer. Os trabalhadores nipónicos afirmavam que os brasileiros não produziam. E mais ainda: que eles não eram dignos de confiança, pois, teriam emigrado para o Japão porque não poderiam sobreviver no Brasil. O maldizer deu origem a um duplo estigma. Se no Brasil eram tratados como “japas”, no Japão são tratados como nikkeijin, ou seja, como descendentes de japoneses nascidos no estrangeiro, mas não japoneses. O estigma não se expressa somente no registo das trocas económicas, mas também no das meras trocas sociais, registando-se uma separação simbólica (Xiberras, 1996), a qual assenta no não reconhecimento da comunidade.

O emigrante, em termos gerais, define-se como sendo um “estrangeiro”, como afirma A. Cabral (1998), através de uma oposição face ao grupo e também como uma mera negação, ou seja, como aquele que não pertence ao grupo de referência. Assim dispendo, o registo do emigrante será sempre o da ambivalência cultural ou da indeterminação comunitária. Assim dispendo, os emigrantes constituem-se como os alvos preferenciais do maldizer. No âmbito antropológico, a discriminação realizada

pela maledicência é muito frequente nas diversas comunidades humanas (Leach, 1985). Um grupo étnico atribuía-se o título de Ser Humano ou de filhos de deus, retirando estes mesmos atributos ao outro grupo. No caso da localidade britânica, estudada por Elias e Scotson (1994), a auto-imagem positiva construída pelo grupo “estabelecido” recorre à elaboração de uma fantasia do seu primado histórico, sucedendo o mesmo, em Melgaço. Estas características universalizam-se e substancializam-se, fazendo com que a comunidade justifique o comportamento de discriminação. No artigo de Wert & Salovey (2004), é dito que o maldizer envolve a comparação social entre dois grupos, no qual um grupo elabora predições negativas acerca do outro, no sentido de constituir e manter um grupo de “dentro” e outro grupo de “fora”. De forma genérica, o maldizer possui algumas funções: o de estabelecer uma ligação entre os membros do grupo, controlando, em simultâneo, os comportamentos desviantes (Dunbar, 2004); a de conduzir os indivíduos numa agressão indirecta e, em termos cognitivos, a de ajudar os indivíduos a aprenderem a viver na sociedade de pertença (Baumeister, Zhang & Vohs, 2004).

Nas migrações internas ocorre o mesmo fenómeno social de discriminação negativa entre residentes citadinos e os que para aí migraram:

E se por parte dos naturais da cidade se constrói e alimenta uma imagem estigmatizada dos migrantes, que faz deles “labroscas”, “lorpas”, “parolos”, “salaios” ou “trabincas”, não é menos verdade que estes utilizam também um discurso de defesa e até de um certo antagonismo face aos primeiros. (Maia, 2003, pp. 282-283)

No que diz respeito a Melgaço, o maldizer, o “cortar na casaca”, constatado por A. Gonçalves (1996), era arremetido pelos residentes, sendo que até os emigrantes contavam anedotas de si próprios⁶¹, embora as remetessem para os “maus emigrantes”, despersonalizando a questão. Nos grupos sociais estudadas por A. Gonçalves (1996), os mais cáusticos eram os diplomados. Em Melgaço, portanto, tratava-se de restituir a ordem social simbólica, uma vez que os emigrantes tinham ascendido socialmente, introduzindo elementos culturais distintos e distintivos. Contudo, era-lhes negado o

⁶¹ A imagem negativa da figura do emigrante encontrava-se, pois, espalhada pela sociedade melgacense, sendo que o conflito é partilhado por residentes e melgacenses com experiência emigratória. No que se refere a este último grupo, a imagem negativa assume uma forma paradoxal, uma vez que a imagem pejorativa recai sobre eles mesmos, mas revela que o conflito é transversal à sociedade melgacense.

novo estatuto social, a sua ascensão assentava no capital económico e não no cultural, o qual é, segundo Bourdieu (1997), o detentor da “tradição”.

Uma outra forma de discriminação directamente relacionada com o maldizer será o distanciamento espacial e relacional. Em Melgaço, esta foi uma das principais consternações observadas por A. Gonçalves (1996), uma vez que os grupos ocupavam espaços diferentes. Na obra de Elias e Scotson (1994), o fenómeno da separação comunitária era acutilante. Em Melgaço, ao contrário do estudo de Elias e de Scotson (1994), é nos espaços públicos que o conflito agonístico aflora: “. . . é num outro enquadramento, o da vila e das festas de Verão, que eles são preferencialmente atacados.” (Wateau, 2000, p. 194). Em Melgaço, a separação espacial parece apenas operar em alguns locais públicos, até porque a emigração é transversal à maioria dos núcleos familiares. Como se terá oportunidade de constatar, ao contrário da localidade estudada por Elias e Scotson (1994), não se assiste a uma segregação espacial entre os grupos, até porque o povoamento, aqui, é disperso. Em Melgaço, não existem, pois, áreas naturais, no sentido de: “. . . espaços homogéneos, não planificados, cuja ocupação natural deriva da diferença entre os grupos sociais.” (Maia, 2003, p. 47). Ora, os indivíduos podem pertencer a diferentes grupos, os quais se interligam e se interpenetram⁶². Ainda no registo espacial, segundo Wateau (2000), apesar do Verão ser uma época seca, será o factor relacional que faz emergir os conflitos agonísticos resultantes da partilha da água de rega, uma vez que é nesta estação que as pessoas se juntam para discutir a posse da água e que também regressam os emigrantes, ou seja, que as trocas relacionais se intensificam. É, pois, o período propício para a redefinição das disposições sociais, até porque os emigrantes regressam para cuidarem dos seus interesses. De acordo com Hall (1986), o excesso de população é correlativo ao aumento dos comportamentos agressivos por parte dos animais e dos seres humanos. Hall (1986) distingue quatro tipos de distâncias interpessoais: a íntima, a pessoal, a social e a pública. No que diz respeito à emigração, para além do aumento periódico da população, os emigrantes reencontram-se festivamente em situação de férias com os amigos, com a família, o que propiciava o desvio comportamental comparativamente ao resto dos melgacenses.

⁶² Na análise antropológica de Wateau (2000), somente o núcleo familiar permanece fixo, em termos relacionais. As amizades são rotativas, ou seja, hoje um indivíduo poderá ser “amigo”, mas amanhã poderá ser alvo do desafio agonístico, passando a ser um antagonista potencial.

Por último, a questão do maldizer constatado por A. Gonçalves (1996) e por Wateau (2000), em Melgaço, remeteu a análise da problemática para a inveja. A inveja emerge como a forma fundamental do conflito social se manifestar: “Para explicar a existência do conflito que os rodeia, assim como de outros tipos de infortúnios, os minhotos recorrem frequentemente ao conceito de inveja.” (Pina-Cabral, 1989, p. 202). Ora, sendo parte constitutiva da sociedade melgacense e do Alto-Minho, não poderia ser apontada como um elemento diferenciador entre residentes e emigrantes. A inveja, tal como o maldizer, é, aqui, encarada como uma forma da agressividade se manifestar de modo agonística, isto é, atenuada, permitindo não romper os laços relacionais, as interdependências sociais, tentando conservar as relações (de poder) entre os intervenientes. Neste sentido, a função da inveja será a de destruir o dinamismo social do outro, visando que o outro se transforme de novo num igual e não em alguém afigurado como um rival (Pina-Cabral, 1989)⁶³. Em qualquer caso, a inveja parece remeter, de imediato, para a mobilidade social ascendente e a ostentação subjacente, assim como para a aculturação dos emigrantes, ou seja, para a parte visível desta: o uso da língua estrangeira, a casa, o carro e o modo de estar.

Neste estudo, tratou-se, em primeiro lugar, de definir como se manifestam as diferenças socioculturais entre emigrantes e residentes, o qual se realizou analisando aquilo que era peculiar no comportamento dos emigrantes e dos residentes. Não será somente o comportamento distinto que determina o desvio, mas a relação estabelecida entre os actores sociais no espaço de Melgaço. Desta forma, foram formuladas três áreas distintas, nas quais os emigrantes, em termos culturais, diferiam claramente dos residentes. As tensões agonísticas revelam-se nestas três áreas comportamentais. Assim dispondo, trata-se de averiguar qual a percepção dos melgacenses com percursos emigratórios para o conflito agonístico. As três áreas são: 1) a aculturação linguística 2) a aculturação realizada no âmbito da apropriação do espaço através da construção das casas “afrancesadas” 3) os gastos desmesurados e ostensivos.

⁶³ No âmbito da psicologia, para Jouvent (2001), a inveja é: “. . . uma necessidade de apropriação do objecto ideal ou das suas qualidades, ao mesmo tempo que uma intenção de o destruir, para suprimir a pressão que ele exerce . . . (p. 442). No Alto-Minho, a inveja aparece ainda associada ao sobrenatural.

4.3 Breve caracterização demográfica do concelho de Melgaço

O concelho de Melgaço é o mais setentrional do país, ocupando uma área de 230 quilómetros quadrados. No censo de 1991 (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2001), a população era constituída por 10.801 indivíduos. Comparando os censos de 1960 e de 1991, Melgaço perdeu 25% dos seus habitantes, sendo que: “. . . as freguesias do monte perderam mais de metade dos habitantes.” (A. Gonçalves, 1996, p. 7). Observando os valores obtidos, entre 1960 e 2001, Melgaço perdeu cerca de metade da população, ou seja, cerca de 48% da população. O seguinte quadro ilustra a evolução demográfica do concelho:

Quadro 1: Evolução da população melgacense

Ano	1940	1950	1960	1970	1981	1999	2001
População	17889	17798	18211	15805	13246	10810	9974

(Fontes: A. Gonçalves, 1996; INE, 2002)

Entre 1991 e 2001, assiste-se a um decréscimo de 1.044 indivíduos. Dos concelhos da região entre o Minho e o Lima, Melgaço obteve o maior decréscimo populacional, conquanto que somente Viana do Castelo obteve um acréscimo. Melgaço possui uma das mais baixas densidades populacionais da região Minho-Lima. Nas sub-regiões do Norte, a característica predominante dos fluxos migratórios é o reforço dos pólos urbanos. Deste modo, o crescimento urbanístico da vila de Melgaço faz-se, portanto, em detrimento das restantes freguesias. No que diz respeito ao saldo migratório, ou seja, se o concelho se constitui como atractivo ou repulsivo do ponto de vista demográfico, Melgaço é um dos concelhos mais repulsivos, tendo um dos menores saldos naturais: -9%.

As diferenças socioeconómicas também se manifestam em termos nacionais, uma vez que Melgaço se encontra na periferia do país (Shils, 1992), encontrando-se longe do centro de gravidade dos grandes centros urbanos. Assim sendo, na diminuição da população também consta a migração interna para os grandes pólos urbanos. Em Portugal, segundo Almeida (1999), o processo de litorização tem-se acentuado. Em meados do século XX, em Melgaço, os maus anos agrícolas, ou seja, a produção era,

usualmente, escassa ou insatisfatória⁶⁴, propiciando o aumento do fluxo migratório. Apesar da crescente tercearização, Melgaço continua a ser um concelho agrícola, até porque a exploração do vinho alvarinho se tem intensificado. No entanto, o concelho segue o ritmo crescente de tercearização na área dos serviços: em 2001, 60% da população activa encontrava-se neste sector (INE, 2001). No entanto, as ocupações no sector terciário, não excluem as explorações agrícolas de autoconsumo.

O concelho regista um forte envelhecimento da população, pois, segundo o censo de 2001, as únicas faixas etárias que registraram saldo positivo são as compreendidas entre os 65-69 e os 70-74 anos de idade, sobretudo, esta última, a qual regista um aumento de 26% face ao censo de 1991. No que diz respeito à repartição da população, segundo os géneros, em 2001, existiam, em Melgaço, 5.510 mulheres para 4.464 homens.

⁶⁴ A este respeito torna-se necessário ler os relatórios e balanços de contas do Grémio da Lavoura de Melgaço (1960) e os números seguintes, nos quais a carência de mecanização, a falta de assistência técnica, o clima e a emigração são as causas atribuídas para um cenário desolador da agricultura.

4.4 A noção de cultura

O objecto de estudo é a emigração melgacense desde meados do século XX e as diferenças socioculturais entre melgacenses com experiências emigratórias e residentes, as quais resultaram num conflito agonístico entre ambos os grupos. À semelhança de A. Cabral (2000), a noção de cultura: “. . . Abordada, neste trabalho, deverá entender-se com um todo que rege o ser humano em sociedade . . .” (p. 46). A educação e, num sentido mais alargado, a socialização moldam a percepção da realidade (Berger & Luckmann, 2004; Rosa & Lapointe, 2002; Vigotski e Luria, 1996). Ou como diria A. Gonçalves: “. . . não são apenas os pontos de vista que diferem mas os próprios olhares.” (1998, p. 102). A separação sociocultural entre residentes e melgacenses com experiências emigratórias, assim dispendo, funda-se em distintas socializações. Nesta acepção, a cultura é afigurada como um modelo de conhecimento que nos proporciona um modelo de apreensão da realidade envolvente, conferindo sentido ao comportamento (Álgel & Baztan, 1993), assim se explica o recurso aos discursos históricos e literários⁶⁵.

Na medida em que participamos de uma determinada cultura é, pois, natural que este estudo seja considerado um acto cultural, uma vez que produzimos a mesma⁶⁶. Assim sendo, o estudo provém da percepção da problemática e do conseqüente percurso metodológico e epistemológico, para regressar sobre a mesma realidade social, acrescentando-a. Uma das aplicações possíveis das ciências sociais deverá ser a intervenção na realidade social, para além da pretensão do progresso científico.

Pretende-se, pois, problematizar as questões, sem cair em profecias⁶⁷. No sentido da psicologia cultural de Bruner (1997): “. . . pretendo antes asserir que a cultura e a busca de significados dentro da cultura são as causas genéricas da acção humana.” (p. 30). As mudanças são afiguradas como qualitativas, nas quais os diferentes elementos se influenciam mutuamente, sendo que o processo é dinâmico e variável (Elias, 1994,

⁶⁵ A este propósito veja-se a colectânea de A. M. Cabral e Pires (1985).

⁶⁶ É curioso notar que as pessoas consideram a cultura como algo de externo à actividade quotidiana (Bock, 2003; Rogoff, 2005).

⁶⁷ Segundo Bourdieu et al. (2004), por vezes, existe a tentação de “adivinhar” o futuro.

1997)⁶⁸. No âmbito das ciências sociais, a postura mantida parece ser a mais coerente, na medida em que os fenómenos se encontram, muitas vezes, sobrepostos e em devir, sendo que o próprio processo de investigação não é algo de linear, senão que as várias etapas se entrecruzam (Campenhoudt, 2003; Quivy & Campenhoudt, 1997). Ao longo do trabalho de terreno, tendo em consideração a problemática e a proximidade vivencial dela com o autor, emergia um raciocínio assente na base da exclusão de partes; não era raro colocar-se em questão a pertinência da própria problemática. Neste sentido, o processo de investigação é muito próximo do proposto por Bachelard (1990), pois torna-se necessário proceder constantemente a uma “psicanálise” do próprio trabalho de terreno.

⁶⁸ No registo da psicologia social, Lewin (1975) explicitou a complexidade dos fenómenos psicossociais.

5. Descrição metodológica

5.1 O método e as técnicas utilizadas

O objecto da investigação confere ao trabalho o carácter de um estudo de caso, uma vez que o alvo populacional é de dimensão reduzida, não podendo representar a totalidade da população melgacense. Desta feição, a capacidade de generalização é reduzida. Os estudos de caso, porém, permitem o cruzamento de várias abordagens metodológicas (Yin, 1994), uma vez que necessita de múltiplas fontes para se validar⁶⁹. A investigação assume, pois, um carácter qualitativo, quantitativo e descritivo. É qualitativo, na medida em que confere primazia à experiência subjectiva: “. . . como fonte de conhecimento. Estuda os fenómenos a partir da perspectiva do outro ou respeitando os seus marcos de referência.” (Almeida & Freire, 1997, p. 78). É quantitativo, na medida em que procura estabelecer relações entre as variáveis. É descritivo, na medida em que pretende descrever um fenómeno (Almeida & Freire, 1997). Segundo Stake (2000), a descrição é a principal vantagem e objectivo dos estudos de caso⁷⁰, uma vez que se procura atribuir um sentido para a problemática. Deste modo, os métodos cruzam-se, sendo que o deslindar da problemática assim o obriga, na medida em que ela se mostra complexa e multifacetada, até porque as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não são claras.

As técnicas de recolha de dados são: a análise da literatura; o inquérito através de uma entrevista semi-estruturada⁷¹; o inquérito por questionário, o qual foi administrado a uma amostra de regressados e a outra de emigrantes; os questionários dirigidos aos informantes privilegiados; a observação participante e a não participante, esta última, na medida em que foram feitas fotografias e gravação em vídeo, uma vez

⁶⁹ Mais do que um método, o estudo de caso é uma estratégia que utiliza múltiplas fontes, para abordar fenómenos contemporâneos, no contexto da “vida real”, sendo que o seu principal objectivo é o de explicar as ligações causais em contexto real, ou seja, focaliza-se na explicação da problemática (Robson, 2002; Yin, 1994).

⁷⁰ “. . . themes and hypotheses may be important, but they remain subordinate to the understanding of the case . . . Its best use appears to me to be for adding to existing experience and humanistic understanding. . .” (Stake, 2000, p. 24).

⁷¹ Ver, em anexo, na página 8. A entrevista revelou-se excessivamente vertida para a componente político-administrativa da problemática da emigração, quiçá, porque terá sido influenciada pela obra “Emigração e contrabando” (Castro & Marques, 2003). Este facto constitui-se como uma limitação do estudo, uma vez que se deveria ter abordado com maior intensidade a diferenciação cultural.

que permite mostrar o uso da língua estrangeira e das interacções agonísticas⁷². As técnicas empregues encontram-se em anexo, tendo a vantagem de estarem disponíveis para outras investigações e porque necessitam de ser entregues aos intervenientes do estudo de caso, pois, apenas através da sua avaliação a investigação se válida (Yin, 1994).

No registo das entrevistas, segundo Bruner (1999), na esteira de Rogers (1974), a crescente importância dos conteúdos narrativos e a procura de sentidos sociais atribuídos pelos sujeitos alterou a forma de fazer entrevistas, tornando-as cada vez mais abertas. O contar uma história é um processo dinâmico e intersubjectivo, não somente porque se atribui relevância a alguns elementos em detrimento de outros, mas porque também, no momento da narração, uns elementos reforçam outros. Ou seja, a própria entrevista aflora, aqui, como uma construção dinâmica e intencional de ambas as partes. Assim sendo, tal como o investigador, os entrevistados também detêm recursos interpretativos⁷³. As entrevistas foram gravadas – com o devido consentimento⁷⁴ dos inquiridos – no registo áudio e, posteriormente, transcritas. Tendo em atenção as informações preliminares do guião de entrevista⁷⁵, tais como o nome ou a idade, foi realizada a transcrição final, no sentido de tornar o texto transmissível, podendo ser entregue ao Museu Memória e Fronteira de Melgaço. Na passagem do oral para o escrito, as expressões orais foram mantidas. Trata-se de preservar o léxico *thesaurus* (Poirier, Clapier-Valladon & Raybaut, 1995), relevando as práticas linguísticas, até porque estas constituem um dos núcleos da separação sociocultural entre emigrantes e residentes, revelando ainda a língua luso-galaica falada em Melgaço. O registo escrito, em contraposição com o oral, implica o primado da memória colectiva (Havelock, 2000), permitindo que a problematização se torne um legado cultural. Nas entrevistas não foram efectuadas gravações audiovisuais, uma vez que estas acarretam a promessa da total visibilidade da hiper-realidade referida por Baudrillard (1995), na qual a

⁷² A qualidade do Dvd é dúbia, uma vez que foi efectuada, em espaços e tempos distintos, sem que os intervenientes se apercebessem. Posteriormente, foi levada a cabo a respectiva “colagem” do material; Das três horas de gravação restaram somente 30 minutos. O uso do vídeo em ciências sociais iniciou-se com a escola de Palo-Alto, na década de 50 (Heath, 1993). O vídeo permite visualizar a interacção, os discursos e ainda o comportamento corporal dos intervenientes.

⁷³ A idade, o sexo do entrevistador, assim como o facto do investigador pertencer ao concelho onde o trabalho de campo decorreu têm, tal como aponta Foddy (1996), um papel importantíssimo, o que, em alguns casos, se revela positivo e em outros, pelo contrário, negativo.

⁷⁴ Ver, em anexo, na página 10.

⁷⁵ Excepto a entrevista número 16, na página 44, a qual foi transcrita à medida que o sujeito falava.

realidade não seria mais do que um simulacro, até porque a própria situação de gravação audiovisual iria alterar a postura dos intervenientes.

O ordenamento das questões não se furtou ao cronológico. Contudo, o ordenamento é, de modo geral, temático. O guião de entrevista é dividido em três partes: a identificação dos inquiridos, a história ou percurso emigratório e, por último, o conflito sociocultural entre emigrantes e residentes⁷⁶. As entrevistas foram lidas e relidas, no sentido de destacar as razões atribuídas para a diferenciação sociocultural. As três subsecções do questionário, que diferenciam o comportamento dos emigrantes e dos residentes, foram obtidas a partir da análise da literatura, por exemplo, através da introdução da problemática constatada por A. Gonçalves (1996) e do seu próprio questionário⁷⁷, das entrevistas⁷⁸ e do conhecimento do campo de trabalho. A componente dos percursos emigratórios foi influenciada, mormente, por Alpalhão e Rosa (1980, 1983) e Portela e Nobre (2002).

Quivy e Campenhoudt (1997) referem que, após a identificação do problema de partida e da identificação das áreas em que o problema se divide, torna-se necessário constatar diferentes pontos de vista acerca da problemática. O primeiro momento da elaboração de uma problemática consiste, pois, em fazer o balanço dos diferentes “olhares” possíveis, em compará-los e em reflectir nas suas implicações metodológicas: “Um segundo momento consiste em elaborações progressivas das hipóteses, em função da dinâmica própria do trabalho de investigação, apoiando-se nesse confronto crítico das diversas perspectivas.” (p. 90). Assim sendo, os núcleos de análise e a interpretação dos dados obtidos entrelaçam-se e reforçam-se (Drawin, 2003). Muitas vezes, as regras interpretativas são construídas á posteriori pelos investigadores (Albarello et al., 1997, p. 224). O que, em parte, sucedeu, pois a partir das hipóteses emergiram outras problemáticas mais controversas para o espaço de partida.

⁷⁶ O inquérito por questionário estrutura-se da mesma forma.

⁷⁷ A comparação efectuada com os resultados de A. Gonçalves é indirecta, até porque na análise estatística é utilizada a análise de contingência e não a prova de qui-quadrado: prova de independência. O coeficiente de contingência é uma medida de associação calculada a partir do qui-quadrado (Gilles, 1994). É utilizado na análise de variáveis nominais. O valor máximo do coeficiente de contingência depende do número de linhas e de colunas do quadrado.

⁷⁸ As entrevistas não são apenas úteis para construir o questionário, senão que também para corroborar os resultados daquele e para atribuir sentido ao estudo de caso (Yin, 1994).

No que diz respeito ao papel do investigador, tentou-se conferir uma total disponibilidade, adoptar uma linguagem e uma atitude empática (Rogers, 1974), tentando não generalizar a partir do conhecimento da realidade e da análise da literatura, não descurando, no entanto, uma interrogação metódica, a qual assenta na padronização da administração das técnicas (M. Lima, 1995). Para além das entrevistas formais foram realizadas dezenas de entrevistas informais, as quais não foram gravadas no registo áudio.

Posteriormente, foi elaborado um questionário⁷⁹, o qual foi auto e hetero-administrado. O inquérito por questionário foi aplicado a dois grupos amostrais: um de regressados e outro de emigrantes. A comparação entre ambos os grupos permitiu observar um corte temporal do fenómeno emigratório. Actualmente, as técnicas qualitativas e quantitativas cruzam-se, no sentido de enriquecer a análise das informações obtidas, quer para a construção do questionário, quer para o cruzamento de informações, aquando da análise dos dados quantitativos (Amorim, 1995; Robson, 2002; Yin, 1994).

O tempo de aplicação é de cerca de 20 a 25 minutos, no que diz respeito aos questionários auto-administrados. A aplicação, naquele período de tempo, alonga-se em cerca de 10 minutos nos questionários hetero-administrados. Neste caso, tentou-se restringir a relação entre o investigador e os sujeitos à mera aplicação do questionário, pois, por vezes, os inquiridos emitiam opiniões acerca do conteúdo. Segundo (Rocha-Trindade et al., 1995), a principal vantagem do inquérito por questionário é o distanciamento entre o investigador e os sujeitos, embora a proximidade do investigador tenha a virtualidade de esclarecer algumas questões. Os tempos de avaliação encontram-se, pois, no limite proposto por Ghiglione e Matalon (1993), o qual é de 45 minutos. A escolha realizada na hetero-aplicação dos questionários deve-se, *grosso modo*, às dificuldades previstas na obtenção dos sujeitos amostrais. Apesar de serem, usualmente, os mais velhos e com menos escolaridade a serem alvo deste tipo de aplicação, a verdade é que também foram administrados questionários a pessoas mais jovens e com percursos académicos, fundamentalmente porque, por vezes, a aplicação decorria nos cafés, nos quais a proximidade física assim o permitia.

⁷⁹ Ver, em anexo, na página 50.

Ao longo dos meses de aplicação, entre Maio⁸⁰ e Agosto de 2006, era usual recebermos muitas recusas, algumas delas eram devidas a queixas relacionadas com o “trabalho”, com as condições de acolhimento, mas também com as condições de partida. Assistíamos a verbalizações como as seguintes: “Mas, isto para que é?”, “Eu, já vivi tudo!”, “Já dei tudo o que tinha para dar!”. Uma vez que o questionário aborda a tensão agonística entre ambos os grupos, por vezes, os sujeitos, numa atitude defensiva, recusavam-se a preencher o questionário. Na administração do grupo amostral de emigrantes foi introduzida uma advertência, pois, algumas questões, sobretudo as referentes ao percurso, poderiam não fazer sentido para os sujeitos, uma vez que estes em média são mais jovens. Poder-se-ia ter elaborado um outro questionário, a partir do primeiro, retirando apenas as questões que não fossem pertinentes. No entanto, tal colocaria em questão a standardização do questionário, uma vez que o próprio tamanho, a forma e a ordem das questões alteram as respostas (Foddy, 1996). Foram também elaborados pequenos questionários, os quais se destinaram a informantes privilegiados, uma vez que estes indivíduos trabalham ou trabalharam nas diversas áreas abordadas. Por vezes, como afirma A. Gonçalves (1998), aquilo que varia não é tanto o observado, mas antes o próprio olhar. A introdução de informantes privilegiados tem a vantagem de revelar ou não a pertinência de certas questões, assim como de mostrar as opiniões especializadas acerca das mesmas. Neste sentido, foram questionados dois advogados e um oficial de justiça, no sentido de revelarem ou não as implicações do conflito descrito por A. Gonçalves (1996), no âmbito jurídico. No registo da saúde mental foram elaborados questionários que se destinaram às duas farmácias de Melgaço e a cinco médicos⁸¹. No sentido de perscrutar a relação entre o abandono escolar e a emigração, bem como o número de emigrantes regressados que não são naturais de Melgaço, foram inquiridas as duas escolas de Melgaço. Neste último registo, foi ainda inquirido o Conservador de Melgaço. Para o núcleo comportamental distintivo da casa, foram abordados três engenheiros civis com longas experiências profissionais no concelho⁸². No núcleo da ostentação económica foram elaborados questionários para dois ex-funcionários bancários e cinco para o comércio. No registo da língua foram inquiridos dois professores de língua portuguesa e de língua francesa. No registo da relação estabelecida entre ambos os espaços foram ainda inquiridos o posto dos

⁸⁰ Neste primeiro mês, levaram-se a cabo as aplicações exploratórias.

⁸¹ Este capítulo foi colocado em anexo, na página número 1, dadas as restrições no número de páginas.

⁸² Ver questionário, em anexo, na página 67.

correios, um fotógrafo, duas agências funerárias e três de viagens. Estes questionários foram elaborados ao sabor do trabalho de terreno, da análise da literatura, da observação e da própria reflexão. Nestes questionários foram utilizados, quando a análise ao contexto social o permitia, as questões correspondentes ao questionário, no sentido de se estabelecer uma comparação.

Uma das tarefas do cientista social é a de revelar o seu próprio discurso, uma vez que, como diria Berger (2004, p. 127): “É muito mais fácil iludir-se a si próprio . . . O mentiroso, por definição, sabe que está mentindo. O ideólogo não.”. Porém, ao mostrar o racional teórico pelo qual esta investigação se orienta, na verdade, não se está a revelar a origem da mesma, uma vez que é impossível contemplar-se a partir da exterioridade teórica. A noção de actividade vigotskiana assenta na noção de actividade marxista (Rey, 2003, 2004). Ora, uma vez que se pressupõe que o ser humano forja o seu próprio espaço deduz-se que existam inúmeras formas de organizações sociais válidas. De qualquer modo, a forma de pensar exposta decorre da nossa própria base cultural, não significando que esta seja a mais correcta. A actividade de reflexão e, por vezes, de reserva perante a diversidade e a complexidade são importantes, não podendo, no entanto, a complexidade e a diversidade constituírem-se como apanágio para as limitações do estudo.

É a actividade que funda as distintas organizações sociais e os respectivos sentidos atribuídos às sociedades. A actividade é, aqui, afigurada como uma força motriz, carecendo de um conteúdo peculiar⁸³. O sentido social, esse, é atribuído pelas diferentes comunidades através das distintas mediações sociais e da apropriação cultural. Um outro possível equívoco merece ser esclarecido, pois não se deseja também engajar o estudo na mudança social, ou seja, na forma de algum movimento social. Quando se coloca do lado da mudança social, tal não significa que aponte numa mudança social de carácter ideológico, pelo contrário, o seu significado deverá ser inscrito na própria complexidade dinâmica da sociedade de que fala Elias (1994, 1997, 1999). Não se aposta, senão que se aponta para ela como constituindo uma realidade histórica e, como tal, constituinte da sociedade.

⁸³ Se porventura lhe fosse atribuído um determinado conteúdo, abandonaria o seu carácter interdependente e em permanente mudança, passando a descrever-se de uma forma substancialista e determinista. Aquilo que prima é a própria actividade e a atribuição de sentido é arbitrária.

5. 2 A técnica amostral

A técnica amostral será, em primeira lugar, a intencional ou por conveniência, uma vez que o procedimento é: “. . . baseado no próprio conhecimento da população e dos seus elementos e da natureza das metas da pesquisa.” (Earl, 2001, p. 153). As amostras não são representativas nem aleatórias, uma que vez é o conhecimento prévio que determina se os inquiridos poderão ou não representar o conjunto dos melgacenses. Recorreu-se, pois, a informantes privilegiados, uma vez que estes possuem um conhecimento aprofundado da comunidade de pertença. Alguns dos inquiridos que deram o seu contributo nas entrevistas foram também sujeitos no questionário de emigrantes regressados. Os informantes privilegiados conduziram a outros sujeitos, que, por sua vez, contribuíram para o aumento da consistência e da densidade das informações, adstritas a cada questão considerada, provocando o efeito estatístico de “bola de neve” (M. Lima, 1995), correspondente a uma certa saturação⁸⁴ da informação conseguida, sem que a adição da novos elementos conduzisse a resultados com valores relativos diferenciados.

Os informantes privilegiados foram valiosos para reforçar o número de participantes voluntários: cerca de 70. Solicitamos ainda o apoio de diversas instituições, de entre estas sobressaem a Câmara Municipal de Melgaço. Esta autorização revelou-se muito importante na constituição do grupo de emigrantes no espaço Net de Melgaço e no Museu do Cinema⁸⁵. A escola EB 2,3/S de Melgaço e a Escola Profissional do Alto-Minho interior foram relevantes na constituição do grupo amostral de regressados, uma vez que se constituem como os únicos nichos, onde poderíamos encontrar licenciados regressados. Recorreu-se ainda aos Bombeiros Voluntários de Melgaço, à Santa Casa da Misericórdia de Melgaço e ao Centro Paroquial de Chaviães. Estas últimas duas instituições foram muito importantes na angariação de sujeitos mais idosos. As Juntas de Freguesia de Penso, de Paderne e da Vila e duas agências de viagens também colaboraram. A recolha de informação foi ainda realizada em espaços públicos.

⁸⁴ No tratamento dos dados através de Statistical Package for the Social Sciences, versão 12.0 for Windows (SPSS), foi realizada um primeiro output, quando a amostra de regressados se encontrava com 105 sujeitos. E uma outra composta por 134 sujeitos. A comparação entre os dois não demonstrou variações relativas com significado, sucedendo o mesmo com a amostra final de 163 sujeitos.

⁸⁵ O tipo de indivíduos que frequentam estes espaços poderá explicitar a percentagem alcançada nos licenciados emigrantes, isto é, 14 por cento.

Um outro momento importante foi o mês de Agosto, quando a população do concelho é bastante maior. Vinte dos derradeiros questionários do grupo amostral dos regressados e quase a totalidade dos sujeitos emigrantes ocorreram neste período. A intervenção, neste mês, revelou-se muito frutífera na angariação de sujeitos para o questionário, para a observação e para as entrevistas ou em conversas informais com emigrantes. O grupo amostral dos emigrantes é constituído por 52 sujeitos e o grupo de regressados é de 163 sujeitos. A disparidade do número de sujeitos amostrais obteve influência nas diferenciações estatisticamente significativas das distribuições; nas amostras pequenas a probabilidade da distribuição é mais baixa, uma vez que todas as possíveis distribuições estatísticas da amostra poderão não ocorrer na presente distribuição (Healey, 1990). As hipóteses foram tratadas no registo não paramétrico, uma vez que a maioria das variáveis são qualitativas, ou seja, não é possível realizar operações numéricas; sendo que outro requisito é o não conhecer a forma exacta da distribuição da população⁸⁶. Contudo, os testes não paramétricos têm a desvantagem de não encontrarem tantas diferenças entre os dados. Em qualquer caso, a dimensão da amostra de emigrantes deve-se à limitação dos recursos. Um outro facto que influencia o significado estatístico são as não respostas, as quais, em certos casos, são elevadas. Em primeiro lugar, foram verificadas as percentagens válidas para cada questão e respectivas opções de resposta, tendo em consideração, usualmente, os valores mais elevados e a respectiva análise descritiva das frequências, das escassas médias e dos cruzamentos. Em segundo lugar, em um nível maior de profundidade, foram verificados o Qui-quadrado⁸⁷ – prova de independência (Bisquerra, Sarriera & Martínez, 2004; Pestana & Gageiro, 2000), constatando-se as presumíveis diferenças na comparação das frequências entre duas variáveis, tendo em conta os géneros, a idade, a escolaridade e as profissões dos sujeitos. Ter-se-á ensejo de verificar que, na amostra de emigrantes, as distribuições de diferenciação estatisticamente significativas é menor. A escolha deste tipo de amostras deve-se às características da problemática, até porque, como aponta Ramalho (2003), se, de facto, é difícil termos certezas quanto ao número de emigrantes, mais difícil ainda será determinar o número de regressados. Apesar do regresso a

⁸⁶ “Um teste estatístico não-paramétrico é baseado em um modelo que especifica somente condições muito gerais e nenhuma a respeito da forma específica da distribuição da qual a amostra foi extraída.” (Siegel & Castellan, 2006, p. 53).

⁸⁷ O Qui-quadrado permite averiguar se duas variáveis qualitativas, isto é, escalas nominais e ordinais, estão relacionadas, comparando as categorias das variáveis (Hill & Hill, 2002).

Portugal se ter efectuado, tal não significará que os emigrantes voltem à terra natal, uma vez que os emigrantes poderão preferir os centros urbanos mais próximos e porque aqueles que foram “bem-sucedidos” não encontram actividades económicas compensatórias (P. Monteiro, 1985), sendo que, segundo Domingues (2005), o mesmo fenómeno social terá ocorrido em Melgaço. Não nos devemos olvidar ainda que o fluxo emigratório, ainda que atenuado, não findou.

No sentido de averiguar um número concreto de emigrantes, sobreveio colocar a questão ao serviço da Conservatória Civil de Melgaço⁸⁸, contudo esta instituição não dispõe de dados pertinentes. Uma outra forma de constituir a amostra de emigrantes regressados foi através das escolas mencionadas, que albergavam, sensivelmente 20%⁸⁹ de alunos que, sendo filhos de emigrantes, não nasceram em Portugal. Mas, mais uma vez, neste caso, teríamos de saber o número exacto de melgacenses com experiências emigratórias.

No que diz respeito aos emigrantes regressados, é ainda importante considerar que na construção de sentidos sociais dos inquiridos, existe um antes – socialização primária efectuada junto da família e anterior ao percurso emigratório – e um depois – socialização secundária, usualmente, realizada na actividade laboral (Dubar, 1991) e, portanto, ao longo do período emigratório –, sendo que, no entanto, no presente, se encontram a produzir sentidos sociais, constituindo-se este como um processo dinâmico e contingente face às experiências. Em consequência, conquanto a evocação que a problemática suscita, a mesma instala-se no presente, isto é, no período em que já não são emigrantes. Contudo, segundo Bruner (1997, p. 78), o sujeito: “. . . não só relata como justifica. É o si mesmo, enquanto protagonista está sempre, por assim dizer, apontando para o futuro.”. Ou seja, as informações recolhidas assentam no passado, ancoram-se no presente e projectam-se no futuro. Este facto poderá ter condicionado a resposta a algumas questões, provocando reacções defensivas. Assim sendo, o olhar, ou seja, a perspectiva dos inquiridos regressados será também a de um residente.

⁸⁸ Ver questionário, em anexo, na página 62.

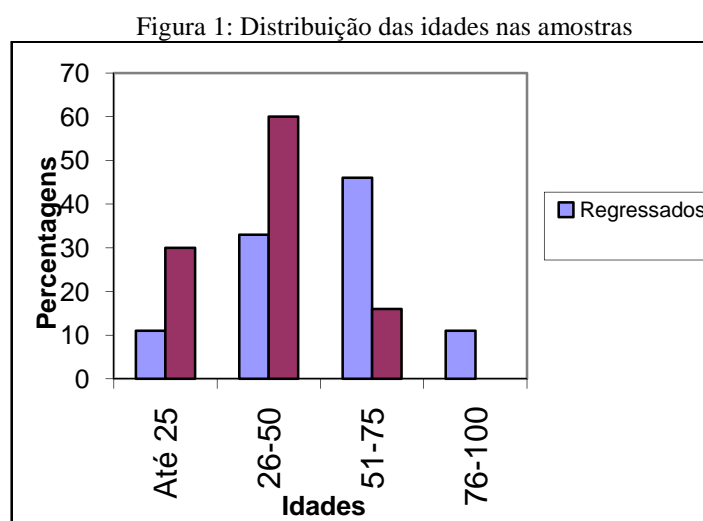
⁸⁹ No estudo de Rocha-Trindade, Baptista, Mendes e Teodoro (1988), o distrito de Viana do Castelo tinha uma percentagem de 20,2% de população escolar relacionada com a emigração, sendo esta a maior percentagem do país. Melgaço, neste estudo, aparece com valor indeterminado.

II. Estudo empírico

6. Percursos emigratórios

6.1 Caracterização sócio-demográfica das amostras

A descrição dos percursos emigratórios faculta uma dimensão espacial e temporal acerca do fenómeno emigratório (Rocha-Trindade et al., 1995), permitindo comparar tempos e espaços, sobretudo no que diz respeito às ocupações profissionais. Para além de facultar informações acerca das condições do fluxo emigratório. No que diz respeito à caracterização sócio-demográfica, ela é relevante, na medida em que condiciona a leitura dos resultados, pois nela se encontram a distribuição dos géneros, dos graus de escolaridade e das idades dos sujeitos.

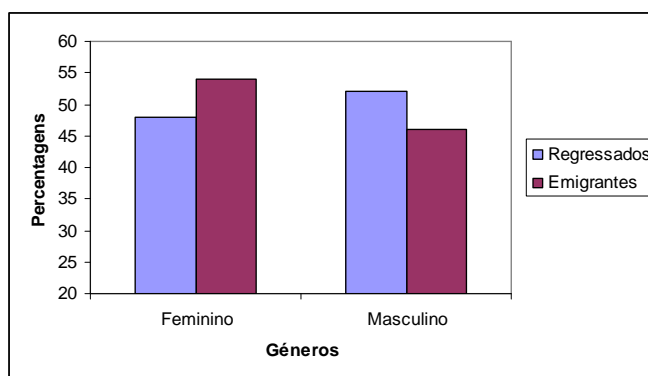


A idade média dos regressados é de 53 anos. De entre os regressados 46% têm entre os 51 e os 75 anos de idade, seguindo-se aqueles indivíduos entre os 26 e os 50 anos com 33%. A amostra de emigrantes é mais jovem, pois, a média das idades é de 36 anos, tendo 30% de sujeitos até aos 25 anos, quando nos regressados eles são somente de 11% e a maioria dos sujeitos, ou seja, 60% têm entre 26 a 50 anos de idade, constituindo-se como o valor mais destacado das duas amostras. Os inquiridos emigrantes com mais de 51 anos são apenas 16%, não existindo qualquer participante com mais de 76 anos, quando nos regressados eles são 11%.

Nos regressados a idade média, aquando do início dos percursos emigratórios, foi de 19 anos. O tempo médio da estadia foi de 28 anos e o retorno realizou-se, em média, aos 44 de anos de idade, ou seja, o regresso efectua-se em plena idade activa⁹⁰. A idade média, do início dos percursos emigratórios, para os emigrantes é de 14 anos de idade.

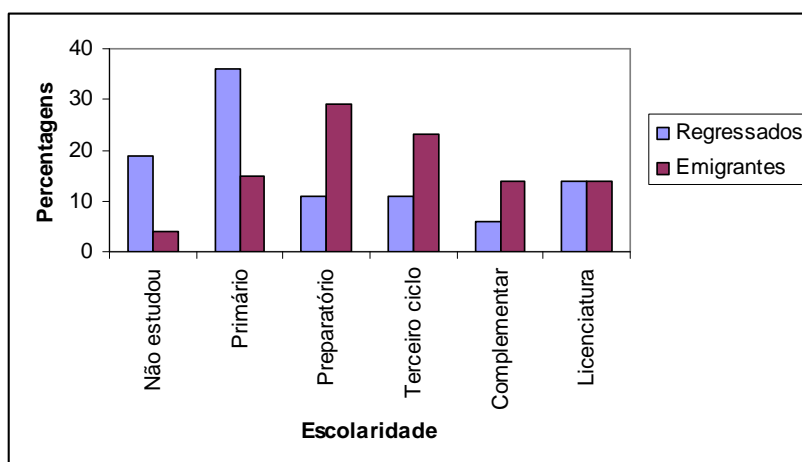
A maioria dos questionados nasceu em Melgaço: 76% dos regressados e 69% dos emigrantes. Nos regressados existem 12% de participantes nascidos em França, sendo que, nos emigrantes, esta expressão é de 23%.

Figura 2: Distribuição dos géneros nas amostras



Nos regressados, 48% são mulheres e 52% são homens, pelo contrário, nos emigrantes 54% são mulheres e 46% são homens, ou seja, nos regressados existem mais homens e nos emigrantes mais mulheres.

Figura 3: Distribuição da escolaridade dos regressados e dos emigrantes



⁹⁰ Nos estudos de M. Silva et al. (1984), de Cepeda (1991) e na emigração oitocentista, de acordo com Alves (1994), o regresso faz-se também em plena idade activa.

Nos regressados sobressaem os sujeitos com o ensino primário, isto é, 36% – 51% dos homens e 21% das mulheres⁹¹: $X^2(7, N = 163) = 26.436, p = .000$ –, seguindo-se aqueles que não estudaram com 19%: 23% de mulheres e 15% de homens. São, portanto, as mulheres que têm menor escolaridade. Os sujeitos com o ensino preparatório e o terceiro ciclo são 11%, sendo ainda que 6% dispõem do ensino complementar. Nos emigrantes, o predomínio é do ensino preparatório com 29%, seguindo-se o terceiro ciclo com 23% e o ensino primário com 15%. O ensino complementar com 14% e somente 4% dos sujeitos não estudaram, existindo 4% para cada género. Os licenciados são 14%⁹², em ambas as amostras, constatando-se que são elas que sobressaem de forma manifesta: 23% das regressadas face a 6% de homens e 21% das emigrantes perante 4% dos homens. Conclui-se, pois, que dos regressados para os emigrantes, as qualificações académicas têm aumentado, sendo que este acréscimo é notável nas mulheres. Por último, as respostas obtidas nas qualificações técnico-profissionais são escassas⁹³.

Em ambos os grupos amostrais, a França foi o país de destino preferencial. Ao longo das entrevistas, algumas pessoas mostraram terem emigrado para distintos países. Nos regressados, 7%, ou seja, o segundo valor mais elevado, emigrou para o Canadá. Nos emigrantes, 83% dos sujeitos encontram-se em França, em detrimento de 68% de regressados que se encontravam em França, estes dados apontam para o aumento do fluxo para aquele país. Para os actuais emigrantes, o segundo país de emigração é a Suíça: 4%.

6.2 As razões da emigração

Na construção do questionário foram utilizados as tipologias presentes na literatura, assim como o material extraído a partir das entrevistas, na tentativa de o adequar à realidade melgacense. Em qualquer caso, no registo do inquérito por

⁹¹ Nos emigrantes as diferenças na distribuição dos géneros não são estatisticamente significativas ($p > .050$). As distribuições correspondem aos quadros 1 e 2, os quais estão, em anexo, na página 85.

⁹² Segundo o INE (2001), a percentagem de licenciados, em 2001, em Portugal era de cerca de 12%, ou seja, as percentagens encontradas são superiores, no entanto, este valor parece dever-se à constituição das amostras, uma vez que estas são intencionais ou por conveniência. O grau de bacharel e o ensino técnico profissional não foram incluídos na figura, pois os seus resultados são demasiado escassos; o mesmo procedimento foi aplicado para os quadros de distribuição em anexo.

⁹³ Somente três sujeitos em cada uma das amostras revelaram terem qualificações técnico-profissionais.

questionário, a tipologia apresentada apenas pretende fornecer um modelo de análise e não uma análise “realista” da realidade observada (Pires, 2003). A tarefa não é somente a de seleccionar e organizar os materiais, mas torná-los compreensíveis e significativos para o meio social de pertença.

As tipologias expostas e a sua interligação descrevem ainda a evolução histórica da problemática, na qual as abordagens económica ou política-administrativa eram dominantes, conferindo lugar à inclusão de variáveis contextuais, as quais se evidenciam nas relações entre os indivíduos (Pires, 2003), como a inclusão da família enquanto núcleo da decisão de emigrar (Leandro, 2004; Maia, 2003). Adensando a complexidade do fenómeno, o percurso emigratório, apenas numa família, também varia imenso, senão vejamos o testemunho da melgacense San-Payo (2000): “Meu tio emigrou para a Argentina e por lá ficou . . . Manuel meu pai . . . foi para o Rio de Janeiro . . . Porém, o apego à família e ao seu país fizeram-no regressar.” (p. 144).

O factor político, por sua vez, é realçado como elemento impulsionador da emigração (Almeida & Barreto, 1974; Brettell, 1991; P. Monteiro, 1985; Pereira 1981, 1990, 1993; Rocha, 1965), na medida em que condiciona o desenvolvimento económico e a repartição da riqueza. O factor político impõe ainda um enquadramento legal à decisão de emigrar, o qual, em Portugal, era tipicamente restritivo, favorecendo a emigração ilegal. No discurso literário, a variável política aparece em F. Castro (1984, [1930]), uma vez que as diferenças sociais e económicas se fundam no comportamento entre os seres humanos.

A variável aventura foi introduzida, pois, ela é atribuída como uma característica “intrínseca” dos portugueses, desde os descobrimentos. Contudo, mediante uma análise comparativa, outros povos emigraram tanto ou mais do que os portugueses, por exemplo, os galegos, os quais emigraram também para Portugal (Alves, 1992), permanecendo o ditado popular de teor discriminatório: “trabalhar como um galego”.

A vertente cultural também emerge nas entrevistas, sendo atribuída ainda por Torga (2003, [1931]), Namora (1997, [1967]) e M. Antunes (1981). Sanchis (1983), no que diz respeito aos melgacenses, descreve o encontro entre jovens residentes e emigrantes, na serra da Peneda (freguesia montanhosa do concelho de Arcos de

Valdevez), ponto de romaria, onde os jovens procuravam nos emigrantes respostas para as suas inquietações. O conflito laboral também foi incluído, uma vez que esta foi registada nas entrevistas⁹⁴.

Um outro tipo de estudos têm vindo a realçar a importância da interligação das componentes intrapsíquicas e sociais, na medida em que ambas se determinam mutuamente, sendo que o estabelecimento intrapsíquico da confiança básica⁹⁵ (Costa, 1991; Gleitman, 1993; Sprinthall & Collins, 1999) no mundo permitiria o explorar do mesmo, podendo conduzir a um percurso emigratório. Estes estudos têm como ponto de partida a abordagem psicanalítica de Erikson (1968, 1994). Foi o psicanalista e antropólogo de origem alemã e dinamarquesa que introduziu o constructo da identidade na psicologia. O sentimento de identidade emerge a partir da interacção entre os mecanismos sociais e individuais, no percurso de vida de Erikson foram as condições históricas – o nazismo – que conduziram à introdução dos factores sociais na psicanálise (Coles, 2000). No registo sociológico, Giddens (1994) retoma o conceito de confiança básica, o qual se refere ao primeiro estágio de desenvolvimento psicossocial, ou seja, a confiança básica versus desconfiança básica. Assim dispondo, a confiança básica revela-se também importantíssima nos sistemas socioeconómicos (Giddens, 1994). Ora, para emigrar é necessário depositar uma confiança básica nas informações obtidas (Castles, 2005; Pires, 2003; Portes, 1999). Usualmente, para os indivíduos com maior grau académico, a decisão de emigrar dependerá do conteúdo das informações obtidas através da comunicação social e das instituições formais. Para aqueles com menor educação académica serão as pessoas mais achegadas a fonte de informação. O factor da confiança básica não foi directamente afectado ao questionário, constituindo-se como uma limitação do estudo e um desafio futuro.

As causas para a emigração, de qualquer modo, não repousam num único factor, mas na relação entre elas, sendo que as tipologias descritas são insuficientes para a descrever. Como ter-se-á oportunidade de constatar, o elemento comum entre os discursos é a problematização da emigração, ou seja, a simples atribuição para os percursos emigratórios encerra também a forma de encarar a emigração e, em

⁹⁴ Ver, em anexo, as entrevistas 6 e 8, respectivamente, nas páginas 21 e 25.

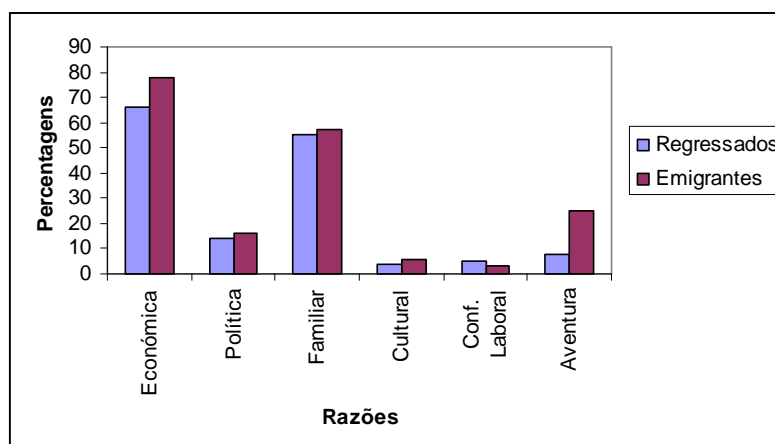
⁹⁵ “I dominate a sense of basic trust, which I think is an attitude toward oneself and world deriving from the experiences of first year of life” (Erikson, 1994, p. 57).

consequência, o passado, o presente e o futuro da comunidade de pertença. Nas entrevistas, os inquiridos alicerçam as suas respostas no passado histórico, tendo em consideração a situação ou a predisposição do presente e projectam-se no futuro. As respostas individuais projectam, pois, uma perspectiva colectiva, tal como Ferrarotti (1986) aponta. Na determinação das causas do fenómeno emigratório, em qualquer caso, a problematização não se centra apenas na economia ou na política, mas na cultura em sentido alargado. Este registo complexo pode-se encontrar na literatura, isto é, em “Emigrantes” de F. Castro (1982, [1928]). O protagonista do romance é Manuel da Bouça, homem de escassos recursos e com cerca de cinquenta anos de idade, no qual o motivo poderá parecer somente económico, contudo, dada a profundidade psicológica da personagem, podem-se ainda entrever outros como a inveja ou a cobiça⁹⁶.

No registo comparativo, em M. Silva et al. (1984), Cepeda (1991), Medeiros e Madeira (2003) ou Ramalho (2003), a motivação preponderante era a económica. Kemp e Morrisset (Citados por Alpalhão & Rosa, 1980) num inquérito realizado junto dos emigrantes portugueses em Hull, no Canadá, mostraram que 73% dos indivíduos emigraram para procurarem uma vida melhor, 12% por razões sociopolíticas e 16% pela melhor qualidade de vida, é curioso constatar que a primeira e a terceira razões apontadas remetem para o registo económico, sendo que o motivo económico encontra diversas formas de se manifestar consoante o desenvolvimento sociocultural da sociedade em causa, ou seja, no caso da sociedade canadiana, a forma de encarar o fenómeno social condicionou a própria forma de o questionar. De qualquer modo, como já foi afirmado, a tipologia apresentada pretende ser um modelo de análise e não uma análise realista.

⁹⁶ “A aldeia era terra sem futuro e os exemplos dos que enriqueceram no Brasil mostravam-se mais numerosos do que barbas sem pego onde se deita dinamite.” (F. Castro, 1982, [1928], p. 31).

Figura 4: Razões para emigrar em ambas as amostras



66% dos regressados consideram a razão económica *muito importante*, isto é, 76% de homens e 53% de mulheres: $X^2(3, N = 138) = 10,782, p = .013$. Segue-se a razão familiar com 55% de sujeitos, assistindo-se, aqui, a um predomínio feminino, ou seja, 76% são mulheres e 39% são homens: $X^2(3, N = 128) = 20,629, p = .000$. A dimensão política é desvalorizada, obtendo 14%, no entanto esta razão sobressai nos indivíduos entre os 51 e os 75 anos com 21%, o que nos remete, em termos históricos, para a política restritiva do Estado Novo: $X^2(9, N = 122) = 22,432, p = .008^{97}$. A seguinte opção considerada como *muito importante* foi a aventura: 8%. A razão conflito laboral obteve somente 5%. Por último, a razão cultural emerge com apenas 4%. Na opção de resposta outras razões, somente cinco sujeitos responderam, sendo, em duas delas, o casamento a razão fundamental, o que reforça a componente familiar.

Para os emigrantes, os valores obtidos são muito semelhantes, à exceção da categoria *aventura*, a qual obteve o terceiro resultado mais relevante, ou seja, 25%, sendo que 71% destes indivíduos têm o terceiro ciclo de escolaridade: $X^2(15, N = 32) = 26,545, p = .033$. Em termos profissionais, 29% são, agora, operários e igual valor é encontrado no sector dos serviços: $X^2(21, N = 31) = 38,113, p = .013$. Porém, a razão predominante é também a *económica* com 78%, constituindo-se como o valor mais elevado das duas amostras. É curioso verificar que 50% dos mais jovens dizem ainda ser este o motivo *muito importante*, reforçando o motivo económico como factor repulsivo, mesmo entre os mais jovens emigrantes, apesar do valor da distribuição, entre os 26 e os 50 anos, ser 91%: $X^2(4, N = 36) = 9,635, p = .047$. Segue-se a razão familiar,

⁹⁷ As distribuições dos géneros e das idades dos regressados correspondem aos quadros 3, 4 e 5 e estão, em anexo, na página 85.

a qual se eleva para 57%, obtendo um resultado mais expressivo do que na amostra de regressados. A razão política, curiosamente, eleva-se também para 16%, assim como a razão cultural para 6%. O conflito laboral, por seu turno, desce para 3%. Nos sujeitos até aos 25 anos, o motivo cultural colhe 40% e o laboral 25%, estes valores são os mais destacados na distribuição etária, respectivamente, $X^2(6, N = 33) = 14,967, p = .021$ e $X^2(6, N = 31) = 12,960, p = .044$ ⁹⁸. Concluindo, a razão económica predomina, em ambas as amostras, sendo que, no entanto, esta categoria tem ganho relevância junto dos emigrantes e é ainda importante junto dos emigrantes mais jovens. O motivo familiar é também mais elevado nos emigrantes.

6.3 A clandestinidade

A questão da clandestinidade da emigração portuguesa, no registo da evolução da problemática dos fluxos emigratórios descrita por Castles (2005), remete para o âmbito político-administrativo, a qual, a par da económica e da familiar, se constitui como uma das grandes áreas na abordagem das migrações⁹⁹. Na análise da literatura efectuada (Castles, 2005; Castles & Miller, 1996; Figueiredo, 2005; Pires, 2003; Portes, 1999; Ramalho, 2003; V. Santos, 2004), as restrições à emigração constituem-se como uma característica internacional, uma vez que a livre circulação de pessoas coloca em questão o equilíbrio internacional dos Estados e, inclusivamente, das respectivas “identidades” (International Organization for Migration [IOM], 2005; Baganha, 2005). Neste contexto, em Portugal, em meados do século XX, o reagrupamento familiar era afigurado com receio¹⁰⁰.

No que diz respeito ao direito internacional dos trabalhadores migrantes e das suas famílias, a legislação é muito recente, tendo sido adoptada apenas em 1993, na Conferência Mundial de Direitos Humanos¹⁰¹ (IMO, 2005, p. 10). No entanto, na

⁹⁸ Os quadros das distribuições dos graus de escolaridade 6, das profissões 7 e das idades 8, 9, 10, referentes aos emigrantes estão, em anexo, na página 86.

⁹⁹ Em Melgaço, o romance de Ricardo (1981) e a crónica romanceada de Rocha (1965) constituem-se como bons exemplos da ênfase atribuída à vertente político-administrativa.

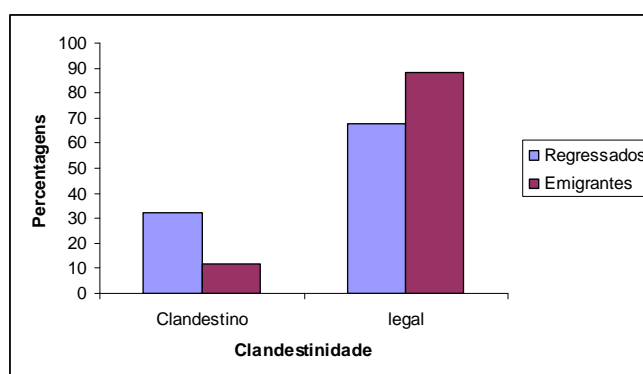
¹⁰⁰ A este propósito: “Quanto à emigração por chamamento familiar permitiu-se admitir que ela poderá contribuir para transformar uma emigração, que eventualmente poderia ter um carácter provisório, em emigração definitiva, se assim se lhe pode chamar, pois, anulará os laços sentimentais que assegurem o português residente em qualquer parte do mundo à mãe-pátria.” (Notícias de Melgaço, 21 de Abril de 1963, ano XXXV, nº 1463).

¹⁰¹ Segundo Rocha-Trindade et al. (1995), a Convenção Internacional de Protecção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros das suas Famílias realizou-se, em 18 Dezembro de 1990, no

realidade, a situação actual é preocupante, pois, dos 30 países que rectificaram aquele instrumento internacional a maioria não são países de acolhimento (Naciones Unidas, 2005).

O estudo da clandestinidade deverá ter em consideração as condicionantes de ambos os Estados, assim como as internacionais (Baganha, 1991; Oliveira, 2007). A questão da determinação¹⁰² do número de emigrantes clandestinos é uma antiga questão, já levantada em Martins (1956, [1887]), até porque Portugal, usualmente, restringiu a livre emigração (Pereira, 1981, 1990, 1993).

Figura 5: A clandestinidade



Em Melgaço, mais de metade dos regressados, isto é, 68%, emigraram de forma legal e 32% de forma clandestina¹⁰³. Os homens fizeram-no bem mais do que as mulheres, 44% face a 16% de mulheres: $X^2(1, N = 142) = 13,087, p = .000$. O predomínio dos homens remete para as condições políticas do Estado Novo, até porque os sujeitos desta amostra têm em média 53 anos de idade e, efectivamente, 53% dos sujeitos com mais de 76 anos e 43% dos indivíduos entre os 51 e os 75 anos emigraram de forma clandestina, não existindo qualquer indivíduo com menos de 25 anos: $X^2(3, N = 141) = 21,405, p = .000$.

A frequência escolar destes inquiridos é escassa, sendo que são 48% a disporem do ensino primário e 47% dos que não estudaram e ainda 19% com o preparatório: $X^2(6, N = 142) = 28,287, p = .000$. Deste modo, é verosímil que 21% dos sujeitos fossem

seio da Organização das Nações Unidas. Este terá sido, pois, o precedente da referida conferência, resultando na legislação sobre os trabalhadores migrantes.

¹⁰² A dificuldade em determinar o número de clandestinos decorre, evidentemente, do seu carácter ilegal.

¹⁰³ De acordo com C. Ribeiro (1986b), entre 1960 e 1984, a emigração legal atinge os 62,9% e a clandestina 37,1%. No entanto, estes valores, apesar da sua credibilidade, são apenas aproximados.

trabalhadores não qualificados, 48% dos operários, 67% das domésticas – remetendo para um reagrupamento familiar clandestino – e apenas 5% pertenciam ao sector dos serviços: $X^2(8, N = 130) = 23,264, p = 003^{104}$. Nos emigrantes, a diferença entre legais e ilegais é ainda mais eloquente, pois 88% dos sujeitos emigraram de forma legal, em detrimento de somente 12% que terão emigrado de modo ilegal.

6.4 As redes sociais de suporte

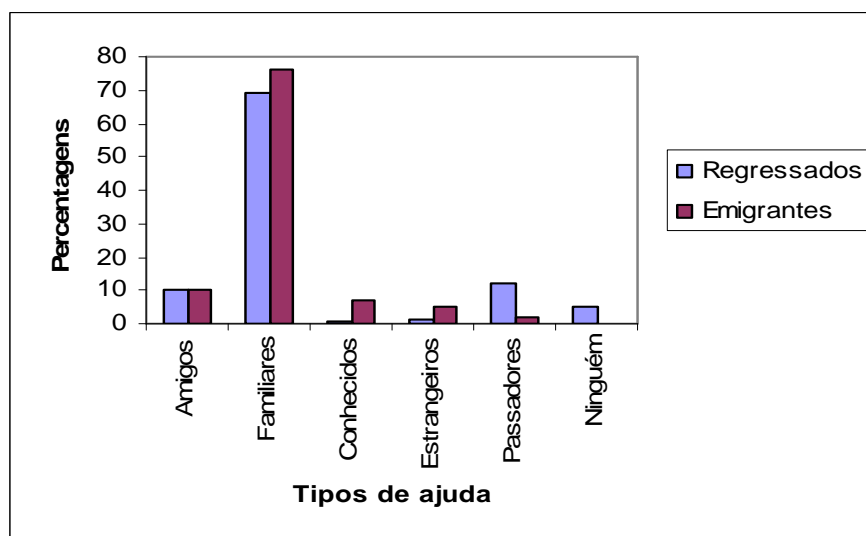
Quer a emigração seja clandestina ou legal, após o estabelecimento dos primeiros imigrantes, inicia-se a imigração através das redes de suporte social. Estas últimas fomentam a emigração, estabelecendo uma interdependência entre o espaço de partida e o de acolhimento, sendo que possibilitam um atenuar das dificuldades de integração, diminuem a possibilidade de discriminação e as dificuldades económicas, assim como fornecem informações acerca do mercado de trabalho no exterior e no interior da rede social (Pires, 2003; Portes, 1999). No registo da saúde mental, as redes de suporte social constituem-se como garantes da saúde mental dos emigrantes. (IOM, 2003; Rosa & Roma, 2002), uma vez que reduzem as possibilidades de eclodir um transtorno de adaptação (American Psychiatric Association, 2002). A separação da família, o isolamento, a incompreensão da língua e a não adaptação às novas normas sociais são condicionantes psicopatológicas (Minga, 1985; Simões, 1985), quando a mudança de espaço de vida é notável (B. Santos, 1987).

Na emigração continental, de início, as redes sociais eram estabelecidas entre homens jovens. Posteriormente, no país de acolhimento, as redes sociais encontram-se relacionadas, entre outros fenómenos, com o reagrupamento familiar. Em França, em 1968, a alteração da lei permitiu o reagrupamento familiar e a partir de 1974 a emigração familiar era maior do que a efectuada isoladamente (Neto, 1985). Em 1977, é assinado um acordo entre ambos os países (Rocha-Trindade et al., 1995; V. Santos, 2004). O reagrupamento familiar introduz as portuguesas no mercado de trabalho, até porque a expectativa dos percursos emigratórios era de brevidade. A elevada percentagem de actividade das mulheres terminou por fomentar a aculturação dos filhos, uma vez que estes eram socializados em infantários franceses. O reagrupamento

¹⁰⁴ Os quadros de distribuições dos géneros 11, das idades 12, dos graus de escolaridade 13 e das profissões 14, referentes à clandestinidade dos regressados, encontram-se, em anexo, na página 87.

veio também romper com a perspectiva de um percurso emigratório breve, fazendo emergir a “ideologia do retorno” (Brettell, 1984). A “ideologia do retorno” pressupõe uma perspectiva de brevidade dos percursos emigratórios e o desejo de acumular, nesse período de tempo, o máximo de capital económico possível, até porque uma integração mais prolongada lhes estava vedada. Contudo, a integração social no espaço francês, para além do restrito âmbito laboral, pressupõe a adesão à cultura de acolhimento (Castles & Miller, 1996), o que propicia um acentuar da ambiguidade cultural. Tendo em atenção o reagrupamento familiar, o estabelecimento de laços mais profundos com o espaço de acolhimento e o prolongamento dos percursos emigratórios, as relações espaciais entre ambos os espaços intensificam-se, dando origem ao vaivém característico da emigração portuguesa continental. Actualmente, a constituição das redes de suporte social, no concelho de Melgaço, poderá relacionar-se ainda com a crescente desertificação humana e física, pois para muitas famílias a maioria dos seus membros são emigrantes. No questionário entregue à Escola Profissional do Alto-Minho Interior e à EB 2,3/S de Melgaço, verifica-se que não existe relação directa entre o abandono escolar e a emigração. Na escola profissional, afirmou-se que os alunos emigram somente após terem terminado o curso. E, curiosamente, o abandono escolar incide nas freguesias da zona ribeirinha, quiçá, porque as restantes se encontram demasiado desertificadas. No entanto, nesta mesma instituição, constata-se uma relação directa entre as redes sociais e a emigração¹⁰⁵.

Figura 6: Ajuda obtida no início do percurso emigratório

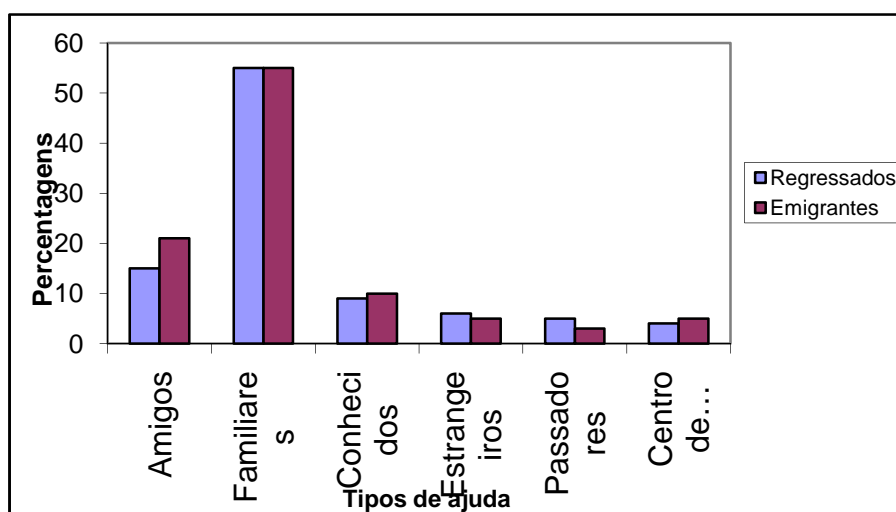


¹⁰⁵ A responsável pelo estabelecimento de ensino afirma que: “Sim, dos nossos alunos que emigraram alguns tinham familiares em França e na Suíça.” (Ver questionário, em anexo, na página 58).

A ajuda obtida, no início dos percursos emigratórios, remete para o facto da ajuda recorrer ou não no interior das redes sociais de suporte. Ora, 69% dos regressados e 76% dos emigrantes obtiveram ajuda através de familiares¹⁰⁶. O elemento familiar é especialmente relevante para as mulheres regressadas, pois detém 89% da distribuição, reafirmando a força do reagrupamento familiar inicial, face a 53% de homens: $X^2(6, N = 140) = 25,842, p = .000$. A opção de resposta *amigos* detém 10% para ambas as amostras, sendo que para os regressados a segunda opção de resposta é o *passador*: 12%. Nos emigrantes a distribuição dos géneros no motivo familiar é também expressiva, embora sem distribuição estatística significativa ($p > .050$)¹⁰⁷: 86% de mulheres e 67% de homens.

6.5 As redes sociais de suporte e o emprego

Figura 7: Ajuda para obter emprego



No que diz respeito ao suporte social necessário para se obter um emprego é também o meio familiar¹⁰⁸ que se realça de importância atribuída: 55% para ambas as amostras. Seguem-se *os amigos* com, respectivamente, 15% nos regressados e 21% nos emigrantes. Nas mulheres o predomínio do suporte familiar é notável: nas regressadas

¹⁰⁶ A família também se poderá constituir como um factor repulsivo, tal como sucedeu ao entrevistado número nove, adquirindo uma conotação negativa.

¹⁰⁷ Os respectivos quadros de distribuição dos géneros, ou seja, o quadro 15 dos regressados e quadro 16 dos emigrantes, encontram-se, em anexo, respectivamente, nas páginas 87 e 88.

¹⁰⁸ No estudo de Medeiros e Madeira (2003), elaborado nos Açores, os apoios no país de acolhimento também eram facultados mediante as redes de suporte familiar.

com 70% face a 46% de homens: $X^2(6, N = 127) = 19,972, p = .003$. Na amostra de emigrantes é de 58% para 53% de homens: ($p > .050$). A família persiste em ser o meio para se obter um emprego, inclusivamente, por entre os licenciados: 75% dos regressados, constituindo-se como o valor mais elevado da categoria, e 67% de emigrantes, assumindo-se como o segundo valor mais expressivo, após 88% de inquiridos com o terceiro ciclo¹⁰⁹. O predomínio familiar na ajuda obtida para o início dos percursos emigratórios e o constatado na obtenção de emprego apontam para uma reprodução do fluxo emigratório.

6.6 As ocupações profissionais

As questões das ocupações actuais, antes e durante o percurso emigratório remetem para a diferença entre os processos de socialização primária e secundária, assim como para a presumível mobilidade social ascendente, a qual estaria na origem do conflito entre a comunidade emigrante e a residente. Em Melgaço, antes da emigração se constituir como um elemento capaz de potenciar a mobilidade social ascendente, somente o contrabando e a extracção e a venda de volfrâmio se constituam como factores desequilibrantes do *status quo*. Em termos psicológicos, tanto a actividade de exploração do volfrâmio como a do contrabando, terão não apenas incrementado a qualidade de vida dos melgacenses, como também aumentaram as expectativas de vida¹¹⁰. Na altura da II Grande Guerra, a única actividade com interesse económico era a exploração do volfrâmio¹¹¹. Findo o negócio do volfrâmio, restavam as actividades do contrabando e da emigração. No que diz respeito a esta última, segundo P. Monteiro (1985), o trabalho industrial e assalariado permitia ganhos marginais, os quais não eram auferidos nas explorações agrícolas de subsistência. A emigração viria, pois, a propiciar

¹⁰⁹ As distribuições são estatisticamente significativas nas duas amostras, respectivamente, $X^2(36, N = 127) = 59,151, p = .009$ nos regressados e $X^2(30, N = 38) = 65,754, p = .000$ nos emigrantes. Os quadros de distribuição dos géneros correspondem aos quadros 17 dos regressados e 18 dos emigrantes. O 19 corresponde à distribuição dos graus de escolaridade dos regressados e o quadro 20 ao dos emigrantes. (Ver, em anexo, na página 88).

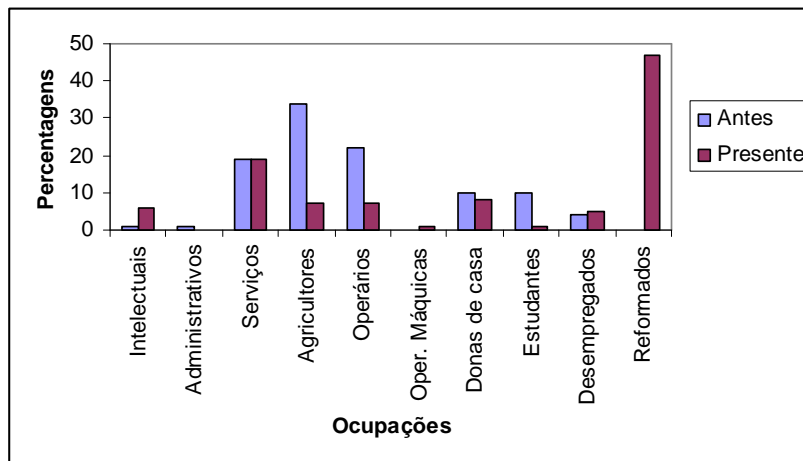
¹¹⁰ A actividade de exploração do volfrâmio permitiu a introdução de novas tecnologias, as quais impulsionaram o desenvolvimento (Lage, 2002). Por seu turno, a venda de volfrâmio é paralela ao contrabando, pois este minério também era contrabandeado, tornando as fronteiras mais permeáveis e comunicáveis (Lage, 2002).

¹¹¹ A. Ribeiro (1944) compôs uma minuciosa descrição desta realidade. Diz o melgacense Domingues (2005), acerca do próprio pai: “Terminada a guerra, o volfrâmio deixou de ter interesse e pensou em emigrar. Foi dos primeiros a tentar por ainda dispor de dinheiro amealhado . . .” (p. 35). A exploração mineira deixou de ter interesse económico a partir de 1958 (Lage, 2002), coincidindo com o aumento da emigração continental.

a mudança de espaço de vida, isto é, de um espaço rural passa-se para um industrial (Alpalhão & Rosa, 1983; P. Monteiro, 1985), manifestando-se numa distinta socialização secundária.

As respostas obtidas foram agrupadas segundo a Classificação Nacional das Profissões do Instituto de Emprego e Formação Profissional (2006)¹¹². Através da comparação entre a actividade anterior ao percurso emigratório e a actividade laboral actual, pretendeu-se verificar se existiu uma alteração do padrão de vida e, nomeadamente, verificar se existe uma mobilidade social ascendente, aquando do regresso, remetendo para a hipótese correspondente.

Figura 8: Ocupações dos regressados antes de emigrar e actuais



O predomínio anterior de regressados que se dedicavam à agricultura decresce de 34% para 7%¹¹³. A mudança das ocupações, também ocorreu em Portugal, entre 1960 e 1973, segundo Lopes (1996), 600.000 indivíduos abandonaram a lavoura (INE, 2002). O número de operários também diminuiu, antes eram 22% e, agora, são 7%. O sector de serviços permanece nos 19%. A maioria dos regressados encontra-se reformada, isto é: 47%. Ora, como ter-se-á ensejo de verificar, sendo a idade média,

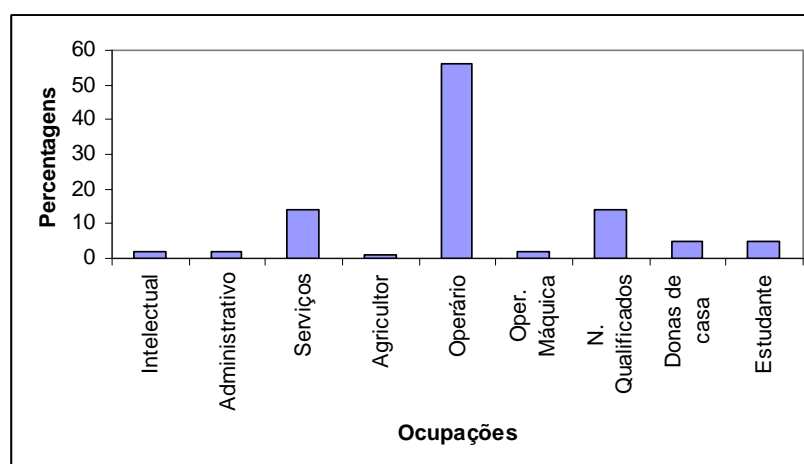
¹¹² Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores; especialistas das profissões intelectuais e científicas; técnicos e profissionais de nível intermédio; pessoal administrativo e similares; pessoal dos serviços e vendedores; agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas; operários, artífices e trabalhadores similares; operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem e, por último, trabalhadores não qualificados. Apesar de não se constituírem como actividades laborais, foram incluídas outras classificações, pois, elas apareceram nas respostas. Essas categorias são: desempregados, reformados, estudantes e donas de casa.

¹¹³ Em Bragança, no estudo de Cepeda (1991), 53% dos 68,7% sujeitos que se dedicavam à agricultura retornaram à mesma ocupação. No entanto, apesar do regresso à agricultura, a inovação na produção agrícola foi escassa: 19%. No estudo de M. Silva et al. (1984), para além do regresso à agricultura, sucedeu também o retorno para o sector da construção civil.

aquando do regresso, de 44 anos, admite-se que preside o interesse em não investirem na constituição de um negócio, em Melgaço. Actualmente, 6% dos sujeitos são especialistas das profissões intelectuais, sendo que o predomínio nas profissões intelectuais recai sobre as mulheres com 9% face a 4% dos homens: $X^2(7, N = 112) = 29,890, p = .000$. Em detrimento de apenas 2% de mulheres, antes de emigrarem: $X^2(8, N = 135) = 33,874, p = .000$. Portanto, entre o antes e o depois dos percursos emigratórios, apesar de se confirmar uma mobilidade ascendente, em termos socioeconómicos, em Melgaço, o impacto dessa relativa ascensão, no registo do desenvolvimento económico, é problemático. Esta questão será abordada no núcleo comportamental dos gastos ostensivos. Mas, na pretensão de estabelecer uma comparação com os actuais emigrantes, quais serão as ocupações dos regressados na condição de emigrantes?

Em termos comparativos, em 1982, segundo Tripier (1990), 73% dos emigrantes portugueses, em França, eram operários não qualificados e 21% eram qualificados. Em 1990, segundo Branco (1998), a maioria dos portugueses são operários não qualificados, nomeadamente, no seio do género feminino, embora, desde 1982, tenham diminuído. No género masculino, a actividade predominante, em 1990, continuava a ser a construção civil: 66%, quando, em 1975, era de 75%. Segundo Branco (1998), no entanto, assiste-se a uma mobilidade intersectorial, para o sector terciário, o qual, de resto, prossegue a evolução francesa.

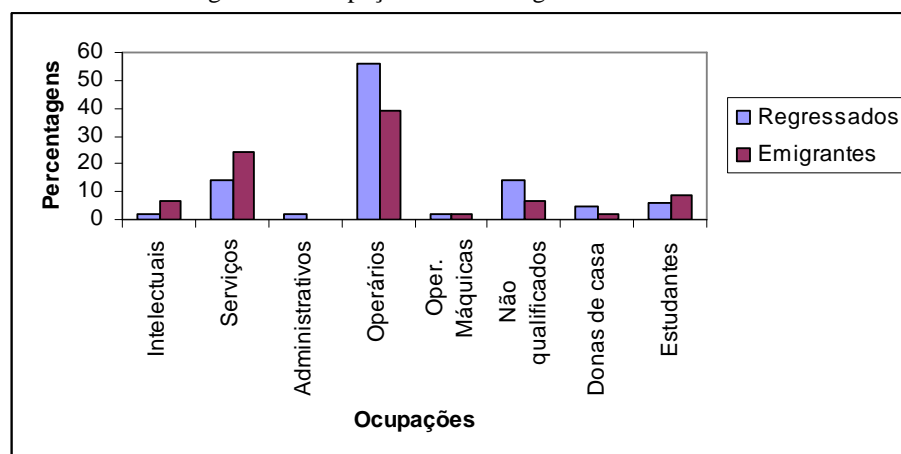
Figura 9: Ocupações dos regressados como emigrantes



Na condição de emigrantes, na amostra de regressados, assiste-se a um claro predomínio dos operários e artífices: 56%, dos quais 85% eram homens e 15%

mulheres: $X^2(8, N = 132) = 73,278, p = .000$ ¹¹⁴. Seguem-se os trabalhadores não qualificados com 14%, os quais, na totalidade, eram 35% das mulheres. Nos serviços encontravam-se também 14% dos sujeitos, dos quais existem mais mulheres do que homens, isto é, 20% de mulheres para 10% de homens. As donas de casa, antes de emigrarem, eram 26%, e, durante o período emigratório, foram 11%, confirmando a elevada taxa de actividade das mulheres. Tendo em atenção as profissões anteriores ao percurso emigratório, assiste-se a uma mudança brusca da ocupação laboral, a qual se reflectirá na mudança da socialização secundária: na passagem da agricultura para a construção civil e para sectores não qualificados.

Figura 10: Ocupações como emigrantes nas duas amostras¹¹⁵



O grupo amostral dos emigrantes permite esboçar um corte temporal. Ora, actualmente, embora o valor dos que se encontram a trabalhar como operários e artífices tenha descido de 56% dos regressados para 39% dos emigrantes, a maioria dos homens emigrantes, isto é, 71% ainda se encontra afectada a esta categoria profissional: $X^2(8, N = 46) = 22,977, p = .003$ ¹¹⁶. O grupo dos serviços e vendedores obteve um aumento expressivo: 24%, quando nos regressados eram 14%. O predomínio, aqui, é, de novo, das mulheres com 28% perante 19% de homens. No entanto, das auscultadas 12% ainda ocupam profissões não qualificadas, embora na amostra de regressadas fossem 14%. É ainda curioso constatar que 12% das mulheres são, agora, especialistas das profissões intelectuais e científicas, não existindo qualquer homem neste sector, nos regressados o

¹¹⁴ As distribuições dos géneros correspondem aos quadros 21 e 22, nos quais se encontram as profissões dos regressados antes de emigrarem e as actuais. O quadro 23, o qual remete para as profissões mantidas enquanto emigrantes, encontram-se, em anexo, na página 89.

¹¹⁵ O quadro correspondente à figura, isto é, o 24 encontra-se, em anexo, na página 89. Na representação gráfica foram retirados os reformados e os agricultores.

¹¹⁶ A distribuição dos géneros nas profissões dos emigrantes, corresponde ao quadro 25 e está, em anexo, na página 90.

valor era de 2%, sendo que também eram mulheres. É ainda o género feminino que se constitui como a totalidade dos estudantes, constituindo-se com 9% da totalidade da amostra de emigrantes, quando dos regressados eram 6%. Poder-se-ia concluir que o investimento familiar nas qualificações académicas é vertido para o género feminino. Apesar da diminuição dos operários e das trabalhadoras não qualificadas e da transferência de mão-de-obra para os serviços e do aumento das profissões intelectuais, as profissões dos melgacenses com experiências emigratórias mantêm-se, de modo global, pouco valorizadas socialmente. Estes dados serão comparados com a percepção de mobilidade social ascendente, no núcleo dos gastos ostensivos.

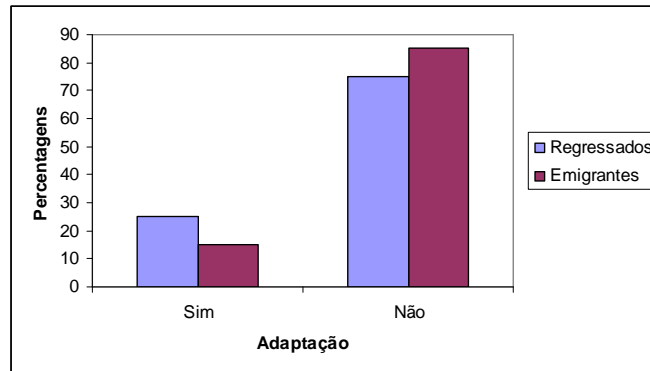
A ocupação laboral relaciona-se directamente com o grau de integração na sociedade de acolhimento, uma vez que, consoante a ocupação e os estatutos sociais atribuídos a essas ocupações, será conferido o rótulo de emigrante, ou seja, de alguém “de fora”, tal como apontou Leandro, em 1999 (Citada por Ramalho, 2003). De outro modo, a ocupação e a reprodução profissional terão tanto impacto na sociedade de acolhimento como na de partida, pois, caso não se “suba” tenderá a existir uma reprodução das ocupações laborais, o que, na sociedade de partida, se reflecte na desertificação humana, na não melhoria das qualificações técnico/profissionais, ou seja, a longo prazo, a emigração transforma-se num problema essencial e não na solução para os problemas económicos imediatos da comunidade de pertença¹¹⁷. Ora, a mobilidade profissional dos emigrantes, em França, parece ser horizontal, isto é, ela decorre da aquisição de competências no interior da própria ocupação profissional¹¹⁸, até porque a frequência de cursos técnicos e profissionais é escassa. Porém, a segunda geração tenderá a adquirir maiores competências académicas, neste caso, trata-se da mobilidade intergeracional, mas é de salientar que a reprodução do fluxo para profissões socialmente pouco valorizadas ainda persiste.

¹¹⁷ De acordo com Figueiredo (2005), actualmente, é consensual que apenas a curto prazo a emigração é benéfica para o país de partida. A. Nunes (2000), referindo-se aos fenómenos migratórios, dizia existirem três argumentos optimistas. O primeiro era o presumível regresso. O segundo era constituído pelas remessas. E o terceiro era o aperfeiçoamento profissional. Ora, tais argumentos ganham, neste estudo, contornos dúbios. Como diria A. Nunes (2000): “O êxodo que de rural se faz nacional – é sintoma e prenúncio de situações que podem ter, para toda a comunidade, aspectos muito difíceis.” (p. 83).

¹¹⁸ Para M. Silva et al. (1984), Cepeda (1991) e Medeiros e Madeira (2003), o “saber fazer” adquire-se no interior da própria actividade profissional.

6.7 A adaptação ao trabalho

Figura 11: A adaptação ao trabalho



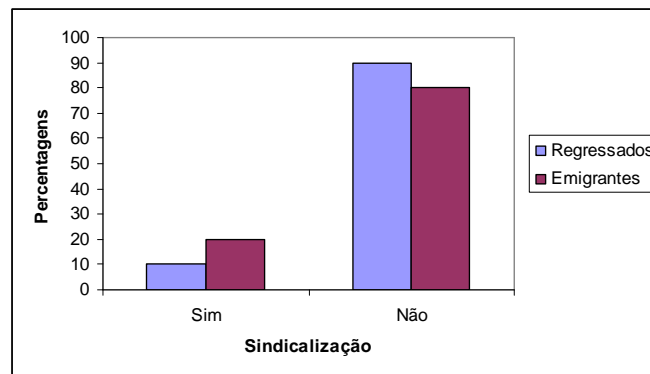
Conquanto o estatuto das ocupações laborais seja baixo, a maioria dos questionados não sentiu dificuldades na adaptação ao trabalho: 75% dos sujeitos responderam que *não*, sendo que apenas 25% dos regressados responderam que *sim*. Esta baixa percentagem é inconsistente com a dureza do trabalho da primeira geração. Nos emigrantes a maioria dos sujeitos também não experimentou qualquer dificuldade na adaptação ao trabalho, isto é, 85%, sendo que, neste caso, a percentagem dos sujeitos que responderam afirmativamente é ainda menor, ou seja, 15%.

6.8 A participação sindical

A participação nas associações sindicais revela o grau de integração na sociedade de acolhimento. No início do fluxo emigratório para França, a única forma garantida de integração social era a oferecida pela actividade laboral, constituindo-se como a porta de entrada para a aquisição de direitos sociais (Hannoun, 1985). A integração dos imigrantes polacos e italianos, em princípios do século XX, efectuou-se a partir do ambiente laboral. Os estrangeiros, em França, encontravam-se privados do direito de participar na coisa pública, exceptuando a acção sindical. A liberdade de associativismo estava condicionada ao juízo do Ministério do Interior (Tripier, 1990). Era, portanto, a função produtiva que lhes conferia direitos sociais, estando eles isentos de direitos políticos (Neto, 1985). No registo da análise das condições de partida, em Portugal, o sindicalismo era proibido e os emigrantes, em França, tinham receio de se sindicalizarem, pois seriam conotados como comunistas, aquando do regresso temporário (Domingues, 2005; C. Ribeiro, 1986b, 1986c). As condições de partida terão também, pois, influenciado o comportamento de não adesão sindical.

Em termos comparativos, de acordo com Neto (1985), em meados da década de 60, os estrangeiros sindicalizados eram apenas 10%. No caso dos sindicatos afectos à construção civil, o nível de filiação sindical é muito baixo¹¹⁹ devido à elevada percentagem de ilegais, de estrangeiros e ainda porque a maioria das empresas eram de reduzida dimensão. (Castles & Miller, 1996).

Figura 12: A participação sindical

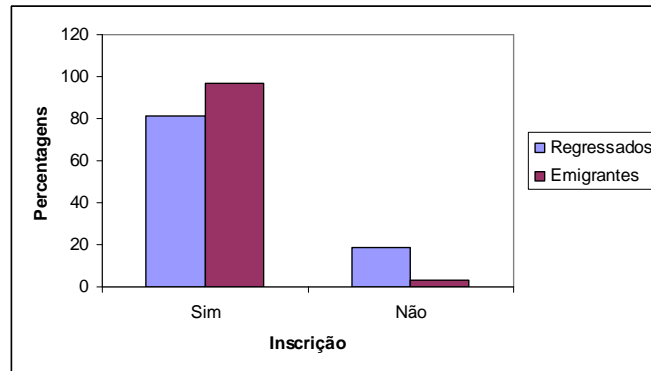


A grande maioria dos sujeitos regressados não se encontrava inscrita em qualquer associação sindical, isto é, 90%, em detrimento de 10% que pertenceram a um sindicato. Essa percentagem tende a diminuir para 80% de sujeitos emigrantes não sindicalizados e 20% de sindicalizados. Actualmente, são as mulheres a encontrarem-se sindicalizadas: 37% de mulheres para somente 5% de homens: $X^2(1, N = 41) = 6,771, p = .009$. Estes resultados poder-se-iam explicar pelo facto das mulheres deterem um grau académico mais elevado, pois, na amostra de emigrantes, o grau de adesão aumenta com a escolaridade, uma vez que a totalidade dos licenciados estão filiados, isto é, 100%, em detrimento de apenas 14% de sujeitos com o ensino primário e 7% com o ensino preparatório: $X^2(6, N = 41) = 24,505, p = .000$.

¹¹⁹ Segundo M. Silva et al. (1984), na República Federal Alemã a percentagem de sindicalização elevava-se para 30% dos portugueses.

6.9 A inscrição na segurança social

Figura 13: A inscrição na segurança social



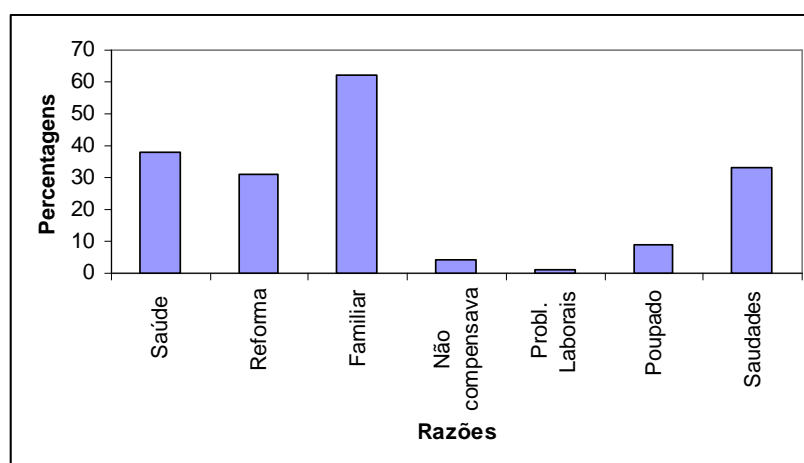
Em oposição à questão da pertença a uma associação sindical, a maioria dos sujeitos esteve inscrito na segurança social. Dos regressados 81% afirmam que estavam inscritos na segurança social e 19% que não. Nos não inscritos destacam-se 16% de trabalhadoras não qualificadas e 15% de operários e 6% dos serviços e, curiosamente, 50% de licenciados: $X^2(8, N = 124) = 22.499, p = .004$ ¹²⁰. A percentagem de inscritos incrementa-se ao ter-se em consideração os emigrantes, pois, estão inscritos 97% dos sujeitos, em detrimento 3% de não inscritos. Os valores em falta são elevados, ou seja, 23%, uma vez que alguns sujeitos são estudantes, desempregados ou, então, não responderam. Segundo Rocha-Trindade et al. (1995), o primeiro acordo celebrado entre a França e Portugal, ocorreu na década de sessenta, abrangendo a questão da segurança social. Nas conversas informais ou nas entrevistas era usual comparar ambos os espaços, tendo em consideração a vantagem retirada da segurança social francesa, sobretudo no que diz respeito às questões de saúde, pois o sistema francês é enaltecido, o que promove o vaivém e a ambiguidade cultural. Porém, para os residentes, as consultas médicas fora de Portugal constituem-se como um argumento para rebaixar e desvalorizar os melgacenses com percursos emigratórios. O desejo de acumular o máximo de capital possível não será alheio ao desejo de obter uma reforma e de regressar. Na questão da filiação sindical e na da segurança social é visível uma crescente integração na sociedade de acolhimento, a qual se efectua mediante a integração laboral, remetendo, posteriormente, para outros âmbitos.

¹²⁰ As distribuições de género e dos graus de escolaridade da filiação sindical dos emigrantes correspondem, respectivamente, aos quadros 26 e 27. As distribuições das profissões na inscrição da segurança social dos regressados corresponde ao quadro 28 e, todas elas, estão, em anexo, na página 90.

6.10 As razões do regresso

Os motivos para regressar relacionam-se com as razões de partida, mas também com o tipo de relação mantida entre ambos os espaços, uma vez que se influenciam mutuamente¹²¹. De acordo com Baganha e Peixoto (1997), o auge dos regressos terá sucedido entre os anos de 1984 e 1986. O regresso coloca o problema de uma nova mudança de espaço de vida, no que diz respeito à segunda geração de emigrantes, ao ponto de se falar de uma dupla emigração¹²² (Brettell & Rosa, 1984; Neto, 1985; Rocha-Trindade, 1992). Porém, inclusivamente, para a primeira geração, se a estadia se prolongar no tempo, o emigrante poderá não reconhecer o meio de pertença¹²³ (Namora, 1981) ou colocar em causa a união familiar (A. Antunes, 2006; Wall, 1982).

Figura 14: As razões do regresso



Em Melgaço, a percentagem mais elevada de regressos terá sido realizada por motivos familiares: 62%. O motivo familiar é relevante, de modo distinto, pois para 79% das mulheres é *muito importante* face a 48% dos homens: $X^2(3, N = 129) = 14,560$, $p = .002$. O motivo familiar poderá assumir contornos negativos, uma vez que o regresso poderá dever-se ao fracasso do projecto familiar, o qual poderá passar pela insuficiência económica ou pela deficiente adaptação psicossocial (Neto, 1986). O factor familiar é, pois, decisivo tanto na partida como no regresso, até porque são

¹²¹ “O próprio facto de se regressar (ou não) à terra de origem será, ao mesmo tempo, um sintoma do grau de adaptação que se experimenta fora e uma consequência do processo de transformação que a origem conhece.” (P. Monteiro, 1985, p. 223).

¹²² Arroteia (1992, 1998) fala em problemas de adaptação, linguísticos, deficiente acompanhamento nos estudos, impossibilidade de mobilidade social, separação familiar e ambivalência cultural, pois não depositam confiança no novo país, ou seja, em Portugal.

¹²³ Segundo Freitas (1990), o receio de não reconhecer o meio de pertença e de um novo choque de aculturação é motivo de não regresso. Neto (1986) acrescenta a dificuldade em arranjar trabalho.

também os sujeitos mais jovens que sobressaem no factor saudades¹²⁴ com 80% destes sujeitos, como que justificando o comportamento de retorno dos pais: $X^2(9, N = 116) = 20,591, p = .015$. Deste modo, serão também os licenciados quem mais se salientam nas saudades: 75% $X^2(21, N = 117) = 48,692, p = .001$. O motivo saudades é a terceira razão mais considerada, tendo obtido 33%.

O motivo *saúde* ocupa a segunda posição com 38%, são os sujeitos com mais idade que escolhem esta questão, até porque 44% dos indivíduos entre os 51 e os 75 anos regressaram por motivos de saúde, sendo que a percentagem aumenta nos sujeitos com mais de 76 anos para 59%: $X^2(9, N = 118) = 18,724, p = .028$.

O motivo reforma é a quarta razão que os sujeitos mais elegeram com 31% e, tal como o motivo saúde, tende a ser considerada pelos sujeitos com mais idade, isto é, 56% dos sujeitos com mais de 76 anos, 42% naqueles que têm entre 51 e 75 anos e apenas 13% dos sujeitos até aos 25 anos, estes últimos poderão remeter para a reforma dos seus pais, reafirmando a importância do factor familiar na partida e no regresso: $X^2(9, N = 118) = 48,132, p = .000$. Tendo em atenção as idades seria de esperar que os sujeitos tenham baixas qualificações académicas e, efectivamente, verifica-se que os resultados mais expressivos se encontram entre os indivíduos que não estudaram, isto é, 47% e 41% com o ensino primário com: $X^2(21, N = 119) = 47,145, p = .001$ ¹²⁵.

O motivo *tinha poupado o suficiente* obteve apenas 9%. Como as determinantes económicas são cruciais para a partida, o reduzido valor deste motivo, quando comparado com o motivo reforma, mostra o afincamento dos regressados em retirarem vantagens da segurança social do país de acolhimento. O “mito do retorno” revela-se, aqui, pois não é apenas a poupança, ou melhor, a acumulação de capital, que determina o retorno, mas o assegurar uma vida condigna no espaço de partida, abdicando do trabalho árduo em favor de uma reforma. Os valores menos elevados são: *não compensava* com 4% e os *problemas laborais* 1%. Os valores reduzidos destas duas últimas razões revelam uma percepção positiva do espaço de acolhimento. Por fim, o regresso poderá dever-se a motivos psicossociais, ou seja, a título de exemplo, o receio

¹²⁴ No estudo de Cepeda (1991), este foi o motivo mais apontado para o regresso.

¹²⁵ Os quadros de distribuição referentes ao regresso, isto é, do 29 ao 34, encontram-se, em anexo, nas páginas 90 e 91.

de perder os vínculos sociais e afectivos, os quais deveriam também ser incluídos no questionário, constituindo-se como uma limitação.

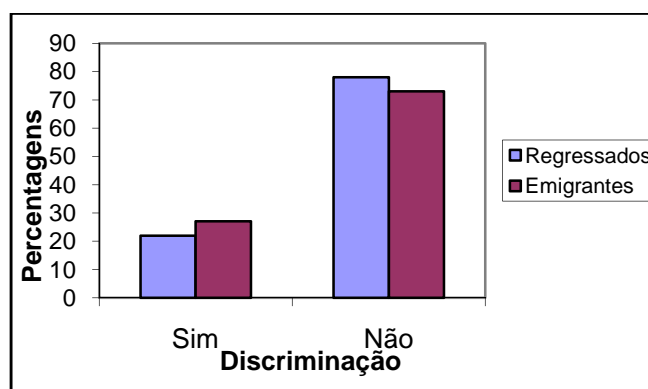
6.11 A discriminação no espaço de acolhimento

A discriminação, no espaço de acolhimento, remete para a percepção positiva ou negativa desse espaço, sendo, aqui, também comparada com a possível discriminação dos residentes. Ou seja, remete para a ambivalência cultural dos emigrantes nos dois espaços, sendo que o espaço de acolhimento, ao longo das entrevistas, foi considerado como espaço de referência económica e, por vezes, cultural. No espaço de acolhimento, segundo Tripier (1990), a discriminação operava, em primeiro lugar, entre os próprios operários emigrantes, ou seja, os “mais antigos” discriminavam os mais recentes, por exemplo, os italianos e os polacos discriminavam os portugueses. Isto porque se sentiam ameaçados, mas também porque os portugueses encarregavam-se dos trabalhos indesejados, sendo, pois, o seu estatuto social mais baixo. Nas entrevistas a questão de se retirar o ganha-pão é também verbalizada¹²⁶. No que diz respeito aos naturais dos países de acolhimento, as relações eram distanciadas (Tripier, 1990). Em França, em época de crise económica, como foi o caso do início dos anos 70, os emigrantes eram vistos como os únicos beneficiários dos fundos estatais. No entanto, essa “culpa” não se verteu, de sobremaneira, para os emigrantes portugueses, senão para os magrebinos e para os negros (Hannoun, 1985). Na esteira de Elias e Scotson (1994), a discriminação, nesta situação, opera na base da diferenciação étnica¹²⁷. A atribuição para esta diferenciação grupal é a de racismo, mas esta constitui-se apenas como uma das possíveis formas de discriminação, sendo ainda que poderá ocorrer em ambos os sentidos. Se, pelo contrário, o problema é socioeconómico, então, estar-se-á perante um problema de classe ou de estatuto social.

¹²⁶ “Não, eu, peguei-me à peleja com um, porque me disse de caras que eu fora para a França para lhe tirar o pão dele . . .”. (Ver entrevista número 12, na página 34). “Sabe que as palavras também ferem e, eu, senti mais, foi nas palavras que eles diziam, quando eles diziam, a expressão, mesmo que tivéssemos a beber um copo com os franceses ou espanhóis e italianos, a gente ‘tava a beber um copo e a expressão deles, eles diziam assim: “quando é que vais para a tua terra”. E no metropolitano lia-se: “La France pour les français”. (Ver entrevista número 8, na página 25).

¹²⁷ “The physical sign serves as a tangible symbol of the assumed anomie of the other group, of its lower worth in human terms, of its intrinsic badness”. (Elias & Scotson, 1994, p. XXXV). Segundo Raveau (1998) e Hannoun (1985), em França, as questões étnicas são fulcrais no processo de integração social. A religião, por seu turno, é referida, em diferentes tempos e contextos, por Rosa e Trigo (1996) ou Campelo (2003).

Figura 15: Discriminação no espaço de acolhimento



A maioria dos regressados, isto é, 78% não se sentiu discriminada e aqueles que se sentiram discriminados são 22%. Dos regressados eram as trabalhadoras não qualificadas que mais se sentiam discriminadas com 53%. De entre os operários e artífices somente 23% se sentiam discriminados, ou seja, poderão ser as mulheres quem mais se percebem como discriminadas, até porque 33% das donas de casa também têm a mesma percepção: $X^2(8, N = 131) = 17,191, p = .028$. Nos emigrantes, 73% não se sentem discriminados, sendo que 27% se sentem discriminados, ou seja, a percepção de discriminação tem aumentado, conquanto que ligeiramente. Efectivamente, comparando as distribuições das idades, verifica-se que os 50% dos emigrantes jovens se sentem discriminados, constituindo-se como a distribuição mais elevada ($p = .062$), quando nos regressados eram somente 8%, até porque a percepção de discriminação se situa nos sujeitos com mais idade, isto é, 44% dos questionados com mais de 76 anos ($p = .067$;¹²⁸).

As escassas respostas obtidas, em ambas as amostras, quando se pretendia saber como eram discriminados, remetem para problemas laborais, não adaptação psicossocial e, sobretudo, para a xenofobia e o racismo¹²⁹. O espaço de acolhimento é, pois, afigurado como acolhedor, tal como sucedeu no estudo de Leandro (2002).

Cabe ainda questionar, o que designa a palavra discriminação para os melgacenses com percursos emigratórios, tendo em linha de conta que ocupam trabalhos com baixos estatutos socioprofissionais? Será que, na percepção dos sujeitos,

¹²⁸ Os quadros de distribuição das profissões dos regressados e das idades dos emigrantes e dos regressados, referentes à discriminação, ou seja, respectivamente, o 35, o 36 e o 37 encontram-se, em anexo, na páginas 92.

¹²⁹ Quando questionados acerca de como e quando terão sido discriminados, somente 9% dos regressados e 14% dos emigrantes responderam. Agrupando as respostas, estas remetem para a xenofobia e para o racismo: 12% das respostas dos emigrantes e 9% dos regressados.

a palavra discriminar estará excessivamente associada à base étnica? E será que os melgacenses com experiências emigratórias não percebem o espaço de acolhimento de modo discriminatório porque para aqueles que têm baixas qualificações, as diferenças sociais são encaradas como inevitáveis e intransponíveis (Neto, 1986)? E será que o “mito do retorno” se constitui como uma compensação psicológica para as dificuldades sentidas, até porque a motivação económica é ainda a predominante?

À guisa de conclusão dos percursos emigratórios, a emigração melgacense efectua-se fundamentalmente para França. A razão económica é decisiva na partida, acentuando-se esta tendência nos actuais emigrantes. Sucedem-se os motivos familiares, os quais são mais expressivos nas emigrantes. O elemento familiar é relevante na ajuda obtida na partida e ainda na obtenção de um emprego, sobretudo, para os actuais emigrantes, revelando a força do reagrupamento familiar e da reprodução do fluxo emigratório. O elemento familiar é também importante no regresso. Entre os regressados e os actuais emigrantes, assiste-se a uma melhoria das qualificações académicas e profissionais, embora a ocupação de sectores profissionais desvalorizados socialmente ainda seja expressivo, revelando-se, *grosso modo*, numa verosímil reprodução profissional. No entanto, os sujeitos dizem não sentirem problemas de maior na adaptação ao trabalho e dizem ainda não serem discriminados no espaço de acolhimento, sendo que a inscrição na segurança social se incrementa, assim como a participação sindical, revelando uma perspectiva positiva do espaço de acolhimento.

7. O núcleo comportamental da língua

A aculturação linguística é um dos três núcleos comportamentais que diferenciam emigrantes e residentes. A língua é um dos elementos que confere maior visibilidade à interdependência que se instala entre o espaço de acolhimento e o de partida. Neste último, o uso da língua estrangeira assume contornos de problema social, uma vez que os emigrantes, através do uso exclusivo da língua estrangeira, usualmente, o francês, descuram o sentido social atribuído à comunidade de pertença. A aprendizagem da língua e a sua utilização é fulcral na socialização e na apropriação da cultura, uma vez que, tal como afirma A. Cabral (2003), a língua é, simultaneamente, objecto – na medida em que se constitui como um instrumento cultural – e subjecto, uma vez que implica uma relação de pertença ou de rejeição cultural. Desta forma, a recusa da língua materna implicaria a recusa da comunidade de pertença e a consequente desvinculação. Os espaços de partida e de acolhimento, tal como afirmam P. Monteiro (1985) ou Silvano (1997), encontram-se em relação, contudo, nesta perspectiva, afigura-se que o espaço de partida é condicionado de forma negativa, nomeadamente, através da introdução de estrangeirismos, de expressões e, até, de uma certa entoação linguística. No âmbito do uso da língua materna, os emigrantes manifestam-se através da ambiguidade cultural (A. Cabral, 2000), devido à sua interculturalidade, derivando no não reconhecimento comunitário em ambos os espaços.

Pouco mais de um quarto, ou seja, 27% dos sujeitos regressados consideram que os melgacenses com experiências emigratórias são *sempre* olhados *como se não fossem de “cá”* e, de entre estes, a distribuição dos géneros é de 35% das mulheres e 20% dos homens: $X^2(3, N = 156) = 8,699, p = .034$. Esta percentagem é mais relevante nos emigrantes, pois cerca de metade, isto é, 44% consideraram a opção *sempre*. Nesta amostra constam 46% de homens e 43% de mulheres ($p > .050$)¹³⁰. Assim sendo, a percepção de uma separação sociocultural parece ter aumentado.

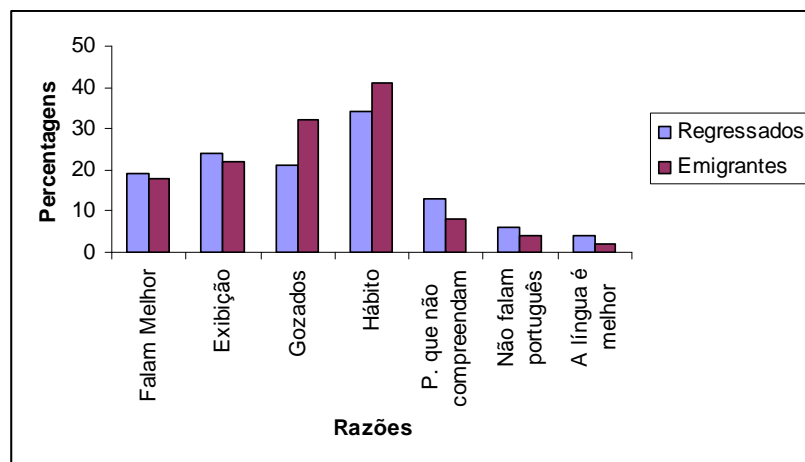
Tendo em consideração as percepções de não reconhecimento e de discriminação e o facto da utilização da língua francesa ser frequente, tornou-se, pois, necessário ter acesso à percepção que os melgacenses com experiências emigratórias

¹³⁰ Os quadros 38 e 39 das distribuições dos géneros dos regressados e dos emigrantes encontram-se, respectivamente, em anexo, na página 93.

têm acerca da ambivalência linguística, permitindo ainda aceder à segunda hipótese inicial, isto é, em que medida é que os sujeitos com percursos emigratórios se sentem aculturados mediante o uso da língua estrangeira?

Nas entrevistas a ambivalência cultural é reconhecida pelos próprios emigrantes. Por vezes, a ambiguidade da dupla pertença identitária é percebida com maior intensidade do que o conflito com os residentes, o qual é como que negado na primeira pessoa do singular pelo homens, remetendo-o para a terceira pessoa do plural: “eles”, ou seja, para a divisão entre os “bons” e os “maus” emigrantes. A percepção da ambiguidade cultural era também mais notável nos jovens entrevistados, os quais têm maior facilidade para se percepcionarem num registo intercultural. Mas, quais serão os motivos dos sujeitos com percursos emigratórios para o uso da língua estrangeira?

Figura 16: Motivos atribuídos para uso da língua estrangeira



Dois motivos dizem respeito aos comportamentos agonísticos que são atribuídos aos emigrantes: a *exibição* foi considerada *muito importante* por 24% dos regressados e 22% dos emigrantes, sendo, globalmente o terceiro motivo com maior atribuição de importância¹³¹. As mulheres emigrantes são quem mais consideraram este motivo, isto é, 30% das mulheres face a 13% dos homens, $X^2(3, N = 50) = 9,010, p = .029$, nos regressados são 25% das mulheres e 23% dos homens ($p = .050$). Para os emigrantes, o valor de indivíduos até aos 25 anos que consideram a *exibição* é o mais expressivo com 46%, face a 16% dos indivíduos entre os 26 e os 50 anos: $X^2(6, N = 50) = 12,686, p = .048$. Nos regressados, a percentagem destes inquiridos é de 19% e os valor mais expressivo é nos sujeitos entre os 26 e os 50 anos com 35%: $X^2(9, N = 140) = 23,949, p$

¹³¹ Em A. Gonçalves (1996), este motivo é o mais expressivo entre as categorias profissionais consideradas, isto é, os diplomados, os independentes e os operários. E também nos níveis de ensino considerados, ou seja, ensino médio e superior, secundário e básico.

= .004. É curioso ainda verificar que são os licenciados que suportam os resultados mais eloquentes: 37% dos regressados e 43% dos emigrantes, sendo que a distribuição é apenas significativa nos regressados $X^2(21, N = 141) = 39,097, p = .010$, em detrimento dos emigrantes ($p = .072$)¹³². Ou seja, no jogo de espelhos que falava A. Gonçalves (1996), são também os melgacenses com percursos emigratórios a atribuir-se esse comportamento, especialmente as mulheres, os mais jovens e os licenciados.

A questão *para que os não compreendam* obteve apenas 8% nos emigrantes e 13% nos regressados. Nos emigrantes a distribuição dos géneros é significativa, obtendo-se 8% de homens e igual valor de mulheres que a consideram *muito importante*: $X^2(3, N = 50) = 9,170, p = .027$ ¹³³, sendo, no entanto, considerada *importante por* 35% de mulheres e 13% de homens.

Duas outras opções de resposta remetem para a psicologia do desvio, na medida em que implicam a frequência de comportamentos distintivos. No que diz respeito ao motivo *porque falam melhor* a língua estrangeira, obteve-se 19% dos regressados e 18% dos emigrantes. Apesar de ser somente o quarto motivo com mais expressão percentual, nela se revela a percepção da aculturação na língua francesa. Este último motivo foi também desvalorizado no trabalho de A. Gonçalves (1996).

A categoria que remete para o hábito ou exposição à língua estrangeira, isto é, *estão habituados*, registou um aumento significativo para os emigrantes, passando de 34% nos regressados para 41%. Em ambas as amostras é este o motivo considerado o maior número de vezes como *muito importante*. As mulheres são quem mais consideram este motivo: 46% nas regressadas para 23% de homens: $X^2(3, N = 146) = 13,352, p = .004$. Nos emigrantes 48% das mulheres e 33% dos homens consideram este motivo *muito importante* ($p > .050$)¹³⁴. Efectivamente, a dificuldade em falar português e a escolha da língua estrangeira poderão relacionar-se com a mera exposição à última, ou seja, com o facto de para quem fala e, por vezes, pensa e fala onze meses numa única

¹³² As distribuições referentes à exibição estão, em anexo, do quadro 40 até ao 45, nas páginas 93 e 94.

¹³³ O quadro 46 remete para a distribuição dos géneros dos emigrantes referente à questão e está, em anexo, na página 94.

¹³⁴ Ver os quadros 47 e 48, em anexo, na página 94.

língua, se torna difícil falar e pensar, de imediato, em outro idioma¹³⁵. De qualquer modo, o facto do valor ser elevado, ou seja, 36% nos regressados, revela uma certa condescendência face ao uso da língua estrangeira, ou seja, os actuais residentes parecem tolerar essa prática.

A categoria *porque são gozados ao falarem português*, ou seja, que remete para o comportamento agonístico dos residentes face aos emigrantes, registou um aumento nos emigrantes¹³⁶, pois, de 21% dos regressados se passa para 32% dos emigrantes que a consideram *muito importante*, sendo o segundo maior valor nesta amostra, o que revela o carácter agonístico das relações. Em ambas as amostras, são as mulheres quem mais consideram como *muito importante* este factor, assistindo-se a um aumento das emigrantes, pois de 36% das regressadas – $X^2(3, N = 142) = 21,894, p = .000$ ¹³⁷ – se passa para 41% de mulheres emigrantes ($p > .050$), nos homens o aumento ainda é também eloquente, ou seja, de 8% de regressados para 22% nos emigrantes.

A questão *do gozo* remete para uma forma de discriminação entre melgacenses. O emigrante das freguesias da montanha transporta em si uma forma de língua Galego-Português¹³⁸. Ora, esta foi durante séculos relegada. Assim dispondo, o comportamento de “esquecimento” da língua materna, neste caso, não se deverá somente à aculturação ou a uma “exibição”, mas a um conflito sociocultural secular, no qual o habitante da montanha se percepção em desvantagem social. Para o emigrante das freguesias montanhosas será preferível recorrer à língua estrangeira, ganhando um estatuto nunca antes concedido aos habitantes daquelas paragens¹³⁹. No registo da transversalidade do conflito agonístico e da complexidade das diferentes formas de discriminação, o

¹³⁵ “É, eu, por acaso, custa-me, muitas vezes, falar o português. 42 anos a falar o francês, enquanto trabalhei com portugueses, aquilo, era muito fácil. Mas, depois quando trabalhava só com franceses, era difícil, ‘tava rodeado por franceses, de manhã à noite, só falava francês. Só em casa é que falava português. Mas, nunca perdi a minha língua. Há certas coisas que eu não sei explicar, não sei pedir.” (Ver, em anexo, entrevista número 7, na página 23).

¹³⁶ No estudo de A. Gonçalves (1996), este foi o segundo motivo mais expressivo, após a exibição.

¹³⁷ As distribuições dos quadros 49 e 50 correspondem a esta categoria e estão, em anexo, na página 95.

¹³⁸ A Câmara Municipal de Melgaço e municípios galegos tentaram, embora sem sucesso, em 2005, elevar a língua falada em ambos os lados do rio Minho a Património Imaterial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

¹³⁹ E. Dias (1998), refere que, nos Açores, o uso da língua inglesa é uma forma de promover uma vantagem social. Para A. Gonçalves (1996), o mesmo ocorre, em Melgaço.

habitante da zona ribeirinha será o “bom” emigrante e o da montanha é o parolo estrangeirado.

Por fim, as derradeiras questões remetem para a presumível percepção de uma debilidade cultural da comunidade de pertença: *porque não sabem falar português e porque a língua estrangeira é melhor do que a portuguesa*. Comparando ambas as amostras, é curioso aferir que as duas questões têm resultados menos expressivos nos emigrantes. A primeira questão desce de 6% nos regressados para 4% nos emigrantes. E a segunda questão de 4% para 2%. Portanto, os emigrantes infirmam a questão que remete para o não domínio da língua portuguesa, valorizando-a mais do que os regressados, o que fomenta a ambiguidade cultural. Reforçando esta ideia, é curioso verificar que são os regressados até aos 25 anos a atribuir maior importância à segunda questão com 7% desses sujeitos, porventura, porque se sentem desconfortáveis junto da “nova” língua, revelando problemas de adaptação, sendo ainda que 80% destes sujeitos consideram esta categoria como *nada importante*, sendo o valor mais expressivo: $X^2(9, N = 136) = 21,098, p = .012$ ¹⁴⁰.

No registo da relação entre ambos os espaços, nos percursos emigratórios, a aculturação foi, de início, profissional e material¹⁴¹. Até porque os emigrantes continentais portugueses eram, maioritariamente, homens jovens que não se relacionavam com a cultura de acolhimento, para além do âmbito laboral. Quando questionados acerca da convivência com estrangeiros, nos regressados, a percentagem de *sempre* é de somente 23% e nos emigrantes é de 54%. Estas respostas permitem mostrar uma evolução na relação estabelecida entre a comunidade portuguesa e as restantes, na medida em que as relações se incrementam com o decorrer do tempo. Efectivamente, a distribuição de géneros dos emigrantes é significativa: $X^2(3, N = 52) = 11,187, p = .011$, mostrando que 71% dos homens e 39% das mulheres consideram a opção de resposta *sempre*, em detrimento dos regressados, nos quais são 23% em ambos os sexos ($p > .050$). No registo dos graus escolares, o valor mais elevado, em ambas as amostras, é encontrado no terceiro ciclo e de 33% dos regressados ($p > .050$), passa-se

¹⁴⁰ Ver a distribuição das idades dos regressados no quadro 51, em anexo, na página 95.

¹⁴¹ O que terá propiciado a ostentação económica, relata-nos a melgacense San-Payo, descrevendo uma manifestação de consumo ostensivo, em meados do século vinte: “Meu home está na França, vai para três meses, e já me ourou – ouvi dizer uma jovem castreja, em conversa com outra, mostrando-lhe um belo cordão de ouro que trazia ao pescoço.” (2000, p. 147). Para C. Ribeiro (1986a), a ostentação mais notável, em pleno verão, terá sido a dos casacos de pele de leopardo.

para 75% dos emigrantes, constatando-se ainda um incremento nos licenciados, pois de 23% dos regressados se passa para 43% dos emigrantes: $X^2(18, N = 52) = 33,943, p = .013$ ¹⁴².

No registo do processo da socialização, o uso quase que exclusivo da língua estrangeira opera um corte de sentido colectivo entre as sociedades de acolhimento e de partida, o qual é visível também no próprio funcionamento relacional da família. Os filhos dos emigrantes, isto é, a designada segunda geração, corporizam a separação cultural, no que diz respeito à utilização, por vezes, exclusiva da língua estrangeira. Ao longo do mês de Agosto de 2006, verificou-se que os jovens casais (muito deles educados em Portugal) não falam português com os seus filhos. A influência da língua francesa poderá ser visualizada no vídeo realizado¹⁴³. Em Melgaço, na perspectiva dos regressados, 12% *continuam sempre a falar estrangeiro*, em detrimento de 29% de indivíduos emigrantes. Em ambos os grupos, são as mulheres que mais respondem *sempre*: 14% das regressadas contra 11% de homens: $X^2(3, N = 156) = 13,785, p = .003$. Nos emigrantes são 36% de mulheres e 21% de homens ($p > .050$)¹⁴⁴. Cabe lembrar que é nas mulheres que, usualmente, recai a responsabilidade da educação, o que fomenta a ambiguidade cultural e a aculturação linguística. Ao longo das sextas-feiras, dia de mercado, em Melgaço, é frequente assistir-se ao uso da língua francesa¹⁴⁵. Os regressados reconhecem-se, juntam-se e recorrem com facilidade à língua estrangeira. Por seu turno, o comportamento agonístico dos residentes não passa por “chamar a atenção” dessas pessoas, mas antes pela desvalorização, a qual se manifesta mediante o maldizer não directo, afirmando que, na verdade, esses indivíduos não sabem falar português e que, portanto, não são de “cá”.

¹⁴² Ver, em anexo, o quadro 52 ao 55, referentes a esta questão, nas páginas 95 e 96.

¹⁴³ Ver, em anexo B2 – Dvd, do minuto 6 e 24 segundos até ao final, no qual se poderá visualizar a “vida” do mercado semanal, local onde se cruzam a língua francesa, a portuguesa e o luso-galaico. Posteriormente, visualiza-se, na torre de menagem de Melgaço, o uso do inglês por uma criança, acompanhada pelos pais de origem portuguesa. Após este pequeno fragmento, é possível observar o uso da língua francesa e, inclusivamente, do “luso-francês”, ou seja, da transculturação realizada. As imagens decorrem em estabelecimentos comerciais, nos quais o uso do francês é predominante e atravessa todas as gerações.

¹⁴⁴ Ver as respectivas distribuições nos quadros 56 e 57, em anexo, na página 96.

¹⁴⁵ Ver, em anexo B1 – Dvd, até ao minuto 6, pois é possível observar adolescentes francófonos, jogando bilhar. A interacção destes jovens aproxima-se do picanço, mostrando que também os melgacenses com experiências emigratórias detêm essa característica comportamental, para além do uso quase que exclusivo da língua francesa.

Somente 4% dos sujeitos regressados responderam que os emigrantes *falam sempre bem estrangeiro*, contra 17% de emigrantes, revelando, mais uma vez, um crescendo da importância da língua estrangeira e da ambiguidade cultural, até porque nos regressados são os mais jovens a considerar esta questão com 24%, constituindo-se como o valor mais destacado: $X^2(9, N = 153) = 21,885, p = .009$. Nos emigrantes os valores, para a mesma faixa etária, encontram-se nos 21%, sendo que o valor atribuído pelos indivíduos entre os 26 e os 50 anos é de 16%, quando nos regressados era de somente 2% ($p > .050$)¹⁴⁶.

No registo de uma relação assimétrica entre ambos os espaços, a cultura foi mencionada pelos entrevistados como factor de ruptura. A cultura francesa é afigurada como “desenvolvida”, “rica” e a cultura portuguesa, por seu turno, é considerada “atrasada” e pouco aliciante. Nas entrevistas a diferenciação cultural é verbalizada tanto como motivo de partida como motivo de regresso periódico ou definitivo. No regresso periódico, as diferenças culturais – modo de vestir, linguagem, modo de estar – são motivos atribuídos para o picanço, sendo que os emigrantes eram facilmente identificáveis, ou seja, ambos os grupos se distinguiam facilmente, tendo como referência diferentes posturas culturais (A. Gonçalves, 1996). Em qualquer caso, no registo histórico, aquilo que se encontra subjacente à tensão agonística é a quebra de sentido colectivo, ou melhor, a mudança social. Assim sendo, os residentes culpabilizam os emigrantes de serem “os outros”, “os de fora”. E os emigrantes, por seu turno, corporizam a quebra de sentido (Xiberras, 1996). No registo da psicologia do desvio, a emigração poderá também ser concebida como uma procura de outras formas culturais, até porque a actividade se realiza num espaço de vida distinto. No estudo de A. Gonçalves (1996), os emigrantes eram culpados de enaltecer o estrangeiro, sendo que eram considerados estrangeirados¹⁴⁷. Alguns emigrantes, ao longo das entrevistas, afirmavam que os portugueses, em França, dissimulavam a sua identidade cultural, ou seja, que tinham receio de se mostrarem como portugueses, percebendo a sua cultura como “débil”. Quando, em Portugal, se ostentam como “franceses”. Este comportamento ambivalente poderá conduzir ao isolamento relacional, como se

¹⁴⁶ Ver as respectivas distribuições nos quadros 58 e 59, em anexo, nas páginas 96.

¹⁴⁷ A palavra estrangeirados possui ainda outro significado: “Portugueses eruditos, diplomatas . . . que, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, permaneceram no estrangeiro e foram amplamente influenciados . . . servindo de veículo ao iluminismo e às ideias liberais europeias.” (Casteleiro, 2001, p. 1491).

constatou no Canadá (Alpalhão & Rosa, 1980). Mediante as opções de resposta: *no país de acolhimento, os emigrantes, em casa, falam estrangeiro* e *no estrangeiro, os emigrantes, falam portugueses*, tratou-se de confirmar, no primeiro caso, a aculturação. E, na segunda questão, a afirmação da língua portuguesa no país de acolhimento, isto é, a afirmação de uma identidade cultural distinta, sendo que, na comparação entre elas, se revela a ambivalência linguística. Constatou-se uma diferença entre ambos os grupos amostrais, evidenciando um maior grau de aculturação nos emigrantes, uma vez que 20% responderam que falam *sempre, em casa, uma língua estrangeira*, em detrimento dos 10% dos regressados. Em ambos os grupos, são as mulheres que predominam na resposta *sempre*: 12% nas regressadas contra 7% de homens ($p > .050$)¹⁴⁸ e 21% nas emigrantes para 17% de homens: $X^2(3, N = 51) = 9,361, p = .025$.

Por seu turno, na questão: *no estrangeiro falam portugueses*, a diferença oscila de 16% nos regressados para 27% nos emigrantes que responderam *sempre*. Assiste-se, pois, a uma revalorização da língua materna, por parte dos emigrantes. Ora, em ambos os grupos, as questões evidenciam um crescendo da ambiguidade cultural, nesta ocasião no espaço de acolhimento, a qual, evidentemente, tem consequências no espaço de partida. A distribuição dos géneros é significativa nos emigrantes e 46% de homens e 11% de mulheres atestam a questão na opção de resposta *sempre*: $X^2(3, N = 52) = 9,119, p = .028$ ¹⁴⁹.

A categoria de resposta *os filhos emigrantes casam-se mais com gente da terra do que com estrangeiros*, pretendia verificar o grau de integração dos emigrantes portugueses, uma vez que o casamento conduz a novas configurações sociais. Os resultados evidenciam uma crescente relação entre a comunidade portuguesa e as restantes, uma vez que os valores *sempre* diminuem: nos regressados é de 25% e nos emigrantes é de 18%, até porque são os sujeitos mais novos¹⁵⁰, pertencentes a ambas amostras, que desconsideram esta questão, nos regressados nenhum dos sujeitos até aos 25 anos considerou esta questão e o resultado mais elevado encontra-se nos indivíduos entre os 51 e os 75 anos com 34%: $X^2(9, N = 154) = 17,978, p = .035$. Nos emigrantes a distribuição não é significativa, sendo de ($p = .058$), mas o resultado mais elevado

¹⁴⁸ Ver as respectivas distribuições dos quadros 60 e 61, em anexo, na página 97.

¹⁴⁹ Ver a distribuição do quadro 62, em anexo, na página 97.

¹⁵⁰ No entanto, é necessário ressaltar que os mais novos ainda se encontram em idade de contrair matrimónio.

encontra-se nas idades descritas, anteriormente, com 43% desses sujeitos e os inquiridos até aos 25 anos são 29%. As distribuições diferenciam os participantes, nos graus de escolaridade, em ambas as amostras. Ora, os licenciados obtêm resultados pouco expressivos nos regressados¹⁵¹, isto é, de 9% e nos emigrantes é de 14%. Pelo contrário; os resultados mais elevados encontram-se junto dos sujeitos com menor escolaridade, ou seja, nos regressados: nos indivíduos que não estudaram com 45%. E nos emigrantes naqueles que têm o ensino primário com 38%, em detrimento de somente 9% dos licenciados. Nos emigrantes este último valor eleva-se para 14%. Assim dispondo, aproximamo-nos de um registo intercultural. Contudo, quando questionado o conservador acerca do número de casais com distintas nacionalidades, elas são escassas, ou seja, os casamentos interculturais efectuam-se, mormente, no espaço de acolhimento¹⁵².

Regressando à problemática da ambivalência cultural, segundo Rosa e Lamy (1999), a identificação com uma língua poderá não ter apenas um significado psicológico, mas também material. O desenvolvimento das tecnologias da comunicação e o processo de globalização, ao qual os fluxos migratórios são inerentes, diminuiram o sentido social mantido entre a língua e o território (Castles, 2005).

Remetendo para as hipóteses, os melgacenses com experiências emigratórias percebem a separação sociocultural, sendo que ela se tem incrementado, na medida em que, segundo os emigrantes, se assiste a um aumento da convivência com estrangeiros, assim como a um maior número de casamentos mistos. E porque, para mais de um quarto dos emigrantes, em Melgaço, fala-se uma língua estrangeira, sendo que ela é bem falada segundo 17% dos emigrantes. A ambiguidade é também visível no espaço de acolhimento, pois 20% dos emigrantes *falam em casa* a língua estrangeira e, pelo contrário, no estrangeiro fala-se, na percepção dos inquiridos, cada vez mais a língua portuguesa. Revela-se, de modo paradoxal, pois uma revalorização da língua materna, nomeadamente, no seu uso no estrangeiro e porque a língua estrangeira não é considerada melhor que a portuguesa. Em qualquer caso, a ambiguidade cultural

¹⁵¹ Nos regressados $X^2(21, N = 155) = 33,553, p = .040$ e nos emigrantes $X^2(18, N = 51) = 40,040, p = .002$, os quais correspondem aos quadros 65 e 66 e encontram-se em anexo na página 97 e 98. As distribuições das idades correspondem aos quadros 44 e 45, encontrando-se, em anexo, na páginas 94.

¹⁵² Segundo um fotógrafo, a percentagem de casamento entre emigrantes e estrangeiros, em Melgaço, é mínima, sendo que o número de casamentos entre os emigrantes tem vindo a diminuir. (Ver questionário, em anexo, na página 61).

mostra-se com intensidade porque os melgacenses com experiências emigratórias *não são olhados como se fossem de “cá”*. Esta percepção é particularmente relevante junto dos emigrantes e, de entre estes, das mulheres e dos mais jovens. No que diz respeito ao núcleo linguístico, os sujeitos afiguram-se aculturados. No entanto, as diferenças não se devem às características intrínsecas, nem tão-pouco aos comportamentos agonísticos por parte dos emigrantes, senão que à mera exposição e relacionamentos adquiridos no país de acolhimento e, em menor grau, ao comportamento agonístico preconizado pelos residentes, uma vez que a opção *gozo* ganha relevância nos emigrantes, nas mulheres e nos licenciados. Em termos dos géneros são as mulheres, os mais jovens e os licenciados quem mais percebem a diferença, constituindo-se ainda autocríticos face aos comportamentos agonísticos apontados aos emigrantes, nomeadamente, no caso da *exibição*, embora, os resultados globais, sejam maiores junto dos regressados. Ter-se-á oportunidade de constatar que, dos três núcleos comportamentais distintivos, a questão linguística não obteve resultados expressivos para explicar os comportamentos agonísticos dirigidos pelos residentes, mas, antes, as razões: porque tinham inveja e porque tinham menos dinheiro. Os resultados têm uma componente paradoxal, pois, se, por um lado, os emigrantes se sentem aculturados, por outro lado, não se sentem parte interdependente do conflito agonístico. A utilização da língua francesa, em Melgaço, parece ganhar contornos de “normalidade”, o que se revela interessante, pois, apesar de esse não ser considerado o centro da discórdia, ele se constitui, em termos culturais, como um verdadeiro desafio. Nos registos da ambivalência cultural e da relação estabelecida entre ambos os espaços, o tipo de aculturação sofrido pelos emigrantes é, pois, a transculturação, uma vez que a relação estabelecida entre ambos os espaços é assimétrica. A introdução de estrangeirismos é patente nas entrevistas¹⁵³. A mera observação permite também constatar a introdução de estrangeirismos – dessa forma, *c’est normal*, *place*, *prendre*, *cassé*, *ramassei* – assim como expressões linguísticas – “vamos a ver”, “fazer por isso”, “fazer de conta de prender” constituem-se como alguns exemplos. Por vezes, as palavras são adaptadas, por exemplo, “bem seguro”, “marcha bem”. Para além do uso desmesurado da língua francesa, aquando do regresso temporário dos emigrantes, este fenómeno torna-se particularmente visível às sextas-feiras, quando, em Melgaço, é realizado o dia de mercado. O mercado também é procurado pelos galegos, resultando numa mistura de sons, no qual o português, o

¹⁵³ O que é corroborado pelos informantes professores. (Ver, em anexo, o respectivo questionário, na página 66).

galego falado no Sul da Galiza, o castelhano e o francês se misturam. A introdução da língua francesa é, deste modo, visível no dia-a-dia de Melgaço. Aquilo que é, verdadeiramente, constrangedor, é o ar de “normalidade” que o recurso à língua francesa transporta. Longe da questão da interculturalidade, até porque, em Melgaço, ela é inerente¹⁵⁴, o uso da língua do país de acolhimento é consequência da relação assimétrica entre os dois países. A recusa da língua materna implica ainda uma desvinculação face a Melgaço e a Portugal. No sentido de averiguar a relação dos emigrantes com Melgaço, foram elaborados questionários dirigidos às agências funerárias, de viagens e aos correios. Em Melgaço, são frequentes os funerais de emigrantes, constituindo-se como um evento de regresso e de reencontro. Os responsáveis das duas agências funerárias pensam que a maioria dos emigrantes melgacenses vão a enterrar na terra natal. Uma das agências funerárias contactadas especializou-se nos funerais de emigrantes¹⁵⁵, sendo que, segundo a responsável pela agência, 25% dos funerais realizados pertencem a emigrantes. Nas agências de viagens¹⁵⁶, no Natal, na Páscoa e no Verão são frequentes os fluxos de ex-emigrantes e de familiares até aos países de emigração. O número de autocarros disponíveis aumenta exponencialmente, isto porque os emigrantes de primeira geração regressam, mas a restante família, usualmente, permanece no país de acolhimento, obrigando os mais idosos a deslocarem-se. Para os mais velhos, no Natal, época de reencontro familiar, o fluxo é também realizado, usualmente, para França. No contexto da segunda geração de emigrantes, a terra natal dos pais ter-se-á tornado um mero lugar de férias (M. Gonçalves, 2002). As casas construídas pelos emigrantes passam a ter somente uma funcionalidade inerente às férias (Villanova, Leite & Raposo, 1995). Se através do questionário entregue às agências funerárias se entreve a continuidade de uma estreita vinculação face a Melgaço, nas agências de viagens, pelo contrário, assiste-se a uma inversão, sendo que o fluxo se faz cada vez mais para França. No questionário entregue ao posto de correios é afirmado que 65% do total da correspondência seja proveniente do estrangeiro, sendo que o maior volume de correspondência se faz entre os melgacenses com percursos emigratórios¹⁵⁷

¹⁵⁴ Em Melgaço, a aprendizagem simultânea do português, do galego e do castelhano é algo de usual.

¹⁵⁵ Ver a ilustração, em anexo, na página 84.

¹⁵⁶ Ver questionário, em anexo, na página 57. O questionário referente às agências funerárias encontra-se na página 72, em anexo.

¹⁵⁷ Ver questionário, em anexo, na página 60.

8. O núcleo comportamental do espaço

8.1 A segregação espacial

O espaço, neste estudo, é afigurado como uma área de relações e de trocas sociais, sendo que são as relações sociais quotidianas que organizam o espaço, ou seja, é a actividade social que funda o tipo de apropriação do espaço¹⁵⁸. Ainda no registo da actividade social, a organização do espaço é uma organização de sentido social, sendo que ele opera em referência e relação com outros espaços (P. Monteiro, 1985; Silvano, 1997), podendo estabelecer-se no sentimento de pertença a um determinado espaço. No âmbito da relação estabelecida entre os espaços migratórios, a mobilidade espacial do emigrante permite a abertura ao espaço externo e a transformação do seu próprio espaço, como é o caso da problemática da casa “afrancesada”, assim como confere azo à reconfiguração do espaço de acolhimento através, por exemplo, da mera actividade laboral realizada no sector da construção civil ou mediante a compra e a reconstrução de moradias.

Para Silvano (1997), o espaço poderá ser dividido em espaço de pertença e espaço de referência. No registo da ambivalência cultural, em Melgaço, o espaço de acolhimento parece ter-se tornado também espaço de referência, nomeadamente em termos culturais e económicos (Leandro, 2002). Na problemática da casa, espaço de pertença e espaço de referência poderão não coincidir. O espaço de referência parece provir do país de acolhimento, uma vez que os modelos arquitectónicos escolhidos se encontram longe do espaço natal. Em termos históricos, para Rosas (1997), as migrações internas e externas encontram-se na origem das mudanças sociais ocorridas entre 1950-1975. Para a segunda geração (ou melhor, para as segundas gerações, uma vez que o fluxo emigratório se prolonga por mais de 50 anos), o espaço de acolhimento poderá configurar-se também como espaço de pertença. Ao longo dos percursos

¹⁵⁸ No âmbito antropológico, a apropriação do espaço, no norte do país, realiza-se através da herança, aquando da morte de um dos pais (O’Neil, 1984). No Alto-Minho a divisão da herança, por vezes, realiza-se dividindo os terrenos e os campos em parcelas mais pequenas, propiciando uma urbanização dispersa, ou seja, a actividade e a cultura de um região determina o modo de apropriação do espaço. Segundo Wateau (2000), o uso e o usufruto da água de rega determina qual dos herdeiros se tornará o proprietário da “melhor” parcela, resultando a partilha num possível conflito agonístico entre os herdeiros, pois as “trocas” são assimétricas.

emigratórios, os espaços de vida e os processos de socialização alteraram-se, influenciando o espaço de partida.

Segundo A. Gonçalves (1996), em Melgaço, para além do despique entre residentes e emigrantes, assistia-se a uma separação espacial entre ambos os grupos, isto é, existiam, por exemplo, os cafés, maioritariamente frequentados por emigrantes e outros por residentes. Por parte destes, assistia-se ao comportamento de afastamento relacional e do maldizer¹⁵⁹, por exemplo, eram frequentes as anedotas sobre emigrantes, algumas das quais tinham origem em França. O café é um espaço de convivência, de encontro e de reencontro e, aqui, em Melgaço, assume-se como muito importante. É, pois, um espaço onde o conflito agonístico se revela: “. . . é lá que um fulano que queira jogar e através disso mostrar que é o mais forte ou o mais inteligente, desafia outro, emigrante de preferência . . .” (Wateau, 2000, p. 196). Por vezes, o picanço resultava em ofensas corporais. No sentido de reforçar a percepção do conflito, tornou-se necessário recorrer aos protagonistas. Trata-se, em primeira instância, de indagar os indivíduos que detêm um conhecimento específico acerca da problemática, tentando não ter como percursos da investigação ideias preconcebidas (Bourdieu et al., 2004). A questão do conflito entre residentes e emigrantes foi colocada a dois advogados e a um oficial de justiça, com décadas de experiência profissional em Melgaço, sendo que são unânimes em considerar que a presença dos emigrantes provocava um aumento dos processos. No que diz respeito aos factores condicionantes, são nomeados: o aumento da população e o aumento do poder económico, uma vez que os emigrantes, agora, recorrem aos tribunais. No registo penal, os processos: “. . . prendiam-se mais com a ofensa à integridade física simples, raramente grave, . . . e difamação¹⁶⁰”. Em termos cíveis terão aumentando os processos com a defesa da propriedade. No seio dos entrevistados, o mal-estar entre emigrantes e residentes também é bem patente: “Sim, normalmente, as pessoas, daqui, não gostavam dos emigrantes e havia sempre nos bailes . . . andavam sempre ao barulho com os emigrantes. Os portugueses, daqui, não os viam como portugueses.”¹⁶¹. Ou: “Mal tratada fisicamente . . . nunca, mas psicologicamente . . . às

¹⁵⁹ As estratégias de afastamento eram notáveis nos diplomados, pois, estes visavam a exclusão social. Nos independentes e nos operários a estratégia era de inclusão, trata-se de “. . . rebaixar para aproximar . . .” (A. Gonçalves, 1996, p. 142), pois não pretendiam cortar com os laços relacionais, ou seja, teriam algo a ganhar na relação com os emigrantes.

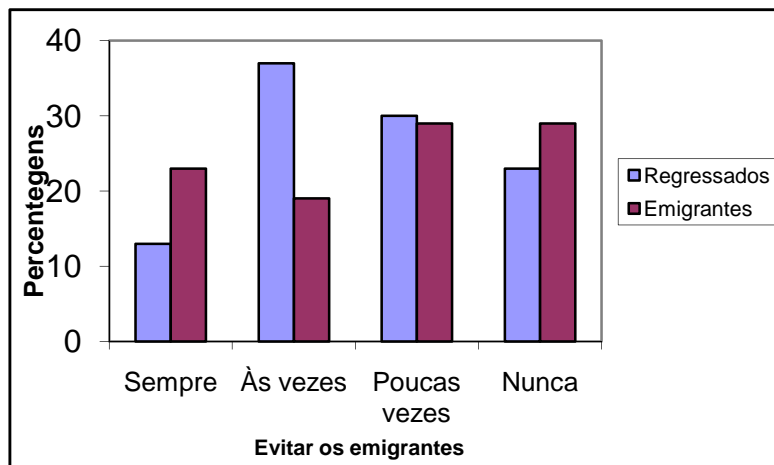
¹⁶⁰ Ver questionário, em anexo, na página 70.

¹⁶¹ Ver, em anexo, entrevista número 11, na página 32.

vezes. Sentir as pessoas a olhar para mim como se fosse um animal de circo . . . às vezes, pesa.”¹⁶²

Neste ponto, tendo em conta a intensidade do conflito, coloca-se, desde logo, uma questão: será que os melgacenses com experiências emigratórias percebem uma separação espacial entre emigrantes e residentes? A questão da existência ou não de uma segregação espacial, já foi oportunamente abordada, aquando da análise literária à obra de Elias e Scotson (1994), sendo que a mera observação nos permite infirmar tal problema, uma vez que, em Melgaço, não existem espaços naturais a dividir residentes e melgacenses com experiências emigratórias.

Figura 17: Percepção do comportamento que visa evitar os emigrantes



A afirmação *os melgacenses evitam conviver com os emigrantes* remete para a percepção de uma presumível separação espacial entre ambos os grupos. Nos regressados a opção de resposta *sempre* obteve apenas 13%, sendo que a opção *poucas vezes* obteve 30%. Porém, estes números ampliam-se nos emigrantes, pois, 23% dos sujeitos consideram que os residentes evitam *sempre* conviver com os emigrantes. Contudo, são também os emigrantes quem mais escolhem a opção *nunca*: 29%. Esta diferença poderá dever-se às características das duas amostras, uma vez que para os regressados¹⁶³ o seu espaço de vida, as relações sociais, agora, são estabelecidas em

¹⁶² Ver em anexo entrevista número 17, na página 45.

¹⁶³ No entanto, um melgacense que tenha sido emigrante nunca deixará de o ser. Se alguém o quiser maldizer dirá: “ah, esse era emigrante” ou “esse tem dinheiro, era emigrante.” Diz-nos uma regressada: “Não, eu, sempre afirmei que era portuguesa, no entanto, ainda, hoje, dizem que eu sou francesa, ainda fazem . . . E, na verdade, vendo bem as coisas, a minha maneira de pensar é mais francesa

Melgaço. No trabalho de A. Gonçalves (1996), 40% dos residentes disseram que evitavam os emigrantes. Ora, os resultados são, agora, menos expressivos, inferindo-se, uma diminuição, ou seja, a tensão agonística entre ambos os grupos parece ter-se atenuado. Nos regressados 12% dos sujeitos até aos 25 anos consideram a opção *sempre*, $X^2(9, N = 155), = 19,470, p = .021$; nos emigrantes esse valor ascende para 21% dos emigrantes com as mesmas idades: ($p > .050$) . Porém, em ambas as amostras, os valores mais elevados das distribuições encontram-se junto dos sujeitos com mais idade. Nos regressados o valor mais expressivo é dos sujeitos com mais de 76 anos, atingindo 39%, sendo que, no entanto, o valor dos mais jovens é o segundo valor com maior expressão: 12%. Conquanto a diminuição perscrutada, a percepção de um comportamento que visa evitar os emigrantes afecta os mais jovens, pois 50% dos emigrantes que são estudantes têm esta percepção, os valores mais expressivos encontram-se junto dos profissionais intelectuais com 67% e das donas da casa – alertando que são elas que mais assumem o conflito agonístico –, esta expressão desce nos serviços para 18% e, curiosamente, nos operários, pois o valor é de 17%. Estes valores são ainda mais surpreendentes nos não qualificados, pois não se encontra nenhum sujeito, apesar deste sector ser ocupado pelo sexo feminino: $X^2(24, N = 46) = 43,609, p = .008$ ¹⁶⁴. A surpresa que estes resultados revelam reside no facto dos residentes desvalorizarem socialmente os emigrantes, apesar do seu poder aquisitivo, ou melhor, precisamente por este, através da sua origem rural, “pobre”, “inculta”. Contudo, estes indivíduos não se sentem discriminados. Os licenciados emigrantes parecem pois ter uma maior percepção das divisões sociais e culturais entre residentes e melgacenses com percursos emigratórios, o que se revela de inclusivo face ao trabalho de A. Gonçalves (1996), uma vez que no seu estudo eram os “diplomados” residentes os mais críticos e que revelavam um maior afastamento social face aos emigrantes.

Em qualquer caso, apesar das percentagens não se revelarem deveras eloquentes, até porque o valor mais elevado não alcança um quarto dos emigrantes, a percepção de uma segregação espacial invoca a diferença sociocultural, na qual 44% dos emigrantes e 27% dos regressados dizem que os melgacenses com percursos emigratórios *não são considerados de cá*. Embora os valores globais sejam maiores junto dos emigrantes, a

do que portuguesa. Noto uma diferença muito grande na maneira de pensar, de estar com as colegas da minha idade”. (Ver, em anexo, entrevista número 11, na página 32).

¹⁶⁴ As distribuições dos quadros 67, 68 e 69, referentes ao comportamento que pretende evitar os emigrantes, estão, em anexo, na página 98.

questão é apenas significativa nos regressados. Deste modo, os valores elevam-se de 35% das mulheres regressadas para 43% das emigrantes e de 20% dos homens regressados para 46% de emigrantes. E, quando questionados acerca das razões pelas quais os residentes picavam os emigrantes, o motivo que remete para as diferenças culturais é considerada como *muito importante* por 26% de emigrantes e em 15% dos regressados, sendo que ele é significativo nas distribuição das idades dos regressados: $X^2(9, N = 151), = 21,044, p = .012^{165}$. Assim dispendo, são os sujeitos até aos 25 anos que mais consideram este motivo como fonte de conflito: 41%.

Em termos espaciais, o aumento súbito da população constitui-se também como um detonador do conflito agonístico, permitindo, pois, introduzir mais um factor, até porque os emigrantes regressam para tratarem dos seus interesses e ostentarem um estatuto social mais elevado. Os emigrantes, quando questionados acerca das razões para o picanço, atribuem relevância a esta questão, ou seja, ao facto de se perceberem como sendo a “maioria”¹⁶⁶. No sentido de retratar o aumento da população no concelho de Melgaço, foram feitas fotografias na Praça da República¹⁶⁷. No desertificado concelho de Melgaço, ao longo do ano, diz-se que: “não há ninguém, não se passa nada”. Chegados a meados de Julho, “suspira-se” pela vinda dos emigrantes e dos estudantes universitários. Vai-se dizendo: “eles estão a chegar, já há alguns”. O barómetro de um Verão será calculado consoante o número de emigrantes: “Este ano ‘tá bom”, ou “já não há tantos como dantes, dantes vinham três meses”. Em meados e finais de Julho, instala-se a “confusão”. E os não emigrantes ou os ex-emigrantes dizem: “Nunca mais se vão embora, já não tenho lugar para estacionar o carro”¹⁶⁸, ou “ainda bem que vou de férias, no mês de Agosto”. Segundo as agências de viagens, em finais de Agosto, o número de autocarros, transportando emigrantes até França, aumenta

¹⁶⁵ Esta distribuição corresponde ao quadro 70, em anexo, na página 99.

¹⁶⁶ Ver as respectivas distribuições nos quadros 97 e 98, em anexo, na página 105.

¹⁶⁷ As ilustrações 18 e 19 correspondem às sextas-feiras – dia de mercado em Melgaço – de meados e finais do mês de Julho. As ilustrações 20, 21 e 22 correspondem às sextas-feiras do mês de Agosto, nestas é possível observar um aumento populacional. A ilustração 23 corresponde à derradeira sexta-feira de Agosto, notando-se um decréscimo da população. Por fim, a ilustração número 24 corresponde à primeira sexta-feira do mês de Setembro, sendo que a diminuição da população é notável. As ilustrações encontram-se, em anexo, da página 80 à 82 e foram realizadas entre o meio-dia e as duas da tarde.

¹⁶⁸ Para retratar o aumento da população, que se reflecte no aumento do número de viaturas, foram feitas fotografias. As ilustrações número 25, 26 e 27 correspondem ao mês de Agosto e as 28, 29 e 30 ao mês de Setembro. As ilustrações encontram-se, em anexo, nas páginas 82 e 84, correspondem à rua da Oliveira e foram realizadas durante a hora do almoço. Diz-nos a este propósito um entrevistado regressado: “Eu, acho que eles se sentem invadidos, talvez, não sei. Como, eu, sinto, agora, quando não tenho lugar para estacionar, também me chateia”. (Ver, em anexo, entrevista número 11, na página 32).

exponencialmente. Então, verbaliza-se: “já se nota, já não há ninguém, já nada é como dantes, que ficavam para as festas da Peneda (local de peregrinação, pertencente ao concelho de Arcos de Valdevez) e de Paderne (freguesia de Melgaço)¹⁶⁹. Em Setembro, os comerciantes, tendo feito o “mês de Agosto”, vão de férias, o ano escolar inicia-se. O melgacense retorna ao seu estado “natural”, o ciclo anual fecha-se, e diz-se de novo: “Já não há ninguém, não se passa nada”. Em termos espaciais, onde se revela com maior acutilância a diferenciação cultural entre emigrantes e residentes é na problemática da casa “afrancesada”, pois esta era ostentada aos residentes (C. Ribeiro, 1986a). Actualmente, a “separação” espacial revela a crescente desvinculação face ao espaço de partida e a conseqüente redução dos conflitos agonísticos.

¹⁶⁹ Estas festividades religiosas realizam-se, respectivamente, no início e nos derradeiros dias do mês de Setembro.

8.2 A problemática da casa “afrancesada”

A casa poderá ser considerada como a: “. . . unidade social primária, isto é, o nível de identidade social com maiores implicações para a apropriação social do espaço e para a integração estrutural do indivíduo.” (Pina-Cabral, Feijó, Nunes, Coelho & Gonçalves, 1987, p. 153). A casa é entendida, deste modo, como um espaço privado que se projecta no espaço público, na paisagem, na representação social do ideal da mesma, não se limitando o ideal às características arquitectónicas, senão que também à actividade social quotidiana.

Em Melgaço, no âmbito do fenómeno emigratório, a casa representa um aspecto paradoxal, pois, para além do presumível regresso à terra natal, possui uma componente de apropriação cultural. A casa ocupa, portanto, um lugar simbólico do regresso, da ostentação do “sucesso” e da presumível mudança de estatuto social, pois, o emigrante poderá abandonar a vida camponesa e ingressar na “vida burguesa”. (P. Monteiro, 1985; Pina-Cabral, 1984), o que, em simultâneo, opera mudanças na paisagem, mas também na organização social subjacente à apropriação do espaço.

A apetência dos emigrantes pela construção de uma moradia, a aquisição de um apartamento na Vila de Melgaço ou em Vila Praia de Âncora (local de veraneio do concelho de Caminha) não é exclusiva dos emigrantes. Não podendo, pois, ser-lhes apontada como uma característica comportamental peculiar”: “For the portuguese, the house is the ideal means of situating himself in space.” (Alpalhão & Rosa, 1980, p. 100). Para os residentes a aquisição de casa própria é também considerada como um bem essencial¹⁷⁰. Por seu turno, segundo Neto (1985), em França, o alojamento era tido como algo de vital, uma vez que a sua aquisição implicaria um progresso na qualidade de vida e na própria integração social. A melhoria das condições de alojamento efectivou-se através do reagrupamento familiar, até porque, no início, a emigração era efectuada por homens que viviam em condições de insalubridade¹⁷¹. Após os

¹⁷⁰ “A habitação própria é o regime de ocupação dominante em todas as regiões do continente . . .” (INE, 1999, p. 2).

¹⁷¹ Diz-nos um entrevistado: “Eu, vinha de férias (Bruxelas) a Paris e íamos visitar os amigos de cá, e aquilo era . . . barracas e contentores, alguns eram mesmo no chantier, em condições infra-humanas mesmo”. (Ver, em anexo, entrevista número 1, na página 11).

bidonvilles, os portugueses tendiam a comprar moradias antigas, reconstruindo-as¹⁷². Assim sendo, a aquisição de uma habitação é comum a emigrantes e a residentes. Aquilo que parece distinguir os emigrantes é a ostentação de traços arquitectónicos distintos, os quais são fruto da aculturação. Ou seja, em termos relacionais, será o comportamento de desagrado dos residentes perante a mobilidade social ascendente, a aculturação e a conseqüente mudança nas “qualidades tradicionais” arquitectónicas que fazem eclodir o conflito agonístico. No âmbito da economia simbólica (Bourdieu, 1992), na qual os indivíduos se posicionam face aos demais, segundo as respectivas disposições sociais, tanto pelo capital económico, como pelo cultural, resultando em escolhas e práticas sociais que os reposicionam socialmente, o interesse pelas casas rústicas de granito, em meados dos anos 90, por parte daqueles que detinham “bom gosto” poderá ser afigurada no registo do conflito agonístico, pois esta casa apela ao passado, opondo-se, pois, à casa “afrancesada” “típica” do emigrante.

A diferenciação entre residentes e emigrantes torna-se ainda mais complexa quando se constata que os residentes abastados também edificam casas opulentas¹⁷³ – com traços arquitectónicos distintos dos ditos tradicionais – e não são “discriminados” por tal. Os residentes abastados possuem o estatuto social necessário à peculiaridade. Como Wateau (2000) refere, os “herdeiros”, os “instalados” não são alvo das atenções agonísticas, pelo contrário, os emigrantes mostravam, através da ostentação da casa, que lograram subir na vida, que eram capazes de se baterem e de ganharem o desafio, constituindo-se, pois, como um dos alvos preferenciais das relações agonísticas. Deste forma, para além do conflito social resultante da acumulação de capital económico, da sua ostentação através da edificação das casas “afrancesadas”, do aparente consumo excessivo, da reacção comportamental negativa por parte dos residentes mediante a inveja, o maldizer e do não reconhecimento do novo estatuto social dos emigrantes, o que está em jogo é a própria definição de cultura, da “tradição”¹⁷⁴, ou seja, o sentido social atribuído à comunidade de pertença. Os residentes, ao evocarem a “tradição”, estarão a recolocar-se no tabuleiro das relações sociais de poder, não se assistindo, neste trabalho, contudo, à procura de qualidades intrínsecas ou universais, uma vez que a

¹⁷² O que implica um maior apego ao espaço de acolhimento.

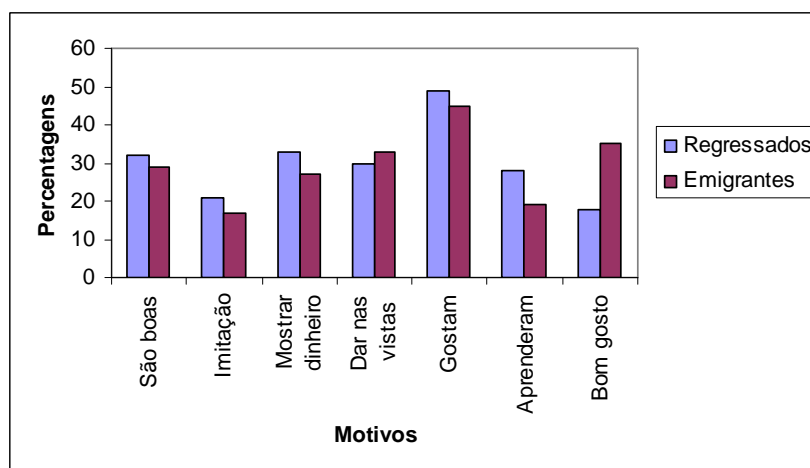
¹⁷³ Ver ilustrações da 12 à 17, entre as páginas 78 e 79 do anexo, as quais se constituem como exemplos deste tipo de construções.

¹⁷⁴ De acordo com Hobsbawm e Ranger (1996), a construção social das tradições implica a formalização do social, tendo como referência um passado real ou imaginário. Assim dispondo, a “tradição” visa a repetição, no sentido de evitar a mudança.

noção de “tradição” tenderá evitar a mudança social. Assim dispondo, optou-se por conferir um carácter descritivo à problemática.

Para além da reacção adversa perante a presumível ascensão económica dos melgacenses com experiências emigratórias e da luta simbólica assente nas qualidades “tradicionais”, a problemática da casa emerge através da mera actividade social, isto é, através da aculturação de traços arquitectónicos distintivos, os quais, para os residentes, cuja actividade social se manteve coesa, tal como sucedia no estudo de Elias e de Scotson (1994), constituía um desafio. No âmbito do conflito agonístico, em finais dos anos 80, tal como descreve A. Gonçalves (1996), de facto, a casa “afrancesada” estava no centro das percepções discriminantes dos residentes e, inclusivamente, dos próprios emigrantes¹⁷⁵. A casa “afrancesada” era diabolizada em todas as discussões que envolvessem os emigrantes e a cultura portuguesa, ou seja, os “maus” emigrantes eram os culpados da deturpação cultural. No registo cultural português, a reacção adversa perante a casa “afrancesada” ainda não terminou¹⁷⁶.

Figura 18: Motivos atribuídos para a construção da casa “afrancesada”



Neste estudo, pretendeu-se compreender qual a percepção dos sujeitos ao facto da casa “afrancesada” se encontrar no centro da diferenciação entre emigrantes e residentes. Das categorias de resposta presentes no questionário, a categoria *porque gostam* colheu a maior percentagem de respostas, na medida em que 49% dos

¹⁷⁵ O que manifesta o carácter difuso e partilhado da ruptura entre emigrantes e residentes.

¹⁷⁶ No Jornal de Notícias de 27 de Abril de 2006 é relatado a reacção a um filme de Daniel Blaufuks. Daniel Blaufuks é um artista plástico que colocou uma câmara de filmar no “lugar do morto” e filma o país: “. . . abomina as vivendas de emigrantes, merece crédito por ter encontrado as mais inacreditáveis maisons.” (p. 58).

regressados e 45% dos emigrantes a consideraram *muito importante*¹⁷⁷. Este motivo era o mais afastado da problematização e o mais ingénuo, ao ponto de se constituir como uma fuga à problematização acerca da diferença sociocultural, até porque a opção de resposta com percentagem menos elevada é a que faz referência ao *bom gosto*, ou seja, às qualidades estéticas da casa “afrancesada”, sendo que apenas 18% de regressados a consideram *muito importante*¹⁷⁸. Nos emigrantes 35% dizem ser *muito importante* o *bom gosto*, destes 58% são homens e 14% são mulheres: $X^2(3, N = 52) = 12,862, p = .005$. Nos regressados os valores são menos elevados e a amostra não é significativa ($p > .050$)¹⁷⁹, sendo de 18% de homens e igual valor de mulheres. São, portanto, os homens que apreciam o *bom gosto* das suas casas¹⁸⁰. O predomínio dos homens é também notável na questão *porque gostam*, uma vez que de 50% de mulheres e 48% de homens regressados ($p > .050$) se passa para 33% de mulheres e 58% de homens emigrantes: $X^2(3, N = 51) = 15,966, p = .001$ ¹⁸¹. É curioso verificar que, nesta categoria, o predomínio recai sobre os homens, até porque eles eram os promotores das casas. No entanto, são os emigrantes quem mais valorizam a questão, quiçá, porque comparam a casa “afrancesada” com as precárias construções anteriores, revelando que a questão estará a perder o seu carácter problemático, uma vez que o “bom gosto” se constituía como porta-estandarte dos residentes.

A opção *para mostrarem que têm dinheiro*, obteve 33% de respostas consideradas *muito importantes*, sendo que foi a segunda categoria mais tida em conta pelos regressados. Esta questão remete, simultaneamente, para os comportamentos agonísticos dos emigrantes para com os residentes e para a ascensão social dos primeiros. Nos emigrantes, o resultado não é tão expressivo, pois a percentagem é de 27%.

A seguinte opção remete também para os comportamentos agonísticos dos emigrantes face aos residentes, isto é, *para dar nas vista*, obteve nos regressados 30% e

¹⁷⁷ Em A. Gonçalves (1996), esta categoria obteve o resultado mais expressivo junto dos operários com 38%, a imitação foi o segundo valor mais expressivo com 34% junto dos diplomados.

¹⁷⁸ Em qualquer caso, a opção de resposta *porque gostam* não está bem formulada.

¹⁷⁹ Os quadros de distribuição 71 e 72 fazem referência à categoria do *bom gosto* e encontram-se na página 99, em anexo.

¹⁸⁰ Dos residentes de A. Gonçalves (1996), apenas 3% de independentes e 2% de operários escolheram esta categoria.

¹⁸¹ Os quadros de distribuição 73 e 74 remetem para a categoria *porque gostam* e encontram-se na página 99.

nos emigrantes 33%, revelando que estes últimos são mais críticos face a si mesmos, sendo, de resto, o terceiro motivo mais considerado nesta amostra.

Nos regressados, a opção que remete para a aquisição de conhecimentos através da socialização operada pelo trabalho, isto é, *porque aprenderam a fazê-las*, obteve 28% e é considerada mais relevante do que a opção *para imitarem as casas do estrangeiro*, a qual obteve 21% e remete, simultaneamente, para a aculturação, mas também para o comportamento agonístico, uma vez que este é apontado pelos residentes. Nos emigrantes, o motivo *imitação* obteve apenas 17% de sujeitos¹⁸². Nos emigrantes a questão que remete para a aprendizagem obteve 19%, ou seja, é menos elevada do que nos regressados. Em ambas as amostras são os homens que atribuem maior importância à aprendizagem: 32% dos regressados e 29% dos emigrantes face a 23% das regressadas e 11% das emigrantes¹⁸³. Tendo em consideração que as percentagens são mais elevadas nos regressados, os quais antes de emigrarem eram agricultores e, durante o período emigratório, operários, afigura-se que a mudança de ocupações laborais e a diferente socialização secundária se reflectem na construção das casas “afrancesadas”. Porém, esta questão será reforçada com as seguintes questões, uma vez que eram os operários com menos escolaridade quem mais construíam *por si próprios*, até porque, como os informantes privilegiados dizem não existiam regras urbanísticas.

No âmbito do conflito agonístico que tem como base a casa “afrancesada”, tratou-se de questionar os informantes privilegiados, no sentido de recentrar a problemática, para além das potencialidades inerentes ao questionário. Para os três informantes privilegiados, os quais têm, no concelho de Melgaço, uma longa experiência profissional no âmbito da engenharia civil, as respostas divergem. O primeiro informante e o segundo dizem que os residentes desprezavam as casas “afrancesadas: ”. . . por, de certo modo, se sentiram agredidos com a introdução de algo desenquadrado do ambiente local.” (Informante número dois). O informante número três afirma que essa crítica era dirigida apenas pelos “intelectuais”, coincidindo com a

¹⁸² Na amostra de A. Gonçalves (1996), a imitação foi tida como muito importante pelos residentes: 34% de diplomados, 35% de independentes e 11% de operários.

¹⁸³ As distribuições dos géneros não são significativas, respectivamente, $p = .081$ para os regressados e $p > .050$ para os emigrantes, correspondendo aos quadros 75 e 76, as quais se encontram, em anexo, nas páginas 99 e 100.

tese de A. Gonçalves (1996): “O desprezo será mais dos pretensos intelectuais que não queriam aceitar a realidade histórica e as dificuldades económicas do país. Porque as pessoas simples, não emigrantes, por vezes, tentavam imitá-las”.

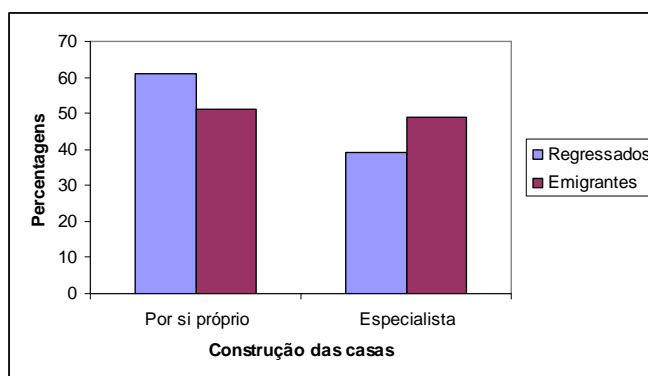
Em termos temporais, as diferenças de opinião acerca da problemática são constatadas mediante a mera comparação histórica. Ao longo dos derradeiros dois séculos, a questão das casas pertencentes aos emigrantes têm sido alvo de problemáticas, sendo que a mudança das características arquitectónicas parece relacionar-se com o sentido social atribuído à comunidade de pertença.

Na emigração “brasileira”, aqueles que detinham uma fortuna considerável, construíam também a sua casa “abrasileirada”. A melgacense San-Payo (2000) descreve as casas “brasileiras” de Melgaço, antecipando, o facto de, por vezes, os traços arquitectónicos se sobreporem: “Estavam ali duas épocas de construção: a parte antiga de granito e janelas pequenas, a parte nova em taipa caiada de branco e com janelas amplas . . . Copia-se o que se viu lá fora.” (San-Payo, 2000, p. 21). Na mesma obra, a escritora remete para a interfuncionalidade dos espaços, para o aspecto positivo da inovação e da melhoria das condições de vida. San-Payo (2000) interroga-se ainda acerca da nostalgia que as casas “afrancesadas” irão causar no futuro próximo. Em Melgaço, ainda existem alguns exemplos de casas “abrasileiradas”¹⁸⁴, no entanto, a diferença, no impacto da paisagem arquitectónica entre as casas “abrasileiradas” e as “afrancesadas”, encontra-se no número de casas, pois as casas “abrasileiradas” são escassas (Villanova et al., 1995). Esta distinção não será alheia também à diferença numérica dos respectivos fluxos e à capacidade de mobilidade espacial do emigrante continental. Segundo Pina-Cabral (1989) e Villanova et al., (1995), a alteração dos traços “tradicionais” das casas rurais realizou-se nos anos 60, ou seja, é fruto da emigração para França. Em Melgaço, na freguesia montanhosa de Castro Laboreiro, de acordo com Domingues (2005), as características da emigração continental do pós-guerra e a aculturação laboral terão propiciado a presumível alteração do padrão arquitectónico “tradicional”, uma vez que o fluxo já não era sazonal, o que permitiu a aquisição de conhecimentos técnicos.

¹⁸⁴ Em anexo, entre as páginas 76 e 77, as ilustrações 6, 7, 8, 9, 10 e 11 mostram duas casas “abrasileiradas”, em várias perspectivas.

A actividade laboral dos emigrantes, os quais trabalharam na construção civil e que, portanto, terão aprendido a forma de construir “típica” da sociedade de acolhimento, terá favorecido a alteração dos traços arquitectónicos. No estudo de Villanova et al., (1995), na freguesia de Parada do Monte, em Melgaço, dos vinte indivíduos contactados, dezassete, antes de emigrarem, eram agricultores, passando dezanove a serem operários. Para além da aculturação operada no âmbito laboral, a construção das casas “afrancesadas” foi influenciada pela ausência de controlo camarário. A maioria dos inquiridos com experiências emigratórias afirma que a sua habitação foi construída por si próprio.

Figura 19: Construção das casas nos emigrantes e nos regressados



A maior expressão é junto dos regressados, pois 61% construíram a casa por si próprios face a 39% que recorram à mediação de especialistas. Uma vez que a amostra de emigrantes é mais jovem será, pois, natural que o número de sujeitos que recorrem a especialistas aumente: 49%. No entanto, o valor mais expressivo é ainda a construção de si próprio: 51%. Mas, qual será a ligação entre a construção e as profissões dos melgacenses com percursos emigratórios?

Quadro 2: Regressados na construção da casa

	Intelectual	Serviços	Agricultor	Operário
Próprio	0%	47%	0%	71%
Engenheiro	100%	53%	100%	29%

Nos regressados, os operários destacam-se, de forma manifesta, na construção por si próprios mediante 71% destes indivíduos, sendo que dos sujeitos não qualificados são 72%. O recurso a especialista é apenas um pouco superior nos sujeitos que se dedicam aos serviços, pois 53% destes sujeitos recorreram a especialistas face a 47% que a construíram por si próprios. Se o cruzamento com as profissões não diferencia

estatisticamente os sujeitos, o cruzamento com os graus de escolaridade diferencia-os e os maiores valores encontram-se entre aqueles que não estudaram com 81% e 66% com o ensino primário. E nos inquiridos com o ensino complementar – 71% – e licenciatura – 64% – acham-se as percentagens mais expressivas daqueles que recorrem a especialistas: $X^2(7, N = 142) = 14,802, p = .039$. Ora, cruzando os graus de escolaridade com as profissões dos regressados, a distribuição é significativa: $X^2(56, N = 132) = 176,156, p = .000$ ¹⁸⁵. Assim dispendo, 75% dos indivíduos com o ensino primário são operários, assim como 52% dos que não estudaram. O que estabelece uma relação, ainda que indirecta, entre a construção da casa “afrancesada” e a aprendizagem facultada pela actividade laboral.

Quadro 3: Emigrantes na construção da casa

	Intelectual	Serviços	Operário	Não qualificado
Próprio	67%	29%	67%	50%
Engenheiro	33%	71%	22%	50%

Nos emigrantes, o único grupo profissional onde a casa foi feita por especialistas é nos serviços, pois 71% destes sujeitos recorreram a especialistas, em detrimento de 29% que não recorreram à mediação de especialistas. No entanto, ainda predominam os operários: 67% destes indivíduos construíram por si próprios e apenas 22% através de especialistas. Inclusivamente, os “intelectuais” não recorrem a especialistas. Será que a habitação destes últimos foi feita pelos pais? Questionando os informantes privilegiados acerca desta questão, a socialização secundária parece ter influenciado a opção dos emigrantes, assim como a ausência de regras por parte do município. Para o primeiro informante, as casas dos emigrantes eram auto-projectos: “. . . que os emigrantes construíam e variavam consoante a região, onde trabalhavam. A maioria procurava o técnico para, simplesmente, dar cumprimento ao exigido pelos serviços camarários.” (Informante número um). O mesmo objectou o segundo informante: “. . . os emigrantes traziam uma ideia preconcebida da casa que queriam e não aceitavam opiniões diferentes”.

Questionados sobre a questão de quando terá sido regulada a construção das casas “afrancesadas”, é consensual que: “A partir da década de oitenta, as câmaras mais

¹⁸⁵ As duas últimas distribuições dos graus de escolaridade referentes à construção das casas correspondem aos quadros 77 e 78 e encontram-se, em anexo, na página 100.

do interior passaram a contar com técnicos que foram dando pareceres, no sentido de exigirem um melhor enquadramento na arquitectura tradicional de cada região.” (Informante número um). Ainda segundo o informante número dois, o auge da construção das casas “afrancesadas” terá sido entre 1975-1985: “. . . parece-me ser o período de 1975-1985 que teve maior crescimento das referidas construções.” (Informante número dois), sendo que, a partir da década de 90, ter-se-á assistido a um incremento da regularização¹⁸⁶. Assim sendo, a forma de apropriação do espaço de pertença pelos emigrantes não se terá operado apenas pela aculturação, tendo também a construção sido facilitada pelas condições político-administrativas encontradas no espaço de partida.

Um outro factor, pertencente ao espaço de partida, será o “espírito” de ajuda entre familiares e vizinhos (Domingues, 2005; Villanova et al., 1995). É curioso aferir que o mesmo sucedia no espaço de acolhimento, pois os emigrantes ajudavam-se na construção e na reconstrução das casas. Porém, no país de acolhimento, recorrem ao crédito, quando no espaço de partida “a casa” se constitui como o objectivo fundamental das poupanças do investimento laboral. Assim sendo, acabou-se de conferir resposta à terceira hipótese, isto é, será que a socialização secundária, nomeadamente, a operada através da mudança de ocupação laboral, conduziu à diferenciação sociocultural entre emigrantes e residentes? Apesar do número de emigrantes que responderam à categoria que fazia referência à aprendizagem não ter sido relevante face a outras categorias de resposta contidas na questão que remete para os motivos atribuídos para a construção da casa “afrancesada”, se nos detivermos, na forma como foram construídas, no grau de escolaridade dos seus promotores e nas ocupações laborais mantidas em França, nas respostas dos informantes privilegiados, na condição de carência de regulação do espaço de partida, assim como o “espírito” de entreaajuda dos emigrantes, a questão ganha novos contornos.

A alteração de um espaço de vida rural para um industrial opera uma mudança na socialização. Mas, será que a aculturação operada na socialização secundária terá alterado os padrões “tradicionais”? A maioria dos regressados pensam que as casas dos emigrantes são distintas das “antigas”, isto é, 78%, em detrimento de 22% que infirmam a questão. Nos emigrantes, a percentagem de respostas afirmativas é de 66%, em

¹⁸⁶ Esta mudança não será alheia à implementação dos Planos Directores Municipais.

detrimento de 34% que dizem não serem diferentes. Ainda nos emigrantes, nos sujeitos até aos 25 anos de idade, as respostas que infirmam a questão destacam-se com 62%, em detrimento de apenas 38% que dizem serem diferentes, perante 71% de sujeitos entre os 26 e os 50 anos que afirmam a questão: $X^2(2, N = 50) = 7,825, p = .020^{187}$. Assim sendo, a diminuição da percepção da diferença poderá dizer que a problemática poderá estar a esmorecer dos regressados para os emigrantes e destes para os mais jovens. Porém, para os informantes privilegiados, é consensual que a norma arquitectónica, actual, não é constituída pelos traços introduzidos pela casa dita “afrancesada”: “Os mirantes e as fortes inclinações da cobertura foram abandonadas pouco a pouco” (Informante número dois). “Está a passar de “moda”” (Informante número um), sobretudo, devido à intervenção de técnicos habilitados. Ainda para o informante número três a casa “afrancesada” permitiu a introdução de alguns métodos na construção, o que reforça a ideia da aculturação através da actividade laboral. A opinião acerca da não alteração dos traços ditos tradicionais é também partilhada por Pina-Cabral (1989) e Rocha-Trindade (Citado por A. Gonçalves, 1996).

De um ponto de vista descritivo, assim sendo, em primeiro lugar, cabe esboçar algumas das características da casa dita tradicional¹⁸⁸. F. Castro (1985, [1934]) descreve da seguinte forma as casas rurais da zona do Barroso, a qual não difere em demasia da zona de montanha melgacense. As casas da aldeia do Barroso contrastavam com a casa de um emigrante “americano” de dois pisos, de telha vermelha e toda ela pintada de branco:

As casuchas possuíam dois pisos: em baixo, para vacas, suínos, cabras e ovelhas, em cima, para os homens, as mulheres e a filharada. Não se sabia onde acabava o curral e onde começava a habitação da gente . . . Só a lareira possuía vida; o resto dir-se-ia morto. Era em derredor dela que estavam a prateleira com as tigelas, os assentos, a mesa – e até a cama fora armada pertinho, para que, nas noites frígidas, os corpos amornassem mais. Além, fechava-se a salgadeira, ao canto, a sachola, a foice, o machado, da outra banda, o caixote onde proliferavam coelhos. Nas paredes, a ferramenta doméstica e os croços e as croças de palha, para quando fosse preciso sair e estivesse a chover. Tudo se mostrava negro, desde as tábuas em que se pisava às que serviam de forras e acamação ao colmado abrigador . . .

¹⁸⁷ O respectivo quadro de distribuição número 79 encontra-se, em anexo, na página 100.

¹⁸⁸ As ilustrações número um e dois constituem um bom exemplo da casa “tradicional”, até porque correspondem ao posto de turismo de Melgaço, construído, propositadamente, para representar a casa “tradicional”. (Ver, em anexo, na página número 74).

traspassando o soalho, vinha o cheiro quente do curral, suas exalações amoniacais – tudo dominando, dia e noite, inverno e verão. (pp. 13 e 15).

Segundo os informantes privilegiados, a casa dita tradicional tem as seguintes características, as quais não se afastam da descrição do romancista, sendo que elas são descritas em contraposição com algumas das características da casa dita “afrancesada”, evidenciando, quiçá, que os traços arquitectónicos se sobrepõem. Para o informante número três, a casa “tradicional” é constituída por: rés-do-chão, no qual poderia existir adega, cortes ou alfaias. O primeiro andar era reservado à habitação. O acesso ao primeiro andar é feito pelo exterior, com escadas de granito (Informante número um), alpendres abertos virados para poente, sendo a cozinha a divisão dominante (Informante número três). A forma da casa é rectangular, com cobertura pouco inclinada de 10 a 20 graus (Informante número dois), cuja telha é de cerâmica (Informante número um), com caixilhos em madeira. Os materiais empregues são o granito e a madeira.

Por seu turno, quais serão as características da casa “afrancesada”? Os três informantes privilegiados concordam no facto dos telhados disporem de uma vertente demasiado inclinada¹⁸⁹. Para o informante número dois, o que se alterou, de forma geral, foi a volumetria, pois as “tradicionais” eram: “. . . modestas e de reduzidas dimensões”. Para além dos volumes, o número de pisos também terá aumentado (Informante número três). Alteraram-se também os materiais usados, a madeira e a pedra dão lugar ao alumínio, aos estores em plástico, aos azulejos nas paredes, os quais mostram “cores e decoração pouco adequadas.” (Informante número um) e a estrutura é realizada através do tijolo e do cimento. No que diz respeito aos sujeitos com experiências emigratórias, foi possível agrupar as respostas em duas categorias: qualidade de construção e estética¹⁹⁰.

Uma outra questão interessante é a de verificar o impacto da emigração na sociedade da partida, em termos socioeconómicos. Segundo Pina-Cabral (1989), a introdução da casa “afrancesada” não introduziu uma mudança radical, uma vez que a funcionalidade familiar e agrícola se mantém. O centro continua a ser a cozinha, quando

¹⁸⁹ Ver, em anexo, na página 75, as ilustrações número três, quatro e cinco.

¹⁹⁰ 45% dos regressados e 27% dos emigrantes facultaram uma resposta, quando questionados acerca da diferenciação entre as casas. Agrupando as respostas facultadas, 34% dos regressados remetem para a qualidade, 5% para a estética e 6% para a aculturação. Nos emigrantes 25% remetem para a qualidade e 2% para a estética.

nas casas “burguesas” é a sala-de-estar. A casa “afrancesada” continua, muitas vezes, ligada à economia rural. Consta-se, pois, que ambas as funcionalidades existem, não se podendo atribuir um predomínio a uma das funcionalidades. Como se teve oportunidade de constatar, a maioria dos emigrantes regressados é, hoje, reformada, conquanto que também se assiste a uma melhoria do nível académico e um aumento das pessoas afectadas aos serviços. No entanto, o recurso à agricultura de subsistência se mantém. Para os informantes privilegiados, ambas as posturas coexistem. Para o informante número três, a funcionalidade agrícola mantém-se, pois, o rés-do-chão é utilizado para actividades agrícolas: “. . . com o tempo e a adaptação acaba quase sempre por se aproximar daquela em que nasceram e cresceram.” (Informante número três). No pólo oposto, para o segundo informante, estabeleceu-se uma alteração, pois “Esta mudança deveu-se a alterações socioeconómicas na vida dos emigrantes.” (Informante número dois), “. . . o rés-do-chão passou a ser integrado na habitação propriamente dita e, às vezes, à mistura com dependências para actividades de pequeno comércio.” (Informante número dois). No que diz respeito ao estudo de terreno, esta derradeira questão ganha importância, pois, para o espaço de partida, o percurso emigratório poderá não ter resultado numa melhoria efectiva das condições sociais. Ter-se-á oportunidade de aferir que, apesar da melhoria do estatuto socioeconómico, em termos comunitários, tal melhoria detém menor visibilidade¹⁹¹. No entanto, cabe colocar uma limitação conceptual à presumível mudança de vida rural para a dita vida “aburguesada”, uma vez que o próprio espaço rural se alterou, tendo-se enriquecido, nomeadamente, devido à exploração e venda do vinho alvarinho, ou seja, poderão ser as classificações de vida rural e “burguesa” que não se encaixam na realidade social.

Concluindo, as respostas permitem estabelecer que o núcleo comportamental “casa” não se constitui como fonte de diferenciação sociocultural. Ter-se-á oportunidade de verificar que este núcleo de diferenciação cultural entre emigrantes e residentes apareceu considerada como a menos importante como fonte de picanço, sendo considerada somente como *muito importante* para 6% dos sujeitos regressados. Nos emigrantes, nos quais se verifica uma maior percepção agonística face aos residentes e a si próprios, a percentagem anterior eleva-se apenas para 9%. As questões

¹⁹¹ As habitações construídas pelos emigrantes tornaram-se, em muitos casos, em meros locais de lazer e de férias (M. Gonçalves, 2002), sendo ainda que muitas delas se encontram à venda, revelando a desvinculação face a Melgaço e, como se verá, o crescente investimento no espaço de acolhimento.

que remetiam para comportamentos agonísticos são pouco valorizadas, nomeadamente, o *dar nas vistas*, a qual ganha relevância nos emigrantes e a *imitação*, ao contrário daquelas que remetem para o *bom gosto* ou *porque são boas* e, simplesmente, *porque gostam*. Os traços arquitectónicos “afrancesados” não são os predominantes, senão que, pelo contrário, se sobrepõem e a introdução de novas formas de construção e os novos materiais empregues tornaram-se predominantes, as quais se devem, de qualquer modo, também à evolução histórica portuguesa, embora, em Melgaço, os emigrantes se constituíam como os grandes impulsionadores da mudança, uma vez que graças à aprendizagem laboral e à relativa acumulação de capital modernizaram-se as habitações e o próprio espaço de partida.

9. O núcleo comportamental dos gastos ostensivos

Para as duas áreas comportamentais anteriores, procedeu-se de forma a diferenciar os comportamentos entre emigrantes e residentes, uma vez que estes poderão fundamentar as diferenças culturais, este será, pois, mais uma vez o procedimento. Em Portugal, até meados da década de oitenta, a poupança era intrínseca ao comportamento dos portugueses, ao ponto de se manifestar nas classes economicamente mais favorecidas (Gil, 2004; Pina-Cabral, 1989). Do ponto de vista das políticas económicas, a poupança era incentivada pelo Estado, nas décadas de 60 e 70 (Lopes, 1996).

A valorização da poupança, em detrimento do consumo, poderá ainda ser enquadrada no âmbito da cultura judaico-cristã, na qual o dinheiro aparece representado como algo vil. No âmbito judaico-cristão, o trabalho é afigurado como um sacrifício, sendo que a ostentação das posses é contrária à medida do sacrifício. A sua acumulação e o conseqüente esbanjamento serão, portanto, ignóbeis¹⁹². No concelho de Melgaço, a contenção nos comportamentos económicos era própria dos residentes, sendo que um dos objectivos desta medida seria o desafio agonístico para com os emigrantes (Wateau, 2000). O comportamento de poupança era, pois, característico da sociedade do Alto-Minho, assim como o comportamento dos gastos ostensivos, embora estivesse condicionado espaço/temporalmente, ou seja, ele confina-se aos meses de veraneio e a determinados espaços públicos. Quem não respeitasse estas regras sociais seria alvo da inveja e do maldizer, podendo os laços sociais serem suspensos ou mesmo anulados.

No registo relacional, os emigrantes rompem com a obrigatoriedade da reciprocidade simétrica, introduzindo o desafio nos residentes, uma vez que eles lograram destacar-se da vida camponesa (P. Monteiro, 1985). No âmbito da mobilidade económica ascendente, em termos de estatuto social, a imagem do emigrante esbanjador é socioeconomicamente distinta da imagem do residente abastado do Portugal rural, o qual não se tornara rico através da actividade laboral, mas que já teria nascido rico. Não será, portanto, o comportamento em si que determina o desvio, mas a relação

¹⁹² Diz Pina-Cabral, acerca da sociedade do concelho vizinho de Arcos de Valdevez: “. . . os vizinhos exercem uma vigilância mútua sobre os hábitos alimentares. Alguns membros das famílias mais ricas confidenciaram-me que . . . instruíam os seus filhos a manter segredo sobre o que comiam em casa . . .” (1989, p. 177).

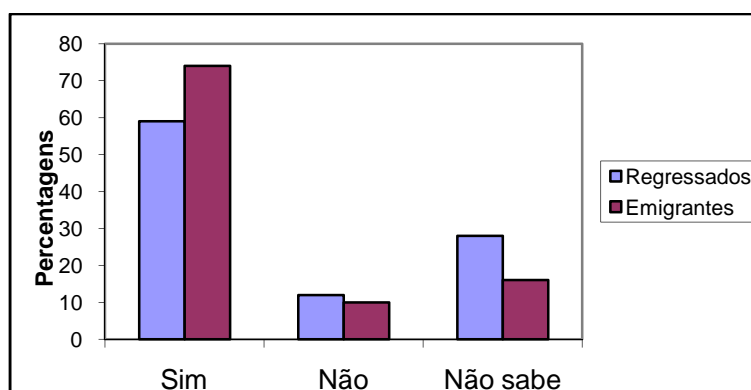
estabelecida entre os diversos actores sociais, tal como sucede na problemática da casa. No conflito agonístico descrito por Wateau (2000), é feita a distinção entre os “herdeiros” (os quais representavam a autenticidade e a veracidade das tradições locais), isto é, aqueles que herdaram um estatuto social elevado e os “inovadores” (os quais eram considerados como os usurpadores das tradições locais), ou seja, aqueles que introduzem elementos agonísticos através do desafio comportamental, os quais, usualmente, eram emigrantes. Ora, uma vez que a origem social dos emigrantes era, usualmente, baixa, estes somente poderiam afanar-se do comportamento de poupança¹⁹³. O emigrante, ao ostentar o capital económico, estaria a fazer gala do seu novo estatuto social, sendo que a recriminação dos residentes é vista como o não reconhecimento desse mesmo estatuto.

No registo da luta pelas disposições simbólicas, a ostentação do emigrante é semelhante à descrita por Sanchis (1983), a qual decorre nas romarias e nos arraiais. O mesmo ocorria em Melgaço, nos anos noventa. Segundo A. Gonçalves (1996), as romarias eram evitadas pelos diplomados. De acordo com Pina-Cabral (1989), nos casamentos encontrava-se a única excepção ao comportamento de mesura económica. Nos casamentos, as “casas ricas” deveriam ostentar a sua riqueza, caso contrário, o seu estatuto social estaria em causa.

Voltando à diferenciação entre residentes e emigrantes, para além da luta pelas posições e disposições sociais, o comportamento de ostentação poderá ser visto como uma ruptura cultural, uma vez que os emigrantes procediam de países onde a cultura dos gastos e do consumismo eram a norma. Mas, qual será a percepção para a associação entre os gastos ostensivos e a ascensão social?

¹⁹³ “. . . mas os bens adquiridos . . . são mal recebidos, porque a todos recordam a aptidão daquele indivíduo para ganhar dinheiro e porque podem levar este, precisamente, a demarcar-se dos outros . . . a desorganizar as relações vigentes . . .” (Wateau, 2000, p. 225).

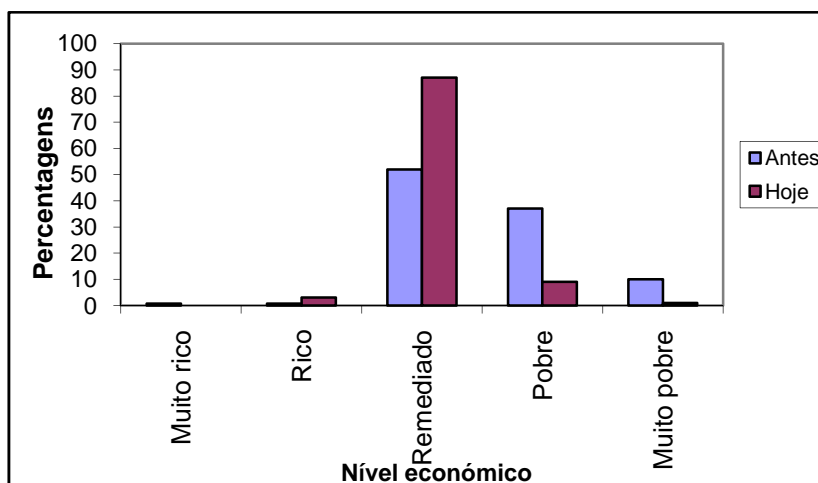
Figura 20: Gastos excessivos e percepção da ascensão social



Os regressados consideram que os melgacenses com percursos emigratórios, *quando regressavam de férias e gastavam muito dinheiro*, eram percebidos pelos residentes como tendo subido na vida: 59% respondem que sim e somente 12% que não, sendo ainda que 28% dizem não saber. Nos emigrantes a resposta afirmativa eleva-se, pois, 74% respondem afirmativamente, em detrimento de 10% que infirmam a questão e 16% que dizem não saber. Em termos globais, poder-se-ia dizer que a percepção se tem dilatado junto dos emigrantes. Efectivamente, 80% das mulheres emigrantes e 67% dos homens relacionam os gastos ostensivos com a ascensão social ($p > .050$). Nos regressados também se encontram mais mulheres: 67% face a 53% de homens: $X^2(2, N = 155) = 8,421, p = .015$. Ainda nos regressados, os sujeitos com menor escolaridade infirmam a questão: 19% daquelas que não estudaram e 17% dos sujeitos que têm o ensino primário $X^2(14, N = 155) = 24,050, p = .045$. Na amostra de emigrantes sucede o mesmo: 13% com o ensino primário e 14% com o preparatório infirmam a questão e 100% dos que não estudaram, não se colhendo qualquer valor nos graus académicos posteriores: $X^2(12, N = 49) = 27,599, p = .006^{194}$. Aqueles que têm mais escolaridade, isto é, licenciatura percebem também os gastos ostensivos como uma forma de ascensão social: 65% nos regressados e 50% nos emigrantes, ou seja, emigrar é também sinónimo de ascensão social entre os licenciados. Mas, será que os melgacenses com percursos emigratórios ascenderam socialmente?

¹⁹⁴ As distribuições de géneros e dos graus de escolaridade correspondem os quadros 80, 81, 82, 83 e encontram-se, em anexo, na página 101.

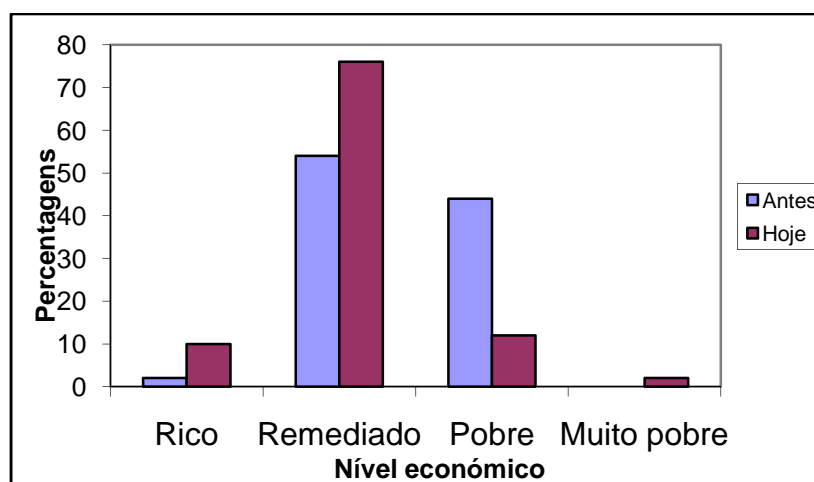
Figura 21: O nível económico nos regressados antes e no presente



Efectivamente, comparando o período anterior ao percurso emigratório e a sua situação económica actual, a percepção dos regressados dirige-se no sentido de uma melhoria no seu estatuto económico. Em termos dos géneros, nos regressados, antes de emigrarem¹⁹⁵, havia um homem que se considerava muito rico, o qual tem entre os 26 e os 50 anos de idade e o terceiro ciclo de escolaridade. E uma mulher que se achava rica, a qual tem também entre os 26 e os 50 anos e é licenciada. Hoje, 3% acham-se ricos. Antes de emigrar, 10% consideravam-se muito pobres, sendo a distribuição de 9% de mulheres e 10% homens e são indivíduos com mais de 76 anos de idade e são 29% daqueles que não estudaram e 9% daqueles que têm o ensino primário. Os pobres eram, por seu turno, 37%, dos quais 47% eram homens e 25% mulheres, tendo 48% entre 51 e 75 anos e 50% o ensino primário. No entanto, actualmente, a percentagem diminuiu para 9%. Aqueles sujeitos que se percebiam como muito pobres também diminuíram para 1%. Mas, qual será a percepção dos actuais emigrantes, tendo em conta que estes são mais jovens?

¹⁹⁵ Na distribuição de géneros dos regressados, os resultados anteriores ao projecto emigratório são estatisticamente significativos, isto é, $X^2(4, N = 145) = 20,047, p = .040$, ao contrário, da distribuição que faz referência ao presente. A distribuição é ainda significativa nas idades e nos graus de escolaridade, respectivamente, $X^2(12, N = 144) = 34,245, p = .001$ e $X^2(28, N = 145) = 54,564, p = .002$. As distribuições correspondem aos quadros 84, 85, 86 e encontram-se, em anexo, na página 102.

Figura 22: O nível económico nos emigrantes antes e no presente



Nos emigrantes, quando inquiridos acerca do seu estatuto socioeconómico, os resultados são mais diversificados, uma vez que aqueles que responderam “remediados”¹⁹⁶ diminuem de 87% nos regressados para 76% nos emigrantes. Nos emigrantes, não se encontram indivíduos que se achassem muito pobres, antes de emigrarem. Aqueles que se consideravam pobres diminuíram de forma substancial: de 44% para 12%. Pelo contrário, a categoria daqueles que se consideram ricos aumenta de 2% para 10%, ou seja, a perspectiva da possibilidade de enriquecer poderá estar a aumentar. Concluindo, para regressados e para os emigrantes, os percursos emigratórios saldaram-se pela percepção de uma melhoria das respectivas situações económicas, a qual se amplia nos emigrantes, ou seja, a perspectiva de emigrar e de enriquecer parece não ter esmorecido, o que poderá fomentar a reprodução do fluxo¹⁹⁷. No entanto, esta questão ganhará novos contornos, comparando as ocupações mantidas antes, depois e quando eram – no caso dos regressados – emigrantes¹⁹⁸.

Para os dois informantes privilegiados¹⁹⁹ (ex-funcionários bancários), o percurso emigratório também terá propiciado uma mobilidade social ascendente e melhorado a qualidade de vida dos emigrantes, sobretudo graças às diferenças salariais, cambiais e às reformas auferidas. Para P. Monteiro (1985), a alteração da ocupação laboral dos emigrantes e a consequente acumulação de capital terá propiciado a alteração do

¹⁹⁶ Os valores obtidos na opção *remediado* são acentuados, trata-se de uma limitação na construção do questionário, no entanto, esta tendência para a média também poderá ter uma leitura sociológica, uma vez que os sujeitos tenderão a nivelar as percepções, no registo do conflito agonístico, pois os sujeitos tenderão a não destacar-se entre eles.

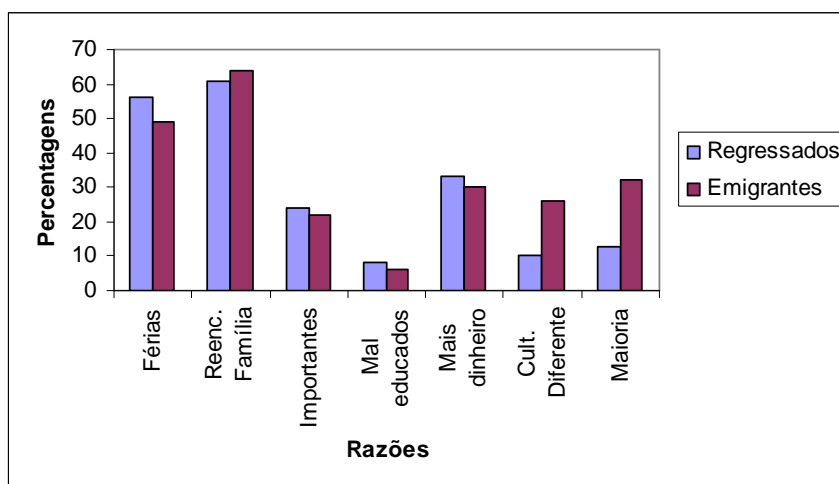
¹⁹⁷ Nos residentes de A. Gonçalves (1996), 85% dizem que os emigrantes são endinheirados: 85% dos operários, 68% dos independentes e 55% dos diplomados.

¹⁹⁸ Ver, em anexo, os respectivos quadros 21, 22, 23, 25 e, sobretudo, o 24, nas páginas 89 e 90.

¹⁹⁹ Ver questionário, em anexo, na página 69.

estatuto social dos emigrantes – por exemplo, enviando os filhos para a escola – e, simultaneamente, a alteração dos padrões culturais na terra de partida. Em Portugal, recorrendo à história contemporânea, a partir de meados dos anos oitenta, a cultura da poupança dá lugar à do consumo: florescem os centros comerciais e os cartões de crédito estendem-se a uma parcela considerável da população. Uma vez que a mesura económica era a norma comportamental, até meados dos anos oitenta, o comportamento de ostentação dos emigrantes era afigurado não apenas como um jogo de redefinição das posições sociais, mas também como um comportamento desviante, uma vez que este contrariava a norma comportamental dos residentes e dos emigrantes. De acordo com A. Gonçalves (1996), a imagem pejorativa do emigrante esbanjador é comum a todos os grupos sociais estudados. O consumo ostensivo era percebido pelos residentes como incómodo, “barulhento”²⁰⁰, hostil ou meramente despropositado. E quais serão, então, as razões atribuídas pelos melgacenses com percursos emigratórios para o comportamento “barulhento”?

Figura 23: Razões atribuídas para os emigrantes fazerem “barulho”



Curiosamente, a maioria dos regressados considerou como *muito importante* as categorias de resposta alheias ao conflito, nomeadamente, o facto de estarem de *férias* com 56% e *de reencontrarem a família* com 61%. Ambos os motivos encontram diferenciações estatisticamente significativas no grau de escolaridade²⁰¹, sendo que os valores mais elevados remetem para os sujeitos com menor frequência escolar, os

²⁰⁰ Diz um regressado: “É o mesmo, ‘tavam habituados aos emigrantes, eles falam francês uns com os outros, até em família, os daqui não os compreendem e têm dinheiro para gastar, bebem muito, riem alto, não deixam dormir ninguém. Ainda, neste mês de Agosto, aconteceu. Fazem muito barulho e os mais novos são os piores.” (Ver, em anexo, entrevista número 13, na página 38).

²⁰¹ Ver, em anexo, os quadros 87 e 88, nas páginas 102 e 103.

licenciados são 25% no motivo *férias* e 35% no *reencontro familiar*, constituindo-se como os valores menos expressivos da distribuição. Nos emigrantes, as percentagens são muito semelhantes 49% para *férias* e 64% para *o reencontro familiar*, sendo que esta última percentagem é o valor mais elevado das duas amostras.

Os motivos comportamentais agonísticos apontados pelos residentes aos emigrantes: *acham-se pessoas importantes* e *eram mal-educadas*, obtiveram resultados pouco expressivos, em ambas as amostras, evidenciando que os melgacenses com experiências emigratórias não se atribuíam os comportamentos agonísticos imputados pelos residentes. A questão *acham-se pessoas importantes* detém 24% dos regressados e 22% dos emigrantes. A questão *porque eram mal-educados* obteve apenas 8% dos regressados e 6% dos emigrantes. Na razão que remete para a má educação, os valores elevam-se junto daqueles que têm maior escolaridade, em ambas as amostras, pois de 15% de licenciados regressados ($p = .055$) se passa para 29% dos licenciados emigrantes, embora 50% sejam não escolarizados: $X^2(18, N = 49) = 29,784, p = .040^{202}$. No motivo *acham-se pessoas importantes*, nos regressados o predomínio recai sobre os sujeitos com mais idade: 44% dos inquiridos com mais de 76 anos, ($p = .058$); pelo contrário, nos emigrantes, o domínio pertence aos sujeitos até aos 25 anos com 36%, em detrimento dos mais idosos, ou seja, daqueles sujeitos entre os 55 e os 75 anos, os quais obtêm 14%: $X^2(6, N = 49) = 13,915, p = .031^{203}$.

O motivo *porque tinham mais dinheiro* constitui-se como o terceiro elemento impulsionador do conflito agonístico, em ambos os grupos, obtendo 33% dos regressados e 30% dos emigrantes. Nos regressados os valores mais elevados encontram-se nos sujeitos com mais idade, pois daqueles que têm mais de 76 anos, 78% escolheram esta categoria, pelos contrário, daqueles que têm até aos 25 anos a distribuição é menos expressiva, colhendo apenas 19% de jovens: $X^2(9, N = 145) = 35,434, p = .003^{204}$.

²⁰² As distribuições correspondem, respectivamente, aos quadros 89 e 90 e encontram-se, em anexo, na página 103.

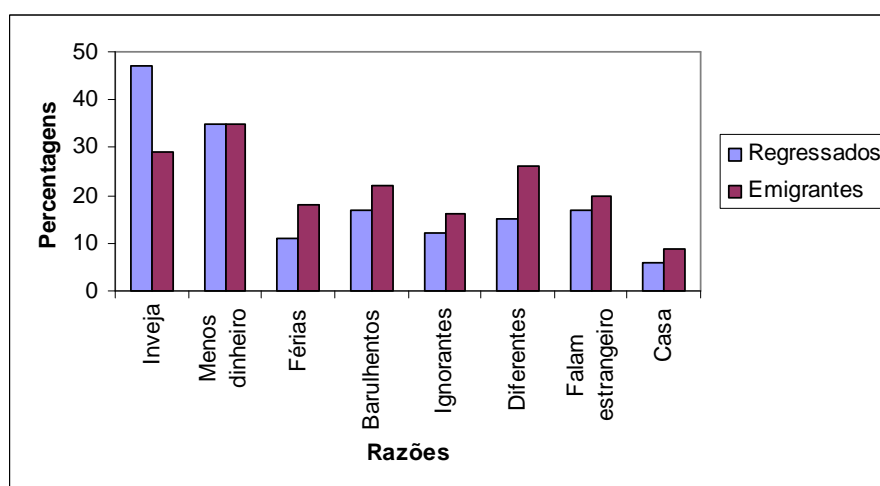
²⁰³ Os respectivos quadros de distribuição são o 91 e o 92, encontrando-se, em anexo, nas páginas 103 e 104.

²⁰⁴ O quadro de distribuição é o 93 e consta, em anexo, na página 104.

A questão que se verte para uma presumível diferença cultural entre emigrantes e residentes, a qual estará na origem do “barulho”, nos regressados a percentagem é de 10%. Porém, nos emigrantes, a diferença cultural incrementa-se para 26%. São as mulheres quem mais consideram a cultura distinta como fonte de “barulho”, em ambos os grupos, aumentando o seu peso relativo nas emigrantes, pois de 13% das regressadas passa-se para 33% das emigrantes, embora nos emigrantes a distribuição não tenha significado estatístico ($p > .050$)²⁰⁵. No que diz respeito aos homens ocorre também um incremento de importância atribuída, pois de 7% dos regressados passa-se para 17% de emigrantes.

Por último, a opção de resposta que se prende com o aumento populacional, isto é, *porque são a maioria*, não é tida como importante para os regressados, obtendo apenas 13%, quando nos emigrantes a percentagem é de 33%, sendo a terceira mais valorizada nesta amostra. No registo das competências académicas, nos regressados, 29% dos sujeitos com o ensino preparatório e 23% que não estudaram, consideram esta categoria como *muito importante*, em detrimento de somente 5% dos licenciados: $X^2(21, N = 143) = 33,887, p = .037$. Nos emigrantes, os licenciados ganham peso relativo, pois, passam a ser 43%, sendo o segundo valor mais destacado, após aqueles que não estudaram ($p = .050$)²⁰⁶.

Figura 24: Razões para o picanço



²⁰⁵ Ao contrário do que se constata na amostra de regressados: $X^2(3, N = 143) = 9,954, p = .019$. Os quadros são o 94 e o 95 e estão na página 104, em anexo.

²⁰⁶ Os quadros 96 e 97 das distribuições estão, em anexo, nas páginas 104 e 105.

Quando questionados acerca das razões para o facto dos melgacenses “picaram” ou “cortavam na casaca” dos emigrantes, isto é, os motivos pelos quais os melgacenses com percursos emigratórios justificavam o conflito, as categorias de resposta *porque tinham inveja* e *porque tinham menos dinheiro* foram consideradas como *muito importantes* pela maioria dos sujeitos.

O factor *inveja* obtém 47% dos regressados, constituindo-se como o valor mais elevado das amostras. Nos emigrantes é de 29%²⁰⁷. Os sujeitos com menos escolaridade sobressaem, em ambas as amostras, sendo que a distribuição é significativa nos regressados: $X^2(21, N = 152) = 54,910, p = .000$. Assim dispendo, dos sujeitos que não estudaram temos 61% e dos que têm o ensino primário são 57%; pelo contrário, dos licenciados somente 27% atribuíram muita importância a este motivo, constituindo-se como o menos elevado. São os sujeitos com mais idade que atribuem importância a esta categoria, embora os resultados não sejam significativos, mormente nos emigrantes ($p = .056$), pois a percentagem alcançada nos jovens até aos 25 anos é a menor: 14%. Nos regressados esse valor eleva-se para 35%: ($p = .065$)²⁰⁸. Ora, sendo a *inveja* uma das formas dos melgacenses atribuírem fundamento para os seus conflitos, é pois natural que os mais jovens emigrantes estejam afastados dessa percepção, uma vez que o seu espaço de vida e de socialização não é Melgaço.

O motivo *porque tinham menos dinheiro* colhe igual percentagem entre regressados e emigrantes: 35%. Nos regressados o valor mais elevado encontra-se nos sujeitos com ensino primário (47%) e naqueles que não estudaram (39%) –, cabe lembrar que, na categoria *não estudaram*, predominam as mulheres –, por seu turno, 23% dos licenciados consideram esta razão *muito importante*: $X^2(21, N = 152) = 44,166, p = .002$ ²⁰⁹. Tendo em atenção as distribuições obtidas nos graus de escolaridade dos regressados serão, pois, os mais velhos a conferir importância a esta questão. É de realçar que os resultados globais são os segundos mais destacados, sendo que nos emigrantes ele é considerado o mais importante.

²⁰⁷ No estudo de A. Gonçalves (1996), 71% dos residentes manifestavam inveja dos emigrantes.

²⁰⁸ Os quadros de distribuição referentes à categoria *inveja* remetem para o 98, o 99 e o 100 e estão na página 105, em anexo.

²⁰⁹ O quadro correspondente é o número 102 e está na página 106, em anexo.

As razões relacionadas com as formas de ser dos residentes, as quais remetem para os comportamentos agonísticos hetero-atribuídos, isto é, *não sabiam gozar as férias*²¹⁰ e *eram ignorantes*, obtiveram valores mais elevados nos emigrantes. Na questão *porque são ignorantes*, passa-se de 12% nos regressados para 16% nos emigrantes. No motivo *não sabiam gozar as férias* os resultados elevam-se de 11% obtidos nos regressados para 18% nos emigrantes.

O motivo porque eram *barulhentos* é um motivo auto-atribuído para o picanço, constituindo-se como a quarta resposta facultada pelos emigrantes com maior importância, após a diferenciação cultural, pois de 17% nos regressados passa-se para 22% nos emigrantes. Nos mais jovens emigrantes, esta categoria é a mais destacada com 43% dos inquiridos ($p > .050$)²¹¹.

A razão que remete para a problemática da língua, isto é, *falam estrangeiro*, obteve 17% nos regressados e 20% nos emigrantes. Nos regressados licenciados, a percentagem destaca-se, elevando-se até 41% desses sujeitos, ou seja, a problemática da língua não é apenas importante para os emigrantes, mas também para os regressados: $X^2(21, N = 151) = 37,442, p = .015$. Na amostra de emigrantes, a percentagem de licenciados que consideravam a questão *muito importante* é de 29%: ($p > .050$)²¹², ou seja, para estes a questão estará a perder importância agonística. Aquilo que se revela de inclusivo face a A. Gonçalves (1996) é que os licenciados com experiências emigratórias são também os mais críticos à problemática das diferenças comportamentais entre emigrantes e melgacenses.

No que diz respeito aos emigrantes, é curioso verificar que a terceira resposta com valores mais elevados é a percepção de uma diferenciação cultural: 15% nos regressados e 26% nos emigrantes, revelando a importância das diferenças culturais como motivo do conflito agonístico. Contudo, esta percepção já estava presente junto

²¹⁰ Cabe explicitar que os residentes “faziam o seu mês de Agosto” com a vinda dos emigrantes, sendo, pois, “obrigados” a trabalhar. Os emigrantes justificavam, deste modo, o conflito agonístico, diferenciando-se em termos socioeconómicos.

²¹¹ Ver quadro 101, em anexo, na página 105.

²¹² Os quadros das distribuições remetem para o 103 e o 104, na página 106, em anexo.

dos regressados mais jovens com 41%, constituindo-se como a distribuição mais expressiva na distribuição da idade: $X^2(9, N = 151) = 21,044, p = .012^{213}$.

A problemática da casa foi desvalorizada como fonte de picanço, pois apenas obteve 9% dos emigrantes e 6% dos regressados. Nos regressados, os resultados são estatisticamente significativos, isto é, $X^2(21, N = 145) = 38,893, p = .010$, e é *muito importante* junto daqueles que têm menor escolaridade, ou seja, 10% dos sujeitos que não estudaram e 6% daqueles que têm o ensino primário e o terceiro ciclo, pois dos licenciados 50% consideram a questão *nada importante*, constituindo-se com a segunda maior expressão nesta opção de resposta, após 54% dos inquiridos com o ensino preparatório, sendo que nenhum dos licenciados considerou a questão como *muito importante*, ou seja, a problemática parece estar a esmorecer. Efectivamente, cruzando a questão com as profissões dos emigrantes, a problemática é *importante* para 33% dos não qualificados, 29% de operários, 30% dos serviços e 33% dos intelectuais, contudo são as opções de resposta que remetem para a pouca ou nenhuma importância que predominam, inclusivamente nos operários com 40%: $X^2(24, N = 42) = 37,517, p = .039^{214}$.

Remetendo para a hipótese correspondente, nas razões para o conflito agonístico, isto é, para o picanço, destacam-se a inveja nos regressados, até porque para estes o espaço de vida é, agora, Melgaço. O factor monetário é, por sua vez, relevante nos emigrantes, reafirmando que este é um factor de conflito. No entanto, é mais relevante para os regressados e para os sujeitos com mais idade e menos escolaridade. Os comportamentos agonísticos dirigidos aos residentes são percebidos com maior intensidade junto dos emigrantes, no que diz respeito a *não sabiam gozar as férias e eram ignorantes*. Contudo, os valores dos comportamentos agonísticos auto-atribuídos são ainda mais intensos junto dos emigrantes, até porque são eles próprios que mais se consideram “barulhentos”. Os emigrantes têm ainda em maior consideração as diferenças culturais entre ambos os grupos. A problemática língua é também mais destacada junto dos emigrantes, tal como também já se teve ensejo de verificar, sendo ainda que esta problemática, no seio dos melgacenses com percursos emigratórios,

²¹³ Trata-se do quadro 105, em anexo, na página 106.

²¹⁴ Os respectivos quadros referentes à categoria casa são o 106 e o 107 e estão na página 107, em anexo.

aparece mais destacada do que a problemática casa. No entanto, esta obtém também maior valor junto dos emigrantes. Em jeito de conclusão, os comportamentos agonísticos hetero e auto-atribuídos tendem a incrementar-se junto dos emigrantes, das mulheres, dos mais jovens e daqueles que têm maior escolaridade. Contudo, em ambas as amostras, as razões são alheias ao conflito, uma vez que serão a inveja e o maldizer os impulsionadores e não o comportamento de ambos os grupos.

Como se teve oportunidade de verificar, a hipótese de se constatar a existência ou não de uma ascensão socioeconómica mantem-se, até porque ela é percebida como propulsora das tensões agonísticas. No registo das mudanças operadas pela introdução da cultura do consumo, foi analisada a mudança ocupacional e a possível ascensão em termos escolares e académicos, sendo que aquilo que se altera profundamente são os hábitos de consumo (Cepeda, 1991; M. Silva et al., 1984; Ramalho, 2003). Conquanto, a inegável melhoria das condições de vida, a percepção de uma mobilidade social ascendente por parte dos emigrantes é contraditória com as ocupações profissionais mantidas no espaço de acolhimento, a mobilidade social parece remeter-se para a horizontal e para a intergeracional, sendo, no entanto, esta última ainda insuficiente²¹⁵, uma vez que, como se verá, as percepções se ajustam às expectativas de ostentação e à percepção do que será considerado uma mobilidade social ascendente num meio economicamente desfavorecido²¹⁶.

Assim dispondo, no campo da psicologia comunitária, qual será o resultado da presumível ascensão económica dos melgacenses com percursos emigratórios? A emigração relaciona-se com as expectativas de enriquecimento célere. No regresso todos os emigrantes deveriam ostentar a riqueza, ao fim e ao cabo, eles emigraram para enriquecer (C. Ribeiro 1986a; Wateau, 2000). Em “Emigrantes” (F. Castro, 1982, [1928]), o herói Manuel das Bouças, regressa a Portugal muito pobre, porém, nos primeiros dias, tenta ostentar a sua riqueza enganadora. Para Rocha-Trindade (1986), a ostentação, desde a emigração dos “brasileiros”, era um comportamento voluntário dos emigrantes. Um regresso empobrecido seria sinónimo de fracasso e de vergonha. Do artigo de Rocha-Trindade (1986), aquilo que se realça é o aspecto voluntário, ou seja,

²¹⁵ Ver os quadros 21 até ao 25, em anexo, nas páginas 89 e 90.

²¹⁶ No estudo acerca do poder de compra concelhio do Instituto Nacional de Estatística (2007), Melgaço tem um indicador de 57,92%, sendo de assinalar que o indicador médio se faz com Portugal e não com a média da União Europeia.

intencional da ostentação, assim como a expectativa do gasto desmesurado. Ora, Rocha-Trindade (1986) refere-se à emigração “brasileira”, na qual a capacidade de mobilidade espacial era muito menor – como também a alteração do espaço de vida –, assim como o número de emigrantes, pois os emigrantes “franceses” ocupam literalmente a vila. A ostentação económica favorece também a ostentação de traços culturais distintivos²¹⁷, os quais, evidentemente, eram cobiçados pelos residentes. A ostentação seria, pois, a realização das expectativas de riqueza. Em certos discursos, a ostentação aparece também como um comportamento de demonstração de mobilidade económica ascendente²¹⁸. De qualquer modo, a expectativa do gasto desmesurado mais não faz do que fomentar a reprodução do fluxo emigratório, uma vez que emigrar, no imaginário comunitário, implica a melhoria das condições de vida e a ascensão social. Um dos informantes privilegiados ex-funcionário bancário classificou os emigrantes em dois grupos distintos. Em primeiro lugar, aquele emigrante que, tendo ganho dinheiro, logrou atingir os seus objectivos mínimos. E um segundo emigrante que tinha necessidade de esbanjar, uma vez que não tinha logrado atingir esses objectivos mínimos e que: “. . . acabava as férias mais cedo, com a desculpa que tinha de regressar para renovar os papéis.” Posição semelhante é tida por Rocha-Trindade, no que diz respeito aos emigrantes retornados do Brasil²¹⁹. Mas, como se manifesta a fraca mobilidade social dos emigrantes, no espaço de partida?

A poupança efectuada nos países de acolhimento enquadra-se nos ganhos marginais que o trabalho assalariado permitia (P. Monteiro, 1985), quando comparados com os ganhos realizados na agricultura local. A expectativa de brevidade da emigração portuguesa, a qual foi contextualizada a partir de ambos os espaços de vida²²⁰, terá fomentado a poupança dos melgacenses com percursos emigratórios.

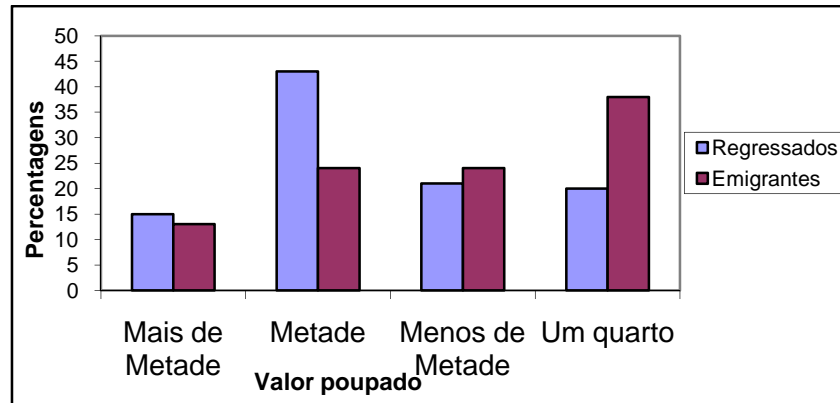
²¹⁷ Tal como afirma uma entrevistada: “Era assim: eu, quando cheguei, em 82, vinha de França, dos arredores de Paris, e tinha uma forma de me vestir, de me pentear que, prontos, custou às pessoas aceitarem. Era estranho e achavam que eu era drogada . . .”. (Ver, em anexo, entrevista número 11, na página 32).

²¹⁸ “. . . A ostentação dos seus dinheiros, quando regressavam ao berço que os viu pelintras, é apenas local e epidérmica. A necessidade de uma desforra social. Lá fora, continuam com a alma hipotecada.” (Namora, 1997, p. 418).

²¹⁹ “Os portugueses do Brasil . . . não são repatriados em miséria, nem donos de colossais fortunas . . ., mas sim aqueles que estão mais próximos de um sucesso médio que lhe satisfaz a moderação dos projectos.” (Rocha-Trindade, 1986, p. 154).

²²⁰ De acordo com Veldhoven e Groenland (Citados por Barracho, 2001), a poupança depende do contexto socioeconómico, cujas variáveis são: o clima económico (crescimento, inflação), a informação económica, o contexto pessoal (património, lucros) e o contexto institucional (sistema bancário e fiscal).

Figura 25: Percentagem poupada nos regressados e nos emigrantes

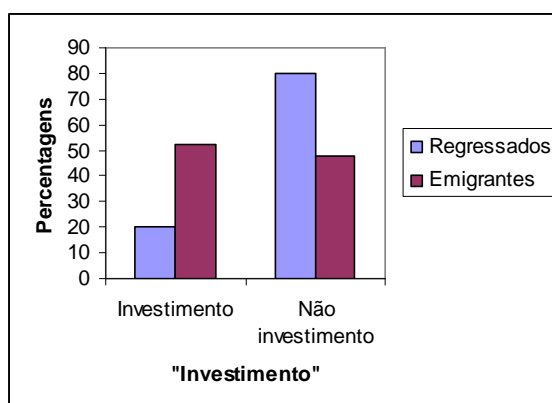


Dos regressados 43% poupavam *metade* do salário auferido, 21% *menos de metade*, 15% dos sujeitos poupavam *mais de metade* e 20% *um quarto*. No entanto, nos emigrantes, 38% dos sujeitos poupam *um quarto*, 24% *menos de metade* e *metade* e 13% *mais de metade*. As rupturas na poupança, comparando as amostras, verificam-se na opção *metade*, a qual desce, e na *um quarto*, sendo que esta se eleva, ou seja, o comportamento de poupança tende a diminuir entre os emigrantes, o que afectará a relação mantida entre ambos os espaços, favorecendo o espaço de acolhimento, em detrimento de Melgaço. Nos regressados, em termos dos graus de escolaridade, verifica-se que aqueles que menos poupavam, na opções *mais de metade*, eram os licenciados com 9%, sendo que aqueles que menos gastavam eram os sujeitos com o ensino primário com 22% e aqueles que não estudaram com 16%: $X^2(18, N = 136) = 41,141, p = .001$. Porém, inclusivamente constata-se uma diminuição da poupança entre os já regressados. Efectivamente, os indivíduos até aos 25 anos poupavam apenas 8%, ao contrário dos indivíduos entre os 51 e os 75, nos quais 19% poupavam *mais de metade*, ou os indivíduos com mais de 76 anos, dos quais 22% poupavam *mais de metade*: $X^2(9, N = 135) = 32,002, p = .000$. Actualmente, nos emigrantes, são as mulheres quem menos poupam: de entre elas 50% poupam *um quarto* face a 26% de homens: $X^2(3, N = 45) = 9,089, p = .028$. No registo das profissões, verifica-se que são os operários que poupam *mais de metade* –, 33% destes –, sendo que 11% poupam *um quarto*; por seu turno, os intelectuais, na sua totalidade, poupam apenas *um quarto*, assim como 33% dos indivíduos que trabalham nos serviços: $X^2(24, N = 42) = 40,848, p = .017^{221}$.

²²¹ Os respectivos quadros de distribuição, ou seja, do 108 ao 111, estão, em anexo, nas páginas 107 e 108.

Estes resultados são semelhantes aos percebidos pelos informantes privilegiados, o que representa uma mudança estrutural na relação estabelecida entre ambos os espaços. Um dos informantes privilegiados, quando questionado acerca desta questão, divide-a em três períodos distintos. O primeiro decorre do final da II Guerra Mundial até 1969, na qual afirma que a poupança terá atingido *mais de metade* do salário auferido. O segundo período decorre entre 1970 e 1990 e a poupança seria de *metade a um quarto*. A diminuição ficará a dever-se à melhoria das condições de vida e ao reagrupamento familiar. Por fim, após 1990, a poupança diminui ainda mais. Uma questão inerente à poupança é o investimento no país de acolhimento.

Figura 26: “Investimento” das poupanças no país de acolhimento



No âmbito da relação mantida entre ambos os espaços, a maioria dos regressados não aplicava as suas poupanças no país de acolhimento – cerca de 80%, revelando uma vinculação face ao espaço de partida. Porém, tal como se verificou através dos informantes privilegiados, a partir de finais de 1990, os emigrantes acabam por aplicar as suas poupanças nos países de acolhimento. Os resultados obtidos nos emigrantes, confirmam este facto, pois, 52% dos emigrantes responderam afirmativamente, quando nos regressados a percentagem era somente de 20%. Nos regressados assiste-se a um aumento do investimento à medida que as qualificações aumentam, sendo muito baixa nos indivíduos que não estudaram (7%) e com o ensino primário (11%), aumentando para 44% dos sujeitos com o terceiro ciclo, 22% com o ensino complementar e 20% dos licenciados: $X^2(7, N = 149) = 23,180, p = .002$. Na distribuição de géneros predominam as mulheres emigrantes a investir: elas são 67% face a 38% de homens: $X^2(1, N = 48) = 4,090, p = .043$ ²²².

²²² Os quadros de distribuição correspondem ao 112 e ao 113 e encontram-se, em anexo, na página 108.

Nas escassas respostas obtidas, quando se pretendia saber onde o capital era “investido”, a maioria dos emigrantes responde na habitação. Em conversas informais com os solicitadores, os quais servem de mediadores dos interesses dos emigrantes, verifica-se que o interesse, actual, destes é desinvestir na terra natal. O cuidado dos terrenos, montes e habitações realiza-se no intuito de “investir” na terra de acolhimento²²³.

No espaço de partida, os melgacenses com percursos emigratórios “investiam” as suas poupanças na habitação: 71% para os regressados e 78% para os emigrantes. A aquisição de um automóvel surge em segundo grau de importância atribuída nos emigrantes, nos regressados o automóvel é a terceira escolha. A segunda é a educação, no entanto, a percentagem alcançada, isto é, 36% é menor do que nos emigrantes, pois esta é de 44%. A opção *férias e lazer* obtém 38% dos sujeitos, sendo, pois, maior nos emigrantes do que nos regressados, nos quais é de 24%. Nos regressados e nos emigrantes apenas 14% das respostas incidem sobre a constituição de um negócio²²⁴. No registo da relação estabelecida entre ambos os espaços estes últimos valores são deveras preocupantes.

Concluindo, no que diz respeito ao núcleo comportamental configurado pelos gastos ostensivos, tendo em atenção a introdução de Portugal na sociedade de consumo, nas derradeiras décadas do século XX, a melhoria do poder de compra dos melgacenses, a diferença sociocultural entre ambos os grupos sociais tem diminuído, o que não significa que o comportamento de ostentação não se mantenha, mas antes que, hoje, ele não parece ser exclusivo dos emigrantes, senão que é transversal a todas os grupos sociais²²⁵. Assim sendo, a ostentação não constituirá uma diferença sociocultural entre ambos os grupos. No entanto, as diferenças económicas entre ambos os países, a expectativa generalizada do emigrante dever ostentar, poderá fazer com que o emigrante ainda mostre comportamentos de ostentação. Colocando de parte o passado e tentando

²²³ Estes últimos dados são importantes para uma futura abordagem da componente económica das remessas, até porque alguns países de acolhimento, actualmente, estão a desenvolver esforços no sentido de captarem uma parte substancial das remessas enviadas pelos emigrantes para os países natais.

²²⁴ Neste ponto, parece assistir-se a uma limitação na elaboração do questionário, pois a palavra *negócio* em Melgaço não parece remeter para a agricultura, sendo que alguns emigrantes, apesar de reformados, se têm dedicado à exploração do vinho Alvarinho.

²²⁵ Nos questionários entregues aos comércios, os resultados são contraditórios, uma que vez que alguns questionados respondem que os emigrantes consomem mais e produtos distintos dos residentes, mas, pelo contrário, outros dizem não existir diferença. (Ver questionário, em anexo, na página 73)

analisar a presente situação, a ostentação favoreceu e favorece a reprodução do fluxo emigratório. A ostentação também parece inversa ao investimento necessário na educação²²⁶ e nos sectores produtivos, o que iria propiciar uma mobilidade social ascendente em ambos os espaços. A mobilidade social do emigrante parece repousar ainda, predominantemente, na vertente económica, sendo a mobilidade intergeracional ainda escassa. Os efeitos da emigração parecem começar a ser assimétricos para a comunidade de pertença, uma vez que os vínculos tendem a enfraquecer-se, resultando na não poupança e no desinvestimento na terra natal.

²²⁶ Entre emigração e o sistema educativo existe uma relação directa, pois, quem emigra é jovem, implicando a desertificação humana e, em consequência, as qualificações dos concelhos com forte emigração carecem de pessoas altamente escolarizadas (Arroteia, 1999).

10. Discussão

No estudo empírico, feita a observação e a análise dos resultados, a questão da diferenciação cultural entre os melgacenses com percursos emigratórios e os residentes perdeu interesse prospectivo, em detrimento dos efeitos da emigração continental no espaço de partida. Aquilo que se revelou importante foi a transversabilidade do conflito agonístico, na medida em que o conflito atravessa todos os grupos sociais, isto é, o conflito agonístico é partilhado por melgacenses com experiências emigratórias e por aqueles que a não detêm, até porque a maioria dos melgacenses possuem emigrantes no seio das suas famílias. Na diferenciação cultural entre os grupos considerados, a relação cultural estabelecida entre os espaços de partida e de acolhimento é a transculturalidade, na medida em que a contacto intercultural produz modificações em duas ou mais culturas, diferenciando-se o resultado, ou seja, a relação estabelecida com o espaço de acolhimento é assimétrica.

A ambiguidade dos emigrantes portugueses decorre da ligação entre as condições facultadas nas sociedades de acolhimento, de partida e da relação entre ambas. O reagrupamento familiar forjou o “mito do retorno”, sem que, no espaço de acolhimento, se tivesse realizado a assimilação dos imigrantes e sem que, no espaço de partida, se efectuasse o regresso²²⁷ definitivo. Se o “mito do retorno” poderia explicar-se pelo apego à terra natal, também este dependeu de condições objectivas, como, por exemplo, da necessidade das remessas²²⁸ enviadas pelos emigrantes, sendo que, de qualquer modo, a permanência no espaço de acolhimento propicia o aumento dos traços culturais ambivalentes.

A adesão de Portugal à outrora designada Comunidade Económica Europeia retirou uma parte do dramatismo da emigração portuguesa, a qual abandona o contorno de problema nacional. Opera-se uma mudança de discurso, conferindo-lhe uma imagem positiva²²⁹. Os emigrantes foram, então, designados de portugueses não residentes,

²²⁷ As altíssimas taxas de juros facultadas aos emigrantes pelos bancos portugueses, na década de oitenta, atestam essa realidade, quando a França também “oferecia” dinheiro para o retorno. Esta questão foi abordada nas entrevistas sendo, então, motivo de permanência. Já em meados da década de 70, por exemplo, um banco português “oferecia” 20% de juros ao ano (Banco Português do Atlântico, 1976).

²²⁸ Segundo Lopes (1996), já nos anos 60, as remessas enviadas pelos emigrantes ultrapassam as trocas comerciais com as ex-colónias.

²²⁹ Segundo Leite (2004), a emigração é, hoje, afigurada de modo não depreciativo.

passando a designar-se de comunidades espalhadas pelo mundo, ao que se designava de “diáspora”. Actualmente, ressalta-se a vertente intercultural e multicultural, no seio da União Europeia, olvidando que também existem contendas culturais, tal como a cultura é entendida neste estudo. As diferenças socioculturais, entre a dicotomia da “saudade”, o receio de assimilação ou o ideal multicultural, fazem emergir, no espaço de partida, tensões agonísticas. E, efectivamente, os melgacenses com percursos emigratórios percebem a existência de uma separação cultural face aos residentes, sendo que são as mulheres, os mais jovens, os licenciados e os actuais emigrantes quem mais percebem esta separação cultural. São também estes sujeitos que se percebem como fonte de conflito auto e hetero-atribuído. No entanto, os factores detonadores da tensão agonística serão a inveja, o maldizer e as diferenças económicas subjacentes.

O núcleo comportamental onde a diferenciação cultural se revelou com menor intensidade foi a problemática da casa “afrancesada”, sendo que a separação ou a segregação espacial entre ambos os grupos foi colocada de lado, uma vez que não existem espaços naturais que dividam os emigrantes dos residentes. Em Melgaço, não se assiste a uma separação física das comunidades. Nas conversas informais, o comportamento agonístico dos emigrantes aflora de forma recorrente, mesmo quando alguns dos indivíduos são emigrantes. Os emigrantes, nestas conversas, dividem-se em “bons” e “maus” emigrantes, tendo em conta as diferenças comportamentais, a língua e os abusos da ostentação, o que revela o carácter estruturante, paradoxal e transversal das tensões agonísticas. De qualquer modo, a separação sociocultural coloca em destaque a crescente desvinculação dos emigrantes face a Melgaço. Por fim, do ponto de vista temporal, os emigrantes regressados, sobretudo os homens remetem essas questões para o passado e não para o presente. A aculturação dos emigrantes foi, de início, profissional e material, o que se revela na construção das casas “afrancesadas”, mas também na ostentação económica. Assim sendo, na “questão da casa” foi a actividade laboral que propiciou a construção das casas ditas “afrancesadas”. No registo das condições do espaço de partida, a falta de regras camarárias facilitou a mudança dos traços arquitectónicos. Outro factor, ainda pertencente ao espaço de partida, será a entajada dos emigrantes, até porque as suas casas foram construídas por si próprios. A problemática da casa “afrancesada” tende, actualmente, a esmorecer, não se constituindo como fonte de diferenciação cultural e, em consequência, de conflito agonístico.

No que diz respeito ao núcleo comportamental composto pela ostentação económica, actualmente, a questão não passa tanto pela exibição económica, até porque Portugal é, hoje, também uma sociedade consumista, diminuindo, pois, as diferenças socioculturais que conferem conteúdo à diferenciação cultural. Porém, ela persiste, por exemplo, mediante a ostentação do automóvel. Porém, nos modos de estar, de ser, de vestir, as diferenças não são tão notáveis²³⁰. Contudo, as diferenças económicas – e não a ostentação – entre emigrantes e residentes são apontadas ainda como fomentadoras das tensões agonísticas, até porque elas fomentam a inveja. No âmbito socioeconómico, os emigrantes percebem-se como tendo ascendido socialmente. Contudo, no que diz respeito aos comportamentos agonísticos dos emigrantes face aos residentes, os valores mais elevados foram encontrados em questões eminentemente relacionais, pois, as respostas maioritariamente incidem sobre os factos de estarem de férias e de reencontrarem a família. Pelo contrário, a percepção da melhoria das condições económicas são atribuídas como constituindo a causa para o picanço e não o “barulho” feito pelos emigrantes.

Ao comparar a questão da percepção de mobilidade social ascendente com as ocupações laborais, a percepção de mobilidade social ascendente dos emigrantes perde força. A mobilidade social dos emigrantes, na sociedade de acolhimento, é, usualmente, horizontal e não vertical. Na sociedade de partida, a maioria dos emigrantes regressados são reformados e a mobilidade intergeracional, apesar de existir, é ainda escassa. Nos emigrantes, os operários e os não qualificados ainda predominam. Até que ponto esta realidade revelará a segmentação do mercado de trabalho? A segmentação do mercado de trabalho é verbalizada pelos próprios emigrantes, quando afirmam, por exemplo: “Nunca vi um judeu a trabalhar na construção civil.” “Os italianos quando a Itália entrou na CEE, foram todos embora, os que estavam eram velhos, já casados, com a família e tal; ficaram. “Eu, nunca vi um chinês a trabalhar, lá, no prédio, na França²³¹. “Os árabes só sabem fazer filhos, trabalhar não é com eles”. A resposta a esta questão viria da necessária análise da sociedade de acolhimento, contudo, tal desígnio, aqui, não é objecto.

²³⁰ “Mas, agora, já não se vê isso. Este ano, mesmo os jovens vêm pior vestidos do que os daqui, com peças dos chineses e tudo. Os daqui preferem roupas de marca”. (Ver entrevista número 10, na página 30, em anexo).

²³¹ Ver, em anexo, entrevista número 12, na página 34.

Ora, a percepção de mobilidade social ascendente dos emigrantes regressados alicerça-se em dados objectivos, mas também em dados subjectivos. Uma vez que Melgaço é um meio económico desfavorecido, é natural que apenas baste uma pequena acumulação de capital económico para que essa percepção comparativa aflore. A pretensão de emigrar, como se teve oportunidade de constatar, era apenas de acumular algum capital económico que permitisse construir uma casa e garantir uma relativa melhoria na qualidade de vida. No registo da relação entre ambos os espaços, mais do que a aculturação, aqui, revela-se a transculturação. Até porque o espaço de acolhimento começa a ser percebido como espaço de pertença, o que se releva nas questões da quantidade da poupança realizada e de onde ela é aplicada.

Em Melgaço, a problemática da transculturação adensa-se: os ganhos económicos da emigração foram diminutos, feitos à escala rural de uma localidade desertificada, em termos humanos e físicos. Apesar dos recentes investimentos resultantes da integração na União Europeia, a reprodução do fluxo emigratório parece permanecer, ainda que, evidentemente, atenuada, até porque a diminuta população melgacense, fruto dos fenómenos migratórios e da diminuição da natalidade, não o permite. Emigrar, como já atempadamente se afirmou, é considerado, em Melgaço, algo de não problematizado e, até, de inevitável, dadas as diferenças económicas entre os países. A actividade de emigrar ainda é percebida como uma forma de ascender socialmente, o que em termos das expectativas fomenta a reprodução do fluxo emigratório.

No âmbito internacional, a partir de meados da década de 70, era consensual que os fluxos emigratórios se revelaram desvantajosos para os países de partida. Usualmente, os ganhos obtidos pelos países emissores são medidos através das remessas e da melhoria do capital humano. No que diz respeito a este último, será inegável que a emigração facilitou a elevação do nível académico na segunda geração de emigrantes. Contudo, não se assistiu a um ganho técnico/profissional dos emigrantes, o qual poderia propiciar a alteração e a melhoria das actividades produtivas no concelho, dado que os emigrantes regressam em idade activa, ou seja, a relativa melhoria das habilitações académicas não alterou o tecido produtivo.

No âmbito dos ganhos obtidos através das remessas, aqueles que possuem maior capital económico dirigem-se, aquando do regresso, para as capitais dos distritos vizinhos, como sucedeu em Melgaço, com os “famosos” empreiteiros castrejos de Braga. Em Melgaço, os investimentos realizados pelos emigrantes são diminutos (o regresso efectua-se quando o emigrante alcança a reforma e o investimento num negócio não é considerado prioritário), traduzindo-se em pequenos empreendimentos na hotelaria ou no pequeno comércio. O desenvolvimento vinícola, em Melgaço, foi impulsionado pelos fundos da União Europeia, sendo que, no entanto, alguns emigrantes investiram os seus recursos económicos no sector vinícola. Neste mesmo ramo, um emigrante brasileiro acabou mesmo por construir a primeira adega no concelho, constituindo-se como a excepção.

No núcleo comportamental composto pela língua, de novo, mais do que a aculturação, aquilo que se realça de importância, em Melgaço, é a transculturação. Os melgacenses com percursos emigratórios percebem-se como portadores de uma ambivalência cultural, sobretudo os emigrantes, os mais jovens, as mulheres e aqueles com maiores habilitações académicas, sendo que, no entanto, esta ambivalência não é percebida como sendo a fonte da tensão agonística entre os dois grupos. De acordo com os melgacenses com experiências emigratórias, o recurso à língua estrangeira acontece porque estão habituados e não para se exibirem ou “mostrarem” uma diferenciação cultural. Portanto, no que diz respeito às tensões agonísticas, os emigrantes têm consciência dessas tensões. No entanto, elas devem-se, de acordo com as suas respostas, à inveja dos residentes ou ao comportamento agonístico preconizados por estes, uma vez que os emigrantes “são gozados” ao falarem português. Dos três núcleos que pretendiam abordar a tensão agonística, a língua não obteve resultados expressivos, sendo, no entanto, considerada mais relevante do que a questão da casa. Na percepção dos melgacenses com experiências emigratórias, serão as diferenças económicas a fomentar o conflito e sobretudo uma sua consequência, ou seja, a inveja. É a inveja dos residentes e não o comportamento dos dois grupos que estará na origem do conflito. No núcleo linguístico, também se mostra a transculturação, nomeadamente, através da introdução de estrangeirismos e de expressões linguísticas, mas também porque, nos emigrantes, a percentagem de portugueses que falam a língua de acolhimento em casa e no estrangeiro eleva-se, revelando um crescente afastamento da sociedade de partida. Porém, o que poderia parecer paradoxal, assiste-se a uma

revalorização da língua materna pelos mais jovens e por aqueles que dispõem de maior escolaridade, fazendo com que a ambiguidade cultural se incremente. Em Melgaço, em 2007, o conflito descrito por A. Gonçalves não é tão acutilante. Ele tem-se tornado algo de “normal”. E o que ainda é mais penoso, apesar da desatenção cultural que os emigrantes demonstram pela língua portuguesa. Actualmente, os novos fenómenos emigratórios fomentam as trocas linguísticas, o aumento das competências linguísticas e a interpenetração cultural. Contudo, o que se encontra em causa, no concelho de Melgaço, é o uso excessivo de uma língua estrangeira, uma vez que o recurso à língua francesa revela uma crescente desvinculação face a Melgaço.

Em Melgaço, a actividade de emigrar é considerada como algo de “normal” e ainda uma forma de mobilidade social ascendente. Resta, no entanto, sem cair em profecias, colocar uma questão que abre caminho para futuras investigações. Será que a diminuição dos comportamentos agonísticos se deve à crescente desvinculação dos melgacenses emigrantes, a qual parece, paradoxalmente, provir do esbatimento das diferenças comportamentais, mas que ganha ímpeto no uso da língua estrangeira, ou seja, na ambiguidade cultural? Cabe evidenciar algumas limitações metodológicas: na formulação das questões do questionário, pois ou não se encontravam no lugar mais correcto ou provocaram o efeito de desejabilidade social²³², as restrições amostrais, as restrições temporais atribuídas a cada uma das técnicas empregues, ao não desenvolvimento de teorias alternativas, as quais são necessárias para otimizar o desempenho dos estudos de caso (Yin, 1994), ao escasso envolvimento dos melgacenses e ao carácter controverso e paradoxal da problemática, ao próprio resultado final, pois a dissertação não se verteu para a psicologia da saúde, mas mais para o registo comunitário. Segundo Yin (1994), a validade do constructo nos estudos caso é atribuída pelos resultados convergentes nas diversas técnicas usadas, necessitando ainda da leitura crítica dos pares e dos melgacenses, caberá, pois, a estes últimos a avaliação deste trabalho.

²³² A desejabilidade social: “. . . corresponde à escolha sistemática das respostas favoráveis, no momento de uma autodescrição”. (Bruchon-Shweitzer, 2001, p. 220).

11. Referências bibliográficas

Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, P., Maroy, C., Ruquoy, D & Saint-George, P. (1997). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*, (L. Baptista, Trad.). Lisboa: Gradiva.

Álgel & Baztan. (1993). *Dicionário temático de antropologia*. Barcelona: Editorial Boixaren Universitária.

Almeida, A & Freire, T. (1997). *Metodologia da investigação em psicologia e educação*, (1º Ed.). Braga: Associação dos Psicólogos Portugueses.

Almeida, C & Barreto, A. (1974). *Capitalismo e emigração em Portugal*, (2º Ed.). Lisboa: Prelo.

Almeida, C & Sampaio e Melo. (1989). Picar. Em *Dicionário da língua portuguesa*, (6º Ed.). Porto. Porto Editora.

Almeida, J. (1999). *Classes sociais nos campos*. Oeiras: Celta Editores.

Alpalhão, J & Rosa, V. (1980). *A minority in a changing society*. Ottawa: University of Ottawa Press.

Alpalhão, J & Rosa, V. (1983). *Da emigração à aculturação: Portugal insular e continental no Quebeque*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Alves J. (1992). *Imigração galega na cidade do Porto: Segunda metade do século XIX*. Porto: Faculdade de Letras.

Alves, J. (1994). *Os brasileiros: Emigração e retorno, no Porto oitocentista*. Porto: Gráficos Reunidos.

Amaral, J. (2004). *Os filhos de Caim e Portugal: Povos e migrações no II milénio a. C.* Lisboa: Quetzal Editores.

American Psychiatric Association (2002). *Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais*, (4º Ed, J. N. Almeida, Trad.). Lisboa: Climepsi.

Amorim, A. (1995). *Introdução às ciências sociais*. Aveiro: Estante Editora.

Annan, K. (2006, 7 de Junho). É tempo de um diálogo mundial sobre os migrantes. *Público*, p. 7.

Antunes, A. (2006). Tango do Emigrante. Em *Terceiro livro de crónicas*, (pp. 19-22). Lisboa: Dom Quixote.

Antunes, M. (1981). Migrações e mobilidade social e identidade cultural: Factos e hipóteses sobre o caso português. *Análise social*, Vol. XII, nº 65, 17-27.

Arroteia, A. (1983). *A emigração Portuguesa – Suas origens e distribuição*, (1º Ed.). Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Arroteia, A. (1986). *Ensaio tipológico sobre os movimentos migratórios portugueses*. Aveiro: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

Arroteia, A. (1992). *A criança portuguesa no contexto migratório português no G. D. do Luxemburgo*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Arroteia, A. (1998). *Emigração, “a segunda geração” de emigrantes: Perspectivas de integração e de mobilidade social numa comunidade rural*. Monte Real: Museu do Casal do Monte Real.

Arroteia, A. (1999). *Desequilíbrios demográficos do sistema educativo português*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Askevis-Leherpeux, F. (2001). Teoria do campo. Em *Dicionário de psicologia*, p. 122, (R. Doron & F. Parot, Org.). Lisboa: Climepsi Editores.

Bachelard, G. (1990). *A epistemologia*, (F. Godinho & M. Oliveira, Trad.). Lisboa: Edições 70.

Baganha, M. (1991). Uma imagem desfocada – A emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração. *Análise Social*, Vol. 26, nº 112/113, 723-740.

Baganha, M. (2005). Política de imigração: A regulação dos fluxos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº 73, 29-44.

Baganha, M & Peixoto, J. (1997). Trends in the 90's: The portuguese migratory experience. Em M. Baganha (Ed.), *Immigration in Southern Europe*, (pp. 15-40). Oeiras: Celta Editora.

Banco Português do Atlântico. (1976). *O que interessa aos portugueses que trabalham no estrangeiro*, nº 1. Porto: Serviços da Emigração do Banco Português do Atlântico.

Baroja, J. (1991). *Los pueblos de la península Ibérica: Temas de etnografía española*. Barcelona: Editorial Txertoa.

Barracho, C. (2001). *Lições de psicologia económica*. Lisboa: Instituto Piaget.

Baudrillard, J. (1995). *A sociedade de consumo*, (A. Morães, Trad.). Lisboa: Edições 70.

Baumeister, R., Zhang, L. & Vohs, K. (2004). Gossip as cultural learning. *Review of general psychology*, Vol. 8, 111-121. Consultado em 16 de Outubro de 2006, disponível em www.sciencedirect.com.

Berger, P. (2004). *Perspectivas sociológicas: Uma visão humanista*, (16º Ed., D. M. Gershagen, Trad.). Petrópolis: Editora Vozes.

Berger, P & Luckmann, T. (2004). *Modernidade pluralismo e crise de sentido. A orientação do homem moderno*, (E. Orth, Trad.). Petrópolis: Editora Vozes.

Bisquerra, R., Sarriera, J & Martínez, F. (2004). *Introdução à estatística: Enfoque informático com pacote estatístico SPSS*. Porto Alegre: Artmed.

Bloom, W. (1990). *Personal identity, national identity and international relations*. Cambridge: Cambridge University Press.

Bock, A. (2003). Psicologia e sua ideologia 40 anos de compromisso com as elites. Em A. Bock. (Org.). *Psicologia e compromisso social* (pp. 15-28). São-Paulo: Cortez Editora.

Bolaffi, G. (1997). The cultural and anthropological aspects of a case in European disintegration. Em M. Baganha (Ed.). *Immigration in Southern Europe* (pp. 101-107). Oeiras: Celta Editora.

Bourdieu, P. (1992). *A economia das trocas simbólicas*, (3º Ed., S. Miceli, S. Prado, & W. Vieira, Trad.). São Paulo: Editora Perspectiva.

Bourdieu, P. (1997). *Razões práticas: Sobre a teoria da acção*, (M. S. Pereira, Trad.). Oeiras. Celta Editores.

Bourdieu, P. (2001). *O que fala quer dizer: As estruturas sociais da economia*, (W. Anastácio, Trad.). Álgés: Difel Editora.

Bourdieu, P., Chamboredon, J. & Passeron, J. (2004). *Ofício de sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia*, (G. J. Teixeira, Trad.). Petrópolis: Editora Vozes.

Branco, J. (1998). Les portugais residente en France – Breve caracterisation statistique. Em M. Rocha-Trindade & F. Raveau (Org.), *Presence portugaise en France* (pp. 91-129). Lisboa: Universidade Aberta.

Brandão, A. (2002). Reprodução social. Em *Dicionário de sociologia*, pp. 323-324, (R. L. Maia, Coord.). Porto: Porto Editora.

Brettell, C. (1984). Emigration and underdevelopment: The causes and consequences of portuguese emigration to France in historical and cross-cultural perspective. Em T. Bruneau, V. Rosa & A. Macleod (Ed.), *Portugal in development: Emigration, industrialization, the European Community* (pp. 65-81). Ottawa: University of Ottawa Press.

Brettell, C. (1991). *Homens que partem mulheres que esperam: Consequências da emigração numa freguesia minhota* (1º Ed., A. Tello, Trad.). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Brettell, C & Rosa, V. (1984). Immigration and the portuguese family: A comparison between two receiving societies. Em T. Bruneau, V. Rosa & A. Macleod (Ed.), *Portugal in development: Emigration, industrialization, the European Community* (pp. 83-110). Ottawa: University of Ottawa Press.

Bronckart, J. (2001). Apropriação. Em *Dicionário de Psicologia*, p. 79, (R. Doron & F. Parot, Org.). Lisboa: Climepsi Editora.

Bruchon-shweitzer, (2001). Desejabilidade social. Em *Dicionário de Psicologia*, p. 220, (R. Doron & F. Parot, Org.). Lisboa: Climepsi Editora.

Bruner, J. (1997). *Actos de significado: Para uma psicologia cultural*, (V. Prazeres, Trad.). Lisboa: Edições 70.

Bruner, J. (1999). *Para uma teoria da educação*, (M. Vaz, Trad.). Lisboa: Relógio D'Água.

Cabral A. (1998). Du concept d'étranger à Celui d'immigré le cas français. *Antropológicas*, nº 2, 67-73.

Cabral, A. (2000). *Entre a multiculturalidade e a interculturalidade: Portugueses em França*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Cabral, A. (2002a). Aculturação. Em *Dicionário de sociologia*, pp. 12-13, (R. L. Maia, Coord.). Porto: Porto Editora.

Cabral, A. (2002b). Assimilação. Em *Dicionário de sociologia*, p. 30, (R. L. Maia, Coord.). Porto: Porto Editora.

Cabral, A. (2002c). Integração. Em *Dicionário de sociologia*, p. 209, (R. L. Maia, Coord.). Porto: Porto Editora.

Cabral, A. (2003). Línguas e linguagens. Em A. Cabral, (Ed.), *Imigração Marroquina* (pp. 99-107). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Cabral, A. M & Pires, M. (1985). *A emigração na literatura portuguesa: Uma colectânea de textos*. Porto: Secretaria de Estado da Emigração.

Campau, R. (2001). Filogénese. Em *Dicionário de Psicologia*, p. 339, (R. Doron & F. Parot, Org.). Lisboa: Climepsi Editores.

Campbell, T. (1981). *Seven theories of human society*. Oxford: Clarendon Press.

Campelo, A. (2003). A evidência da crença na definição das práticas sociais. Em A. Cabral (Ed.), *Imigração marroquina*, (pp. 121-146). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Campenhoudt, L. (2003). *Introdução à análise dos fenómenos sociais*, (1º Ed., E. Freitas, Trad.). Lisboa: Grávida.

Capinha, G. (1997). Ficções credíveis no campo da (s) identidade (s): A poesia dos emigrantes portugueses no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 48, 65-73.

Casteleiro, J. (Coord). (2001). Estrangeirados. Em *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea: Da Academia da Ciência de Lisboa*, (Vol. 1, p. 1491). Lisboa: Editorial Verbo.

Castles, S. (2005). *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: Dos trabalhadores convidados às migrações globais*, (F. Ágoas, Trad.). Lisboa: Fim de Século.

Castles, S & Miller, M. (1996). *The age of migration: International population movements in the modern world*. London: Macmillan Press.

Castro, F. (1982, [1928]). *Emigrantes* (22º Ed.). Lisboa: Guimarães Editora.

Castro, F. (1984, [1930]). *A selva* (34º Ed.). Lisboa: Guimarães Editora.

Castro, F. (1985, [1934]). *Terra fria* (12º Ed.). Lisboa: Guimarães Editora.

Castro J. (2005). Eco e Narciso no modelo relacional-dialógico. *Jornal de Psicologia Clínica*, Vol, 5, nº 18, 59-71.

Castro, J & Marques A. (2003). *Emigração e contrabando*. Melgaço: Centro Desportivo de São-Paio.

Cepeda, F. (1991). *Emigrantes regressados e desenvolvimento no nordeste interior português*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.

Coles, R. (2000). Psicanálise: A experiência norte-americana. Em M. Roth (Org.), *Freud conflito e cultura: Ensaio sobre a vida, obra e legado de Sigmund Freud* (pp. 127-146). Rio do Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Cordeiro, A. (1993). La communauté portugaise de France. Em M. B. Silva et al., (Org.), *Emigração/Imigração em Portugal* (pp. 109-120). Algés: Fragmentos.

Cordeiro, A. (1997). Discours intégrationniste et société réelle. Em M. Baganha, (Ed.), *Immigration in Southern Europe* (pp. 109-120). Oeiras: Celta Editora.

- Costa, E. (1991). *Contextos sociais de vida e desenvolvimento da identidade*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Dias, E. (1983). *Coisas da “Lusalândia”*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância.
- Dias, E. (1998). Português distante – os falares da emigração. Em M. Rocha-Trindade (Coord.), *Interculturalismo e cidadania em espaços lusófonos* (pp. 131-145). Mem Martins: Publicações Europa América.
- Dias, J. (1994). *Estudos de antropologia, Vol. 2*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Domingues, M. (2005). *O pegureiro e o lobo: Estórias de Castro Laboreiro*. Melgaço: Núcleo de Estudos e Pesquisa dos Montes Laboreiro.
- Dortier, Jean-François, (Coord.). (2006a). Bell, Daniel. Em *Dicionário de Ciências humanas*, p. 43, (M. Boléo, Trad.). Lisboa: Climepsi Editores.
- Dortier, Jean-François, (Coord.). (2006b). Reflexibilidade. Em *Dicionário de Ciências humanas*, p. 599, (M. Boléo, Trad.). Lisboa: Climepsi Editores.
- Drawin, C. (2003). O futuro da psicologia: Compromisso ético no pluralismo teórico. Em A. Bock (Org.), *Psicologia e compromisso social* (pp. 55-74). São-Paulo: Cortez Editora.
- Dubar, C. (1991). *La socialisation: Construction des identités sociales et professionnelles*. Paris: Armand Collin Éditeur.
- Dubet, F. (1996). *Sociologia da experiência*. (F. Tomaz, Trad.). Lisboa: Instituto Piaget.

Dunbar, R. (2004). Gossip in evolutionary perspective. *Review of general psychology*, Vol. 8, 100-110. Consultado em 16 de Outubro de 2006, disponível em www.sciencedirect.com.

Earl, B. (2001). *Métodos de pesquisa de survey*, (G. Cezanino, Trad.). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

Elia, S. (1979). *A unidade linguística do Brasil: Condicionamentos geoeconómicos*. Rio do Janeiro: Praduo.

Elias, N. (1994) *Teoria simbólica*, (P. Valverde, Trad.). Oeiras: Celta Editora.

Elias, N. (1997). *Envolvimento e distanciamento*, (M. Meliço, Trad.). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Elias, N. (1999). *Introdução à sociologia*, (M. L. R. Ferreira, Trad.). Lisboa: Edições 70.

Elias, N & Scotson, J. (1994). *The established and the outsiders: A sociological enquiry into community problems*, (2º Ed.). London: Sage Publications.

Erikson, E. (1968). *Identity, youth and crisis*. New York: Norton & Company.

Erikson, E. (1994). *Identity and life cycle*. New York: Norton & Company.

Fernandes, L. (1998). Redefinir exclusão social. *Antropológicas*, Nº 2, 85-91.

Fernandes, X. (1991). A sociedade galega contemporânea, tradição e modernidade. Em F. Iglesias (Ed.), *Galicia História, Tomo V*. Corunha: Hércules Ediciones.

Ferrarotti, F. (1986). *Sociologia*, (C. V. Ferreira, Trad.). Lisboa: Editorial Teorema.

Ferreira, J. M. (1997). Portugal em Transe (1974-1985). Em J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal*. Vol. 8. Lisboa: Editorial Estampa.

Figueiredo, J. (2005). *Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento: Realidades compatíveis no contexto Europeu?* Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Foddy, W. (1996). *Como perguntar: Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*, (L. Campos, Trad.). Oeiras: Celta Editores.

Foucault, M. (1991a). *As coisas e as palavras: Uma arqueologia das ciências sociais*, (A. R. Rosa, Trad.). Lisboa: Edições 70.

Foucault, M. (1991b). *O nascimento da clínica*, (R. Machado, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2000). *Um diálogo sobre os prazeres do sexo: Nietzsche, Freud, Marx, Theatrum philosophicum*, (J. L. Barreto & M. Cupertino, Trad.). São Paulo: Landy Editor.

Fowler, B. (1997). *Pierre Bourdieu and cultural theory: Critical investigations*. London: Sage Publications.

Freitas, V. (1990). *Jornal da emigração – A L(usa)lândia reinventada*. Angra do Heroísmo: Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas.

Freud, S. (1995a, [1914-1916]). *Sobre o narcisismo: Uma introdução*, Obras completas de S. Freud. Edição Standard Brasileira. Vol. 14, (pp. 77-79), (O. C. Muniz, Trad.). Rio de Janeiro: Imago Editora.

Freud, S. (1995b, [1914-1916]). *Luto e melancolia*. Obras completas de S. Freud. Edição Standard Brasileira. Vol. 14, (pp. 245-263), (O. C. Muniz, Trad.). Rio de Janeiro: Imago Editora.

Freyre, G. (1951). *A interpretação do Brasil: Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. Lisboa: Edições Livros do Brasil.

Freyre, G. (1967). *Sociologia: Introdução ao estudo dos seus princípios: II Tomo*, (4ª Ed.). Rio do Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

Gervásio, E. (1980). *A emigração acusa: Portugal à deriva*. Lisboa: Editado pelo Autor.

Ghiglione, R & Matalon, B. (1993). *O inquérito: Teoria e prática*, (2º Ed., C. L. Pires, Trad.). Oeiras: Celta Editora.

Giddens, A. (1994). *A modernidade e a identidade pessoal*, (M. Almeida, Trad.). Oeiras: Celta Editora.

Giddens, A. (1998). *Política, sociologia e teoria social: Confrontos com o pensamento clássico e contemporâneo*, (A. Madeira, Trad.). Oeiras: Celta Editora.

Giddens, A. (2004). *Sociologia*, (4º Ed., A. Figueiredo, A. Baltazar, C. Silva, P. Matos & U. Gil, Trad.). Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

Gil, F. (2004). *Portugal, hoje: O medo de existir*. Lisboa: Relógio D'Água.

Gilles, A. (1994). *Éléments de methodologie et d'analyse statistique pour les sciences sociales. Saint-Laurent*. Québec: Mcgraw-Hill.

Gleitman, H. (1993). *Psicologia*, (D. Silva, Trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gonçalves, A. (1996). *Imagens e clivagens: Os residentes face aos emigrantes*. Porto: Edições Afrontamento.

Gonçalves, A. (1998). O movimento da discórdia: O trabalho simbólico na mobilidade social. *Antropológicas*, nº 2, 101-105.

Gonçalves, A. (2004). Emigração e envelhecimento na periferia: O caso do concelho de Melgaço. Em: *Actas das quintas jornadas de história local*, (pp. 61-71). Fafe: Câmara Municipal de Fafe.

Gonçalves, M. (2002). Agosto em Portugal: As férias dos emigrantes. *Cadernos do Noroeste*, Vol. 18, nº 1-2, 113-123.

Grémio da Lavoura de Melgaço. (1960). *Relatório, balanço e contas da gerência de 1960*. Melgaço: Grémio da Lavoura de Melgaço.

Grinberg, L & Grinberg, R. (1998). *Identidade e mudança*, (F. Reis & E. Romo, Trad.). Lisboa: Climepsi Editora.

Grinberg, L & Grinberg, R. (2004). *Migrações e exílio: Estudos psicanalíticos*, (M. Bragança, Trad.). Lisboa: Climepsi Editora.

Habermas, J. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, (F. R. Kothe, Trad.). Rio do Janeiro: Edições Tempo Brasileiro.

Habermas, J. (2001). *Textos e contextos*, (S. L. Vieira, Trad.). Lisboa: Instituto Piaget.

Hall, E. (1986). *A dimensão oculta*, (M. S. Pereira, Trad.). Lisboa: Relógio D'Água.

Hannoun, M. (1985). *Français et immigrés au quotidien*. Paris: Éditions Albatros.

Havelock, E. (2000). *A musa aprende a escrever: Reflexões sobre a oralidade e a literacia da antiguidade ao presente* (J. Trindade, Trad.). Lisboa: Gradiva.

Healey, J. (1990). *Statistics a tool for social research*. Califórnia, Belmont: Wadsworth Publishing Company.

Heath, C. (1993). The analysis of activities in face to face interaction using video. Em Silverman (Ed.), *Qualitative research: Theory, method and practice*. London: Sage Publications.

Heinich, N. (2000). *A sociologia de Norbert Elias*, (M. F. Duarte, Trad.) Lisboa: Temas e Debates.

Hernández, B. (1992). Sobre o estado da poboación galega. *Em Actas al Congreso internacional da cultura Galega*. Santiago: Conselhería da Cultura da Xunta de Galicia.

Hill, M. & Hill, A. (2002). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabas.

Hily, M & Poinard, M. (2004). Fonctions et enjeux du mouvement associatif portugais en France. *Revue Européenne des Migrations internationales*, Vol. 4, 25-35. Consultado em 02 Agosto de 2006, disponível em www.remi.revues.org.

Hobsbawm, E & Ranger, T. (1996). *The invention of tradition*. Cambridge: University Press of Cambridge.

Instituto do Emprego e Formação Profissional. (2006). *Classificação Nacional das Profissões e Formação Profissional*. Consultado em 26 de Maio de 2006, disponível em www.Iefp.pt.

Instituto Nacional de Estatística. (1999). *Projecto habitação: Características do parque habitacional*. Consultado em 11 de Maio de 2006, disponível em www.ine.pt.

Instituto Nacional de Estatística. (2001). *Censos 2001: Resultados Preliminares para a região Norte*. Consultado em 12 de Maio de 2006, disponível em www.ine.pt.

Instituto Nacional de Estatística. (2002). *Censos 2001: Resultados Definitivos*. Consultado em 11 de Maio de 2006, disponível em www.ine.pt.

Instituto Nacional de Estatística. (2007). *Estudo sobre o poder de compra*. Consultado em 15 de Setembro de 2007, disponível em www.ine.pt.

International Organization for Migration. (2003). *IOM position paper on psychosocial and mental well-being of migrants*. Eighty-sixth session, 10 November 2003. Consultado em 14 de Abril de 2006, disponível em www.iomint.com.

International Organization for Migration. (2005). *Migraciones y protección de los derechos humanos. Em Derecho internacional sobre migración, nº 4*. Consultado em 13 de Abril de 2006, disponível em www.iomint.com.

Jackson, J. (1991). *Migrações*, (R. Machado, Trad.). Lisboa: Fim de Século Edições.

Jenkins, R. (1979). *Morte de uma aldeia portuguesa*, (F. Bastos, Trad.). Lisboa: Querco.

Jornal de Notícias. (2006, 27 de Abril), p. 58.

Jouvent, (2001). Inveja. Em *Dicionário de psicologia*, p. 442, (R. Doron & F. Parot, Org.). Lisboa: Climepsi Editora.

Klein, H. (2002). *O comércio Atlântico de escravos: Quatro séculos de comércio escravagista*, (F. Agarez, Trad.). Lisboa: Editora Replicação.

Lage, M. O. (2002). *Wolfram = Volfrâmio: Terra revolvida, memória revolta. Para uma análise transversal da sociedade portuguesa (anos 1930-1960)*. Braga: Universidade do Minho.

Lança, I. (2002). Hábito. Em *Dicionário de sociologia*, p. 188, (R. L. Maia, Coord.). Porto: Porto Editora.

Leach, E. (1985). *Anthropos-homem*. Em *Einaudi* (Vol. 5, pp. 136-150), (R. Romano, Dir.). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Leal, M. (2004). *Introdução ao estudo dos processos de socialização precoce da criança*. São Paulo: Instituto de Psicologia Aplicada e Formação.

Leandro, M. (2002). Reinserção familiar no centro das antinomias dos processos migratórios internacionais. Um estudo de caso em situação de regresso. *Cadernos do Noroeste*, Vol. 18, nº 1-2, 25-73.

Leandro, M. (2004). Dinâmica social familiar dos projectos migratórios: Uma perspectiva analítica. *Análise social*, Vol. 39, nº 170, 93-118.

Leite, J. (2004). Mitos e realidade da emigração portuguesa: 1851-1973. Em: *Actas das quintas jornadas de história local* (pp. 28-48). Fafe: Câmara Municipal de Fafe.

Levitt, P. (2006). Transnational migration is here to stay. *Migration, March, 18-19*. Geneve: International Organization for Migration. Consultado em 23 de Março de 2006, disponível em www.iomint.com.

Lewin, K. (1975). *Teoria dinâmica da personalidade*, (A. Cabral, Trad.). São Paulo: Editora Cultrix.

Lima, A. (1974). *A emigração portuguesa em França*. Lisboa: Editorial Estampa.

Lima, M. (1995). *Inquérito sociológico: Problemas de metodologia*, (4º Ed.). Lisboa: Editorial Presença.

Llovera, M. (2003). Las redes sociales como marco de conexión en los procesos migratorios. Em A. Cabral (Ed.), *Imigração marroquina* (pp. 163-178). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Lopes, J. (1996). *A economia portuguesa desde 1960*, (1º Ed.). Lisboa: Gradiva.

Lourenço, E. (1988, [1978]). *O labirinto da saudade: Psicanálise mítica do destino português* (3º Ed.). Lisboa: Círculo de Leitores.

Lourenço, E. (1991). Michel Foucault ou o fim do humanismo. Em M. Foucault, *As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas* (pp. 9-20), (A. R. Rosa, Trad.). Lisboa: Edições 70.

Lyotard, J. (2006). Pós-modernidade. Em *Dicionário de Ciências Humanas*, p. 560, (Dortier, J - F., Coord.). Lisboa: Climepsi Editores.

Maia, R. (2003). *O sentido das diferenças: Migrantes e naturais, observação de percursos de vida no Bonfim*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Marinho, A. (1973). *A emigração portuguesa desde 1950: Dados e comentários*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais do Instituto Superior de Economia.

Martins, O. (1956, [1887]). *Fomento rural e emigração: Obras Completas*. Lisboa: Guimarães Editores.

Mattoso, J. (1998). *A identidade nacional*, (1º Ed.). Lisboa: Gradiva.

Mead, G. (2001). *Mind, self, society: From standpoint of a social behaviourist*. Chicago: University of Chicago Press.

Medeiros, O & Madeira, A. (2003). *Emigração e regresso: No concelho de povoação*. Ponta Delgada: Câmara Municipal de Povoação.

Mela, A. (1999). *A sociologia das cidades*. Lisboa: Editorial Estampa.

Mínga, J. (1985). *La famille dans l'immigration: Étude de la problématique dans le domaine de l'immigration portugaise en Suisse*. Porto: Secretaria de Estado da Emigração.

Miranda, J. (2002). *A identidade nacional: Do mito ao sentido estratégico. Uma análise psicossociológica das comparações entre portugueses e os outros*. Oeiras: Celta Editora.

Monteiro, M. (1993). Conflito e cooperação nas relações intergrupais. Em V. Vala & M. Monteiro (Coord.), *Psicologia social* (pp. 309-351). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Monteiro, P. (1985). *Terra que já foi terra: Análise sociológica de nove lugares agro-pastoris da serra da Lousã*. Lisboa: Edições Salamandra.

Monteiro, P. (1994). *Emigração: O eterno mito do retorno*. Oeiras: Celta Editora.

Montemor, A. (1998). Duarte de Macedo. *Enciclopédia Verbo: Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. 4, (J. B. Chorão, Dir.). Lisboa: Editorial Verbo.

Naciones Unidas (2005). *Asamblea General, Derechos Humanos de los migrantes, Nota del Secretario General, 16 de Septiembre de 2005, Resolución 59/194*. Consultado em 23 de Março de 2006, disponível em www.onu.com.

Namora, F. (1981). Uma avaria no automóvel. Em *Cidade solitária: Narrativas*, (pp. 189-200). Amadora: Livraria Bertrand.

Namora, F. (1997, [1967]). *Diálogo em Setembro: Crónica romanceada*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Neto, F. (1985). *Jovens portugueses em França*. Porto: Edições Jornal de Psicologia do Porto.

Neto, F. (1986). *A emigração portuguesa vivida e representada: Contribuição para o estudo dos projectos migratórios*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

Neto, F. (2003). *Estudos de psicologia intercultural: Nós e os outros*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Notícias de Melgaço. (1963, 21 de Abril, ano 35, nº 1463).

Nunes, A. (1993). *Questões preliminares sobre as ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença.

Nunes, A. (2000). *Antologia sociológica*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Nunes, J. (1997). Boundaries, margins and migrants: An paradigm, shifts, heterogeneity and culture wars. Em M. Baganha (Ed.), *Immigration in Southern Europe* (pp. 89-119). Oeiras: Celta Editora.

Oliveira, I. (2007). Emigração, retorno e reemigração na primeira metade do século XX. *Análise social*, Vol. XLII, nº 184, 837-852.

O'Neil, B. (1984). *Proprietários, lavradores e jornaleiros: Desigualdade social numa aldeia transmontana (1870-1978)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Ortega Y Gasset. (1989). *A rebelião das massas*, (A. Guerra, Trad.). Lisboa: Relógio D'Água.

Pais, J. (2002). *Sociologia da vida quotidiana: Teoria, método e estudos de caso*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Pereira, M. (1981). *A política portuguesa de emigração: 1859-1930*. Lisboa: A Regra do Jogo.

Pereira, M. (1990). Algumas observações complementares sobre a política de emigração portuguesa. *Análise Social*, Vol. 25, nº 108-109, 735-739.

Pereira, M. (1993). Liberdade e contenção na emigração portuguesa, 1850-1930. Em *Emigração, imigração em Portugal*. Algés: Editora Fragmentos.

Pestana, M & Gageiro, J. (2000). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.

Pina-Cabral, J. (1984). Comentários críticos sobre a casa e a família no Alto-Minho. *Análise Social*, Vol. 20, nº 81-82, 263-284.

Pina-Cabral, J. (1989). *Filhos de Adão, filhas de Eva: A visão do mundo camponesa do Alto-Minho*, (Valverde, Trad.). Lisboa: Dom Quixote.

Pina-Cabral, J., Feijó, R., Nunes J., Coelho, C & Gonçalves, A. (1987). A casa do noroeste – introdução e comentário a um encontro pluridisciplinar. *Análise Social*, Vol. 23, nº 95, 151-163.

Pires, R. (2003). *Migrações e integração: Teoria e aplicações à sociedade portuguesa*. Oeiras: Celta Editora.

Poinard, M. (2004). La politique d'un pays d'origine: Le Portugal. Em *Revue Européenne des Migrations internationales*, Vol. 4, 187-202. Consultado em 02 de Agosto de 2006, disponível em www.remi.revues.org.

Poirier, J., Clapier-Valladon, S & Raybaut, P. (1995). *Histórias de vida teoria e prática*, (J. Quintela, Trad.). Oeiras: Celta Editora.

Portela, J & Nobre, S. (2002). Entre Pinela e Paris: Emigração e regressos. *Análise Social*, Vol. 31, nº 161, 1105-1146.

Portes, A. (1999). *Migrações internacionais: Origens, tipos e modos de incorporação*, (F. Ágoas, Trad.). Oeiras: Celta Editora.

Portes, A. (2006). *Estudos sobre as migrações contemporâneas: Transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração*, (F. Ágoas, Trad.). Lisboa: Fim de Século.

Queirós, E. (2000, [1874]). *A emigração como força civilizadora*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Queirós, E. (1972, [1901]). *A cidade e as serras*, (12º Ed.). Lisboa. Edições Livros do Brasil.

Quivy, R & Campenhoudt, L. (1997). *Manual de investigação em ciências sociais*, (2º Ed., J. Marques, M. Nunes & M. Carvalho, Trad.). Lisboa: Gradiva.

Rabot, J. (2002). Anomia. Em *Dicionário de sociologia*, p. 22, (R. L. Maia, Coord.). Porto. Porto Editora.

Ramalho, J. (2003). *Desenvolvimento da autonomia e da identidade, nos jovens portugueses com experiência migratória*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ramos, R. (1997). As origens ideológicas da condenação das descobertas e conquistas em Herculano e Oliveira Martins. *Análise Social*, Vol. 32, nº 140, 113-142.

Rapport, N. (1998). Gossip. Em *Encyclopedia of social and cultural anthropology*, p. 266, (A. Barnard & J. Spencer, Ed.). London and New York: Wontledge.

Raveau, F. (1998). Espaces pluriculturels et ethnicite: Présence portugaise en France. Em M. Rocha-Trindade & F. Raveau, (Org.), *Presence portugaise em France (pp. 151-160)*. Lisboa: Universidade Aberta.

Rey, F. (2003). *Sujeito e subjectividade: Uma aproximação histórico-cultural*, (R. S. Guzzo, Trad.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Rey, F. (2004). *O social na psicologia e a psicologia social: A emergência do sujeito*, (V. L. M., Josecelyne, Trad.). Petrópolis: Vozes Editora.

Ribeiro, A. (1944). *Volfrâmio*. Lisboa: Livraria Bertrand.

Ribeiro, B. (2002). Norma. Em *Dicionário de sociologia*, p. 266, (R. L. Maia, Coord.). Porto: Porto Editora.

Ribeiro, C. (1986a). *Sinais exteriores de riqueza (contos que a emigração contou)*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

Ribeiro, C. (1986b). *Emigração portuguesa: Algumas características dominantes dos movimentos no período de 1950-1984*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

Ribeiro, C. (1986c). *Emigração portuguesa: Aspectos relevantes relativos às políticas adoptadas no domínio da emigração portuguesa, desde a última guerra mundial*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

Ribeiro, M. (1997). *Estratégias de reprodução socioeconómica das unidades familiares camponesas, em regiões de montanha, (Barroso, 1840-1990). Um estudo de sociologia em que as mulheres também contam*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ricardo, G. (1981). *Carneiros em transumância: Emigrantes clandestinos*. Lisboa: Perspectiva e Realidade.

Robson, C. (2002). *Real world research: A resource for social scientist and practitioner researchers*, (2º Ed.). Oxford, U. K: Blackwell Publishers.

Rocha, N. (1965). *A imigração dolorosa*. Lisboa: Editora Odisseia.

Rocha-Trindade, M. (1986). Reflexos culturais da emigração portuguesa para o Brasil. *Análise social*, Vol. 22, nº 90, 139-156.

Rocha-Trindade, M. (1987). As micropátrias do interior português. *Análise Social*, Vol. 24, nº 98, 701-712.

- Rocha-Trindade, M., Baptista, I., Mendes, M & Teodoro, V. (1988). *População escolar directa e indirectamente ligada à emigração*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Rocha-Trindade, M. (1992). Desencontros culturais dos descendentes de migrantes regressados. Em F. Pinto (Dir.), *Diálogo entreculturas*. Lisboa: Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural.
- Rocha-Trindade, M., Cordeiro, A., Horta, A., Madeira, A., Rego, M., Viegas, T. (1995). *Sociologia das migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Rocha-Trindade, M. (1998a). Les temps mythiques des migrations. Em M. Rocha-Trindade & F. Raveau (Org.), *Presence portugaise en France* (pp. 25-38). Lisboa: Universidade Aberta.
- Rocha-Trindade, M. (1998b). Lusofonia, interculturalidade e cidadania. Em M. Rocha-Trindade (Coord.), *Interculturalismo e cidadania em espaços lusófonos* (pp. 11-13). Mem Martins: Publicações Europa América.
- Rodrigues, H. (1991). *A emigração do Alto-Minho, 1835-1860 – A miragem do Brasil*. Porto. Universidade do Porto.
- Rodrigues, M. (1963-1995). Diáspora. Em *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (Vol. 6, pp. 1300-1301). Lisboa: Editorial Verbo.
- Rogers, C. (1974). *Terapia centrada no paciente*, (M. C. Ferreira, Trad.). Lisboa: Morães Editora.
- Rogoff, B. (2005). *A natureza cultural do desenvolvimento humano*, (R. C. Costa, Trad.). Porto Alegre: Artmed Editora.
- Rosa, V & Lamy, P. (1999). From tribalism to globalization: Some problems and challenges. *Antropológicas*, Nº 3, 55-62.

Rosa, V & Lapointe, J. (2002). *Culture et psychologie: Une approche anthropologique*. Porto: Fundação Fernando Pessoa.

Rosa, V & Roma, J. (2002). Emigração e saúde: Um estudo de portugueses reformados em Ottawa–Canadá. *Antropológicas*, Nº 6, 139-155.

Rosa, V & Trigo, S. (1986). *Portugueses e moçambicanos no apartheid: Da ficção à realidade*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

Rosas, F. (1997). O Estado Novo, (1926-1974). Em J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, Vol. 7. Lisboa: Editorial Estampa.

Rugy, A. (2000). *Dimensão económica e demográfica das migrações na Europa multicultural*. Oeiras: Celta Editora.

Ruwet, J. (2001). Agonista. Em *Dicionário de psicologia*, p. 38, (R. Doron & F. Parot, Org.). Lisboa: Climepsi Editores.

Sanchis, P. (1983). *Arraial: Festa de um povo. As romarias portuguesas*, (1º Ed., J. P. Brito, Trad.). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

San-Payo, R. (2000). *Tempos que lá vão*. s.d: s.e.

Santos, B. (1987). *O fenómeno migratório e a saúde*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

Santos, V. (2004). *O discurso oficial do Estado sobre a emigração dos anos 60 e 80 e imigração dos anos 90 à actualidade*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Saraiva, A. (1995). *A tertúlia ocidental: Estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros*, (2º Ed. Revista). Lisboa: Gradiva.

Saraiva, A. (1996). *Para a história da cultura em Portugal*, Vol. 1. Lisboa: Gradiva.

Selosse, J. (2001a). Desviante. Em *Dicionário de Psicologia*, p. 233, (R. Doron & F. Parot, Org.). Lisboa: Climepsi Editores.

Selosse, J. (2001b). Anomia. Em *Dicionário de Psicologia*, p. 66, (R. Doron & F. Parot, Org.). Lisboa: Climepsi Editores.

Serrão, J. (1977). *A emigração portuguesa: Sondagem histórica* (2º Ed.). Lisboa: Livros Horizonte.

Serrão, J. (1982). *Temas oitocentistas: Para a história de Portugal no século passado*, Vol. 1. Lisboa: Livros Horizonte.

Shils, E. (1992). *Centro e periferia*, (J. H. Freitas, Trad.). Lisboa: Difel.

Siegel, S. & Castellan, J. (2006). *Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento*, (S. I. Carmona, Trad.). São Paulo: Artmed.

Silva, M., Amaro, R., Clause, G., Conim, C., Matos, M., Pisco, M & Seruya, L. (1984). *Retorno, emigração e desenvolvimento regional*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Silva, M. C. (2002). Teoria da acção social. Em *Dicionário de sociologia*, pp. 380-381, (R. L. Maia, Coord.). Porto: Porto Editora.

Silva, S. (2002). Conflito. Em *Dicionário de sociologia*, p. 75, (R. L. Maia, Coord.) Porto: Porto Editora.

Silvano, F. (1997). *Territórios da identidade: Representações do espaço em Guimarães, Vizela e Santa Eulália*. Oeiras: Celta Editora.

Simões, M. (1985). *O emigrante português: Processos de adaptação. O exemplo da Suíça*. Lisboa: Secretaria de Estado da Emigração.

Stake, R. (2000). The case study method in social inquiry. Em R. Gomm, M. Hammersley, P. Foster, (Ed.). *Case study method*, pp. 19-25. London: Sage Publications.

Sprinthall, W & Collins, A. (1999). *Psicologia do adolescente: Uma abordagem desenvolvimentalista*, (C. Vieira, Trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Tajfel, H. (1984). *The social dimension: European developments in social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.

Taylor, C., Appiah, K., Habermas, J., Rockefeller, S., Walzer, M., & Wolf, S. (1998). *Multiculturalismo: Examinando a política do reconhecimento*. (M. Machado, Trad.). Lisboa: Instituto Piaget.

Torga, M. [2003, (1931)]. *A criação do mundo*, Vol. 1. Lisboa: Planeta De Agostini.

Touraine, A. (1996). *O retorno do actor: Ensaio sobre a sociologia*, (A. P. Silva, Trad.). Lisboa: Instituto Piaget.

Tripier, M. (1990). *L'immigration dans la classe ouvrière en France*. Paris: Editions L'Harmattan.

Tsuda, T. (2004). No place to call home japanese brazilians discover they are foreigners in the country of their ancestors. *Natural History*, April. Consultado em 20 de Maio de 2006, disponível em www.naturalhistory.com.

Vale, L. (2002). A necessidade de um “Outro” no desenvolvimento do aparelho psíquico. *Jornal de Psicologia Clínica*, Vol. 2, nº 7, 5-11.

Vigotski, L. (1996). *Teoria e método em psicologia* (C. Berliner, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.

Vigotski, L. (1998). *O desenvolvimento psicológico na infância*, (C. Berliner, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.

Vigotski, L. (2001). *A construção do pensamento e da linguagem* (P. Bezerra, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.

Vigotski, L. (2002). *A formação social da mente* (C. Berliner, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.

Vigotski, L & Luria, A. (1996). *Estudos sobre a história do comportamento: Símios, homem primitivo e criança* (L. L. Oliveira, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.

Villanova, R., Leite, C & Raposo, I. (1995). *Casas de sonho*. Lisboa: Edições Salamandra.

Wall, K. (1982). *A outra face da emigração: Estudo sobre a situação das mulheres que ficam no país de origem*. Lisboa: Comissão da Condição Feminina.

Wateau, F. (1992). Relations familiales et villageoises en période d'irrigation: Essai d'analyse des conduites de sociabilité dans une vallée minhote. Em M. Belchior, (Dir.). *Ethnologie du Portugal: Unité et diversité*, pp. 213-223. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian.

Wateau, F. (2000). *Conflito e água de rega: Ensaio sobre a organização social no vale do Minho*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Wert, S & Salovey, P. (2004). A social comparison account of gossip. *Review of general psychology*, Vol. 8, 122-137. Consultado em 16 de Setembro de 2006, disponível em www.sciencedirect.com.

Xiberras, M. (1996). *As teorias da exclusão: Para uma construção do imaginário do desvio*, (J. Rego, Trad.). Lisboa: Instituto Piaget.

Yin, R. (1994). *Case study research: Design and methods*, (2º Ed.). London: Sage Publications.



Joaquim Filipe Peres de Castro

Os efeitos do vaivém da emigração continental:
Um estudo de caso em Melgaço

Vol. II

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Porto, 2008

Índice de anexos

1. Trabalho e saúde mental.....	1
1.1 Referências bibliográficas.....	6
2. Guião de entrevista semi-estruturada.....	8
2.1 Pedido de confidencialidade.....	10
3. Entrevistas exploratórias de guião de entrevista semi-estruturada.....	11
Entrevista número 1.....	11
Entrevista número 2.....	13
Entrevista número 3.....	15
Entrevista número 4.....	17
Entrevista número 5.....	19
Entrevista número 6.....	21
Entrevista número 7.....	23
Entrevista número 8.....	25
Entrevista número 9.....	27
Entrevista número 10.....	30
Entrevista número 11.....	32
Entrevista número 12.....	34
Entrevista número 13.....	38
Entrevista número 14.....	40
Entrevista número 15.....	43
Entrevista número 16.....	44
Entrevista número 17.....	45
Entrevista número 18.....	47
4. Pedido de autorização para investigação.....	49
5. Questionário.....	50
6. Questionários dirigidos aos informantes privilegiados.....	57
6. 1 Questionário dirigido às agências de viagens.....	57
6. 2 Questionário dirigido às escolas.....	58
6. 3 Questionário dirigido aos correios.....	60
6. 4 Questionário dirigido aos fotógrafos.....	61

6. 5	Questionário dirigido ao conservador.....	62
6. 6	Questionário dirigido às farmácias.....	64
6. 7	Questionário dirigido aos médicos.....	65
6. 8	Questionário dirigido aos professores.....	66
6. 9	Questionário dirigido aos engenheiros civis.....	67
6. 10	Questionário dirigido aos ex-funcionários bancários.....	69
6. 11	Questionário dirigido aos advogados.....	70
6. 12	Questionário dirigido às agências funerárias.....	72
6.13	Questionário dirigido ao comércio.....	73
7. Ilustrações		
7.1	Casa dita tradicional, perspectiva frontal.....	74
7.2	Casa dita tradicional, perspectiva lateral.....	74
7.3	Casa “afrancesada” com telhado de forte inclinação.....	75
7.4	Casa “afrancesada” com telhado de forte inclinação.....	75
7.5	Casa “afrancesada” com fortes inclinações e grande volumetria.....	75
7.6	Casa “abrasileirada”, no Largo da Calçada, em perspectiva lateral.....	76
7.7	Casa “abrasileirada”, no Largo da Calçada, em perspectiva frontal.....	76
7.8	Casa “abrasileirada”, no Largo da Calçada, em perspectiva lateral.....	76
7.9	Casa “abrasileirada”, em Galvão, freguesia da Vila, perspectiva lateral...	77
7.10	Casa “abrasileirada”, em Galvão, freguesia da Vila, perspectiva frontal..	77
7.11	Casa “abrasileirada”, em Galvão, freguesia da Vila, perspectiva lateral..	77
7.12	Casa “opulenta” com traços arquitectónicos distintivos.....	78
7.13	Casa “opulenta” com traços arquitectónicos distintivos.....	78
7.14	Casa “opulenta” com traços arquitectónicos distintivos.....	78
7.15	Casa “opulenta” com traços arquitectónicos distintivos.....	79
7.16	Casa “opulenta” com traços arquitectónicos distintivos.....	79
7.17	Casa “opulenta” com traços arquitectónicos distintivos.....	79
7.18	Sexta-feira, dia de mercado, em meados do mês de Julho.....	80
7.19	Sexta-feira, dia de mercado, em finais do mês de Julho.....	80
7.20	Sexta-feira, dia de mercado, no início do mês de Agosto.....	80
7.21	Sexta-feira, dia de mercado, em meados do mês de Agosto.....	81
7.22	Sexta-feira, dia de mercado, em meados do mês de Agosto.....	81
7.23	Derradeira sexta-feira do mês de Agosto.....	81

7.24 Sexta-feira, dia de mercado, na primeira semana de Setembro.....	82
7.25 Fotografia realizada durante o mês de Agosto.....	82
7.26 Fotografia realizada durante o mês de Agosto.....	82
7.27 Fotografia realizada durante o mês de Agosto.....	83
7.28 Fotografia feita durante o início do mês de Setembro.....	83
7.29 Fotografia feita durante o início do mês de Setembro.....	83
7.30 Fotografia feita durante o início do mês de Setembro.....	84
7.31 Agência funerária especializada em funerais de emigrantes.....	84
8. Quadros	
Quadro 1: Géneros dos regressados e escolaridade	85
Quadro 2: Géneros dos emigrantes e escolaridade	85
Quadro 3: Géneros dos regressados para o motivo económico.....	85
Quadro 4: Géneros dos regressados para o motivo familiar.....	85
Quadro 5: Idades dos regressados para o motivo político.....	85
Quadro 6: Escolaridade dos emigrantes para o motivo aventura.....	86
Quadro 7: Profissões dos emigrantes no motivo aventura.....	86
Quadro 8: Idades dos emigrantes no motivo económico.....	86
Quadro 9: Idades dos emigrantes no motivo cultural.....	86
Quadro 10: Idades dos emigrantes no motivo laboral.....	86
Quadro 11: Géneros dos regressados na clandestinidade.....	87
Quadro 12: Idade dos regressados na emigração clandestina.....	87
Quadro 13: Escolaridade dos regressados clandestinos.....	87
Quadro 14: Profissões dos regressados na clandestinidade.....	87
Quadro 15: Géneros dos regressados na ajuda obtida para a partida.....	87
Quadro 16: Géneros dos emigrantes na ajuda obtida para a partida.....	88
Quadro 17: Géneros dos regressados na ajuda para obter emprego.....	88
Quadro 18: Géneros dos emigrantes na ajuda para obter emprego.....	88
Quadro 19: Escolaridade dos regressados na ajuda para obter emprego.....	88
Quadro 20: Escolaridade dos emigrantes na ajuda para obter emprego.....	88
Quadro 21: Géneros dos regressados e profissões antes de emigramem.....	89
Quadro 22: Géneros dos regressados e profissões actuais.....	89
Quadro 23: Géneros dos regressados e profissões como emigrantes.....	89
Quadro 24: Profissões como emigrantes nas duas amostras.....	89

Quadro 25: Géneros nas profissões nos emigrantes	90
Quadro 26: Géneros na sindicalização dos emigrantes.....	90
Quadro 27: Escolaridade na sindicalização dos emigrantes.....	90
Quadro 28: Profissões na inscrição da segurança social.....	90
Quadro 29: Géneros para o motivo familiar.....	90
Quadro 30: Géneros para o motivo saúde.....	91
Quadro 31: Escolaridade para o motivo saúde.....	91
Quadro 32: Idades para o motivo saúde.....	91
Quadro 33: Idades para o motivo saúde.....	91
Quadro 34: Escolaridade para o motivo reforma.....	91
Quadro 35: Profissões dos regressados na discriminação.....	92
Quadro 36: Idades dos emigrantes na discriminação.....	92
Quadro 37: Idades dos regressados na discriminação.....	92
Quadro 38: Géneros dos regressados “não são considerados de cá”.....	93
Quadro 39: Géneros dos emigrantes “não são considerados de cá”.....	93
Quadro 40: Géneros dos emigrantes para “exibição”.....	93
Quadro 41: Géneros dos regressados para “exibição”.....	93
Quadro 42: Idades dos regressados para “exibição”.....	93
Quadro 43: Idades dos emigrantes para “exibição”.....	93
Quadro 44: Escolaridade dos regressados para “exibição”.....	94
Quadro 45: Escolaridade dos emigrantes para “exibição”.....	94
Quadro 46: Géneros dos emigrantes “para que os não compreendam”.....	94
Quadro 47: Géneros dos regressados em “estão habituados”.....	94
Quadro 48: Géneros dos emigrantes em “estão habituados”.....	94
Quadro 49: Géneros dos regressados em “porque são gozados”.....	95
Quadro 50: Escolaridade dos regressados em “porque são gozados”.....	95
Quadro 51: Idades dos regressados para “a língua estrangeira é melhor”.....	95
Quadro 52: Géneros dos emigrantes na “convivência com estrangeiros”.....	95
Quadro 53: Géneros dos regressados na “convivência com estrangeiros”.....	95
Quadro 54: Escolaridade dos regressados na “convivência com estrangeiros..	95
Quadro 55: Escolaridade dos emigrantes na “convivência com estrangeiros”.	96
Quadro 56: Géneros dos regressados no “uso da língua estrangeira”.....	96
Quadro 57: Géneros dos emigrantes no “uso da língua estrangeira”.....	96

Quadro 58: Idades dos regressados em “falam sempre bem estrangeiro”.....	96
Quadro 59: Idades dos emigrantes em “falam sempre bem estrangeiro”.....	96
Quadro 60: Géneros dos regressados “em casa falam estrangeiro”.....	97
Quadro 61: Géneros dos emigrantes “em casa falam estrangeiro”.....	97
Quadro 62: Géneros dos emigrantes “no estrangeiro falam português”.....	97
Quadro 63: Idades dos regressados no “casamento”.....	97
Quadro 64: Idades dos emigrantes no “casamento”.....	97
Quadro 65: Escolaridade dos regressados no “casamento”.....	97
Quadro 66: Escolaridade dos regressados no “casamento”.....	98
Quadro 67: Idades dos regressados em “evitar os emigrantes”.....	98
Quadro 68: Idades dos emigrantes em “evitar os emigrantes.....	98
Quadro 69: Profissões dos emigrantes em “evitar os emigrantes”.....	98
Quadro 70: Idades dos regressados “ porque são diferentes” (do “picanço”).	99
Quadro 71: Géneros dos emigrantes para “bom gosto da casa”.....	99
Quadro 72: Géneros dos regressados para “bom gosto da casa”.....	99
Quadro 73: Géneros dos emigrantes para “porque gostam”.....	99
Quadro 74: Géneros dos regressados para “porque gostam”.....	99
Quadro 75: Géneros dos emigrantes para “aprenderam a fazê-las”.....	99
Quadro 76: Géneros dos regressados para “aprenderam a fazê-las”.....	100
Quadro 77: Escolaridade dos regressados na “construção das casas”.....	100
Quadro 78: Escolaridade dos regressados e profissões como emigrantes.....	100
Quadro 79: Idades dos emigrantes em “as casas são diferentes”.....	100
Quadro 80: Géneros dos emigrantes na percepção da ascensão social.....	101
Quadro 81: Géneros dos regressados na percepção da ascensão social.....	101
Quadro 82: Escolaridade dos regressados na percepção da ascensão social...	101
Quadro 83: Escolaridade dos emigrantes na percepção da ascensão social...	101
Quadro 84: Géneros dos regressados no nível económico anterior	102
Quadro 85: Idades dos regressados no nível económico anterior.....	102
Quadro 86: Escolaridade dos regressados no nível económico anterior.....	102
Quadro 87: Escolaridade dos regressados para “férias”.....	102
Quadro 88: Escolaridade dos regressados para “reencontro familiar”.....	103
Quadro 89: Escolaridade dos regressado para “má educação”.....	103
Quadro 90: Escolaridade dos emigrantes para “má educação”.....	103

Quadro 91: Idades dos regressados para “acham-se pessoas importantes”.....	103
Quadro 92: Idades dos emigrantes para “acham-se pessoas importantes”.....	104
Quadro 93: Idades dos regressados para “mais dinheiro”.....	104
Quadro 94: Géneros dos regressados para “são diferentes”.....	104
Quadro 95: Géneros dos emigrantes para “são diferentes”.....	104
Quadro 96: Escolaridade dos regressados em “são a maioria”.....	104
Quadro 97: Escolaridade dos emigrantes em “são maioria”.....	105
Quadro 98: Escolaridade dos regressados para “inveja”.....	105
Quadro 99: Idades dos regressados para “inveja”.....	105
Quadro 100: Idades dos emigrantes para “inveja”.....	105
Quadro 101: Escolaridade dos emigrantes para “menos dinheiro”.....	105
Quadro 102: Idades dos emigrantes para “barulho”.....	106
Quadro 103: Escolaridade dos regressados na “língua”.....	106
Quadro 104: Escolaridade dos emigrantes na “língua”.....	106
Quadro 105: Idades dos regressados “porque são diferentes”.....	106
Quadro 106: Escolaridade dos regressados na “casa”.....	107
Quadro 107: Profissões dos emigrantes na “casa”.....	107
Quadro 108: Escolaridade dos regressados na “poupança”.....	107
Quadro 109: Idades dos regressados na “poupança”.....	107
Quadro 110: Géneros dos emigrantes na “poupança”.....	108
Quadro 111: Profissões dos emigrantes na “poupança”.....	108
Quadro 112: Escolaridade dos regressados e “investimento” “em França”...	108
Quadro 113: Géneros dos emigrantes e “investimento” “em França”.....	108

1. Trabalho e saúde mental

O ser humano é um ser bio-psico-social. A tríade actua no campo da história do pensamento e no registo social (International Organization for Migration [IOM], 2003):

Taking a psychosocial approach implies that is a link between social and cultural factors and the functioning of the "psyche" or, more generally, mental well-being. Hence, a psychosocial approach implies that one can affect the "mental well-being" of an individual or a group by action on the social factors that surround them. (p. 1)

O conceito de saúde biopsicossocial é, aqui, entendido como sendo, fruto de um desenvolvimento sociocultural. Trata-se, pois, de colocar em evidência o facto da própria definição de saúde biopsicossocial se constituir como uma concepção historicamente construída, encontrando-se subjacente a esta construção a crescente auto-regulação do ser humano, tal como é proposto por Elias (1999). O processo civilizacional é afigurado como um crescendo do controlo dos impulsos naturais, os quais, quando interiorizados pela socialização se tornam em auto-controlo²³³. Em termos funcionais e dinâmicos, a noção de saúde biopsicossocial é, antes de mais, um legado cultural. Mas, é no registo social que ganha sentido, pois é pensada e reconstruída como um elemento constitutivo da sociedade. O espanhol Marin (1990) define do seguinte modo a concepção de saúde:

A) No se entiende ya como una ausencia de enfermedad, sin como un estado de bienestar físico, psicológico y social. B) El contenido de tal estado no queda definido de una vez por todas, sino que varía en función de las condiciones históricas, culturales e sociales de la comunidad que lo formula y lo acepta. c) En este sentido, la salud es un problema social y un problema político cuyo planteamiento y solución activa y solidaria de la comunidad en su definición, en la gestión y control del sistema sanitario y en la intervención dirigida a su promoción y prevención de la enfermedad. (p. 139).

Da definição acima citada, para além da ênfase no bem-estar físico, psicológico e social, devemos realçar a importância das condições históricas, culturais e sociais. Em termos funcionais, assiste-se a uma interdependência entre os elementos. O elemento "bio", por exemplo, modela e é o suporte da "psique" e vice-versa. O sentido da relação é, pois, bidireccional, a influência da "psique" sobre a "bio" poderá ser constatada, por exemplo, pelas disfunções psicossomáticas freudianas. Por seu turno, a díade bio-psique, descrita até aqui, transforma-se num triângulo, na medida em que, por exemplo, o afecto entre os elementos "bio" e social é bidireccional. Se, por um lado, certo é que a biologia afecta o desenvolvimento social, mais certo ainda é que o desenvolvimento social e/ou o sociocultural, se sobrepõe de sobremaneira ao biológico e ao psicológico. Por exemplo, a construção sináptica é influenciada pelo social, no que diz respeito ao neo-córtex e às funções superiores do pensamento. (Loring, 1999). Um outro exemplo será o próprio emergir da psicologia como ciência autónoma, pois, esta é fruto de um desenvolvimento histórico.

Segundo Vidal (1991, 1996), o primeiro modelo de saúde mental é o demonológico, o qual decorre desde a idade média até ao século XVIII. O segundo modelo é o biomédico de Kraepelin, a matriz da doença mental é atribuída a fenómenos exclusivamente orgânicos: as alterações bioquímicas. Este modelo ocupa todo o século XIX, impondo-se sobre o demonológico (Foucault, 1999). No registo estritamente epistemológico, emerge a razão iluminista. O ser humano passa a ser definido pela sua actividade e capacidades cognitivas. Deste modo, são criadas as primeiras unidades hospitalares de saúde mental²³⁴. Trata-se de confinar, mas também de compreender a loucura. Confinar porque o louco passa a encontrar-se excluído da sociedade e do Estado. Trata-se da primeira tentativa de compreender a loucura, ainda que de forma discriminatória. O quarto modelo é o psicanalítico. Freud, nos derradeiros anos do século XIX, funda o método psicanalítico. A causa da doença mental passa a ser totalmente intrapsíquica, isto é, psicológica. Ora, se a causa é psicológica, a solução será igualmente psicológica. Em termos históricos, é Freud quem funda o tratamento dos transtornos mentais através de meios psicológicos, isto é, a psicoterapia. O quinto modelo corresponde à psicologia comunitária, a qual surge nos anos 60, durante a administração Kennedy. A atribuição causal e a acção remetem não apenas para factores intrapsíquicos, mas também para factores relacionais, ou seja, comportamentais, históricos, sociais e culturais. A noção de saúde mental, desta forma, passa a ser considerada como biopsicossocial. A noção de saúde biopsicossocial implica, a introdução do social, não apenas como causa, mas também como autoreguladora da sociedade²³⁵.

²³³O que adquire primazia é a própria actividade, sendo que os conteúdos socioculturais conferem forma à actividade humana são diversos. É nesse sentido que ele é, aqui, apreendido e apropriado. Para Foucault (1994a, 1994b), o controlo dos impulsos sexuais é, antes de mais, algo forjado no social.

²³⁴As primeiras, todavia, terão surgido no Califado de Córdoba.

²³⁵Contudo, nas primeiras décadas do século XX, tal concepção já tinha sido formulada. Assim sendo, um sexto modelo remontará a 1922: ao primeiro congresso internacional de psicólogos de Moscovo. Vigotski e Luria (Cole & Scribner, 2002) tinham, então, integrado as correntes existentes. Vigotski parte da noção de actividade mediada. Ou seja, para além das vertentes bio e psico, expressas

Ao longo da filogénese, aquilo que se tem alterado são os factores socioculturais e não os biológicos. Sendo que a própria compreensão da “bio”, em termos sensoriais, é influenciada pela cultura de pertença; um médico, por exemplo, terá maior facilidade para ler as suas sensações propriosensitivas do que um leigo. A cultura de pertença afecta também a vivência das emoções. Vigotski chega mesmo a referir-se ao “sentimento histórico”, na medida em que os sentimentos são afectados historicamente:

. . . Já dissemos que, como expressava corretamente (Sic) Spinoza, o conhecimento de nosso afeto (Sic) altera este, transformando-o de um estado passivo em outro ativo (Sic). Em termos simples, nossos afetos (Sic) actuam num complicado sistema com nossos conceitos e quem não souber que os ciúmes de uma pessoa relacionada com os conceitos maometanos da fidelidade da mulher são diferentes dos de outra relacionada com um sistema de conceitos opostos sobre a mesma coisa, não compreende que esse sentimento é histórico . . . (1996, pp. 126 e 127).

A noção de saúde mental é, aqui, afigurado como um artefacto historicamente construído, não descurando, no entanto, as determinantes biológicas. Para a psicologia sociocultural, o meio cultural poderá ser definido como o conjunto das transformações do ambiente físico acumuladas pelo grupo social no ser desenvolvimento histórico, transformações essas que se apresentam sob a forma de artefactos ou instrumentos culturais; a linguagem é uma delas.

No registo ontogenético (Leal, 1993, 1994, 2001, 2004), a organização de um Eu estrutura-se na relação com um Nós, ou seja, com o legado sociocultural, sendo a relação entre os elementos bireccional. No desenvolvimento humano quem interage com o Eu é, em primeiro lugar, um Outro cuidador. Estas são, evidentemente, mais complexas do que as crianças, permitindo à criança um desenvolvimento integral, no sentido em que se apropriam do artefactos presentes no seu meio cultural de pertença. Sem abandonar a relação com o Outro mais complexo, a criança integra-se no Nós como sujeito actuante, ou seja, como actor social. Do primeiro cuidador primário passa-se para o cuidado dos pares, antes de se efectuar a individuação social mediante uma outra pessoa compatível e capaz de facultar um projecto de vida, o qual visa tornar o ser humano numa Pessoa, no sentido rogeriano (Rogers, 1974). Sendo, agora, também agente de estruturação social, quando, no início da sua vida, era, mormente, um agente de apropriação do desenvolvimento sociocultural, aquilo que se realça, no entanto, é a importância da relação sociocultural mediada ou como nos diz Vigotski:

O caminho do objecto até à criança e desta até ao objeto (Sic) passa através de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social. (2002, p. 40).

Cabe-nos elaborar, aqui, uma ressalva, uma vez que somos o produto e produtores da realidade (Nunes, 1993). Apesar das evidências concretas do desenvolvimento humano, o aqui discutido não deixa de apontar também para um ideal. É curioso notar que as formulações da psicologia não estão isentas de perspectivas idealistas, por exemplo, nos estádios de desenvolvimento moral de Kohlberg (Gleitman, 1993; Sprinthall & Collins, 1999) e nos estádios de desenvolvimento interpessoal de Selman esta realidade emerge (Sprinthall & Collins, 1999). Porém, de qualquer modo, este desenvolvimento efectua-se através da actividade dos actores sociais e não mediante uma mera abstracção.

O desenvolvimento sociocultural tem permitido uma maior auto-regulação do comportamento, tal como observou Touraine (1996, p. 56): “A tendência principal das sociedades modernas vai sendo no sentido de um reforço e de uma concentração crescente da sua capacidade de acção sobre si mesmas.” ou Elias (1999, pp. 58 e 62):

. . . as pessoas desses séculos começaram a . . . em nome de princípios impessoais fixos, tais como conservantismo (Sic), comunismo, socialismo e capitalismo. No centro de cada um desses sistemas de crenças sociais, em nome dos quais se lutava, estava a questão de como iriam as pessoas organizar conjuntamente as suas vidas em sociedade . . . as pessoas começavam a encarar-se a si mesmas de uma nova maneira – como sociedade.

A psicologia da saúde fornece o instrumento para pensarmos a actividade mediada, uma vez que a construção do sentido social é fruto da actividade sociocultural. No que diz respeito ao estudo de caso, a saúde

pelas correntes anteriores, junta-se a social. E neste o pressuposto de que toda a realidade é construída através da mediação interpessoal e sociocultural. A saúde mental dependeria, então, de todos estes elementos integrados. É curioso verificar que a psicologia soviética, na década de vinte, encarava a doença como produto da uma construção social de sentido (Rey, 2004), à semelhança de Foucault, em finais do século XX: “A unidade discursiva sobre a loucura não está fundamentada na existência do objecto “loucura” . . . é o conjunto de regras . . . o aparecimento de um conjunto de práticas codificadas . . .” (Foucault, 2005, p. 99). Nos seus estudos acerca da defectologia, ou seja, da psicopatologia, Vigotski coloca a ênfase na forma como a doença é vivida, ou seja, no seu sentido individual e social, não se restringindo ao aspecto biomédico e à consequente naturalização da doença e rotulação do doente.

foi entendida de várias formas, em primeiro lugar, decorrente da ambivalência cultural dos emigrantes, das relações familiares, das condições sociais do espaço de partida e de acolhimento e, em consequência, das condições de saúde decorrentes da actividade profissional²³⁶.

As psicopatologias, assim como a saúde em geral, encontram-se directamente relacionadas com as condições sociais (IOM, 2003). No âmbito das condições sociais e de trabalho, a esperança média de vida varia de classe para classe profissional. Na literatura acerca da emigração, o emigrante português é afigurado como um trabalhador invulgar (Alpalhão & Rosa, 1980; Gonçalves, 1996). Na mesma obra, Alpalhão e Rosa (1980, 1983), contradizem-se ao citarem uma edição do um jornal de Montreal, no qual os emigrantes portugueses são considerados propensos às doenças físicas, devido à mudança sociocultural a que foram sujeitos. Segundo Alpalhão e Rosa (1980, 1983), a psicóloga Ethel Roskies afirmava que, no seio dos emigrantes portugueses, as doenças mentais tinham aumentado, sendo que estas aumentavam em função do tempo de permanência e do grau de mudança encontrado no país de acolhimento, colocando em causa a sua capacidade de trabalho, ou seja, em última instância, a sua capacidade de integração social.

Para Netep (Citado por Monteiro, 1985), a psicopatologia, na emigração, estará relacionada com o grau de mudança psicossocial, relacionando-se estes com os transtornos de adaptação (American Psychiatric Association, 2002). Por outro lado, num estudo realizado por Simões e Binder (1980), realizado a 100 emigrantes portugueses no cantão de Zurique, revelou que os emigrantes portugueses mostravam um nível mais adequado de saúde mental do que os residentes em Lisboa. Em qualquer caso, é sempre de salientar que o percurso emigratório não é causa directa de disfunção psicopatológica, senão que ele se constitui como um factor de risco: “Although migration does not necessarily threaten mental health, it may create a specific psychosocial vulnerability and, as a result, mental health can be affected when these pressures are combined with other risk factors.” (IOM, 2003, p. 1).

Para além de um presumível transtorno de adaptação, as diferenças constatadas poderão ainda serem de género, Rosa e Roma (2002), citando Lida-Miranda, afirmam que as mulheres eram mais propensas às doenças. Contudo, os autores citados verificaram que as mulheres idosas detinham uma noção de saúde biopsicossocial, uma vez que a saúde dependeria da nutrição, das actividades físicas e sociais e das consultas aos respectivos especialistas. Apesar do percurso de vida ser marcado pelas condições precárias: “. . . parece haver uma relação estreita entre saúde e estatuto social . . .” (Rosa & Roma, 2002, p. 142). Nas nossas amostras são as mulheres que mais revelam problemas de adaptação, uma vez que têm uma maior percepção acerca da discriminação. E na amostra de emigrantes regressados são “elas” que colocam a ênfase na razão saúde, a qual terá contribuído para o regresso. De qualquer modo, a mudança de ocupação laboral, em ambos os géneros, é notável.

Regressando à problemática do trabalho e da sua relação com a saúde mental, segundo Tripier (1990), as condições de acolhimento francesas, na década de sessenta, influenciam o comportamento do trabalhador, traduzindo-se aquelas em excesso de zelo, não sendo esta uma condição exclusiva dos portugueses: “Nous avons remarquer une certaine similitude des comportements des ouvriers émigrés lors de leurs premières expériences de travail industriel: “excès de zèle”, retrait de la vie sociale, etc. “. (Trierpiet, 1990, p. 269). O excesso de zelo, segundo Monteiro (1985), resulta, para além das condições de integração na sociedade de acolhimento, dos ganhos marginais crescentes consoante o aumento da força de trabalho empregue.

Os ganhos marginais crescentes e a expectativa de brevidade do percurso emigratório reforçam-se, propiciando, em termos cognitivos, um investimento desmesurado na actividade laboral²³⁷. Um dos informantes privilegiados, médico pediatra com longos anos de experiência no concelho de Melgaço, quando questionado acerca da presumível influencia negativa da actividade laboral na saúde dos emigrantes, é peremptório na questão, deixando entrever na sua resposta as condições de trabalho precárias²³⁸. Quanto à questão: “na sua opinião o percurso emigratório afecta negativamente a saúde dos seus pacientes”, a resposta também é afirmativa, remetendo-a para as condições de trabalho²³⁹.

Nas entrevistas exploratórias e na literatura especializada, o trabalhador português é afigurado como incansável, quase sobre-humano, sobretudo quando comparado com os trabalhadores de outras nacionalidades.

²³⁶ Gameiro (1984) é um bom exemplo da análise da saúde mental dos emigrantes a partir das condições sociais.

²³⁷ Diz-nos um dos entrevistados: “Sabia que ia encontrar um trabalho que os franceses não queriam fazer! Eu, comecei a trabalhar em aprendiz e queriam-me mandar para a escola. Mas, eu, que queria ganhar algum e vir-me embora. (Ver entrevista número 8, p. 43).

²³⁸ “Sim. Dado que desempenham tarefas nos trabalhos mais pesados e de maior risco, com frequentes sobrecargas laborais, repercutindo-se particularmente no aparecimento de doença profissionais.” (Ver questionário dirigido aos médicos, p 113).

²³⁹ “Sim. Ao trabalhar horas excessivas, por vezes, quase sem descanso semanal, com fracas condições habitacionais, associando-se ainda a uma alimentação pouco cuidada e desequilibrada.” (Ver questionários dirigidos aos médicos, p. 65).

Esta é uma imagem reconfortante, mas excessiva e etnocêntrica. É curioso verificar que, o discurso passa dos emigrantes para o “português”. Como se a capacidade de trabalho fosse algo de intrínseco²⁴⁰, de constitutivo dos portugueses e não das condições laborais: contratos de trabalho, da clandestinidade, da insegurança ou desconfiança básica adquirida em Portugal, ou seja, das condições da sociedade de partida e das condições da sociedade de acolhimento.

As condições de partida, como a clandestinidade, terão reforçado a visão do trabalho como um sacrifício – na sociedade portuguesa, o trabalho não adquire um valor totalmente intrínseco, ao contrário das sociedades nórdicas, a actividade laboral adquire um valor instrumental (Freire, 2000) –, assim como a imagem do português como um trabalhador incansável, terão sido fruto do excesso de zelo de que fala Tripiet (1990). Os mesmos comportamentos sucediam no Canadá: “A segurança exagerada posta no dinheiro constitui um facto por vezes patente e uma razão que leva a sacrificar-lhe outros valores. Daí, a acumulação de ocupações e os horários de trabalho excessivos.” (Alpalhão & Rosa, 1983, p. 163). Assim sendo, na sociedade de acolhimento, operava-se, evidentemente, o “gosto” dos empregadores pela mão-de-obra portuguesa, até porque estes ocupavam os escalões mais baixos da hierarquia social, não acentuando possíveis conflitos com os naturais. No entanto, eles existiram²⁴¹.

Uma compreensão mais abrangente do fenómeno é fornecida pelo também emigrante Eduardo Lourenço, uma vez que introduz a vertente histórica na sua análise: “A imagem do mal que o emigrante passa lá fora consola de algum modo a vaidade pátria e por isso se evoca como tanta complacência . . .” (Lourenço, 1988 [1978], p. 124). De qualquer modo, aquilo que se encontra em questão será o isolamento relacional, quer no país de acolhimento, quer no de partida. Ora, sendo a noção de saúde biopsicossocial, a derradeira vertente estará comprometida, o que se traduz num viver a doença e a dor mental em isolamento. Em qualquer caso, o enfraquecimento da vertente social depende do nível socioeconómico e do grau de integração na sociedade de acolhimento.

No que diz respeito à emigração e à saúde mental, uma outra questão prende-se com a família, em termos comparativos, na emigração galega, a emigração terá diminuído a importância quantitativa da família ampliada, fazendo aumentar o número de famílias reduzidas (Hernández, 1992; López, 1974), o que constitui como um factor de risco, uma vez que a acção das redes sociais de suporte ficaria diminuída. Para Pina-Cabral, (1989), o mesmo sucedeu no Alto-Minho. Em Portugal, as famílias monoparentais têm aumentado imenso, a dimensão média da família portuguesa é de 3,4 indivíduos. Em Melgaço, cada família é constituída em média por dois vórgula seis por cento de indivíduos (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2001).

De acordo com o pediatra e informante privilegiado: “A emigração terá influenciado negativamente o funcionamento familiar e, em consequência, a saúde dos seus paciente”, a resposta foi a seguinte:

Sim, a ausência do pai, decapita a unidade familiar, conduzindo a uma diferenciação . . . ficando a mãe com a responsabilidade exclusiva da gestão do núcleo e educação dos filhos. Com consequência podem surgir patologias do foro mental, quer na mãe, quer nos filhos e verifica-se uma inevitável repercussão na educação dos mesmos.

Em termos históricos, as patologias resultantes da emigração foram estudadas por Thomas e Znaniecki (Prus, 1996), incidindo estas, sobretudo nos filhos dos emigrantes polacos, nos idosos e na organização familiar²⁴². Em termos genéricos, para os informantes privilegiados, a emigração terá influenciado negativamente o funcionamento familiar e, em consequência, a saúde dos seus pacientes. Um dos informantes privilegiados, afirma que se regista um aumento dos transtornos ansioso-depressivos.

Fora do âmbito espacial e no registo da ambivalência cultural, segundo Neto (1985), não se assiste a um consenso entre o aumento das patologias na comunidade emigrante. O psicólogo português aborda a questão a partir da crise de identidade nos jovens, os quais vivem entre dois mundos: o da reprodução dos modelos paternos e o da integração no espaço de acolhimento. Segundo Brettell e Rosa (1984), a primeira geração tende a manter relações familiares centrípetas, enquanto que a segunda se mostra centrífuga.

²⁴⁰ Não se nega, no entanto, a facilidade de integração do emigrante português como o atestam as homenagens a eles dedicadas pelas autoridades canadiana, no Quebeque (Alpalhão e Rosa, 1980, 1983). Trata-se, aqui, de lhe retirar qualquer sentido inatista ou substancialista (Bourdieu, 1997).

²⁴¹ Na questão “alguma vez se sentiu discriminado no país de acolhimento”, os entrevistados dizem-nos: “Não, eu, peguei-me à peleja com um, porque me disse de caras que eu fora para a França para lhe tirar o pão dele . . .” (Ver entrevista número 12, p. 69). “Sabe, que as palavras também ferem e, eu, senti mais, foi nas palavras que eles diziam, quando eles diziam, a expressão, mesmo que tivéssemos a beber um copo com os franceses ou espanhóis e italianos, a gente ‘tava a beber um copo e a expressão deles, eles diziam assim: “quando é que vais para a tua terra. E no metropolitano lia-se: “La France pour les français””. (Ver entrevista número 8, p. 46).

²⁴² É curioso lembrar que o processo de industrialização britânico obrigou à participação das mulheres e das crianças, resultando na destruturação dos núcleos familiares.

Para os informantes privilegiados, também não se assiste a uma relação directa entre emigração e patologias mentais, sendo que para um dos informantes, ela se poderá relacionar com o âmbito familiar. No entanto, quando questionados se *na sua opinião o percurso emigratório afecta negativamente a saúde dos seus pacientes* é-nos ditos de modo consensual – exceptuando um dos casos – que sim, nomeadamente, no que se prende com o trabalho realizado na construção civil, traduzindo-se na traumatologia e em doenças dermatológicas, assim como devido à separação familiar, ao isolamento das pessoas e falta de comunicações, registando-se um aumento da ansiedade. Para o pediatra informante privilegiado: “Sim. Ao afastar-se por longos períodos do meio familiar, criam-se condições para o aparecimento de patologia mentais, particularmente depressão, mesmo em pessoas saudáveis, mas, sobretudo naquelas que apresentam susceptibilidade inata para o desenvolvimento de patologias desse foro.”

Outra forma encontrada para verificar se, de qualquer modo, a emigração se relaciona ou não com a saúde mental, foi-nos emprestada pelas duas farmácias existentes em Melgaço. Tratou-se de aumentar o grau de objectividade da problemática. As primeiras seis questões apresentadas versavam sobre o aumento do consumo de ansiolíticos, hipnóticos e de antidepressivos, no período do Verão, sem ou com a presença de emigrantes, ou seja, três delas implicam a presença de emigrantes. Quer a opção de resposta referente aos ansiolíticos, quer a referente a antidepressivos obtiveram um maior consumo²⁴³. O aumento das vendas referentes aos hipnóticos não é consensual. Por fim, quando questionados acerca da questão: *outros serviços prestados ou medicamentos psicotrópicos aumentam durante o período de Verão*, a resposta não é de novo consensual, sendo consensual, quando à mesma questão é acrescentada: “. . . devido, sobretudo à presença dos emigrantes”.

Em termos comparativos, é curioso verificar que a concentração de marroquinos nas fábricas de automóveis em França se salda também pela sua representação de trabalhadores incansáveis, revelando a segmentação laboral: “The Morocans were recruited because they were eager to work, or because they reputed to be physically apt and hardworking people”. (Castles and Miller, 1996, p. 190). Em qualquer caso, a saúde dos emigrantes depende das condições sociais dos espaços de partida, de acolhimento e da relação entre ambos.

²⁴³ “. . . pois, os emigrantes fazem com que as vendas subam”. (Ver questionário dirigido às farmácias, na página 64 deste anexo).

1.1 Referências bibliográficas

- Alpalhão, J & Rosa, V. (1980). *A minority in a changing society*. Ottawa: University of Ottawa Press.
- Alpalhão, J & Rosa, V. (1983). *Da emigração à aculturação: Portugal insular e continental no Quebeque*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e cultura.
- American Psychiatric Association (2002). *DSM-IV-TR: Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais*, (4º Ed, J. N. Almeida, Trad.). Lisboa: Climepsi.
- Bourdieu, P. (1997). *Razões práticas: Sobre a teoria da acção*, (M. S. Pereira, Trad.). Oeiras. Celta Editores.
- Brettell, C & Rosa, V. (1984). Immigration and the portuguese family: A comparison between two receiving societies. Em T. Bruneau, V. Rosa & A. Macleod *Portugal in development: Emigration, industrialization, the European Community* (pp. 83-110). Ottawa: University of Ottawa Press.
- Castles, S & Miller, M. (1996). *The age of migration: international population movements in the modern world*. London: Macmillan Press.
- Cole, A & Scribner. (2002). Introdução. Em Vigotski, *A formação social de mente*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (1994a). *História da sexualidade – I: A vontade de saber*, (M. Alberto, Trad.). Lisboa: Relógio de D'Água.
- Foucault, M. (1994b). *História da sexualidade – III: O uso dos prazeres*, (M. Alberto, Trad.). Lisboa: Relógio de D'Água.
- Foucault, M. (1999) *A História da loucura: Na idade clássica*, (J. T. C. Netto, Trad.). São Paulo: Editora Perspectiva.
- Foucault, M. (2005). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*, (C. Monteiro, Trad.). Rio do Janeiro: Forense Universitária.
- Freire, J. (2000). Orientações sobre modelos de trabalho e percepções sobre condições sociais técnicas e económicas do trabalho. Em M. Cabral, J. Vala, J & J. Freire (Org.). *Trabalho e cidadania* (pp. 16-41). Lisboa: Instituto de Ciência Sociais.
- Gameiro, A. (1984). *Emigrantes*. Lisboa: Centro do Livro.
- Gleitman, H. (1993). *Psicologia*, (D. Silva, Trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gonçalves, A. (1996). *Imagens e clivagens: Os residentes face aos emigrantes*. Porto: Edições Afrontamento.
- Hernández, B. (1992). Sobre o estado da poboación galega. Em *Actas al Congreso internacional da cultura Galega*. Santiago: Conselhería da Cultura da Xunta de Galicia.
- Instituto Nacional de Estatística. (2001). *Censos 2001: Resultados Preliminares para a região Norte*. Disponível em: www.ine.pt. Consultado em: 12/06/2006.
- International Organization for Migration. (2003). *IOM position paper on psychosocial and mental well-being of migrants*. Eighty-sixth session, 10 November 2003. Disponível em: www.iomint.com. Consultado em: 14/05/2006.
- Leal, M. (1993). *Psicoterapia como processo dinâmico de transformações*. Braga: Associação dos Psicólogos Portugueses.
- Leal, M. (1994). Cinco perspectivas para um único caso clínico: Abordagem dinâmica em orientação psicanalítica do caso José: Em *Psicologia*, Vol. IX; nº 2, pp. 169-174.
- Leal, M. (2001). A Emergência de significados e do brincar. Em *Jornal de Psicologia Clínica*, Vol. I, nº 3.

- Leal, M. (2004). *Introdução ao estudo dos processos de socialização precoce da criança*. São Paulo: Instituto de Psicologia Aplicada e Formação.
- López, A. (1974). Emigración. Em *Gran Enciclopédia Gallega*, (S. Canda, Ed.). Gijón: Editorial Vieiros.
- Loring, D. (1999). *In dictionary of neuropsychology*. Oxford: Oxford University Press.
- Lourenço, E [1988, (1978)]. *O labirinto da saudade: Psicanálise mítica do destino português* (3º Ed.). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Marin, J. (1990). Reflexiones en torno al nuevo concepto de salud. Em G. Musitu, E. Berjano, & J. Bueno (Dir.). *Psicología comunitária* (pp. 139-155). Valência: Nau Ilibres.
- Monteiro, P. (1985). *Terra que já foi terra: Análise sociológica de nove lugares agro-pecuárias da serra da Lousã*. Lisboa: Edições Salamandra.
- Neto, F. (1985). *Jovens portugueses em França*. Porto: Edições Jornal de Psicologia do Porto.
- Nunes, A. (1993). *Questões preliminares sobre as ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Pina-Cabral, J. (1989). *Filhos de Adão, filhas de Eva: A visão do mundo camponesa do Alto-Minho*, (1º Ed., Valverde, Trad.). Lisboa: Dom Quixote.
- Prus, R. (1996). *Symbolic interaction and ethnographic research: Intersubjectivity and the study of human lived experience*. Albany: State University of New York Press.
- Rey, F. (2004). *O social na psicologia e a psicologia social: A emergência do sujeito*, (V. L. M., Josecelyne, Trad.). Petrópolis: Vozes Editora.
- Rogers, C. (1974). *Terapia centrada no paciente*, (M. C. Ferreira, Trad.). Lisboa: Morães Editora.
- Rosa, V & Roma, J. (2002). Emigração e saúde: Um estudo de portugueses reformados em Ottawa-Canadá. Em *Antropológicas*, Nº 6, pp. 139-155.
- Simões, M. & Binder, J. (1980). A sócio-psiquiátrica field study among portuguese emigrants in Switzerland. Em *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, Vol 15, pp. 1-7. Disponível em: www.springerlink.com. Consultado em 30/05/2006.
- Sprinthall, W & Collins, A. (1999). *Psicologia do adolescente: Uma abordagem desenvolvimentalista*, (2º Ed., C. Vieira, Trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Touraine, A. (1996). *O retorno do actor: Ensaio sobre a sociologia*, (A. P. Silva, Trad.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Tripier, M. (1990). *L'immigration dans la classe ouvrière en France*. Paris: Editions L'Harmattan.
- Vidal, A. (1991). Psicología comunitária: Oríem, concepto y características. *Revista del Colegio Oficial de Psicólogos*, nº 50. Disponível em: www.cop.es. Consultado em: 01/12/2004.
- Vidal, A. (1996). *Psicología comunitária: Bases conceptuales y métodos de intervención*. Barcelona: E.U.B.
- Vigotski, L. (1996). *Teoria e método em psicologia* (C. Berliner, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. (2002). *A formação social da mente* (C. Berliner, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.

2. Guião de entrevista semi-estruturada

Objectivo:

1. Mostrar a percepção ou atribuição de sentido dos emigrantes para o conflito ou “clivagem” social entre os emigrantes e os residentes.

Guião de entrevista semi-estruturada

Instruções: Esta entrevista destina-se a uma investigação científica lavada a cabo no âmbito da dissertação de mestrado na Universidade Fernando Pessoa.

É garantido o sigilo, segundo o Código Deontológico dos Psicólogos.

I. Identificação

Nome: _____

Idade: _____ Género: _____

Profissão: _____

País (es) de acolhimento: _____, _____, _____

II. História emigratória

1. Emigrou porquê?
2. A situação política portuguesa, nomeadamente, a guerra colonial pesaram na sua decisão?
3. E o regime fascista do Estado Novo?
4. Porque não se dirigiu para as antigas colónias portuguesas?
5. Como imaginava a sociedade de acolhimento, antes de emigrar?
6. Conhece algumas artimanhas usadas pelos emigrantes para dar o “salto”?
7. Alguma vez se sentiu discriminado, no país de acolhimento?
8. A sua integração, no país de acolhimento, foi difícil ou fácil? Poderia descrever algumas peripécias?

III. Conflito ou “clivagem” social

9. São conhecidas as disputas (picanços) entre emigrantes e residentes, por exemplo, durante as férias, era realizado um jogo de futebol entre emigrantes e portugueses, o qual nem sempre acabava da melhor forma. Poderia descrever outras formas de “picanço”?

10. Como explica esse comportamento, por parte dos residentes? Ou seja, na sua opinião, qual seria a razão dos residentes “picarem” os emigrantes?

11. Sendo português, alguma vez se sentiu discriminado ou mau tratado, em Portugal, pelo facto de ser emigrante?

12. Durante as férias, quando o número de emigrantes era superior ao de residentes, os emigrantes e os residentes frequentavam lugares públicos diferentes. Na sua opinião qual era a razão para tal comportamento?

13. Como explica o facto dos residentes, durante as férias, se reunirem somente entre eles?

14. Em espaços públicos, por exemplo, num café, alguma vez foi, “olhado de lado” pelos residentes que não emigraram?

15. Como pode explicar esta afirmação: “Em França somos portugueses, em Portugal somos franceses?”

16. Acha que adquiriu formas de estar, de viver, do país de acolhimento?

Se sim, poderia dizer quais?

17. Acha que os residentes teriam a ganhar se adoptassem também essas formas de estar?

18. Acha que os residentes tinham razão, quando diziam que os emigrantes eram todos uns convencidos e uns arrogantes?

19. Como explica o facto de que Portugal, sendo o país dos descobrimentos, espalhado pelos cinco continentes, “obriga-se” os portugueses a passarem pelas dificuldades de quem emigrava?

(Obrigado pela sua colaboração)

2.1 Pedido de confidencialidade

Sigilo Profissional Código Deontológico dos Psicólogos

Secção III

Art. nº 12 – Com ressalva do disposto no art. 16, constitui obrigação indeclinável dos Psicólogos a salvaguarda do sigilo sobre os elementos que tenha recolhido no exercício da sua actividade profissional ou das suas investigações, desde que a (s) pessoa (s) a quem se referem seja (m) de algum modo identificável (eis).

Art. nº 15 – O sigilo é referido à difusão oral ou escrita de informações. O psicólogo deve, pois, velar por que os documentos provenientes do seu trabalho (conclusões, comunicações, relatórios, gravações, exposições, etc.) sejam sempre apresentados e classificados por forma a garantir que o sigilo seja respeitado, evitando intromissões abusivas na vida íntima dos indivíduos ou danos de alguma espécie.

Art. nº 16 – Os casos individuais só podem ser utilizados pelo psicólogo, em situações de ensino, publicações ou apresentação a colegas, desde que a identificação das pessoas visadas não seja possível.

2. Quando os dados a transmitir sejam de tal modo singulares que a identidade da pessoa visada não possa de todo ser salvaguardada, a sua utilização nas situações indicadas no nº anterior só pode ter lugar mediante autorização escrita daquela.

Art. nº 17 – Aplicam-se aos psicólogos as disposições da lei respeitante ao sigilo profissional.

(O mestrando Joaquim Filipe Peres de Castro)

3. Entrevistas exploratórias através de guião de entrevista semi-estruturada

Entrevista número 1

Nome: Entrevistado número 1
Idade: 63
Género: Masculino
Profissão: Reformado
País (s) de acolhimento: Bélgica, Espanha

(Abertura da entrevista: explicitação dos conteúdos e dos objectivos. Pedido de consentimento para a gravação áudio)

Inv: Emigrou para onde?

A: Em 66 fui para Bruxelas. ‘tive na Bélgica, Barcelona e, nos últimos dez anos, em Paris. Quer que lhe mostre um guia de Barcelona.

Inv: Sim, sim. É, de facto, a melhor cidade para viver . . .

Inv: Que idade é que tem?

A: 63.

(mostra um guia da cidade de Barcelona)

Inv: Emigrou Porquê?

A: A vida, aqui, continuava igual, fui para a tropa em Janeiro de 63, fui para a Guiné. Três anos, vinte e cinco meses, depois, vim para cá. E isto ainda continuava na mesma, o Salazar ainda ‘tava no posto dele. E ‘tive uma oportunidade de ir para a Bélgica. E aproveitei. Fui para lá.

Inv: E a guerra colonial não o influenciou em nada, até porque esteve lá?

A: ‘Tive na Guiné vinte e cinco meses, em 63 e foi o pior. A guerra ‘tava no auge.

Inv: E o regime fascista também o influenciou a emigrar?

A: Ah, também, aqui, no concelho de Melgaço não tinham muita força, não havia muita PIDE. Eu, não sofri. Mas, moralmente, foi uma das coisas que também. Se o golpe de Estado tivesse sido, logo, que eu vim da Guiné nunca tinha saído do meu país. Eu, nunca tive intenções de sair do meu país, a prova disso é que fui à tropa. E tive 37 meses de tropa. Mas, depois de vir, vi que isto continuava igual. E disse: “isto, aqui, não, continuava tudo igual.”

Inv: e porque é que não foi para as ex-colónias?

A: ‘tava farto, de colónias ‘tava eu farto, aqui, foi tremendo, as condições em que se vivia eram tremendas. Então, houve uma oportunidade por intermédio do meu padrinho, o João do Hilário, eu, eu trabalhava na agência. Tive um ano sabático, de 65 a 66, tinha lá um grande amigo que tenho ainda, ainda ‘tá lá, em Bruxelas, na Grand Place, em Bruxelas.

Inv: E como imaginava a Bélgica?

A: A primeira vez que cheguei lá, não tinha nem ideia, era outro mundo, falando socialmente, democraticamente . . .

Inv: A língua?

A: A língua era mais o francês, flamengo também aprendi algumas palavras, para poder trabalhar. Depois, aprendi a falar francês, trabalhava no grande restaurante, lindíssimo, D. Manuel, em Bruxelas, depois inscrevi-me num curso, um ano e tal, para poder trabalhar em Hotelaria. Lá aprendi a trabalhar, lá eram todos profissionais. Havia, havia dois chefes de sala . . .

Inv: E nunca foi discriminado?

A: Não, nunca, em nenhum sítio.

Inv: E a integração no trabalho foi difícil, foi fácil?

A: Não, porque eu fui para pessoal amigo, tratavam-me como se fosse uma pessoa da casa, um familiar. E colegas, havia espanhóis, belgas, italianos, marroquinos, aquilo era uma babel. E, então, nunca me senti discriminado. Em Barcelona ainda menos. Em Paris não, não. ‘Tive a trabalhar numa grande empresa, na Alcatel, dez anos, de 86 até á quatro anos porque me propuseram a pré-reforma.

Inv: E, aqui, nunca foi discriminado por ser emigrante?

A: A mim não, nunca ninguém se atreveu, mas, eu, ouvia cá essas histórias. Isso é uma estupidez. Emigrantes há, em todo o lado.

Inv: E por que é que acha que os daqui picavam os emigrantes?

A: Há várias explicações. Duas ou três explicações. Em primeiro, quando saímos daqui não tinham . . .

Inv: Até porque os residentes e os emigrantes separavam-se, havia um café dos emigrantes ou que era frequentado quase só por residentes.

A: Sim, havia. Mas, eu, não, eu, tinha aqui amigos. Oh, joaquim, essa gente, em primeiro, o dinheiro subiu-lhes à cabeça, vinham para aqui nos anos 60, vinham para os cafés, aqui, nunca tinham tido isto, foram para França e o dinheiro a entrar em força, claro, trabalhavam como negros, em condições infra-humanas, eu, fui visitar o famoso bidonville de Champigny com o meu primo, o Zé Pessoa. Eu, tinha férias e fomos a Paris, íamos visitar os amigos de cá, e aquilo era . . . barracas e contentores, alguns eram mesmo no chantier, em condições infra humanas mesmo. Aqui, começaram a ter uma certa rejeição, uma certa crítica, nem todos faziam isso, mas muitos vinham com os bolsos cheios de dinheiro, não serviam a cerveja a copo nem nada, era logo muitas garrafas de cerveja:”ponha, aqui”. Era aquela prepotência que, eu, e amigos meus, nunca fomos assim.

Inv: Eram mais os do monte?

A: Sim, essa malta nova, os daqui também faziam isso, mas era menos, à parte de um ou outro que saia fora da norma. E a aversão talvez venha um pouco daí. Aquelas críticas, era um pouco isso. Depois, era o nível cultural. Eu, dizia, nem todos fazem assim, aqueles que têm esse comportamento, põe-se de parte e acabou. És tu que escolhes os teus amigos e as tuas relações.

Inv: Mas, havia isso . . .

A: Havia, havia uma certa rejeição, mas era mais por isso, alguns, uma quantidade deles, vá, vinham com aquela prepotência, traziam uma quantidade de dinheiro. O dinheiro que muitas vezes é um problema. Eu, uma vez ou duas ‘tive que meter os pontos nos is a um ou dois. E foi um nunca mais. Não ‘tive problemas nenhuns. Via que, eu, não era, não tinham nada a dizer. Digo as coisas, na medida do possível, o mais correctamente possível e nunca aconteceu nada.

Inv: E nunca sentiu, aquela coisa da ambiguidade: em França, somos portugueses e, aqui, somos francesas.

A: Não, nunca senti, Portugal era a minha terra, ia a Lisboa, ao Porto, ouvia certos comentários, mas, prontos, eram só comentários.

Inv: Mas, acha, que os daqui tinham razões para dizer que todos os emigrantes eram uns convencidos e arrogantes?

A: Alguns sim, algumas coisas sim, justificavam-se porque eles . . . Essas pessoas fazerem essas coisas, eu, culpo um pouco a ignorância e a falta de escolaridade dessas pessoas. A maioria é tudo analfabetos e semianalfabetos, eu, e muitos amigos de cá só tínhamos a 4º classe. Eu, fiz o curso de noite na escola comercial do Porto, não acabei, não tirei o diploma, pois, fui para a tropa. Aqui, andei na escola de agricultura com o . . . Uma das razões que tinham essas pessoas, eu, não diria ódio, ódio é uma palavra muito forte, mas aquela aversão, inveja?, alguns também seria por inveja. Mas, os daqui da vila, com a 4º classe, não pudemos ir estudar para baixo, pagar um quarto, os estudos nessa época eram muito caros. Hoje, é diferente. Eu, tenho três filhos e ‘tão todos licenciados, o meu filho é economista, ‘trabalha no . . . , a minha filha é de relações internacionais. E olha que pouco gastei com eles, eu vivia nas aforas de Paris, tinha casa. Para nós fui mais fácil pôr a estudar os nossos filhos do que para os nossos pais. O governo, lá, em França, ajuda mais . . . E a Becas (Bolsas) que têm, ajudam. E até tinham duas bolsas, uma a nível nacional e outra regional. E não era pouco, para eles . . .

Inv: Eu, sou de privadas . . . E adquiriu formas de estar e de viver, nos sítios onde esteve?

A: Adaptei-me sempre nos sítios para onde ia, mas cuidado, sem perder a minha identidade de português.

Inv: Mas, quais é que adquiriu?

A: Hoje, tenho a dupla nacionalidade, a portuguesa e a espanhola. Tenho passaporte espanhol, desde 73 ou 74, um ano depois de casar. Jurei a constituição espanhola . . . Fui para Paris como espanhol, ajudou. Tenho a segurança social, tenho os direitos todos, os meus filhos têm os direitos todos. Cobro uma pensão de viuvez, aqui, não há, em França também não. Fui o Filipe Gonzalez que fez isso, fui a primeira vez que, eu, votei. Nós, aqui, é que não há maneira. Basta ir, aqui, ao Porrhinho (concelho vizinho da Galiza) e ver aquela industria, aqui, tão perto. Eu, tenho também um certo carinho por Espanha.

Inv: E França?

A: Também, mas mais Bruxelas, é uma alegria ir ver as ruazinhas do centro, é lá que têm o restaurante. Há uns dias fizeram uma reportagem a partir de lá. Passaram muitas personalidades, políticos, actores, olha, um Simões, o Eusébio, o Torres, o Coluna, falei com essa malta toda. Falei com o Pelé como estou a falar agora. A Amália Rodrigues que foi duas vezes ao Olímpia ao Casino de Paris. Paris é um espectáculo. Eu, agora, é que, eu, conheço Paris. Eu, vou fazer uma revisão ao hospital, tenho tempo. Já está . . . Explica-me o que andas a fazer. Depois falámos mais.

(Fecho da entrevista)

Entrevista número 2

Nome: Entrevistada número dois
Idade: 29 anos
Género: Feminino
Profissão: Licenciada em Direito
País (s) de acolhimento: França

(Abertura da entrevista: explicitação dos conteúdos e dos objectivos. Pedido de consentimento para a gravação áudio)

Inv: Porquê é que emigrou?

Id: Os meus pais ‘tão, em França, e, eu, nasci lá, sou francesa e portuguesa, ao mesmo tempo. Felizmente, os dois países deixam haver dupla nacionalidade.

Inv: A situação política portuguesa, nomeadamente, a guerra colonial pesaram na sua decisão?

Id: Não sei, para os meus pais . . ., isso é do tempo deles. Mas, como ‘tão sempre a dizer mal de Portugal, é bem possível.

Inv: E o regime fascista do Estado Novo?

Id: Devias ter escolhido uma pessoa mais velha para fazer a entrevista.

Inv: Porque não se dirigiu para as antigas colónias portuguesas?

Id: Olha, nos dias de hoje, não seria má ideia. Quando entramos nas perguntas do picanço?

Inv: É rápido, não te preocupes.

Inv: Como imaginava a sociedade de acolhimento, antes de emigrar?

Id: Pois, essa só se for para Portugal, eu, a bem dizer emigrei para Portugal. Sou francesa e passava mais tempo na França. É normal que sintas isso. Sou advogada e não posso exercer cá, se não fossem os meus pais a trabalharem ‘tava tramada, mas quero ficar cá, em Portugal, tenho que fazer o exame na ordem. De Portugal conhecia Melgaço, era a imagem que tinha. Há dois meses ‘tive em Lisboa, no Algarve e no Alentejo, é muito bonito.

Inv: Conhece algumas artimanhas usadas pelos emigrantes para dar o “salto”?

Id: Em França? Nem sim nem não. Não tenho nada contra a França. Na faculdade, como sou loira e alta, quando dizia que era portuguesa não acreditavam. Na minha faculdade, que eu saiba, era a única portuguesa. Na França não se liga tanto como cá de onde vimos, há muita mistura. Os portugueses, em França, portando-se bem, não são notados. O problema deles é que se portam sempre bem. E os outros, os árabes, os asiáticos ficam com os direitos todos, passam-lhes a perna. Nem com a União Europeia se notou diferença, falam em direitos, mas não os dão. Quem gosta dos portugueses é o Le Pen. Esse é um hipócrita. Há uns anos chamou os portugueses de porcos, incluindo o presidente de Portugal e, nas eleições, precisa dos portugueses. Os emigrantes não sabem lutar pelos direitos.

Inv: Alguma vez se sentiu discriminado no país de acolhimento?

Id: São os mais velhos que falam disso, mas só falam disso nas férias, em França não falam, sentem vergonha. E, em Portugal, quase que se gabam.

Inv: A sua integração no país de acolhimento foi difícil ou fácil? Poderia descrever algumas peripécias?

Id: Nasci lá, nunca senti nada disso, acho que os muçulmanos são discriminados. Na França, é proibido enviar currículos com o nome e a fotografia porque eles não são empregados. Os portugueses não são discriminados, acho que são consentidos, se se portarem bem. Mas, há problemas com os portugueses, há portugueses a viverem muito mal. Mas, a isso ninguém liga, nem cá nem lá, desde que trabalhem e se considerem franceses, tudo bem.

Inv: São conhecidas as disputas (picanços) entre emigrantes e residentes, por exemplo, durante as férias, era realizado um jogo de futebol entre emigrantes e portugueses, qual nem sempre acabava da forma disciplinar mais correcta. Poderia descrever outras formas de “picanço”?

Id: Isso ainda existe, nas discotecas. Em Monção na (nome de discoteca) há sempre problemas, aqui, não há discotecas.

Inv: Como explica esse comportamento, por parte dos residentes? Ou seja, na sua opinião, qual seria a razão dos residentes “picarem” os emigrantes?

Id: Só os parvos é que picam os emigrantes. Às vezes, mandam uma boca, mas isso é tudo. Só os parvos é que vão mais longe.

Inv: Sendo português, (a) alguma vez se sentiu discriminado ou mau tratado, em Portugal, pelo facto de ser emigrante?

Id: Só nas bocas, o resto, evito os sítios com essas pessoas parvas.

Inv: Durante as férias, quando o número de emigrantes era superior ao de residentes, os emigrantes e os residentes frequentavam lugares públicos diferentes. Na sua opinião qual era a razão para tal comportamento?

Id: É o que acontece nas discotecas com os mais novos. Talvez porque só falam francês. É muito fácil assim.

Inv: Como explica o facto dos residentes, durante as férias, se reunirem somente entre eles?

Id: É a mesma coisa, mas ao contrário, quando era mais nova, nas discotecas, os rapazes de cá, vinham falar connosco e os rapazes emigrantes tinham ciúmes, na altura, até era giro, mas é realmente uma estupidez.

Inv: Em espaços públicos, por exemplo, num café, alguma vez foi, “olhado de lado” pelos residentes não emigrantes?

Id: Pois, é . . . é bem assim. Explico: porque os portugueses nunca se juntaram, não têm força.

Inv: Como pode explicar esta afirmação normal entre os emigrantes: “Em França somos portugueses, em Portugal somos franceses?”

Id: Claro, sou francesa, mas é cá que me sinto melhor. Na França, as pessoas são mais isoladas, aqui, é mais fácil conhecer as pessoas, fazer confiança com elas. Foi por isso que, eu, vim para Portugal.

Inv: Acha que adquiriu formas de estar, de viver, do país de acolhimento? Quais?

Id: Em algumas coisas sim, noutras não. A sociedade francesa é mais fria, não querem saber das pessoas.

Inv: Acha que os residentes teriam a ganhar se adoptassem também essas práticas?

Id: Antigamente, reparava que, às vezes, não gostamos dos emigrantes e não ligava a isso. Mas, como ‘tou cá, às vezes, vejo que alguns emigrantes, realmente, não são normais.

Inv: Acha que os residentes tinham razão quando diziam que os emigrantes eram todos uns convencidos e uns arrogantes?

Id: E...

Inv: Como explica o facto de que Portugal, sendo o país dos descobrimentos espalhado pelos cinco continentes, “obriga-se” os portugueses a passarem pelas dificuldades de quem emigrava?

Id: É a história, nós somos emigrantes.

(Fecho da entrevista)

Entrevista número 3

Nome: Entrevistado número 3
Idade: 35
Género: Masculino
Profissão: Operário da construção civil
País (s) de acolhimento: Espanha

(Abertura de entrevista, explicitação dos conteúdos e dos objectivos. E pedido de consentimento para a gravação áudio)

Inv: Porquê é que emigrou?

F: Aqui, não há trabalho, são uns ladrões, às vezes não pagam. Há dois anos ‘tive três meses sem receber um tostão. E não há condições de trabalho. Em Espanha, os que são roubados são os burros ou anormais. Portugal é uma m. . .

Inv: A situação política portuguesa, nomeadamente, a guerra colonial pesaram na sua decisão?

G: Não tenho idade para isso.

Inv: E o regime fascista do Estado Novo?

F: Não tenho idade para isso, já era nascido, mas não me lembro. Mas, emigra quem quer, não é? O meu pai esteve emigrado em França e foi porque quis.

Inv: Porque não se dirigiu para as antigas colónias portuguesas?

(Não respondeu)

Inv: Como imaginava a sociedade de acolhimento, antes de emigrar?

(não respondeu)

F: Aqui, em Melgaço, somos galegos, sei espanhol e é fácil. A mim até me chamam o galego. O Sul de Espanha é coisa boa.

Inv: Conhece algumas artimanhas usadas pelos emigrantes para dar o “salto”?

F: Antigamente, não sei. O meu pai passou fome e sede, ‘tá sempre a falar disso.

Inv: Alguma vez se sentiu discriminado no país de acolhimento?

Não, nunca, ao contrário, fui bem tratado e bem pago que é o que interessa.

Inv: A sua integração, no país de acolhimento, foi difícil ou fácil? Poderia descrever algumas peripécias?

F: Não sou mouro, a m. . . dos mouros é que são discriminados, eu, trabalho para a Teixeira Duarte, somos todos portugueses. Os mouros é que fazem a m. . . toda, em Espanha, nos atentados em Madrid foram eles . . .

Inv: São conhecidas as disputas (picanços) entre emigrantes e residentes, por exemplo, durante as férias, era realizado um jogo de futebol entre emigrantes e portugueses, qual nem sempre acabava a forma disciplinar mais correcta. Poderia descrever outras formas de “picanço”?

F: É muito fácil, só ‘tamos, lá, para trabalhar. Venho, cá, sempre que quero, à sexta e vou à segunda na carrinha da empresa. São muitas horas. . .

Inv: Como explica esse comportamento por parte dos residentes? Ou seja, na sua opinião, qual seria a razão dos residentes “picarem” os emigrantes?

F: Antigamente, com os franceses era assim. Na Pégaso (antiga discoteca nos arredores da vila de Melgaço) os de parado do monte (freguesia de montanha) era só porrada, eram muitos e na França não bebem, não estão habituados, são como os camelos, bebem tudo de uma vez, quando chegam a Portugal. Na França não saem à noite. Aqui, trazem as caçadeiras para as discotecas, até a G.N.R. fuge. Deviam de ir para Espanha, para ver o que era bom.

Inv: Sendo português, (a) alguma vez se sentiu discriminado ou mau tratado, em Portugal, pelo facto de ser emigrante?

F: Porque os emigrantes são como os retornados, dão cabo de tudo, estragaram Portugal e não gostam disto, ‘tão sempre a dizer mal de Portugal, mas emigraram porque quiseram. Eu, velho todos os fins-de-semana, sou de cá. Nunca me arrei em gringo.

Inv: Durante as férias, quando o número de emigrantes era superior ao de residentes, os emigrantes e os residentes frequentavam lugares públicos diferentes. Na sua opinião qual era a razão para tal comportamento?

F: Não, sou de cá, todos me conhecem, sou igual aos de cá, os franceses armam-se em bons, em diferentes, só têm peneiras, mas quando falas com eles são burros como uma cepas, não sabem nada, não saem de casa, acho que são piores do que o pessoal do monte de cá.

Inv: Como explica o facto dos residentes, durante as férias, se reunirem somente entre eles?

F: Porque se davam mal, os avec’s, no princípio do mês de Agosto, só falam francês, depois perdem as peneiras, mas é tarde, nessa altura, já estão tesos. Os de cá fazem bem em aumentar os preços, para que eles

percam as peneiras. Os franceses não se juntam com ninguém, falam entre eles, vão à discoteca juntos e depois vão para casa, 'tão de férias, não se preocupam com mais nada.

Inv: Em espaços públicos, por exemplo, num café, alguma vez foi, “olhado de lado” pelos residentes não emigrantes?

F: Eu, não ‘tou sempre em Melgaço.

Inv: Como pode explicar esta afirmação normal entre os emigrantes: “Em França somos portugueses, em Portugal somos franceses?”

F: Porque não se sabem comportar em lado nenhum, ninguém gosta deles. Agora, os piores, são os putos, parecem todos argelinos ou então são todos doutores, a culpa é deles, todos vão para doutores . . . E, depois, não arranjam trabalho.

Inv: Acha que adquiriu formas de estar, de viver, do país de acolhimento? Quais?

F: Só no comer, ah, e nas miúdas espanholas, são mais abertas, divertidas, não têm manias como as daqui.

Inv: Acha que os residentes teriam a ganhar se adoptassem também essas práticas?

F: Acho que sim . . .

Inv: Acha que os residentes tinham razão quando diziam que os emigrantes eram todos uns convencidos e uns arrogantes?

F: E não eram . . . ?

Inv: Como explica o facto de que Portugal, sendo o país dos descobrimentos espalhado pelos cinco continentes, “obriga-se” os portugueses a passarem pelas dificuldades de quem emigrava?

F: Só emigra quem quer, depois queixam-se, armam-se em parvos.

(Fecho da entrevista)

Entrevista número 4

Nome: Entrevistada número quatro
Idade: 63
Género: Feminino
Profissão. Proprietária de comércio
País (s) de acolhimento: França

(Abertura da entrevista: explicitação dos conteúdos e dos objectivos. Pedido de consentimento para a gravação áudio)

As questões acerca do percurso emigratório não parecem relevantes. A primeira viagem foi feita no âmbito do reagrupamento familiar.

Inv: Alguma vez se sentiu ou discriminada em Portugal?

I: Uma vez, queria levar-me mais caro pelos pêssegos e disseram-me: “sai, daí, não quer pagar sai, daí”. E, eu, não queria e ‘tava a teimar com a mulher. Agora chamam-lhe os avec’s: “vêm aí os avec’es”, dizem. . . (Risos).

Inv: Pois é . . .

I: Mas, tive mais dificuldades em me adaptar quando vim para cá, sabe, do que, propriamente, em França.

Inv: Hum, hum, e, alguma vez, se sentiu discriminada cá?

I: Senti, quando trouxemos a mobília, foi para o Porto. E lá, na alfândega, fui discriminada.

Inv: Porquê? Como?

I: Porque não faziam caso de nós. Se não é lá uma senhora, que deus lhe dê saúde. Porque, eu, ‘tava a chorar quanto podia. E ela levantou a voz. Mas, lá, fui discriminada e de que maneira. Levaram-nos a mobília, sei lá para onde. Tiraram-nos com tudo para o chão.

Inv: Como explica o comportamento dos residentes em relação aos emigrantes? Porque é que eles os picavam?

I: Aqui, chamavam-nos as francesas, cada vez que saímos à rua.

Inv: Mas, isso acontecia porquê?

I: Não te sei dizer, talvez por eu vir montar um negócio, sobretudo, as pessoas das lojas.

Inv: Lembra-me também que os emigrantes iam para um café e os residentes para outro. Por que é que isso acontecia?

I: Pois, pois, isso acontecia. . . E nos bailes também.

Inv: E porque é que os residentes só se juntavam entre eles?

I: Não sei explicar.

Inv: Mas, era, verdade?

I: Pois, era, pois, era. . .

Inv: Como é que explica esta frase: em França éramos portugueses, em Portugal somos franceses?

I. É, eu, fartei-me de dizer que nos não tínhamos país. Éramos emigrantes, aqui, e emigrantes na França. Essa, eu, sei explicar bem: nós não tínhamos país.

Inv: Mas, porquê?

I: Porque não nos aceitavam em nenhum país. Eu nunca tive problemas de maior, por exemplo, íamos na rua, na altura, de comprar vestidos e outra mulher virou-se para nós: “Olha, parece uma vaca leiteira”. Fui para casa e muito chorei! Não foi para mim, aquilo, mas sentia-me também uma estrangeira. Aqui, sentia, muito mais do que lá. Eu gostei muito da França, gostei e gosto. Furavam as rodas dos carros às minhas filhas, não as deixavam em paz.

Inv: E formas de estar francesas, acha que ganhou algumas?

I: Não, a França é um país avançado, mas, eu, não avancei mais, a cultura que tinha era a mesma da que trouxe.

Inv: As refeições?

I: Bem, lá comia-se diferente. Mas, nós fazíamos as refeições à nossa maneira. Lá comia-se diferente. Os franceses comem separado: comem só carne ou só arroz, não comem todo junto.

Inv: E os molhos?

I: Exactamente!

Inv: E acha que os emigrantes eram arrogantes, uns convencidos, cá na terra?

I: Olha, desde que, eu, cá estou, acho que sim. Porque, quando, eu, vinha não me apercebia, desde que vim já me enervei, muitas vezes, com os emigrantes!

Inv: Como?

I: Passavam por aqui (loja) e diziam: “esta vai vestir a roupa da montra e depois vai colocá-la lá outra vez”. Pensavam que, eu, não sabia falar francês. Sabes? É, aqui, na loja, no princípio entrevam e falavam, logo, francês e, depois, ouviam, logo, uma resposta! Eles têm essa mania.

Inv: E aquela coisa de trazerem os carros . . .

I: Isso, nunca notei.

Inv: Porque é que emigrou?

I: Emigrei porque o meu marido foi p’ró Canadá e perdeu muito dinheiro. Roubaram-no e depois resolveu ir para França. E depois chamou-me de lá.

Inv: Não foi por causa da guerra.

I: Não, não . . .

Inv: Porquê é que não foi para África?

I: Pois, não tinha lá ninguém.

Inv: E como imaginava a França?

I: Imaginei, tantas coisas e afinal não era nada disso. Trabalhávamos como negros para quê?
(ruído de fundo)

Inv: A integração, lá, foi fácil ou difícil?

I: Foi boa apesar de ganhar uma depressão . . .

Inv: E os franceses portaram-se bem?

I: Portaram, não tive problemas com os franceses.

Inv: E foi legal?

I: Eu fui, o meu marido não.

Inv: Era naquela fase do reagrupamento familiar?

I: Era, o meu marido já estava lá há seis anos. E, eu, fui depois dos seis anos. Antes, era proibido. O meu marido foi ilegal, a maior parte do tempo passou dentro de um camião de gasolina que não levava gasolina lá dentro, mas portugueses.

(Fecho da entrevista)

Entrevista número 5

Nome: Entrevistado número cinco
Idade: 59
Género: Masculino
Profissão: Reformado
País (s) de acolhimento: França

(Abertura da entrevista: explicitação dos conteúdos e dos objectivos. Pedido de consentimento para a gravação áudio)

Inv: Porquê é que emigrou?

At: Se não tivesse emigrado ia para a guerra. Naquele tempo a guerra ‘tava feia. Fui às inspecções e aquilo não era para mim, era uma servidão pareciam todos carneiros e irem directos para o matadouro.

Inv: A situação política portuguesa, nomeadamente, a guerra colonial pesaram na sua decisão?

At: Exacto, foi mais pela guerra em África, aquilo era uma vergonha. Daqui, de Melgaço, já tinham morrido muita gente, alguns eram aviadores, na Guiné, os pretos mandavam os Fiats abaixo e as famílias recebiam um caixão com pedras. Na França, ganhava-se bem. A escolha era fácil de fazer ou a guerra ou uma vida normal.

Inv: E o regime fascista do Estado Novo?

At: Era mais pela guerra.

Inv: Porque não se dirigiu para as antigas colónias portuguesas?

At: Deus de livre.

Inv: Como imaginava a sociedade de acolhimento, antes de emigrar?

At: Para quem é muito jovem, já deve imaginar, as francesas não tinham muito boa fama . . .

Inv: Conhece algumas artimanhas usadas pelos emigrantes para dar o “salto”?

At: No meu tempo era fácil emigrar, havia muita gente lá, mais do que cá, no fundo as fronteiras ‘tavam todas abertas. O guarda-fiscal e a G.N.R. não controlavam nada, dávamos uns trocos e não chateavam. A maioria deles era de cá ou de Monção, não queriam problemas. No contrabando era a mesma coisa. Cheguei a passar muitos fardos pelo rio, nunca aconteceu nada, eles até ajudavam, também precisavam de comer.

Inv: Alguma vez se sentiu discriminado no país de acolhimento?

At: Não, nem por isso, vivia com amigos portugueses. O francês era muito difícil.

Inv: A sua integração no país de acolhimento foi difícil ou fácil? Poderia descrever algumas peripécias?

At: No metro, em Paris, ‘tava lá a trabalhar e mesmo assim perdia-me.

Inv: São conhecidas as disputas (picanços) entre emigrantes e residentes, por exemplo, durante as férias, era realizado um jogo de futebol entre emigrantes e portugueses, qual nem sempre acabava a forma disciplinar mais correcta. Poderia descrever outras formas de “picanço”?

At: Esses jogos foram até aos anos 80 e tal, depois acabaram, mas era uma vergonha. Era aí que se via. Mas, as pessoas já sabiam para o que iam. Penso que as coisas, quando acabavam feias, era porque já havia problemas, antes. Os emigrantes tinham contas a ajustar.

Inv: Como explica esse comportamento, por parte dos residentes? Ou seja, na sua opinião, qual seria a razão dos residentes “picarem” os emigrantes?

At: Era a inveja, Os emigrantes chegavam cá e parecia que era tudo deles.

Inv: Sendo português, (a) alguma vez se sentiu discriminado ou mau tratado, em Portugal, pelo facto de ser emigrante?

At: Não muito, sempre fui muito calmo e não saia muito de casa ou ia à praia. ‘Tive problemas como os meus cunhados, como não ‘távamos cá abusaram da minha mulher.

Inv: Durante as férias, quando o número de emigrantes era superior ao de residentes, os emigrantes e os residentes frequentavam lugares públicos diferentes. Na sua opinião qual era a razão para tal comportamento?

At: Não sei se era superior ou não, mas andavam separados. Hoje, em dia, às vezes, quando encontro pessoas que ‘tiveram na França ainda me apetece falar francês, os de cá não passaram por elas.

Inv: Como explica o facto dos residentes, durante as férias, se reunirem somente entre eles?

At: Era porque tinham inveja, sentiam-se inferiores. Durante o ano não se falavam e quando os emigrantes chagavam juntavam-se entre eles p’ra falar.

Inv: Em espaços públicos, por exemplo, num café, alguma vez foi, “olhado de lado” pelos residentes não emigrantes?

At: Não directamente, não mas sentia-se que havia problemas. Eu, não ligava, era o que mais faltava, todo o ano a trabalhar para depois arranjar problemas, tenho mulher e filhos, isso era para quem não tinha nada a fazer.

Inv: Como pode explicar esta afirmação normal entre os emigrantes: “Em França somos portugueses, em Portugal somos franceses?”

At: É verdade, aqui, até é pior porque é a nossa terra.

Inv: Acha que adquiriu formas de estar, de viver, do país de acolhimento? Quais?

At: Penso que não, sempre me achei português. No trabalho sim, lá trabalhasse, é um país sério. As pessoas em França são mais educadas, isso vê-se em todo lado. Em Portugal, quando temos que tratar de um papel, até parece que somos criminosos ou parece que devemos dinheiro a alguém. Todas as pessoas são tratadas igual. Vendi a casa, em Paris, e regresssei e olhe que ‘tou arrependido, aqui, é sempre a mesma coisa, não se anda para a frente. Pensei que tinha mudado, quando vinha de férias parecia, eram todo festas, mas vejo que não. Para arranjar emprego para os meus filhos é preciso meter uma cunha. Eles são todos da mesma cor.

Inv: Acha que os residentes teriam a ganhar se adoptassem também essas práticas?

At: Deviam ser mais sérios, mas aqui, as pessoas querem-no ganhar todo duma vez. Aqui, há corrupção para ter trabalho é preciso uma cunha.

Inv: Acha que os residentes tinham razão quando diziam que os emigrantes eram todos uns convencidos e uns arrogantes?

At: Não tinham razão nenhuma, os de cá não passavam por elas, pensam que é só ir para lá e ficar rico.

Inv: Como explica o facto de que Portugal, sendo o país dos descobrimentos espalhado pelos cinco continentes, “obriga-se” os portugueses a passarem pelas dificuldades de quem emigrava?

At: Isso é que, eu, nunca compreendi, o que acha você?

(Fecho da entrevista)

Entrevista número 6

Nome: Entrevistado numero seis

Idade: 69

Profissão: Reformado.

(Abertura da entrevista: explicitação dos conteúdos e dos objectivos. Pedido de consentimento para a gravação áudio)

(Início da entrevista não audível, a conversa girava em volta da clandestinidade)

Inv: Depois, quando?

M: Ao fim de três anos é que me deram . . . o passaporte. Mas, no princípio, o passaporte da vinda era dado no consulado, mas não dava para a volta. Só, depois de cinco anos é que me davam o passaporte para ir e para vir. . . Sim, só no fim de cinco anos é que tive o passaporte para ir e vir. Como fui a “salto”, naquele tempo só de davam para vir, mas não para ir.

Inv: Quem lhe deu o passaporte?

M: Era o consulado de Paris. E, depois, daqui é que fui à câmara (Câmara Municipal de Melgaço). E a partir da câmara é que me davam o passaporte.

Inv: Em França. Onde é que habitava em França?

M: Em Tours (explica onde fica Tours). E, depois, é que fui para Paris.

Inv: E como é que fez a primeira viagem?

M: A pé, de carro, de barco, daqui passei de barco. Atravessei o rio. Depois, fui de carro até à fronteira, até aos Pirinéus. E de lá fui a pé pela montanha até França.

Inv: De Inverno ou de Verão?

M: Fins do mês do Outubro, mas já havia neve nos cumes dos Pirinéus.

Inv: Depois, de passar a pé, o que fez?

M: Andamos a pé, passámos para França e depois fomos de carro até Paris?

Inv: E como e com quem passou?

M: Foram os passadores.

Inv: E por que é que emigrou?

M: Para ajeitar a minha vida. Por acaso, foi engraçado (sorriso). . ., zanguei-me com o patrão e fui.

Inv: E a situação política, em Portugal, pesou-lhe na decisão? Ou a guerra colonial?

M.: Não, Não! Eu fiz a tropa, em 58.

Inv. E porque é que não foi para as ex-colónias.

M: Não gostava.

Inv: E como imaginava a França, antes de emigrar?

M: Imaginava-a como cá, a mesma coisa.

Inv: Conhece as artimanhas usadas pelo engajadores?

M: A artimanha era um ir à frente, outros atrás e nós esperávamos, ficávamos parados.

Inv: Quanto demorou a lá chegar?

M: Só em Vigo ‘tive 15 dias, demorei quase 1 mês; ‘tava a coisa mau parada.

Inv. Agora, vai-se numa hora, em avião!

M: E havia gente que era apanhada, nós chegamos todos, lá. Alguns ficaram presos na Espanha. E, depois, eram deportados para cá, para a prisão. E quantos não morreram! Nunca mais chegavam a casa, as mães nunca mais sabiam deles. Os espanhóis atiravam a matar. Nunca mais apareceram, nem aparecem., agora! Nunca ninguém . . .

Inv: Já tinha contactos, antes de ir?

M: Já sabíamos para onde íamos.

Inv. E era gente conhecida?

M: Não.

Inv: E alguma vez se sentiu discriminado, em França?

M. Não, era boa gente. Agora, ‘tá complicado (alusão aos distúrbios em França).

Inv: E o conflito entre emigrantes e melgacenses, os que não emigraram, havia conflitos?

M. Sim, mas, eu, nunca fui mau tratado. Para outros, bastava sair á rua! Nos primeiros anos, as férias eram passadas no natal. O mês de Agosto foi só depois, quando levei para lá a mulher. No natal passávamos três ou quatro meses, cá. Quando começou a existir menos trabalho, aí, as férias passaram a ser no mês de Agosto. No natal. . . era bom para os patrões e para nós. Eles só pagavam as “temparias” (intempéries), a gente não trabalhava e os patrões pagavam metade. A outra metade era paga pelo Estado. No Inverno tudo gela e não se pode trabalhar. Metade era pago pelo patrão e a outra metade pelo Estado . . . a gente não trabalhava, mas

ganhá-vamos X. Quando, eu, fui para lá, cheguei a estar quatro meses de “temparias” (intempéries), E os patrões ‘tavam com medo que a gente viesse porque assim não pagavam por completo.

Inv: Isto na construção?

M: Sim e, depois, de pedreiro.

Inv: E o que fazia durante esses três meses?

M: Nada, não se fazia nada.

Inv. Mas, nunca se sentiu picado pelos que estavam cá? Nunca lhe chamaram “avec” ou francês, nem nada disso?

M: Não, nunca. Isso, ainda lhes chamam, agora.

Inv: Mas, não acha mal?

M: Claro, nós, não somos emigrantes, aqui; somos emigrantes na França, mas não, aqui, em Portugal:

Inv. Mas, porque é que acha que fazem isso?

M: Não sei, talvez, por inveja.

Inv: E, alguma vês, na qualidade de emigrante se sentiu discriminado, em Portugal?

M: Por isso sentia. A gente é emigrante lá. E vem p’rá ‘qui e também é emigrante. É emigrante em todo o lado.

Inv: Então, tente explicar-me isto, esta frase: em França somos portugueses e em Portugal somos franceses.

M: Lá está! O tais emigrante. Lá está! Aqui não somos franceses, nem na França somos franceses. Lá, até era melhor considerado do que aqui. Eles respeitam a gente de cá.

Inv: E os franceses?

M: É boa gente.

Inv: Havia cafés que eram frequentados por emigrantes e outros por residentes. Nunca notou nada disso?

M: Não, eu, também não era muito de cafés, vá, mas. . . .

Inv: Mas, nunca fio, assim: olhado de lado?

M: Não.

Inv. Porque é que acha que os residentes diziam que os emigrantes eram uns convencidos?

M: Isso era a inveja. Eles não tinham . . . também era para fazer ver, para mostrar. Traziam carros bons, para fazer ver. E, lá, vendem-os. E outros são alugados. As confusões entre emigrantes e os de cá eram mais lá para cima (freguesias da montanha), p’rós dos montes.

Inv: E acha que adquiriu forma de estar dos franceses?

M: O português se vai para lá adapta-se à vida francesa. Mas, lá, muitos não se adaptam. E isso é que é o pior.

Inv: E que práticas dos franceses, formas de estar, de ser, ganhou dos franceses?

M: Trabalho, trabalhar.

Inv: Chegamos ao fim, obrigado.

(Fecho da entrevista)

Entrevista número 7

Nome: Entrevistado número sete

Idade: 62

Profissão: Reformado

(Abertura da entrevista: explicitação dos conteúdos e dos objectivos. Pedido de consentimento para a gravação áudio)

Idade de emigração: 18

Ano: 1963, Janeiro

Antes de emigrar: restauração

Inv: Emigrou porquê?

J: Por causa da tropa, no meu tempo, os rapazes novos fugiam todos, iam todos para França. ‘tive medo de ir para Angola. Isto é assim, antigamente, não se podia falar, agora, falo. ‘tava, três ou quatro anos, a ficar com a minha vida cortada.

Inv: Pois, daqui, há muita gente assim.

J: No ano em que fui chamado, éramos 30 e só se apresentaram 3, vê lá.

Inv: Nos jornais de Melgaço, antigos, havia uma história que os de Castro (Freguesia montanhosa de Melgaço), apresentou-se só um e era coxo.

J: Os que foram para a tropa era porque não tinham possibilidades de ir para França, uns iam a salto, outros de turista, de passaporte de turista.

Inv: E como foi para França?

J: Sai, daqui, do 6 de Janeiro e cheguei no 13 de Fevereiro.

Inv: E nunca pensou ir para as ex-colónias?

J: Não, nunca.

Inv: E a situação política teve peso na sua decisão de emigrar?

J: Não. Aqui, fascismo, em política nunca me meti, só sei que, aqui, para passar as fronteiras tinham que pagar. Vinhas aqui e tinham que pagar tudo, tinham que ir a Braga, Ao ministério da guerra. E isso era triste, agora, ‘támos livres. É bom.

Inv: E como foi para lá, quem o ajudou?

J: Passadores.

Inv: Mas tinha contactos já?

J: Tinha, tinha alguns conhecimentos, amigos, o . . . Esse é que nos deitou lá a mão. Mas, os meus irmãos já ‘tavam lá.

Inv: Tinha lá contactos

J: Tinha lá dois irmãos, quando cheguei já eles me foram buscar.

Inv: E como é que foi daqui?

J: Passei de batela daqui. Depois fomos de autocarro até vigo. E em Vigo meteram-nos numa cave e ali passamos 4 ou cinco dias. E depois fomos de táxi. E antes de chegar a Baiona, abandonaram-nos . . . Eu, levava cem francos comigo, naquele tempo, fomos a um café, os tipos foram simpáticos, deram-nos de comer e tudo, compraram-nos os bilhetes e voltamos para trás.

Inv: E, depois, como passou para França?

J: Voltamos para trás e depois tornei a ir. Vim até Vigo, fomos ao café que ‘távamos. E . . .

Inv: Ou seja, a situação na fronteira era má. . .

J: ‘tava, a situação é que todo o mundo tinha medo de passar a fronteira, tinham ordem para matar, fui quando o Salazar deixou de pagar ao Franco.

Inv: Mas, eram os guardas-civis espanhóis,

J: Pois, Se fôssemos presos, o Salazar disse que ele que não pagava ao Franco. Eram presos, levavam uma coça muito grande e asdespois passavam de prisão em prisão até chegar a Portugal. Os mantimentos, transportes deixaram de ser pagos pelo Salazar. Matavam muita gente. Se uma pessoa fugisse atiravam a matar, daqui, morreram alguns. Eram como assassinos. E depois, lá, na fronteira, encontramos-nos, éramos, para aí, uns 80. E alguns até iam fardados para ir para Angola. E fugiam e iam para França, directos.

(A conversa gira à volta da questão das ex-colónias)

Inv: E, lá, em França alguma vez se sentiu discriminado?

J: Não, não. Em 42 anos fiz a minha vida em França bem, mas nunca tive queixa em relação aos franceses

Inv: Morava onde?

J: Maison Laffite. É ao lado do palácio de Versailles.

Inv: E a sua integração foi fácil foi difícil?
J: Ah, como todo o mundo, foi difícil, era o falar . . .
Inv: E no trabalho? Era muito diferente?
J: Não, trabalhei sempre com português, em campos de futebol. Era difícil, naturalmente, eram 14/16 horas por dia. E sábados e domingos. Éramos nós que fazíamos tudo à mão, não havia as betoneiras. E tínhamos que descarregar tudo, o cimento todo.
Inv: Trabalhou onde?
J: Em primeiro lugar, na construção, depois nos campos de futebol. Tínhamos 4 campos de futebol, depois tinha ténis, tinha três ginásios, uma piscina, tudo . . .
Inv: E lembra-se que quando vinha cá de férias os de cá picavam os emigrantes?
J: Ah, sim, Ah, isso sim, isso muito, queixavam-se que nós lhes fazíamos a vida cara, que aumentavam os preços.
Inv: Isso ainda acontece . . .
J: Pois é, e de que maneira, vais comprar, no mês de Julho e Agosto, e é uma diferença enorme. Mas, a culpa não é dos emigrantes. Se não fossem os emigrantes aqui não haveria tanta casa.
Inv: Há o alvarinho, agora?
J: Oh, mas, agora, já o faz muita gente. Antigamente, era o vinho tinto, agora, deitam-no fora o . . . deitou esta semana duas pipas fora, ninguém o queria. É uma tristeza. Agora, vende-se directamente à adegas, senão o vinho apodrece.
Inv: Mas, sentia-se discriminado cá?
J: Claro, bem claro, queixavam-se que tudo ficava caro, se nós não viéssemos cá a vida era muito mais barata para eles.
Inv: E como é que explica que os daqui, os que não emigravam, tratavam mal os emigrantes?
J: Se calhar, era porque os daqui tinham inveja, inveja de uma pessoa vir de carro.
Inv: Mas, acha, que os daqui tinham razão para dizer que os emigrantes eram uns convencidos?
J: Sim, para mim, penso que sim. Porque o emigrante, lá fora, faz muita escravidão. E chega aqui e não olha para o preço. Uma senhora . . . e, na altura, ainda se vendiam as galinha cá fora, chegou ali, ‘tavam a negociar. E a pessoa disse, bem, eu, dou tanto. E era emigrante. E a outra a baixar o preço. E a emigrante não quis. Disse: “tome o dinheiro todo”. Outra mulher que ‘tava lá começou a mandar vir e disse: “que a culpa dos preços era dos emigrantes”. Mas, se não fossemos nós, cá, não havia nada.
Inv: E lembra-se, aqui, há uns anos, quando havia jogos de futebol entre emigrantes e os de cá?
J: Lembro, lembro, uf, uf, era tudo uma borracheira, ao fim. Eu, fui lá duas ou três vezes.
Inv: E porque acha que os daqui e os emigrantes ‘tavam separados, a ver o jogo?
J: Notava-se bem que os daqui não queriam ‘tar, ficavam ao lado. E os outros ‘tavam de férias.
Inv: Porque que acha que, às vezes, há pessoas que dizem: em França somos portugueses e em Portugal somos franceses?
J: Eu, isso nunca ouvi, eu, cá em Portugal sempre disse cá em Portugal sou português e na França sou Européen.
Inv: Mas, isso acontece muito, não é?
J: É, eu, por acaso, custa-me, muitas vezes, falar o português. 42 anos a falar o francês, enquanto trabalhei com portugueses, aquilo, eram muito fácil. Mas, depois quando trabalhava com só com franceses, era difícil, ‘tava rodeado por franceses, de manhã á noite só falava francês. Só em casa é que falava português. Mas, nunca perdi a minha língua. Há certas coisas que eu não sei explicar, não sei pedir.
Inv: Há, muitos emigrantes que quando vêm para cá só falam em francês?
J: Principalmente, a canalha, os meus têm dificuldade a falar português, o rapaz, mais novo, é difícil, a mais velha já fala e escreve bem em francês. Tenho um sobrinho que quando ‘tá borracho fala português (risos).
(Fala da família)
E a sua mulher quando foi para lá?
J: A minha mulher foi em 66,
Inv: Foi legal?
J: Foi.
Inv: Os seus filhos têm a nacionalidade francesa ou portuguesa?
J: A dupla nacionalidade.
(continua a falar acerca da família)

(Fecho da entrevista)

Entrevista número 8

Nome: Entrevistado número oito
Idade: 70 anos
Profissão: Comerciante de mobiliário

(Abertura da entrevista: explicitação dos conteúdos e dos objectivos. Pedido de consentimento para a gravação áudio)

O início da gravação encontra-se praticamente inaudível, de qualquer modo, logrou-se compreender, as seguintes informações.

Data de emigração, Junho de 1959. Em 79 e 81 regressa para nunca mais voltar.

Inv: Que idade tinha, quando emigrou?

R: 24 anos.

Inv: (Inaudível)

R: Aquela situação de fraternidade, liberdade, é só para declarar, as autoridades nunca cumprem. Numa negociada do hotel, quando houve um pretense comprador, do bloco, o hotel tinha 170 anos....

Inv: Teve em Paris?

R: Não, Boulevard Voltaire.

Inv: Não gostou da França?

R: Ah, a França é um país maravilhoso, primeiro tive em Bourdeaux, Loire, muito rica nos vinhos. E Paris . . .

Inv: Mas por que é que emigrou?

R: Ora, porque é que, eu, emigrei, aqui, era empregado de comércio, ganhava-se muito mal, emigrei porque tinha de melhorar a situação.

Inv: E a situação política, não teve influencia, cá, em Portugal?

R: Ora bem, a situação política, naquela altura, era boa e má. A situação boa era porque os preços de venda ao público ‘tavam controlados pelos Estado: “nem um cêntimo a mais”, porque era considerado especulação. Era muito boa porque, o governo anterior obrigava à força toda a gente a ter um comportamento igual, sem sequer pronunciar uma palavra, como eles diziam, obscena. Falava-se muito, havia uma polícia que se chamava: a polícia de segurança e de defesa do Estado, especula-se muito sobre isso. Ora bem, há pouco tempo, falei com uma pessoa, que, pronto, a especulação chega a este ponto: “O meu pai, em Angola, andou muito perseguido pela PIDE”. E, eu, respondi que ele devia ser aristocrata, porque, eu, daquilo que eu sei, a policia só perseguia as pessoas . . . , os intelectuais, e perseguia as pessoas que tinham capacidade para movimentar uma revolta, um atentado. Não se falava em ópio e só eram presas as pessoas como eu, com a 4º classe. Depois, geralmente, quem ficavam “dentro” eram os intelectuais que falharam na vida. O Mário Soares, o Álvaro Cunhal . . .

Inv: E porque é que nunca foi para África?

R: Havia um obstáculo muito grande, o governo queria o braço trabalhador cá dentro, só deixavam ir depois de se ter muitos conhecimentos. Era necessário ter dinheiro para a viagem. Sabe, que quem ía, eram os presos, olhe o Luís de Camões. Sabe quem gosta dos emigrantes em França?

Inv. Hum, hum . . .

R: As pessoas para quem se produz. Sabe qual é o insulto maior entre eles: Les estrangeur (étranger) ou juif.

Inv: Mas, alguma se sentiu discriminado, lá, pelos franceses?

R: Sabe, que as palavras também ferem e, eu, senti mais foi nas palavras que eles diziam, quando eles diziam, a expressão, mesmo que tivéssemos todos a beber um copo com os franceses, ou espanhóis e italianos, a gente ‘tava a beber um copo e a expressão deles, eles diziam assim: quando é que vais para a tua terra. E, no metropolitano, lia-se: “la France pour les français”. Então, isto marcava-me na minha cabeça . . . que até escreviam, aqui, nos documentos franceses, olhe, tenho aqui, estes papéis . . .

Inv: Mas, a sua integração foi difícil?

R: Foi e é! Cada vez pior!

Inv: Mas porque é que diz isso?

R: Nós somos um país de negros, lá, em França, nós os portugueses, os italianos, dávamos rendimento à entidade patronal, na construção civil, seja lá no que for. A maior parte dos emigrantes que, lá, estavam . . . eles não davam nada a ninguém, eles só dão em troca do esforço e, então, tínhamos que nos esforçar, mas não compensa porque a vida que lá se fazia, era tanto o sacrifício que . . . a gente estava habituado a uma vida melhor. Aqui, dizem que não custou, a mim custou, porque era ‘tava habituado a trabalhar no comércio e lá. Eu, andei empregado numa fábrica de cabos de aço e não era autorizado: “la France c’est est pour les français”.

Inv: E foi clandestino?
R: Não, não, eu, tirei um passaporte turístico. Trabalhava no comércio . . . trabalhava no Sr. Hilário e deu-me um passaporte.
Inv: E, já lá, tinham gente á espera, já tinha contacto?
R: Quando foi daqui já tinha tudo planeado, tinha uma família que me arranjou uma casa, isso não me custava, o que custava muito era tem que aprender um trabalho que não estava habituado. E ter que fazer o trabalho para ganhar o dinheiro.
Inv: E dos franceses não ‘teve ajuda’?
R: Os franceses agarravam-se na gola do casaco quando tinha que trabalhar com eles.
Inv: ‘Tou a ver que não se dava bem com eles’?
R: Os franceses? Agarravam em mim e depois chegavam e agarravam em outros. A gente quando tem problemas de saúde vão para, lá, para se curar. Gostam da França. Mas, isso são as pessoas que sempre fizeram assim: metro, boulot et dodo.
Inv: E como é que imaginava a França antes de ir?
R: Sabia que ia encontrar um trabalho que os franceses não queriam fazer! Eu, comecei a trabalhar em aprendiz e queriam-me mandar para a escola. Mas, eu, disse que queria ganhar algum a vir-me embora.
Inv: Era para aprender francês?
R: Não, era para trabalhar numa grua, bem e ia aprendeu tudo, não é? . . . A falar em França, Ah, tomara eu, viver lá, mesmo a nível de jornalismo, são melhores. Sabe?
Inv: Porque é que acha que os emigrantes se ostentavam e eram espicaçados?
R: Porque se excediam um bocadinho cá, porque, lá, eram 11 meses de trabalho duro: metro, boulot et dodo. E agora, imagine.
Inv: E porque é que os residentes picavam os emigrantes, no sentido em que faziam agressões verbais?
R: Porque era um sentimento invejoso, porque só viam o que eles tinham, mas não o que faziam.
Inv: E, cá, lembra-se de mais bocas?
Inv: Cá ou Lá?
Inv: Cá. . .
R: Ouve sempre conflito, lá, às 4 horas da manhã tinham que se levantar para trabalhar no duro. E os outros, cá, viam o que os outros traziam, mas não viam que os outros iam para o trabalho às 4 da manhã. Este é um quadro a dizer-lhe que tinham vergonha de ser portugueses, a França deixava entrar toda a gente, faziam um exame médico, o repisser (recipissé), depois podia trabalhar temporariamente. E depois é que lhe vinham a carta de estadia. Para residirem em França.
Inv: Tem aí isso?
R: Tenho, tenho, quer ver, já viu o que era, cá, se as pessoas tivessem que se levantar às quatro e meia da manhã.
Em França eram estrangeiros, as pessoas perguntavam a nossa nacionalidade e em França eram sempre: “les étranger”. As pessoas não tinham cartaz nas costas a dizer somos portugueses, éramos todos estrangeiros: italianos espanhóis, nesse tempo havia poucos árabes.
Inv: E a forma de estar deles, viverem, de verem o mundo?
R: Os franceses ficavam nas lonas depois das férias, enquanto não acabassem o dinheiro ia tudo de rasto. E chegavam a França e vendiam o automóvel. Esperavam pelo mês de Setembro e depois ganhavam mais, ‘tavam seguros. Eles não faziam a nossa vida, mas só assim é que se conseguia juntar dinheiro. Vivia-se nos barracos fornecidos pelas empresas. Não eram bidonvilles. O que os portugueses fizeram, lá, foram muitos caixotes.
Inv: Prédios?
R: Prédios, mas agora acontece que é mais árabes, mas, no meu tempo, eram portugueses, eram o foyer do bâtiment, estavam integradas dentro da área de construção. Cada quarto tinha dois beliches, os franceses fizeram muito disso para alojar os emigrantes.
Inv: Depois, chegaram a baixar os preços dos quartos?
R: Claro, senão não se podia viver, eles não podiam, às vezes, tinha-se que se pagar a alguém que lá estava para sair, porque esse tinha que receber algum, não é? O hotel onde, eu, estava velho, nunca houve obras ali. No fundo, quem ficou rico foram os franceses, eles a nós só nos davam uma côdea. Por isso é que estou arrependido de ter ido.

(Fecho da entrevista)

Entrevista número 9

Nome: Entrevistado número nove

Idade: 63.

Profissão: Reformado.

(Abertura da entrevista: explicitação dos conteúdos e dos objectivos. Pedido de consentimento para a gravação áudio)

Inv: E porquê emigrou?

J: Eu, emigrei, mas não tinha necessidade de emigrar, não se pode dizer que seja um emigrante forçado. A palavra emigrante não era bem vista. Fui para lá por problemas de família. E depois conheci a minha mulher, casei, e fiquei lá.

Inv: E a guerra colonial?

J: Fiz parte dos fuzileiros especiais, tive em Angola dois anos, portanto tive na Marinha 4 anos. Dois anos em Angola e dois . . . Fui voluntário, portanto tinha que estar 4 anos na marinha.

Inv: E o Estado-Novo, o regime fascista, também influenciou?

J: Sim, eu, foi para Angola em 63, portanto, na altura do Marcelo Caetano. Eu tinha duas hipóteses ou ir voluntário ou quando fosse chamado com 21 anos. Quando apareceu essa hipótese de ir voluntário, eu, reflecti e pensei que tinha talvez mais interesse.

Inv: Tinha p'ra aí uns 19 anos

J: Não, fui para lá com 17 anos, ia fazer 18 anos. Digo, se for voluntário e tudo acontecer bem, aos 21 'tou cá. E foi o que aconteceu. Depois 'tive aqui depois ou três anos a trabalhar, aqui, a trabalhar, na agência do João Hilário, na agência de viagens. E depois chateei-me com a minha mãe e emigrei para França como poderia ter ido para a China.

Inv: E antes de emigrar como imaginava a sociedade de acolhimento?

J: Portanto, eu, quando emigrarei não tinha a noção do que ia encontrar, eu fui com a intenção de esquecer isto e o que tinha acontecido com a minha familiar, nunca com a intenção de ficar. Sempre de regressar. Inclusivamente, tinha um emprego jeitoso, na altura, 'tava na TAP. E estava bem. Mas, prontos, chateei-me com a minha mãe. Ela disse-me certas coisas que me magoaram e fui para França. Fui com a intenção de passar lá uns tempos e não de trabalhar, até porque as pessoas pensavam que eu estava de férias. E, no fundo, estava. Depois conheci aquela moça, comecei a gostar e fiquei.

Inv: É portuguesa?

J: Não, é espanhola, é daqui perto, depois de Ourense, a 220 daqui. Comecei a trabalhar lá porque, eu, não era das pessoas que não tinham profissão, era incapaz de trabalhar nas obras, não tinha o mínimo de....E depois não tinha jeito, era incapaz de pregar um prego. Há portugueses que têm muito jeito, mas eu não tenho.

Inv: E foi difícil a adaptação?

J: Claro, que foi, foi bastante difícil, os portugueses, na altura, conseguiam trabalho facilmente nas obras, ora aquele que não sabia, tinha mais dificuldade, para trabalhar noutra profissão tinha que falar bastante bem francês. Eu, o que fiz foi adaptar-me bastante bem. Fiz um curso de francês e a partir daí consegui um emprego bastante jeitoso até, de florista. E a partir daí comecei a trabalhar e a ganhar bem. O que na altura não era fácil, não era evidente sem uma profissão, sem uma profissão era tudo muito difícil. Comecei a falar bem francês e a trabalhar para uma casa grande de flores em Paris. Até que comecei a trabalhar para mim.

Inv: E alguma vez se sentiu discriminado em França?

J: Às vezes, são os indivíduos que não conseguem arranjar trabalho e pensam que lhes estavam a retirar o trabalho. Se a gente lhes dizia qualquer coisa, eles diziam: "o que estas aqui a fazer, vai para a 'tou terra". Mas não se pode generalizar, estúpidos há em toda a parte. Provavelmente não sou a pessoa mais indicada para o seu questionário, não fui daqui a salto.

Inv: Não, não antes pelo contrário. Todos interessam. Há alguns que até viviam bem cá.

J: Há, pois, há, há alguns que até tinham uma boa vida cá, não há dúvida nenhuma, é verdade.

Inv: E que forma de picanço é que encontrou entre emigrantes e os que não emigraram cá.

J: O picanço, eu, não senti, porque as pessoas que moram cá, quando eu chego não me consideram emigrante, chego, aqui, conheço toda a malta, falo com eles e tal, não tenho . . . portanto, eu parto do princípio é que o emigrante tenta evidenciar que tem muita massa, eu, lembro-me, na altura, quando havia a feira, As pessoas daqui puxavam uma nota pequena e eles mesmo que a tivessem pagavam logo com 10 contos. Aí vê-se logo que você é emigrante, lá está o tal picanço. As pessoas ficavam um bocado aborrecidas porque eles tinham um certo complexo de superioridade, mas até não se pode falar em superioridade, porque eles tinham, coitados . . . ora, eu, acho que o picanço era devido ao facto dos emigrantes terem pouca cultura, era gente que ia daqui sem o mínimo de instrução. E quando, chegaram, coitados, com aquele complexo de já trazerem um bocado de

dinheiro, pensavam que Melgaço já era deles. Vinham para as lojas, queriam ser atendidos primeiro que os outros. . .

Inv: E não seria também porque, quando estavam de férias e se não mostrassem o dinheiro poderiam ser visto como se as coisas tivessem corrido mau.

J: Sim, sim, é possível também, não tenho a mínima...mas é possível que sim, uma pessoa que ia para fora e que não mostrasse dinheiro era mau visto. Diziam: “ah, este tipo abandonou o país e ainda vem pior do que foi e tal”, havia aquela crítica sarcástica, não é?

Inv: Porque na emigração também era um mito que todos os emigrantes eram ricos. Mas, por outra parte, por parte dos residentes também puxavam por eles, porque se todos se davam bem, aquele que não se desse mau seria um zero à esquerda?

J: Era, era, isso, era mesmo isso. Não há dúvida que uma pessoa que viesse, portanto, sem ter sucesso, se é que se pode aplicar esse termo: sucesso. Mas, não era bem-vista, diziam: “ah, este tipo emigrou e ainda vem pior do eu foi”. Era quase posto de parte. Não há dúvida. Porque ele estava a dar um mau exemplo do verdadeiro emigrante, típico que forçosamente tinha que trazer dinheiro, aliás, era precisamente por isso que ele emigrava. Se viesse pior do que estava era porque qualquer coisa não estava a bater certo, e não dúvida que havia alguns que a vida era muitíssimo dura. Eu assisti a casos incríveis, em que pessoas iam para lá, sem saberem as condições em que iam viver, encontravam-se em condições de higiene, horários incríveis de trabalho que os franceses não aceitavam. Acabavam de trabalhar quando os patrões lhes diziam para acabar. Alguns vinham para Portugal porque viviam quase como escravos. Viviam 10 a 15 sem ter condições. E no princípio quase que viviam em valas. O governo francês precisava de mão-de-obra e pediu ao governo português e eles não sabiam quem ia ou quem não ia. O que acontecia. O governo que pedia emigrantes nunca se preocupou se tinham condições ou não. Na altura, eles pediam emigrantes em todas as câmaras municipais. O governo francês, nos primeiros anos, não estava à altura de os receber. E depois, a gente do Minho, a nossa gente daqui, aguentavam-se, porque estavam habituados á vida dura.

Na altura, os franceses começaram a ajudar os portugueses que se quisessem vir embora, davam-lhes uma certa quantia, e eles vinham para ter condições. E o governo português tinha um certo interesse que eles regressassem. Mas, não sei até que ponto queria, porque nos anos oitenta, os juros para os emigrantes eram de 30%. Era uma loucura. E um bocado contraditório.

Inv: Mas, os espanhóis regressaram?

J: Sim, eu tinha lá um cunhado, porque a minha mulher tinha lá um irmão. E o governo espanhol pedia para eles regressarem. E regressaram. E cá isso não acontecia. Eu, ‘tou casado com uma galega, onde houve talvez até mais emigração, e nunca houve aquilo que você chama de picanço. Eles eram tratados como um galego qualquer, coisa que aqui não acontecia, nós éramos vistos doutra maneira, as pessoas que não emigraram viam o emigrante de outra maneira, coisa que na Galiza não havia.

Inv: Isso é curioso para comparar. E como é que explica o facto dos residentes picarem os emigrantes?

J: No fundo, digo-lhe francamente, este picanço cá, eu, creio que havia uma certa inveja, porque muitos que queriam emigrar nunca foram e, aqui, houve uma crise enorme e o Minho é pobre. Os outros também queriam emigrar, mas pensavam que não iam ganhar dinheiro, e ao ver os outros com dinheiro, claro. Os outros apareciam, aqui, com bombas, com carros fora de série, construíam casas enormes com piscinas e tal. E para a gente daqui era impensável. E o picanço começou a aparecer. Um bocado de inveja.

Inv: E no seu caso?

J: No meu caso, não, talvez porque tivesse ido mais tarde, já com uma certa idade, com 27 anos com muitos conhecimentos, amigos, tal . . . nunca me senti emigrante, nunca fui considerado emigrante, isso já pelo meu nível de educação, princípios, em geral, o emigrante já saiu daqui sem o mínimo de instrução, vêm um bocado abrutalhados, não sabem falar, com pouca educação e depois sentem-se um bocado, com muito dinheiro, sentem-se superiores. E os daqui não aceitavam. Eles iam para o talho e queriam ser atendidos primeiro. E depois vinha o tal picanço.

Inv: O decorrer do percurso histórico, em Portugal, as mudanças também seriam fonte de conflitos.

Inv: Lembra-se que nos espaços públicos havia uma separação, de um lado ficavam os emigrantes e do outro os residentes?

J: Eu, lembro-me, mas havia, mas não era o meu caso. Os emigrantes diziam que eles é que eram bons, tinham bons carros, e havia uma altura em que as miúdas feitosas eram todas para os emigrantes. Portanto, é fácil de explicar, vem uma coisa atrás da outra, um pai quer que a filha case bem, neste caso seria com o emigrante. Os pais viam com maus olhos os emigrantes levaram tudo, contra os emigrantes não tinham nada a fazer.

Inv: E como explica esta afirmação em França somos portugueses e em Portugal somos franceses?

J: Porque, é o que acabei de dizer, porque nós éramos os emigrantes, eles diziam: “lá vêm os emigrantes”, nos estabelecimentos em Melgaço, os preços aumentavam-se no verão. E eles diziam: “Olha, que eu não sou emigrante”. Porque em França somos considerados estrangeiros, mas isso dentro de pouco tempo não fará sentido, para a segunda geração. Veja, por exemplo, a selecção francesa é feita de emigrantes.

Inv: Acho que adquiriu formas de estar, de viver?

J: Claro, acho que sim, a gente aprende coisas sempre, e ainda por cima quando vamos de um país que é totalitário para um que é livre.

(Fecho da entrevista)

Entrevista número 10

Nome: Entrevistada número dez
Idade: 44
Género: Feminino
Profissão: costureira
País (s) de acolhimento: França

(Abertura da entrevista: explicação dos conteúdos e dos objectivos. Pedido de consentimento para a gravação áudio)

Inv: Alguma vez se sentiu discriminada em França? Isto é, em França, pelos franceses?

M: Sim, quer dizer, no meu primeiro dia, quando fui para a escola, de criança, não sabia falar e prontos, de resto, não, nunca ninguém de disse: “vai-te embora, esta não é a tua terra, és portuguesa”. Aqui, sim, se me disseres em Portugal, digo-te que sim, já tive.

Inv: Ah, outra coisa, que idade tinha quando foi para lá?

M: Em 68 ou 69.

Inv: E o regresso?

M: Em 1982.

Inv: Isto é importante . . . ?

M: Prontos, fomos em criança e já viemos adultos, mas custou mais a adaptação cá que lá, quando fui pequenina.

Inv: E, aqui, sentis-te discriminada?

M: Sim, aqui, senti.

Inv: Mas, porquê?

M: Primeiro, chamavam-me francesa, em segundo, cada vez que íamos para Monção esvaziavam-nos os pneus ou riscavam-me o carro...

Inv: A sério?

M: A sério! Estava no restaurante e esvaziaram-me os pneus. E era pessoal daqui (de Melgaço). Como éramos três reparigas não queriam que fossemos para Monção, acho eu, não sei. E, depois, era nos comércios também. Era: “aí as francesas isto, aí as francesas aquilo”. Pois, senti-me mais discriminada aqui. Porque, eu, já trazia carro, já tinha carro. E, aqui, ninguém ainda tinha carro, foi em 82. As reparigas não tinham carro!?

Inv: Não sei, não me lembro. . .

M: Ia buscar os meus irmãos à escola, lembras-te, mãe, do meu Fiat 127 preto?

Mãe: Sim, sim.

M: Quando se via miúdas a jogar bilhar? . . . Nós é que jogávamos bilhar, as daqui não.

Inv: Era mau visto, em 82?

M: Sim, em 82, quando, nós, viemos prá ‘qui era, era impossível.

Inv: E mais formas de picanço entre emigrantes e residentes?

M: Na França ou aqui?

Inv: Aqui, aqui. Entre os que estavam cá e os emigrantes?

M: Não era muito, era o esvaziar os pneus do carro . . . , numa passagem de ano, quando saímos tínhamos os pneus vazios, se não fosse por um emigrante que tinha uma bomba, tinha . . .

Inv: E já chega, não é, essa é muito grave . . . ?

M: Pois é!

Inv: E como é que explica esse comportamento?

M: P’ra mim, era porque namorávamos em Monção, era a inveja, os ciúmes, mas nunca ninguém chegou à minha beira e me tratou mal.

Inv: E notavas, durante as férias, de um lado estavam os emigrantes e do outro os daqui?

M: Não, agora, nota-se mais isso, mas nós não tínhamos isso, sabes, porque não nos dávamos com emigrantes, uns eram de Lisboa outros do Porto, era assim. Não tínhamos amigos emigrantes aqui, nem, nunca, fizemos amigos cá, depois, conhecemos um amigo em Valadares (freguesia do concelho vizinho de Monção). Era aquele grupinho e andávamos sempre juntos. E o meu irmão também nadava sempre connosco, portanto, para onde ia o meu irmão; íamos nós. A minha mãe também só me deixava sair . . . depois, quando viemos de vez é que conhecemos mais gente daqui, amigas . . .

Inv: E porque é que os residentes só se davam entre si e discriminavam os emigrantes?

M: Eh, pá, eu tinha carro, já tinha mais . . . éramos diferentes íamos para o café, para a discoteca, naquele tempo, as miúdas daqui ainda não as deixavam sair assim tanto como nós. Aqui, não tinha ninguém, mas quando vim para cá, sim, viemos para o ciclo. As minhas irmãs iam para o ciclo, começamos a ter a vida cá. E,

depois, tinha carro, e as outras não tinham, mas as miúdas daqui andavam a pedir para os tuberculosos e era para gastar no café. Prontos, já tínhamos uma vida . . . normal. Porque, na França, não saia tanto.

Inv: Como se poderia explicar esta afirmação, em França somos portugueses, em Portugal somos franceses?

M: Olha, podes dizer . . ., que quando dizia que era portuguesa não acreditavam, diziam que era italiana por causa do cabelo preto. E, eu, depois, fiquei toda admirada quando vinha buscar o meu irmão Filipe à primária e via miúdos loiros com olhos azuis, para mim não havia portugueses loiros com olhos azuis. Mas, na França não, como tinha o cabelo muito preto, pensavam que era marroquina ou italiana. Mas, eu, dizia que era portuguesa, nunca disse que era francesa, nunca reneguei a minha pátria. Mas, sentia-me melhor portuguesa quando vim para cá nos primeiros anos, isso podes ter a certeza . . .

Inv: E quando chegou cá?

M: Quando cheguei, cá, sentia-me emigrante e francesa. Mas não era eu. . .

Inv: Era o reconhecimento das pessoas? Como era tratada?

M: Exacto, tenho muitos anos de França, quando vim para cá era francesa, mas sou portuguesa . . .

Inv: E formas de estar adquiridas em França, no fundo, é do que estamos a falar, não é?

M: É, prontos, a forma de estar, o ir ao café, à discoteca, coisas que, aqui, ainda não se usavam. Antigamente, aqui, há vinte anos para cá, não havia nada, ias para Monção e era um mundo. Em Monção, há vinte anos atrás ias para o “Mira Espanha” e vias as senhoras à tarde todas bem vestidas a tomar café ou chá, aqui, era uma vergonha, como é possível que seja tão perto, mas tão diferente. E, às vezes, não era chá mas vinho ou brandy. Mas, aqui, não se via nada. Isso chocou-me muito. A gente não ia a um café.

Inv: Isso é curioso . . . ?

M: Mas, olha que essa mentalidade ainda existe. Mas, o facto de ir para França mudou a mentalidade.

Inv: E os residentes tinham razão, quando diziam que os emigrantes eram todos uns convencidos?

M: Olha, quando vim de vez, no primeiro ano que vim para cá, notei que era assim, numa altura, chateei-me com um senhor que vinha para aqui armado em pato bravo, vinha para resmungar. Ele ‘tava a falar com uma pessoa que já tinha vivido lá. Ele já vinha com raiva de fora (do estabelecimento comercial, onde, actualmente, trabalha), era o canalizador que não prestava, devia ‘tar a fazer casa e as coisas não lhes ‘tavam a correr bem, mas se estavam pessoas à frente não podia passar à frente delas. Mas, agora, já não se vê isso. Esta ano, mesmo os jovens vêm pior vestidos do que os daqui, com peças dos chineses e tudo. Os daqui preferem roupas de marca. Como, agora, também tudo mudou, antigamente, só o subsídio de férias já dava para pagar tudo e, agora, não. Este ano, ali no café, os emigrantes que vinham comer todos os anos gelados, todos os anos, pagava uns aos outros, agora, abriram os olhos porque o dinheiro mudou e fazem as contas. E, dantes, no meu tempo, chegavam e pagavam tudo, as coisas de café, lá, são consideradas coisas de luxo, não é tão normal ir ao café. Mas, tu, aqui, vinhas com o dinheiro de lá e deixavas, logo, uma boa gorjeta na mesa porque era baratíssimo. E ‘tavam sempre a pagar uns aos outros, não havia problema nenhum. Nós trazíamos aquele dinheiro para gastar e gastávamos tudo. E, agora, não. Eram as férias. Os carros lá eram normais, só tinham os carros para ir trabalhar e não para mostrar. Na França, um bancário ganhava menos do que um construtor civil, uma mulher-a-dias ganhava menos do que uma professora, só se, agora, mudou. E porquê?, porque, na França, não tinham as regalias que há aqui.

Inv: Chegámos ao fim, muito obrigado.

(Fecho da entrevista)

Entrevista número 11

Nome: Entrevistada número onze

Idade: 41

Género: Feminino

Profissão: Artista plástica e funcionária pública

País (s) de acolhimento: França

(Abertura da entrevista: explicitação dos conteúdos e dos objectivos. Pedido de consentimento para a gravação áudio)

Inv: Era costume ver o jogo de futebol entre os residentes e os emigrantes?

M: Não.

Inv: E consegues descrever outras formas de picanço?

M: A nomeada que nós tínhamos, que éramos: os avec's, era avec p'ra cá, avec p'ra lá. Avec a casa, avec a roupa, avec a música. . .

Inv: Mas, e nos comportamentos?

M: Era assim: eu, quando cheguei em 82, vinha de França, dos arredores de Paris e tinha uma forma de me vestir, de me pentear que, prontos, custou às pessoas aceitarem. Tinha o penteado que tenho, hoje: cabelo de pé. Era estranho e achavam que eu era drogada e. . .

Inv: E exerciam pressão sobre ti?

M: Sim, normalmente, as pessoas, daqui, não gostavam dos emigrantes e havia sempre nos bailes . . . andavam sempre ao barulho com os emigrantes. O português, daqui, não o via como um português. As pessoas, daqui, não me viam como sendo daqui, era isso que, eu, sentia. É um estado de espírito completamente diferente: o de um emigrante que vem cá passar férias, sente-se no país dele e sente-se feliz por estar ali com a família, na sua terra.

Inv: Como que explicas o comportamento dos residentes em relação aos emigrantes? Por que é que picavam os emigrantes?

M: Eu, acho que os emigrantes 'tavam aqui de férias, o comportamento deles era assim um pouquinho. . . E, no mês de Agosto, são invadidos: nas estradas há mais movimento, é mais perigoso, há mais movimento, as culpas, geralmente, são deles porque trazem bombas, agora, as bombas estão aqui. São mais barulhentos, têm mais dinheiro, poderá a inveja também funcionar um pouquinho.

Inv: E, alguma vez, te sentiste discriminada?

M: Sim, já na escola. Quando entrei para a escola, foi prejudicada em três anos, perdi três anos e, no fim, entrei no 9º ano, esforcei-me muito porque eu não sabia escrever nem ler e, por fim, mesmo assim. . . Na altura, os professores não estavam habituados a terem alunos com esses problemas. O que aconteceu? A própria escola também não sabia tratar das equivalências e foi isso o que aconteceu. A minha equivalência, na escola, não existia, aceitaram-me, lá, estudei e, no final do ano, tive que pedir aos professores para pôr as notas a lápis. A maior parte dos professores não eram daqui; eram de fora. E depois de irem embora, lançaram as notas e prontos.

Inv: E, tirando as instituições, a nível mais informal, a nível interpessoal?

M: Por exemplo, os rapazes, só por, eu, vir da França, pensavam que eu era mais fácil, tinham essa maneira de pensar.

Inv: Lembras-te que, durante as férias, os emigrantes e os residentes frequentavam sítios diferentes? Lugares públicos diferentes?

M: Sim, eles andavam muito em grupo, por exemplo, no meu grupo o que acontecia era que com os portugueses com quem convivíamos não eram de Melgaço, a maioria eram do Porto, de Lisboa, de Braga que também vinham passar férias à terra. E com eles era mais fácil dar-mo-nos.

Inv: Como explicas esse comportamento? Da parte dos residentes?

M: Eu, acho que eles se sentem invadidos, talvez, não sei. Como, eu, sinto, agora, quando não tenho lugar para estacionar, também me chateia. E falando em francês, sabendo que podiam falar em português, também, é irritante. Agora entendo-os: é mais fácil falar francês porque falam todo o ano.

Inv: Mas, lá falam português, é curioso?

M: Mas, só em casa.

Inv: E em espaços públicos, por exemplo, cafés, algumas vezes foste "olhada de lado" pelos residentes?

M: Não, bem! Mas, não no sentido de ser rejeitada. O que, eu, mais senti foi a minha dificuldade em falar, o meu penteado e a minha forma de vestir que as pessoas tiravam conclusões. E, aí, prontos. Mas, fiz, logo, amigos, a estudar é mais fácil. Mas, tive essa dificuldade, esse problema de falar francês. E de me baterem. . .

Inv: Como é que explicas esta frase: em França somos portugueses, em Portugal somos franceses?

M: É verdade, ainda, hoje, as pessoas pensam isso, eu acho que há uma luta interior em cada pessoa, na adaptação. Eu lembro-me que, na altura, eu pensava em francês, ainda, hoje, penso. . . e . . . e falar em português. . . F. Fernando Pessoa diz: “A minha língua é a minha pátria”. E, então, . . . somos. . . é verdade que somos um pouquinho além fronteiras. Na França, tudo isso que era português, eu, dizia com muito orgulho e explicava as coisas aos franceses e aos outros emigrantes.

Inv. Sentias-te integrada, em França?

M: Sim, completamente. E aqui, em Portugal, nunca me questioneei porque era a minha terra.

Inv: Mas, sentias-te francesa, portuguesa, uma mistura?

M: Não, eu, sempre afirmei que era portuguesa, no entanto, ainda, hoje, dizem que eu sou francesa, ainda fazem . . . E, na verdade, vendo bem as coisas, a minha maneira de pensar é mais francesa do que portuguesa. Noto uma diferença muito grande na maneira de pensar, de estar com as colegas da minha idade.

Inv: E achas que adquiriste formas de estar, hábitos da cultura de acolhimento, de França?

M: Acho que tenho um espírito mais aberto, mais tolerante.

Inv. A mentalidade portuguesa é muito fechada?

M: Acho-os muito conservadores. Acho que eles têm falta de cultura, não lêem muito, pelos menos, ‘tôu a falar do meio onde, eu, vivo.

Inv: E achas que os residentes teriam a ganhar se adoptassem esses hábitos?

M: Acho que toda a gente ganha em cultivar-se, em ser mais tolerante, em ter o espírito mais aberto.

Inv: E achas que os residentes tinham razão, quando diziam que os emigrantes eram uns arrogantes e uns convencidos?

M: Não, porque eles não eram todos convencidos, alguns até seriam e muitos, prontos, eles vinham aqui para construir uma casa grande, com um carro grande, para mostrar que venceram, lá fora, que ganharam a vida deles, era um troféu para eles, é claro, que uma pessoa numa casa bonita, num carro grande, é assim, toda vaidosa, mas não são todos assim, eu conheço . . . os emigrantes com que antes me relacionava não são nada assim, são pessoas que mesmo, em França, procuraram estudar, evoluir e não viam o sucesso delas em relação ao dinheiro.

Inv: Como explicas que sendo Portugal um país dos descobrimentos, espalhados pelos. . .

M: O que eu sei é que o meu pai, quando emigrou, em Portugal, havia, uma ditadora. E os tempos eram difíceis. E ainda, hoje, é; ainda hoje há muita gente que procura, que vai procurar lá fora o que, aqui, não consegue. Agora, há uma coisa engraçada, aqui, em Melgaço, as pessoas acomodam-se muito, mesmo os emigrantes que eu conheço que vieram viver para cá, voltaram para viver numa vida pataca. Acho que se sacrificassem tanto como se sacrificam nos países onde emigram, acho que, em Portugal, seriam tanto ou mais, porque, aqui, há muito para fazer ainda.

Inv: (não audível)

M: Um dos valores dos emigrantes é não ficar a dever nada a ninguém, portanto, é não comprar coisas sem dinheiro.

Inv: E sentias-te completamente integrada?

M. Sim, porque tinha só um ano quando fui para lá, portanto as minhas memórias mais antigas são na França.

Inv: Onde vivias?

M: Primeiro, fomos viver para Orléans e, depois, para os arredores de Paris. Eu tive uma experiência que é de salientar: eu tinha 6 anos e a minha irmã Isabel tinha 7, então, estudamos em Portugal, por sinal fomos boas alunas. Vivíamos com os meus avós. E, aí, vivi a vida do campo: Matar o porco, andar no campo. . . Mas, depois, a minha mãe não aguentou, a nossa ausência e chamou-nos de volta. Mas vivi, aqui, a escola, em Portugal. E achava piada porque as raparigas ‘tavam de um lado e os rapazes brincavam do outro. Aqui, batiam senão fazias os deveres ou senão te portasses bem, eras castigado, usavam as réguas. Em França, havia outro sistema: não batiam e, aqui, se fizesse bem, prontos . . . mas, lá, compensavam se fizesses as coisas bem: davam-te um ponto. Era uma forma completamente diferente de ver a vida. Em França, na escola havia muita mistura de raças e religiões e havia uma grande tolerância, era o normal, nem nos apercebíamos. Aqui, em Portugal, uma altura, trouxe uma amiga minha passar férias e, ao fim de um tempo, ela diz-se assim: “Madalena, aqui, só há Portugueses?” E, eu, disse, “pois é, é normal, ‘tamos em Portugal”. Mas, é uma diferença muito grande. Por exemplo, em França, a maioria dos meus colegas eram filhos de pais divorciados, tinham irmãos de diferentes casamentos. Aqui, isso era muito estranho. Aqui, ainda é estranho, eu lembro-me que, quando me divorciei, o meu filho só se apercebeu uns anos mais tarde e ainda não era normal. Achou-se diferente dos colegas e tive-lhe que dizer alguns colegas que ‘tavam na mesma situação. Reparei que, entre eles, não falavam do assunto. A M., por exemplo, sempre foi amiga dele porque ele identificou-se com ela.

Entrevista número 12

Nome: Entrevistado número doze
Idade: 66
Género: Masculino
Profissão: Reformado, agricultor.
País (s) de acolhimento: França

(Abertura da entrevista: explicitação dos conteúdos e dos objectivos. Pedido de consentimento para a gravação áudio)

Inv: Onde esteve emigrado?

C: Em França . . . no Canadá: não cheguei lá. Na primeira vez, ‘tive emigrado nos Pirinéus três dias (sorrisos) . . .

Inv: Que idade tinha quando emigrou?

C: Fui em 62, quando fui para França.

Inv: Eu, depois, faço as contas . . .

C: Hoje, tenho 66. Para o Canadá fui em 59.

Inv: E emigrou porquê?

C: Para ajeitar a minha vida, Aqui, não tínhamos nada, e, lá, na América era uma maravilha.

Inv: E a situação política, aqui, influenciou a sua ida?

C: A mim, em nada.

Inv: E não foi à tropa?

C: Fui três meses. Naquela altura, eram quatro ou cinco anos. E, eu, tinha amparo de mãe.

Inv: E por que é que não foi para lá?

C: Não, era . . . Prontos, naquela altura, era a coisa de ir para França, toda a gente ía para França. Eu, até não queria ir para França, queria ir para o Canadá. ‘Tive três dias abandonado nos Pirinéus, três dias e três noites, não sabíamos onde estávamos. Só via monte. E, depois, andámos e andámos e vimos uma estrada, chegámos, lá, era noite escura. Então, passaram dois polícia de mota. Só, depois, é que vimos uma placa que dizia: Henday, 3km.

Inv: E, depois, veio para trás?

C: Não, depois, a polícia ao vir, levou-nos, já não nos segurávamos de pé, não era fome, era sede, era uma sede! . . .

Inv: Foi de verão ou de Inverno?

C: Não, era Maio, de manhã ‘távamos todos molhados. Depois, a polícia viu-nos, não tínhamos documentos, nem nada; fomos para o posto. E uma senhora deu-nos, logo, de comer, deu-nos ovos, omoleta (Sic) . . ., aquilo vinha do céu, mas, eu, tinha era sede. Mas, já ‘távamos na França e queriam que nós ficássemos, mas como, aqui, tínhamos dado 50 contos para ir até ao Canadá, queríamos vir levantar o dinheiro, senão não o víamos mais.

Inv: 50 contos, na altura, era muito dinheiro . . .

C: Pois era, era uma fortuna, em 59. Naquela altura quem tivesse 8 contos . . . duas cabeças de gado já era rico.

Inv: E, depois, veio para Portugal?

C: Vimos para trás, queríamos o dinheiro, mas o filho nunca mais apareceu, só estava o pai, tivemos que ir para tribunal, como se chamava? . . . a PIDE. Nós éramos vizinhos, não havia testemunhas, tínhamos confiança nas pessoas e entregámos o dinheiro ao pai, o dinheiro e uma carta. Depois, íamos para Irun para pegar o avião.

Inv: Ou seja, ficaram a ver navios?

C: Ficámos a ver navios, em Irun, em França. E os franceses queriam que nós ficássemos lá, na França. Mas, 50 contos era muito dinheiro e, depois, era outra coisa, porque paguei juros dos juros. E, depois, não deu em nada, o julgamento foi à rebelia. O irmão desse tipo era passador, depois fugiu para o Brasil.

Inv: E, depois, como foi para França?

C: Fui com os passadores que havia em Soutomendo (Aldeia da freguesia montanhosa de Fiães, onde a fronteira é seca), não conhecia, nem, agora, o nome dos tipos. Paguei, nessa altura, 8 contos. Quinze dias para, lá, chegar . . .

Inv: E como é que foi?

C: Fomos a pé. Chegamos a São Sebastião e meteram-nos num camião cisterna, desses de gasolina, tinha três divisões: para gasolina, gasóleo, essas coisas . . . 80 homens, lá, dentro.

Inv: Da cisterna?

C: Das grandes. Então, fizeram uns buracos em cima para respirarmos e entrava água lá para dentro e era a respiração, o suor . . . Ao sairmos não havia um que se segurasse de pé. Com três passadores, três galegos a puxar por nós. Nós não podíamos andar, uns andavam, mas muitos ficaram para trás, ficaram pelo caminho.

Inv: E, a maioria, eram portugueses?

C: Éramos todos portugueses, de Guimarães, Fafe . . . , havia muitos dali. Depois, quando chegávamos, lá em cima, em cima de um monte, atiravam-nos com um bocado de chocolate e era assim. Tratavam-nos como o gado, como animais . . .

Inv: Mas, os espanhóis, os passadores, só iam até Espanha?

C: Sim, mas nós íamos por baixo, não íamos bem pelas montanhas, pelos altos Pirinéus, nós fomos de São Sebastião nesses camiões porque, ali, é que era o pior, era difícil passar para França.

Inv: E, depois, como é que foi para França?

C: Era assim . . . , haviam esses três passadores, andámos pelos montes, mas era saltar o mato, não se via nada, andávamos só de noite, levou-nos 15 dias. E, depois, chegámos lá e meteram-nos naquela ilha dos portugueses, que já tinha, lá, uma bandeira montada, em Champigny. Mas, era um negócio, todos os passadores que havia, em Portugal, levavam os portugueses para ali. E, depois, para o sul, havia mais sítios . . .

Inv: E para passar os Pirinéus?

C: Às vezes, havia as rondas dos polícias e tínhamos que fugir. Mas, asdespois, num pequeno lugar, antes de chegar à França, dividiam o pessoal, dez para ali . . . , tinham lá pessoas. Chegámos a um ponto que ‘távamos todos juntos, mas depois dividiam-se: os que iam para Paris e outros para Nice. Já havia umas casas feitas para asdespois transportar esse pessoal.

Inv: E você, como sabia que ía para Paris?

C: Já tinha contactos, tinham um parente da minha patroa. Mandava-me ir por . . .

Inv: Mas, não levava nenhum documento? E os franceses aceitavam?

C: Aceitavam, nessa altura, era uma maravilha, só queriam portugueses, lá, para trabalhar, era no tempo do general . . . E foi a pé até Paris, podíamos andar de carro um pouco, mas, o resto, era a pé. E no carro, não era para cinco ou seis, mas para 10 ou 12 homens. Eram precisos muitos carros, para nos levar, por isso é que tínhamos que andar a pé. Eu, não me lembro de andar de carro.

Inv: E, algumas vez, foi discriminado ou mau tratado?

C: Não, nunca fui mau tratado.

Inv: E depois de chegar a Champigny?

C: Depois, era todo truque, diziam-te: “você para onde quer ir?”, e, eu, dizia, para “Marly-le-Roy”. E diziam: “oh, isso é muito longe”. “Tás a ver? E, eu, de manhã, levantei-me cedo e fui até lá, aquilo era pequeno, era uma vila. E tinha uma estrada. Meti-me à estrada e vi um homem de bicicleta e perguntei-lhe. Por sorte era um português, um homem já dos 60 anos, que quase já não falava português. Era já francês. E, então, havia a estrada que passava junto à barraca e depois, lá no fundo, havia outra. E o homem diz-me: “você ‘tá a ver ali no fundo aquela casa, lá trabalha uma portuguesa, pergunte lá. Ela arranja para você ir para onde quer.”. Cheguei, lá, pedi uma casse-croûte, um pão com queijo e perguntou-me:

- Você quer ir para Marly-le-Roy?

- Eu, queria . . .

- Você ‘tá ali na barraca? Vão-lhe levar um balúrdio. Espera aí que eu chamo um táxi.

E chamou um táxi, um daqueles bocas de sapo todo novinho e limpinho. E, eu, todo porco. Fui à barraca porque tinha lá deixado umas calças, portanto, ‘tás a ver, levava um saco com pouca roupa e ‘tava todo sujo, havia um rapaz de Monção que também quis vir comigo e foi. Chegamos a trabalhar nessa enterprise. E, então, ele não queria entrar para o carro. E o taxista disse: “entrem”. “Tás a ver ‘távamos todos sujos.

Inv: E como aprendeu a falar francês?

C: Com o tempo, sabes como é, quando é para ganhar a vida, aprende-se logo. O que se procura é, logo, aprender.

Inv: Mas, depois, deram-lhes os documentos e tudo?

C: Depois, deram-nos um repisser (recipissé), renovamos de três de três meses. Eu fui o primeiro, naquela enterprise, a receber um carta se Séjour. ‘Tive uma sorte! Porque foi um polícia. Foi renovar a repisser (recipissé) e o polícia disse-me: “você não quer o Séjour.”. Nessa altura, já falava um bocadinho. Era meio-dia menos um quarto, nunca me esquece: “tem que ir, aqui, num instante, naquele doutor e depois traga-me o papel. O doutor ‘tava mesmo a sair, mas fez-me o exame. Passou-me o papel. E uma semana depois já tinha a carta. E lá, os meus amigos, prontos, a malta, ficou toda contente. Porque não era a todos que davam a carta.

Inv: E trabalhava em quê?

C: Sempre, em carpintaria, daqui, já tinha 8 anos de profissão. E, lá, nos batimentos (batiments) havia poucos carpinteiros. Na madeira não sabiam trabalhar. No princípio, ‘tive quinze dias sem trabalhar, mas depois era só trabalhar.

Inv: Mas, custou-lhe no princípio?

C: Não, não, aquilo era fácil, na França, naquela altura, saías de um patrão e arranjavas, logo, outro. Eu, ‘tive 9 anos. E, depois, nove anos em Orléans. ‘tive sempre em Paris. A malta, ao domingo, ia toda para Paris. Os árabes com aquelas mantas, eles pareciam mulheres. ‘tava noutro mundo, até que um dia fugi, meti-me num comboio e fui para Orléans. Eu, sozinho. Meti-me no comboio e fui. E, lá, arranjei trabalho. E trabalhei nove anos. Trabalhava nas coufragens (Coffrages), era, eu, que as fazia, para o chantier.

Inv: Emigrou muita gente de Alvaredo (Freguesia de Melgaço junto ao rio Minho)?

C: Sim, mas olha que, na Espanha, mataram muitos.

Inv: E como davam o “salto”?

C: Primeiro, tinhas de passar o rio, porque o Salazar tinha uma combina com o Franco para não deixar passar ninguém. O Franco dava ordens para prender. E eram presos, já na altura, e devolvidos. Um levou um tiro e outro, o irmão desse, morreu. Muitos ficavam pelo caminho, na minha viagem, éramos 80 e havia um grupo de Chaves; que dois ficaram para trás. Não acompanhavam o passo. E os passadores viravam-se contra nós, davam-nos com um pau. Muitos, nunca mais se ouviu falar. No camião muitos encontraram-se mal. Tínhamos uns garrafões para mijar. . .

Inv: E, mulheres, havia?

C: Mulheres não havia, no meio daquela malta toda . . .! (Sorrisos)

Inv: E, quando foi, o resto da sua família, para lá?

C: Depois, mandei-os, eu, ir, faltava o Filipe que nasceu lá.

Inv: E depois como é que vinha?

C: Vínhamos todos os anos. No princípio, tinha um passaporte para ir e, depois, tinha que tirar outro para voltar, no Porto. Aqui, tínhamos que tirar também para voltar. Lá, era no consulado que tínhamos que arranjar o passaporte, na avenida Clever. E tinha uma história. Havia um emigrante que se chamava o Romano, o nome dele era Rocha, mas toda a gente lhe chamava do Romano, era campeão europeu de luta livre. Esse indivíduo metia-se nessa coisa de arranjar passaportes, na altura, cobrou-me, era um intermediário entre o Mário Soares e . . . Eu fiquei 13 meses sem vir cá, a minha mulher ‘tava cá. ‘Tive 13 meses sem vir. E, então, aparece o Romano a trabalhar na enterprise, na nossa cantina, havia muitas fotografias dele, aquilo devia ser uma combina com a empresa. Porque, nós, não acreditávamos, todo português, ao chegar à França, quer fosse doutor ou o que fosse, tinha que passar três meses a trabalhar de pá e pica. E, então, eu, fui falar com o cônsul. . .

(Ruído de fundo)

A PIDE, quando chegámos, aqui, ali para . . . Verin (Localidade galega, vizinha de chaves), tiravam o passaporte, ficavam com ele. O cônsul foi ele que me entregou o passaporte. O Romano vendia passaportes de ida e volta que não existiam. Aqui, a PIDE tinha um posto no Peso (freguesia de Melgaço, cuja fronteira é molhada) e tiravam os passaportes. Para arranjar um passaporte de turista, custava muito dinheiro.

Inv: Quanto dinheiro custava um passaporte?

C: Já, não me lembro bem, tenho na ideia que era 2 contos.

Inv: E, cá, alguma vez, se sentiu discriminado?

C: Oh, aqui, sim, quando vim de vez, aluguei um camião para vir para aqui. O camião levava 13 metros cúbicos. E trouxe também um carro. O camião ‘teve preso no Porto 15 dias. Eu, juro-te que se pudesse voltava à França, mas queria as minhas coisas.

Inv: E, aqui, nunca foi discriminado, nunca lhe chamaram “Avec”?

C: Ah, avec, sim, quantas vezes!

Inv: Mas, era por mal?

C: Não, era tudo na brincadeira.

Inv: Sabes que eles quando vêm falam francês e claro . . .

Inv: Mas, falam francês para quê?

C: Eu, não sei, esquecem-se ou não querem . . .

Inv: Mas, acha que os emigrantes eram tratados como uns arrogantes?

C: Ah, isso era, isso: abusavam dos portugueses cá. Olha, que a minha patroa ‘tava a fazer umas compras cá, e foi mal tratada por um “francês”. Aqui, quando chega o mês de Agosto, encareciam tudo, os emigrantes tratavam mal os portugueses, ficava tudo mais caro. Mas, também havia muito “francês” emigrante que não tinha muito dinheiro e julgava-se grande coisa. Isso ainda hoje. Eu, tinha um rapaz que trabalhava comigo, mandou fazer um fato que lhe custou 80 contos, naquela altura. Eu, dizia-lhe: “Ó Manel quando fores a Portugal não levas um tostão”. E dizia-me ele: “não, em Portugal não conta o dinheiro, são os anos de França. Eu, se for a Portugal e se tiver vinte anos é porque tenho muito dinheiro.”

Inv: E por que é que acha que os de cá “picavam” os emigrantes?

C: Eu, acho que devia ser por ganharem mais, mostravam que tinham dinheiro, ainda, hoje, acontece, menos, mas ainda hoje acontece.

Inv: Agora, é mais no falar francês...

C: Mas, olha, as crianças é normal, porque andam na escola, mas os outros não. As minhas crianças, os meus filhos fizeram lá a escola, mas falam português. E, na casa, falávamos sempre português.

Inv: Como é que explica esta frase: Em França somos tratados como portugueses e em Portugal como franceses?

C: É pelo mostrar, nós mostramos sempre. Há coisa que são difíceis . . . , era ver a maneira como eles viviam lá, e vinham para aqui, fazer o que faziam. Compreendes? A maneira como iam para o trabalho, lá, que em vez de por um botão na camisa, punham um arame.

Inv: E, você, 'teve nos bidonvilles, nos barracões?

C: Ah, 'tive, 'tive, enquanto a patroa não vinha, depois, não. Eram barracas, dormíamos quatro dentro, sem aquecimento. Aquilo era o monte de Prado (Área florestal junto à vila de Melgaço) e quando era para construir, faziam os barracos, 20 ou 30, e era assim que se vivia. Depois, já não deixavam habitar nas barracas.

Inv: E, nunca, chegou a ir para o Canadá?

C: Não, naquela altura, ia toda a gente para a França, ia toda a gente. . . , metiam-se com aqueles passadores e iam. A maioria eram pessoas que não tinham trabalho, eram pessoas que trabalhavam na agricultura, eu, já tinha 9 anos de carpinteiro e para a França ia o pessoal que não sabia fazer nada. Eu, pensava que se fosse, para o Canadá, ganhava mais dinheiro. Eu, já era homem, mas havia muitos que eram crianças, chegava-se, lá e, mudavam a idade, todos trabalhavam. Os franceses também eram contra nós, porque nós fazíamos tudo.

Inv: E não era discriminado?

C: Não, eu, peguei-me à peleja com um porque me disse de caras que eu fora para a França para lhe tirar o pão dele. Os italianos quando a Itália entrou na CEE, foram todos embora, os que estavam eram velhos, já casados, com a família e tal; ficaram. Eu, nunca vi um chinês a trabalhar, lá, no prédio, na França.

(Fecho de entrevista)

Entrevista número 13

Nome: Entrevistada número treze
Idade: 71
Género: Feminino
Profissão: Reformada
País (s) de acolhimento: Canadá

(Abertura da entrevista: explicitação dos conteúdos e dos objectivos. Pedido de consentimento para a gravação áudio)

Inv: Porquê é que emigrou?

M: O meu marido já ‘tava no Canadá. Ele foi primeiro, a ir, p’ra lá, e, depois, levou outros. Eu, fui muito depois, já tinha vinte e picos anos. Ele trabalhava no norte no Canadá. E, lá, é muito frio. Depois veio para o sul. Era jardineiro e, lá, ganhava-se muito dinheiro. Lá, como calceteiro ganhava-se mais do que, cá, um doutor, é verdade.

Inv: A situação política portuguesa, nomeadamente, a guerra colonial pesaram na sua decisão?

M: Em nós, não, mas para outros sim, o meu falecido marido fez a tropa, antes de emigrar, primeiro ‘teve na França dois anos, depois foi para o Canadá, lá pagavam muito bem aos calceteiros e jardineiros. Sabendo trabalhar, ganhava-se mais dinheiro do que na França. Na França era uma exploração.

Inv: E o regime fascista do Estado Novo?

M: Para outras pessoas, as que não se davam com o antigo regime. Nós, notámos diferenças, quando fui para o Canadá; antes pensava que era tudo igual.

Inv: Porque não se dirigiu para as antigas colónias portuguesas?

M: Para quê? O meu marido também tinha terras cá. A agricultura não dava para nada. E aquelas terras eram dele, mas não davam nada, agora, com o alvarinho é diferente, mas, antigamente, era muito pobre. Para ser português de segunda, como diziam cá, era melhor ‘tar no estrangeiro. E, naquela altura, o Canadá era o melhor sítio.

Inv: Como imaginava a sociedade de acolhimento, antes de emigra?

M: Pensava que era tudo igual, o meu marido só falava das maravilhas e do dinheiro que, lá, se ganhava, mas, eu, pensava que era tudo igual. Lá, ganhasse mais dinheiro num mês do que, aqui, num ano inteiro, ou mais . . .

Inv: Conhece algumas artimanhas usadas pelos emigrantes para dar o “salto”?

M: Era de qualquer maneira, havia pessoas que iam de camioneta até França, ou de comboio de Vigo. Era preciso ter-se conhecidos e muita vontade. Alguns morreram por lá, as polícias eram más pessoas, alguns deles matavam, não se importavam com nada . . . era o trabalho deles. Eu, fui de avião, o meu marido tinha tratado de todos os papéis.

Inv: Alguma vez se sentiu discriminado no país de acolhimento?

M: Nunca, Não.

Inv: A sua integração no país de acolhimento foi difícil ou fácil? Poderia descrever algumas peripécias?

M: Difícil, no Canadá, o tempo é muito frio, é diferente. Até não me posso queixar, nunca trabalhei fora de casa. Lá havia aquecimento, aqui, quando fizemos a nossa casa fomos dos primeiros a ter aquecimento, mesmo, agora, as pessoas não usam. E, olhe, que também é frio, é muito húmido. Nos meses de Inverno, vínhamos para Portugal, às vezes, quatro meses e ganhava-se à mesma. Lá, não se podia trabalhar no Inverno. O meu filho está, lá, e, no Inverno, vem para Portugal. E o mesmo que quiser trabalhar, eles não deixam. Aqui, de Verão, nunca há aquecimento.

Inv: São conhecidas as disputas (picanços) entre emigrantes e residentes, por exemplo, durante as férias, era realizado um jogo de futebol entre emigrantes e portugueses, o qual nem sempre acabava a forma disciplinar mais correcta. Poderia descrever outras formas de “picanço”?

M: Antigamente, isso era normal, era um despique, para ver quem era melhor.

Inv: Como explica esse comportamento, por parte dos residentes? Ou seja, na sua opinião, qual seria a razão dos residentes “picarem” os emigrantes?

M: Nós estávamos cá, no Inverno. O picanço é mais como os que estão na França. Eles são muitos e pensam que é tudo deles. E, claro, os de cá não gostam disso. Mas, isso são os do monte, os de cá de baixo são mais educados.

Inv: Sendo português, (a) alguma vez se sentiu discriminado ou mau tratado, em Portugal, pelo facto de ser emigrante?

M: Não me lembro de ser discriminada, passava, cá, mais de três meses por ano, acho que nunca deixei de ser de cá. Os anos passam rápido. Os franceses é que não são bem vistos.

Inv: Durante as férias, quando o número de emigrantes era superior ao de residentes, os emigrantes e os residentes frequentavam lugares públicos diferentes. Na sua opinião qual era a razão para tal comportamento?

M: Não se davam, eram diferentes, os de cá não tinham férias e tinham que trabalhar para ganhar dinheiro p'ro Inverno. Eram diferentes.

Inv: Como explica o facto dos residentes, durante as férias, se reunirem somente entre eles?

M: É o mesmo, 'tavam habituados aos emigrantes, eles falam francês uns com os outros, até em família, os daqui não os compreendem e têm dinheiro para gastar, bebem muito, riem alto, não deixam dormir ninguém. Ainda, neste mês de Agosto, aconteceu. Fazem muito barulho e os mais novos são os piores.

Inv: Em espaços públicos, por exemplo, num café, alguma vez foi, "olhado de lado" pelos residentes não emigrantes?

M: Pois é a verdade, nem carne nem peixe, mas não sei de quem é a culpa. Talvez dos emigrantes, não sei. . .

Inv: Como pode explicar esta afirmação normal entre os emigrantes: "Em França somos portugueses, em Portugal somos franceses?"

M: O Canadá é diferente, tem tudo e, aqui, nem agora 'tá igual, tomáramos nós.

Inv: Acha que adquiriu formas de estar, de viver, do país de acolhimento? Quais?

M: Acho que sim, mas não querem ou não podem, não sei. As pessoas, aqui, só falam mal umas das outras, até na missa, antigamente, era diferente, agora, é cada um para si. No Canadá, há abertura de espírito. Os meus filhos estudaram todos, aqui, não dava para isso, se calhar, nem para um deles, aqui, não havia dinheiro para nada. Os meus filhos aprenderam português no Canadá, aqui, é tudo muito complicado, a vida é difícil. E as pessoas não querem mudar . . . É assim . . .

Inv: Acha que os residentes tinham razão quando diziam que os emigrantes eram todos uns convencidos e uns arrogantes?

M: Não sei de quem era a culpa, alguns emigrantes, os do monte armavam-se em ricos e alguns coitados não tinham onde cair mortos. A vida, lá, era muito dura, não estavam habituados. E, cá, gastavam tudo o que tinham poupado, não saíam da cepa torta. E, lá, até passavam fome, comiam os restos dos talhos, comiam a carne que os franceses botavam fora.

Inv: Como explica o facto de que Portugal, sendo o país dos descobrimentos espalhado pelos cinco continentes, "obriga-se" os portugueses a passarem pelas dificuldades de quem emigrava?

M: Mas, as pessoas iam-se embora na mesma, tinham que ganhar dinheiro, aqui, era tudo proibido, uma miséria humana, diziam que éramos grande coisa, mas passávamos todos fome. E até aqueles que não passavam fome, coitados pensavam que viviam bem, que eram os senhores porque não conheciam mais nada. Até os doutores. Na cidade, não sei, nas aldeias era uma miséria e ainda é assim, 'tão sempre abusar das crianças. Mas, somos de cá, não?

(Fecho de entrevista)

Entrevista número 14

Nome: Entrevistado número catorze

Idade: 58.

Género: Masculino

Profissão: Reformado em França, onde era proprietário de uma empresa de conservação e restauro.

País (s) de acolhimento: França

(Abertura da entrevista: explicitação dos conteúdos e dos objectivos. Pedido de consentimento para a gravação áudio)

Inv: Emigrou porquê?

E: Principalmente, por motivos económicos, como todos os portugueses . . .

Inv: O regime do Estado-Novo não influenciou a sua partida?

E: Também, porque como sabe, como deve saber . . . aqueles que tinham meia dúzia de anos de ensino, mais do normal, já reflectiam de outra maneira, compreende? . . . A situação era ridícula . . .

Inv: E não foi para as ex-colónias . . . porquê?

E: Na altura, nunca me interessou, nunca estive no meu espírito.

Inv: Como é que imaginava a França, antes de emigrar?

E: A França, para mim, era um paraíso, um paraíso de liberdade, sobretudo. Já conhecia o sentido da palavra liberdade. É uma forma de refazer, de preparar o futuro, sobretudo, isso.

Inv: E alguma vez se sentiu discriminado, cá, em Portugal?

E: Não absolutamente nada, nem cá nem lá. Se há uma coisa que não tenho é complexos de inferioridade ou de superioridade.

Inv: E a integração, em França, foi fácil ou difícil?

E: Fui muito ajudado. . . Pelos franceses.

Inv: E pelos portugueses?

E: Não, absolutamente nada.

Inv: Não . . ., sabe que a maioria, 99% seriam, pronto, boa gente, pacífica, mas muito atrasada em vários aspectos. Não é? Ajudar os outros, naquele tempo. . . não se ajudavam muito. Fui ajudado por franceses, não é?! Eu, também respeitei o país, as gentes do país para onde fui. Tenho por carácter ser humilde, respeitador, sobretudo, para quem eu acho que devo ser. E isso permitiu-me ter ajudas na empresa onde trabalhei. Frequentei cursos profissionais, lá, coisa que poucos fizeram. Ah, fui ajudado financeiramente, dentro da empresa, para poder ter as minhas coisinhas, ter um quarto. . ., naquela altura era assim; tinha 19 anos. Embora, naquelas idades, também gastava mais do que devia. 'Tá claro: Conhecia Paris como Melgaço!

Inv: Emigrou como clandestino ou . . . ?

E: Claro, claro. Porque, naquela altura, tinha a licença militar. Naquela altura, havia as inspecções militares e no ano seguinte é que era incorporado. Agora, eu, nem sequer tinha idade para ir às inspecções. Depois é que era incorporado.

Inv: E a viagem? Como correu a viagem?

E: Correu bem, entrei num autocarro, em Ponte Barjas (Galiza), e sai em Paris. Fui detido na fronteira francesa que muito educadamente me fizeram um salvo-conduto, um papel com a minha identidade, para poder circular livremente, no interior da França. E que me dava quinze dias para me apresentar no posto de polícia, para estabelecer a minha residência: foi em Paris, mesmo. Sempre vivi em Paris.

(A entrevista dirigiu-se para o tema dos distúrbios nos subúrbios de Paris e do número de emigrantes portugueses em França)

Inv: Agora, fala-se em um milhão e meio de portugueses em França.

E: Não, nem mesmo tendo em conta os nossos filhos, não chega tão longe, 'tá muito enganado.

Inv: E, sabe, que, agora, o problema que se põe é haver a União Europeia. Agora, são cidadãos europeus.

E: Sim, agora, tudo é mais dissolvido. Eu, vejo, estatísticas e digo-lhe já . . . não sou o único, eu . . . a nossa televisão portuguesa, não vejo. Acho. . . completamente ridículo.

Inv: Hum, hum.

E: Tenho um satélite e parabólica, gosto de ver os canais franceses, Têm melhores programas. Prontos, eu, gosto de 'tar sempre a aprender. De saber, sei lá . . . Sei pouco e tenho prazer nisso; também tenho tempo. Gosto de ver as estatísticas, gosto de me informar sobre isso. Mas, eu digo-lhe: a comunidade portuguesa, em França, são uns 900 000, houve uns que morreram, outros que vieram, outros reformaram-se. Os nossos filhos não estão cá, no geral, 'tão todos lá. Não nem multiplicando por dois sequer; lá, seguimos um regime de um ou dois filhos no máximo.

Inv: Alguma vez se sentiu discriminado, pelo facto, de ser emigrante?

E: Em França? Cá? Não porque, eu, parti do princípio de que só podia ser discriminado, só podia. . . esse sentimento só podia vir de gente meio idiota, meio atrasada. Aliás, se há uma coisa que eu nunca liguei são essa classe de indivíduos, eu, passei ao lado. Nunca me apercebi disso?

Inv: Mas, havia picanço entre os residentes e os emigrantes?

E: Não, não. Havia um conflito, noutros tempos, sim. Quando os nossos compatriotas vinham . . . o que até é uma coisa muito importante. Vou-lhe dizer que. . . , prontos, eu, conheci bem a vida dos nossos compatriotas, lá. E, prontos, eram uns meses de trabalho duro. E um mês de férias, em Portugal, excitava-os, alegrava-os, isso até os fazia, talvez exagerarem um pouco nas suas . . . Sim, Sim, isso é muito importante, exageravam um pouco.

Inv: Sim, é isso que, eu, ‘tou a estudar. . .

E: Exageravam um pouco, traziam os seus carros, gostavam de acelerar um pouco. Ora, que era isso? Não era para tentar sobrepor-se ou mostrar ou ofender o que quer que seja, mas era aquela alegria de cá vir. Esse sentimento também o ‘tive, não é? Mas, não era mais do que isso. Naquela altura, o parque automóvel dos anos 70, eram carros velhinhos. E os nossos compatriotas traziam bons carros, já. E, é claro, isso causava pequenas. . .

Inv: Porque é que acha que os residentes picavam os emigrantes?

E: O nosso carácter, bom, o exagero dos nossos compatriotas, fazia como que os de cá, a gente de cá, prontos, também onze meses, a gente, cá, no sossego e, depois, virem para cá os nossos compatriotas. . . Fazerem um pouco, mexerem com isto. E até fazia falta. Era isso, nada mais.

Inv: Mas, passava-se uma coisa, não sei se reparou, aqui, nos anos oitenta, agora, vê-se menos: que era a divisão dos espaços públicos, havia, cafés de emigrantes e cafés de residentes, por exemplo.

E: Cá? Olhe. . . francamente, nunca me apercebi disso. Podia ter acontecido, Eu . . .

Inv: De um lado ‘tavam os avec’s e do outro. . .

E: Essa palavra: avec’s, já nessa altura me chegava aos ouvidos, mas, pessoalmente, nunca me apercebi disso. Eu, como lhe disse, passei ao lado: entro, não ligo a esses detalhes. Há gente que podia ter passado por isso.

Inv: Nunca, foi “olhado de lado”?

E: Na época?

Inv: Sim.

E: Não, eu, pessoalmente, nunca senti isso.

Inv: Qual é a sua explicação para esta afirmação: em França somos portugueses e em Portugal somos franceses.

E: Bem, essa afirmação seria mais um ponto de vista das pessoas que, de facto, que sentiam, efectivamente, essa discriminação. Não é? Não acho isso; nunca o senti. Eu não sou a pessoa mais indicada, não represento a maioria dos nossos compatriotas.

Inv: Mas, é precisamente por isso que é importante . . .

E: Eu, lá, não fui discriminado pelos franceses porque . . . vou-lhe contar, a característica dos franceses é a seguinte: é a raça latina, é a raça, é o país que mais se assemelha a nós, em todos os aspectos, cultural, religiosamente, temos os mesmos costumes, os mesmos horários das refeições, o mesmo costume de ir à missa, já, contrariamente, aos nossos vizinhos espanhóis, italianos, são latinos como nós, não é, mas, nós, temos um nível de comportamento idêntico aos franceses. Isso também lho posso dizer; é certo. Eu tenho um carácter que agradava aos franceses que era o seguinte: mesmo por carácter, não gostava que ninguém se viesse sobrepor em cima de mim. Nunca senti complexos de inferioridade em relação aos franceses; exigi deles o mesmo respeito que achava que eles também tinham diante de mim, não é, esse carácter agradava-lhes. Contrariamente, à maioria dos nossos compatriotas que eram humildes, submissos de mais e que para eles (franceses) era visto como agradável. O francês não gosta de gente que se submete a tudo facilmente, nem a eles próprios. Ora, eu, fui apreciado por isso. Porque, eu, prontos, através de várias formações que tive, lá, consegui chegar ao posto máximo. Essa era uma coisa pouco frequente entre os nossos compatriotas.

Inv: Sabe que há uma tese que diz que os portugueses não tinham definição cultural, que eram ambíguos?

E: Eu, sentia-me. . . vou-lhe dizer uma coisa que também é muito importante: “o sangue não mente”, dizem os franceses. Sempre tive muito orgulho da comunidade portuguesa. . . Mas, a maioria da comunidade parece não ter essa percepção. Sabe! Porque são ignorantes, porque se há alguém que aprecia os portugueses são os franceses, eu, cá, sou como os outros e, lá, sou como os outros. Porque, eu, lá, nunca senti da parte dos franceses . . . nunca quis impor o meu ponto de vista francês. Nunca me manifestava: “atenção!, eu sou português!”, e coisas assim. Nem nunca ninguém me perguntou; claro que, eu, sei falar quase correctamente francês. Talvez, até melhor do que português. Porque, sempre, o meu gosto foi ler.

Inv: E que formas de estar francesas, acha que, adoptou?

E: Adoptei, por exemplo, uma coisa que eu aprecio, é a classe, pode achar isso um pouco snob!?

Inv: É uma forma de estar . . .

E: É. . . se há uma coisa que detesto é a vulgaridade; gosto da classe.

Inv: E acha que os residentes teriam a ganhar se adoptassem esses comportamentos?

E: Tinham a ganhar porque, digo-lhe já, a minha visão da nossa sociedade, é de apocalipse, prontos, nem tanto, mas é uma visão muito negativa da nossa sociedade devido à televisão, ao futebol, eu, acho que a nossa sociedade se tem deteriorado desde há cinquenta anos para cá. É o meu ponto de vista; posso estar enganado.

Inv: Há coisas que estão melhor?

E: É o meu ponto de vista de ex-emigrante que tentou compreender os outros.

Inv: Porquê é que acha que os residentes viam os emigrantes como uns convencidos e uns arrogantes?

E: Porquê? Nós, quando estávamos, lá, em França, uma coisa nós tínhamos no nosso coração: era a nossa terra. Sabe a expressão dos franceses: “O sangue não mente”. E nós podemos ser muito amigos dos franceses, apreciar as coisas que eles lá têm, mas quando nos tocam no nosso país. . .

Inv: Os portugueses, em França, não participam na cultura francesa?

E: Tem, tem razão, não participamos na cultura francesa . . . porque acham que não têm capacidade para isso, não será isso? Não sei. Ou, então, acham que não lhes convém. Ou não querem perder tempo com isso. Francamente, não sei. Eu, cá, também não participo porque pouco me interessa com a sociedade.

Inv: E, agora, uma última pergunta. Como explica o facto de Portugal, sendo o país dos descobrimentos, espalhado pelos cinco continentes, obriga-se os portugueses a passarem pelas dificuldades de quem emigrava?

E: Vou-lhe dar dois pontos de vista. Um menos realista e outro mais realista. O menos realista é aquilo que nós, cá, temos há 550 anos, desde que D. Sebastião ficou em terras de África, juntamente, com a aristocracia e a nossa juventude. Nunca mais foi o que era. . . Já Camões dizia . . . ‘tá a perceber? O espírito português ficou em terras de África e nunca mais voltou. O mais realista é que, infelizmente, somos um país. . . fomos muito influenciados, no século XVIII e XIX, pelos ingleses, que nos empurraram para várias guerras, nas invasões francesas, fomos empurrados, ao contrário, do que muita gente imagina, porque Napoleão respeitava-nos. Não nos devíamos aliar aos ingleses, já, nessa altura. Sabe como é?

Inv: Sim, sim. . .

E: Empurraram-nos na Primeira Guerra Mundial, em que 30 mil portugueses morreram, por lá, em França. Porque nos éramos o escudo das tropas inglesas. Os ingleses, depois, da I Guerra Mundial ocuparam tudo. As grandes companhias (empresas) portuguesas eram dos ingleses.

Inv: Aqui, há uns anos, nos anos 80, não notava uma diferença na ocupação dos espaços: de um lado estavam os emigrantes e do outro os residentes. Não notava isso?

E: Não achava nada relevante. Sim, havia sempre aqueles que diziam: “lá vêm esses da França com os carros”.

Inv: Mas havia separação?

E: Sim, havia separação, havia essas pequenas coisas. Os portugueses viviam nos bidonvilles e, nós, perdemos prestígio, nessa altura. Nós, até, evitávamos dizer que éramos portugueses. Depois, começaram a ganhar dinheiro, a comprar casas. E, hoje em dia, esses problemas ‘tão a desaparecer completamente. Ao contrário de outras comunidades: os negros . . . os árabes.

Inv: E que fazia lá?

E: Eu trabalhava numa empresa de restauro. Trabalhávamos para o Estado francês, em palácios, em coisas do género. . . preciso ter um certo sentido artístico e uma certa habilidade.

Inv: Bem, já terminámos, obrigado.

(Fecho da entrevista)

Entrevista número 15

Nome: Entrevistada número quinze
Idade: 18 anos.
Género: Feminino
Profissão: Estudante
País (s) de acolhimento: França

(Abertura da entrevista: explicitação dos conteúdos e dos objectivos. Pedido de consentimento para a gravação áudio)

Inv: Posso gravar?

E: Sim

Inv: Alguma vez te sentiste discriminada, em França?

E: Não, pelo contrário,

Inv: Pelo contrário, como?

E: Até gostavam, gostavam de perguntar coisas, como se dizia aquilo, como se fazia.

Inv: E tu dizias?

E: Dizia, porque eram as minhas colegas. Porque, era assim, nós, éramos um grupo de muitas pessoas diferentes, uns eram da Colômbia, outra era da Tunísia, de Portugal, eram sítios espalhados, e, então, partilhávamos a nossa cultura, a nossa maneira de ver as coisas.

Inv: Então, e alguma vez foste mal tratada, cá?

E: Não, porque a minha prima é de cá, e os meus colegas, prontos, aqueles que, agora, são meus colegas tratavam-me bem, começamos, logo, a falar e prontos. Não houve problema nenhum.

Inv: E os teus pais ficaram lá?

E: Sim, os meus pais estiveram estes dois anos lá, e agora, estão cá. O meu irmão estava aqui, e, eu, também vim.

Inv: E o português, falavas português em casa?

E: Nem por isso, só falava português em Portugal, só falávamos francês.

Inv: Mas, nunca sentis-te diferenças, por exemplo, de um lado ‘tavam os emigrante e do outro os daqui?

E: Nem, por isso, porque já tinha pessoas cá.

Inv: Agora, vou-te ler uma frase e vais-me dizer se te faz sentido ou não: Em França somos portugueses, em Portugal somos franceses. Alguma vez sentis-te isto. Ou os teus pais . . .

E: Ah, eu, acho que não, na França sou francesa e aqui sou portuguesa.

Inv: Mas, como és olhada?

E: Eu, acho que não, ao princípio, chamam-te “avec”, mas pouco a pouco isso vai desaparecendo e isso.

Inv: Mas, mas nunca notas-te diferenças de maneiras de ser, nunca tiveste dificuldades na integração à maneira de ser de cá?

E: Não, há uma diferença, lá há muitas raças, o meu melhor amigo era preto, há de tudo, depende da educação que as pessoas tiverem. Aqui, nem tanto, aqui acho que as pessoas são mais racistas. É o que eu acho. Se vêm um preto é logo...

Inv: E, achas que os de, cá, tinham a ganhar de fossem iguais.

E: Depende, para aprender coisas diferentes sim. As pessoas de cá são acanhadas.

(Fecho da entrevista)

Entrevista número 16

Nome: Entrevistado número dezasseis
Idade: 56 anos
Género: Masculino
Profissão: Professor de história jubilado
País (s) de acolhimento: Venezuela

Assegura que na província de Ourense não existe e não existiu qualquer conflito social.

A emigração galega para a Europa terá diminuído entre 1985-1990. Até este período a actividade de emigrar terá exercido um grande fascínio entre os galegos. As histórias de sucesso motivaram outros para emigrar. A não existência de conflitos sociais é explicada pelo facto da emigração durar poucos anos: “Eles não ficavam, regressavam. Por outro lado, era “vergonha” exibir sinais estrangeirados.

O falar-se estrangeiro era afigurado uma vergonha. Não existia separação entre residentes e emigrantes nos espaços públicos, pelo contrário, os emigrantes eram figuras de referência, pois, destacavam-se em termos sociais.

O Sr. António considera a situação, em Melgaço e Monção, no decorrer do mês de Agosto, vergonhosa, uma vez que os emigrantes atentam contra a cultura portuguesa. Os emigrantes, segundo o Sr. António, não se comportam como tal, mas como estrangeiros. Este comportamento ainda como se fossem os “amos” ou os “senhores”. O que suscita verdadeira indignação é o facto de serem os pais precisamente a falarem francês e não somente os filhos destes. No que diz respeito à questão económica afirma que a emigração detém contornos negativos, uma vez que aumenta a inflação, nomeadamente, os apartamentos.

Ele próprio foi emigrante na Suíça e a Venezuela.

Entrevista número 17

Nome: Entrevistada número dezassete
Idade: 23 anos
Género: Feminino
Profissão: Estudante de direito
País de acolhimento: França

(Abertura da entrevista: explicitação dos conteúdos e dos objectivos. Pedido de consentimento para a gravação áudio)

Inv: Porquê é que emigrou?

A: Não emigrei, sou filha de emigrantes.

Inv: A política portuguesa, nomeadamente, a guerra colonial pesaram na sua decisão?

A: Nada pesou, na minha decisão porque nada decidi, foram os meus pais que emigraram. Mas, não penso que foi a guerra colonial que fez os meus pais emigrarem. A guerra colonial, 1961-1974 (se não me engano), os meus pais emigraram em 1983.

Inv: E o regime fascista do Estado Novo?

A: Não sei. Só sei que os meus pais queriam ficar só cinco anos, em França, para poder ganhar mais depressa dinheiro, para poder abrir um pequeno comércio. Nasci no fim do primeiro anos. E os planos tiveram de mudar.

Inv: Porque não se dirigiu para as antigas colónias portuguesas?

A: Ficavam muito mais longe. E também porque o meu pai tinha família em França.

Inv: Conhece algumas artimanhas usadas pelos emigrantes para dar o Salto?

A: Penso que ter família ou amigos no país acolhedor ajuda bastante.

Inv: Alguma vez se sentiu discriminado (a) no país de acolhimento?

A: Sim, às vezes. Um exemplo: nasci em França, tenho a cultura francesa (forma de viver, estilo francês . . .), falo francês como qualquer francês, vivi sempre nesse país e tive que pedir nacionalidade francesa (4 anos à espera para a ter) para poder passar a carta de condução.

Inv: São conhecidas as disputas (picanços) entre emigrantes e residentes, por exemplo, durante as férias, era realizado um jogo de futebol entre emigrantes e residentes, o qual nem sempre acabava da forma disciplinar mais correcta. Poderia descrever algumas formas de picanço?

A: Aumentar os preços nos mercados, quando vem o momento de férias.

Inv: Como explica esse comportamento por parte dos residentes? Ou seja, na sua opinião, qual seria a razão dos residentes picarem os emigrantes?

A: Porque não têm mais nada para fazer, é uma ironia (riso). Penso que isso é inveja. Do ponto de vista dos residentes: porque já pensaram em emigrar, mas . . . nunca conseguiram passar esse estado do pensamento. Porque os emigrantes chegam cada ano com coisas novas (carros, por exemplo), porque estão sempre a dizer que ganham muito dinheiro, porque os residentes pensam que os emigrantes têm sorte de não terem emigrado. Grande paradoxo, mas, quem pode responder melhor a essa pergunta são os residentes.

Inv: Sendo portuguesa, alguma vez se sentiu discriminada em Portugal, pelo facto de ser emigrante.

A: Mau tratada fisicamente . . . nunca, mas psicologicamente . . . às vezes. Sentir as pessoas a olhar para mim como se fosse um animal de circo, um monstro, um ser humano curioso . . . às vezes pesa. Mas, não é uma sensação que sinto todas as em partes em Portugal, é, basicamente, em Melgaço e nas pequenas aldeias.

Inv: Durante as férias, quando o número de emigrantes era superior ao de residentes, os emigrantes e os residentes frequentavam lugares públicos diferentes. Na sua opinião qual era a razão para tal comportamento?

A: Porque o facto ou efeito de desprezar é uma coisa que os residentes sabem comunicar muito bem. Porque as classes sociais não se misturam. Cada um de nós no seu mundo. Desculpa, é ironia da minha parte, mas, de qualquer maneira, é a minha opinião.

Inv: Como explica o facto dos residentes, durante as férias se reunirem somente entre eles?

A: É a mesma resposta. E também . . . é porque os emigrantes estão de férias, mas os residentes devem mudar os seus hábitos. Mas, eu, não conheço isso, a minha família está sempre perto de mim e dos meus pais, estamos sempre juntos. Até posso dizer que tentamos recuperar o atraso de onze meses . . . em um. Tenho um irmão de 17 anos que não queria viver em França e quando ele teve 12 anos veio viver em Portugal.

Inv: Em espaços públicos, por exemplo, num café, alguma vez foste olhada de lado, pelos residentes?

A: Em Melgaço particularmente são bastante (para não dizer muito) curiosas, e olhar de lado, posso dizer que é uma reacção normal para os melgacenses. Os emigrante são uma atracção para as pequenas aldeias, vilas . . . porque nas grandes cidades esse tipo de reacção não é frequente.

Inv: Como podes explicar esta afirmação, a qual é normal entre os emigrantes: em França somos portugueses, em Portugal, somos franceses?

A: Porque são burros. É uma ironia, mas bem, enfim. . . Há duas categorias de pessoas. Aquelas que falam francês, em Portugal e português em França. São o que eu chamo: os emigrantes com falta de personalidade. Eles precisam de fazer algo de não comum, de modo que as pessoas possam olhar para eles. E aquelas que tentam passar despercebidas, os que tentam mergulhar e nadar na cultura portuguesa. Eu, por exemplo . . . mesmo, se às vezes, me custe um pouco, porque não falo bem o português. E não gosto que uma pessoa me trate de francesa, quando estou em Portugal sou portuguesa, quando estou em França. . . Sou francesa na França e portuguesa em Portugal. Mas, enfim, entendo muito bem que possa haver inveja, ciúmes, por, eu, ter duas culturas. O mínimo, é tentar falar a língua do país onde se encontra, saber respeitar a cultura dos outros é uma grande qualidade.

Inv: Acha que adquirir formas de viver do país de acolhimento? Poderia dizer quais?

A: Sou orgulhosa de dizer que tenho duas riquezas que são as minhas duas culturas. Tenho o que eu chamo a minha cultura de coração. A cultura portuguesa que tento desenvolver ao máximo, quando estou em presença de portugueses, com livros sobre Portugal, ouvir música portuguesa, por exemplo. E a minha cultura básica, a francesa. Gosto de gastronomia francesa: La quiche Loraine, le cassoulet, la baguette de pain . . . da música francesa, leio muitos livros de autores franceses. Acho que a minha maneira de viver, a minha maneira de pensar, as minhas manias são francesas. Penso que tenho um pouco essa faculdade de adaptar-me ao ambiente onde me encontro. Como se eu fosse um camaleão. Tento ser portuguesa, quando estou em Portugal e tento ser francesa quando estou em França.

Inv: Acha que os residentes teriam a ganhar se adoptassem também essas práticas?

A: Ter duas culturas só pode ser benéfico. Sempre disse que é preferível ser cultivado do que ser inteligente.

Inv: Acha que os residentes tinham razão, quando diziam que os emigrantes eram todos uns convencidos e uns arrogantes?

A: Convencidos, não. Arrogantes, alguns. É fácil de criticar, mas ninguém sabe realmente o que sente um emigrante, quando deixa os pais, os irmãos, a família, os amigos, tudo. Viver num país que não é o seu . . . é complicado. Os emigrantes sofrem muito, só que não o mostram, é orgulho, se calhar, ou simplesmente para que os residentes não se riam deles. Para não ouvir críticas. E é por isso que muitos emigrantes, quando chegam de férias gostam de se exhibir com coisas novas ou de falar francês em Portugal, por exemplo. As aparências enganam e as pessoas limitam-se a acreditar só no que vêem ou no que ouvem. Facilidades, facilidades, futilidades, enfim. Hoje, em dia, reflectir, cogitar contemplar, observar, pensar . . . são faculdades, luxos, que nem todos temos.

Inv: Como explicar o facto de Portugal, sendo o país dos descobrimentos, espalhado pelos cinco continentes, obriga-se os portugueses a passarem pelas dificuldades de quem emigrava?

A: Podes reformular a questão, não a compreendo.

(Fecho da entrevista)

Entrevista número 18

Nome: Entrevista número dezoito
Idade: 71
Género: Feminino
Profissão: Reformada
País (s) de acolhimento: França

(Abertura da entrevista: explicitação dos conteúdos e dos objectivos. Pedido de consentimento para a gravação áudio)

Inv: Porquê é que emigrou?

V: O meu homem estava em França, há mais de dez anos. Emigrei em 1965 ou 1966. Já nem me membro. Você ainda não era nascido. Naquele tempo era uma miséria. Casei muito cedo, ah, se fosse hoje! Eu e o meu marido não tínhamos campos, por isso tivemos que emigrar, ele era o filho mais novo e os mais novos tinham que ajeitar a vida.

Inv: A situação política portuguesa, nomeadamente, a guerra colonial pesaram na sua decisão?

V: Para mim não, sou mulher, os rapazes novos fugiam à tropa. Só os castrejos não iam à tropa e até esses emigravam. O meu homem teve sorte, não foi à guerra.

Inv: E o regime fascista do Estado Novo?

V: Bem pensado. Sabe, é bem certo que sim. O meu pai ia preso para Braga de três em três meses. Era a política que desgraçou tudo. Depois queimaram-lhe a casa, nunca mais o largaram, ‘tava preso, em Braga, dois a três meses, para nada. Era o diabo, naquele tempo.

Inv: Porque não se dirigiu para as antigas colónias portuguesas?

V: Para lá, não, não, nós tínhamos que ganhar a vida.

Inv: Como imaginava a sociedade de acolhimento, antes de emigrar?

V: Não sei bem, nós tínhamos que ganhar a vida . . . , senão era uma sardinha para todos e olhe que era assim mesmo.

Inv: Conhece algumas artimanhas usadas pelos emigrantes para dar o “salto”?

V: O meu marido veio-me buscar, a salto. E depois fomos também a salto até à fronteira da França. Andamos sempre a pé. O meu homem conhecia os caminhos e os galegos que nos ajudaram, sem pagar nada.

Inv: Alguma vez se sentiu discriminado no país de acolhimento?

V: Não, naquele tempo, o pior era atravessar a Espanha. Na França havia muito trabalho, não trabalhava quem não queria.

Inv: Mas, alguma vez não foi bem tratada?

V: No princípio, penso que sim, depois, não, era muito trabalho e depois vieram os filhos. Não havia vagar para isso.

Inv: A sua integração no país de acolhimento foi difícil ou fácil? Poderia descrever algumas peripécias?

V: Os de cá não gostavam de nós, tinham ciúmes.

Inv: São conhecidas as disputas (picanços) entre emigrantes e residentes, por exemplo, durante as férias, era realizado um jogo de futebol entre emigrantes e portugueses, qual nem sempre acabava a forma disciplinar mais correcta. Poderia descrever outras formas de “picanço”?

V: Discriminada não, mas má tratada sim, os de cá querem roubar os emigrantes, até roubam a própria família.

Inv: Como explica esse comportamento, por parte dos residentes? Ou seja, na sua opinião, qual seria a razão dos residentes “picarem” os emigrantes?

V: Os de cá não queriam misturar-se, não tinham dinheiro e quando se juntavam era p’ra nos roubar os francos.

Inv: Sendo português, (a) alguma vez se sentiu discriminado ou mau tratado, em Portugal, pelo facto de ser emigrante?

V: É o que já lhe disse.

Inv: Durante as férias, quando o número de emigrantes era superior ao de residentes, os emigrantes e os residentes frequentavam lugares públicos diferentes. Na sua opinião qual era a razão para tal comportamento?

V: No princípio sim, depois só queriam o nosso dinheiro. A vida era mais cara cá, mas é a nossa terra, não é? Tínhamos que visitar a família. No princípio estranhava tudo, era cada um por si . . .

Inv: Como explica o facto dos residentes, durante as férias, se reunirem somente entre eles?

V: Ora, aí está, nem cá nem lá. Mas, lá é normal. Cá, somos franceses e, lá, somos portugueses, somos tratados como os árabes ou pior. Mas, cá ainda é pior; nós somos de cá.

Inv: Em espaços públicos, por exemplo, num café, alguma vez foi, “olhado de lado” pelos residentes não emigrantes?

V: Não sei, nós trabalhávamos para ganhar dinheiro.

Inv: Como pode explicar esta afirmação normal entre os emigrantes: “Em França somos portugueses, em Portugal somos franceses?”

V: Bem seguro, os de cá são todos uns brutos.

Inv: Acha que adquiriu formas de estar, de viver, do país de acolhimento? Quais?

V: Alguns emigrantes davam muito nas vistas, eles queriam mostrar-se dessa maneira.

Inv: Acha que os residentes teriam a ganhar se adoptassem também essas práticas?

V: Agora, está tudo igual. E a França já não é o que era.

Inv: Acha que os residentes tinham razão quando diziam que os emigrantes eram todos uns convencidos e uns arrogantes?

V: Nem todos, alguns pensavam que eram mais do que os outros.

Inv: Como explica o facto de Portugal, sendo o país dos descobrimentos espalhado pelos cinco continentes, “obriga-se” os portugueses a passarem pelas dificuldades de quem emigrava?

V: Foi o Salazar, não é? Aqui, nem havia reformas, o meu pai trabalhou toda a vida para quê? Para os outros, para os políticos. Não têm vergonha, é tudo poleiro. O meu pai nem um tostão ganhou. Na França, o meu marido teve um acidente e viemos, para cá, com o subsídio e a reforma, mas ainda tem que se tratar lá. Na França, os médicos são melhores e é mais barato. E temos, lá, o meu filho mais velho, esse ‘tá bem na vida. Ganhou na lotaria.

(Fecho da entrevista)

4. Pedido de autorização para investigação

Eu, Joaquim Filipe Peres de Castro, licenciado em Psicologia Social e do Trabalho, psicoterapeuta Relacional-Dialógico (Ipaiano), pós-graduado em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária, aluno da pós-graduação em Neuropsicologia no Instituto de Psicologia Aplicada e Formação e mestrando em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária, venho, por este meio, solicitar a autorização da instituição: _____, no sentido de realizar um investigação referente à tese de dissertação de Mestrado em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária, junto da Universidade Fernando Pessoa.

O requerente (Dr. Joaquim Filipe Peres de Castro)

A/o responsável

5. Questionário

Este questionário, parte integrante da investigação para a dissertação de mestrado em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, destina-se a recolher informações junto das pessoas que tiveram uma experiência migratória e que, hoje, residem no concelho de Melgaço.

As questões que lhe irão ser colocadas estão relacionadas com percursos migratórios e seus constrangimentos decorrentes, nomeadamente, das relações entre os que partiram e chegaram e os que permaneceram.

A sua participação é muito importante.

I. Caracterização sócio-demográfica

1. Idade: _____ (anos)
2. Onde nasceu? Concelho: _____ 3. País: _____
4. Género: Feminino
 Masculino
5. Qual é o seu estado civil: Solteiro (a).....
 Casado (a)
 União de facto
 Divorciado (a)/separado (a).....
 Viúvo (a)
6. Qual é o grau de escolaridade mais elevado que frequentou?
 Não estudou.....
 Ensino primário.....
 Ensino preparatório.....
 Ensino secundário.....
 Ensino complementar.....
 Bacharelato.....
 Licenciatura.....
 Curso profissional..... Qual? _____
 Outro..... Qual? _____

II. Percurso (s) migratório (s)

7. Que idade tinha quando emigrou? _____ (anos)

8. Que idade tinha quando regressou? _____ (anos)

9. Em que país (es) esteve emigrado (a)? _____; _____; _____

10. Das razões abaixo expostas, refira o grau de importância que atribui a cada uma das razões que o (a) poderão ter levado a emigrar:

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Económica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Política	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Familiar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cultural	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conflito Laboral	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aventura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quais foram essas outras razões: _____; _____

11. Emigrou de forma:

Legal ► Passe para a questão nº 12

Clandestina.....

11.1. Quanto tempo demorou até arranjar o passaporte?

_____ (meses); _____ (anos)

12. Quem o (a) ajudou a emigrar?

Amigos.....

Familiares.....

Conhecidos.....

Estrangeiros.....

Passador.....

Ninguém.....

Outros..... Poderia dizer quais? _____; _____

13. Quem o (a) ajudou a arranjar trabalho no país de acolhimento?

Amigos.....

Familiares.....

Conhecidos.....

Estrangeiros.....

Passador.....

Centro de emprego.....

Outros..... Poderia dizer quais? _____; _____

14. Em que trabalhava, antes de emigrar?

_____; _____; _____

15. E, agora, em que trabalha?

_____; _____; _____

16. E quando foi emigrante, em que trabalhava?

_____; _____; _____

17. Quando era emigrante, teve dificuldades em se adaptar ao trabalho?

Sim.....

Não..... ► Passe para a questão nº 18

17.1 E que dificuldades foram essas?

18. Pertencia a alguma associação sindical?

Sim.....

Não.....

19. Enquanto trabalhava no estrangeiro, esteve sempre inscrito na segurança social?

Sim..... ► Passe para a questão nº 20

Não.....

19.1 Refira quando e como se inscreveu:

20. Das razões abaixo expostas, aponte o grau de importância que atribui para o seu regresso a Portugal:

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforma	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Familiares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O esforço não compensava	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Problemas laborais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Já tinha poupado o suficiente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Saudades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quais foram essas outras razões? _____; _____

21. No país de acolhimento, alguma vez se sentiu discriminado (a) ou mal tratado (a)?

Sim.....

Não..... ► Passe à secção III

21.1 Refira por favor quando e como?

III. Percepções acerca das diferenças culturais

1. Aculturação linguística

22. Das razões expostas, aponte o grau de importância para o facto dos emigrantes falarem na língua estrangeira?

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Porque falam melhor estrangeiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Para se exibirem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Porque são gozados ao falarem português	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Porque estão habituados a falar estrangeiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Para que as outras pessoas os não compreendam	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Porque não sabem falar português	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Porque a língua estrangeira é melhor do que a portuguesa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro motivo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Qual é esse outro motivo: _____

23. Classifique cada uma das seguintes afirmações, de acordo com a regularidade com que ocorrem:

	Sempre	Às Vezes	Poucas vezes	Nunca
Os emigrantes retornados continuam, em Melgaço, a falar estrangeiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os emigrantes fazem “muito barulho” e dão demasiado nas vistas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os emigrantes falam bem estrangeiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os filhos dos emigrantes casam-se mais com gente da terra do que com estrangeiros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os emigrantes são “olhados de lado”, em Melgaço, porque não são considerados “de cá”	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
No país de acolhimento, os emigrantes convivem com estrangeiros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
No país de acolhimento, os emigrantes, em casa, falam estrangeiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os melgacenses evitam conviver com os emigrantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
No estrangeiro, os emigrantes falam português	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2. O retorno e as marcas da emigração

24. Das razões expostas, aponte o grau de importância que atribui para que os emigrantes façam o tipo de casas que fazem?

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Porque são boas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Para imitarem as casas do estrangeiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Para mostrar que têm dinheiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Para dar nas vistas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Porque gostam	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aprenderam a fazê-las “lá fora”	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Porque têm bom gosto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro motivo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Poderia dizer qual é esse outro motivo? _____

25. As casas dos emigrantes são diferentes das “antigas”?

Sim.....

Não..... ► Passe para a questão nº 26

25.1. Na sua opinião, as casas dos emigrantes são diferentes em quê?

26. A sua casa de “cá” foi construída por si ou tinha projecto feito por engenheiro ou arquitecto?

Por si próprio.....

Engenheiro ou arquitecto.....

3. Gasto ostensivo

27. Economicamente, antes de emigrar, achava-se uma pessoa:

Muito rica	Rica	Remediada	Pobre	Muito pobre
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

28. Da lista abaixo exposta, diga onde considerava necessário investir as suas poupanças?

	Muito necessário	Necessário	Pouco necessário	Nada necessário
Carro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Casa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Educação/formação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Lazer/férias na terra	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Investir num negócio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Terreno no cemitério	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Comprar terras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Poderia dizer qual é esse outro? _____

29. Aplicava as suas poupanças no país de acolhimento?

Sim.....

Não..... ► Passe para a questão nº 30

29.1. Em quê? _____ ; _____

30. Assinale a percentagem poupada, enquanto foi emigrante?

Um quarto.....

Menos de metade.....

Metade.....

Mais de metade.....

31. Acha que os emigrantes, quando regressavam de férias e gastavam muito dinheiro, eram vistos pelos não emigrantes como tendo subido na vida?

Sim

Não

Não sabe ► Passe para a questão nº 32

Porquê: _____

—

32. Os emigrantes “fazem muito barulho” e “dão muito nas vistas”. Para cada uma das razões que podem contribuir para isso, indique o grau de importância que lhes atribui:

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Estão de férias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reencontram a família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Acham-se pessoas importantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Eram mal-educados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tinham mais dinheiro que “os de cá”	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Porque pertencem a uma cultura diferente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Porque são a maioria	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro motivo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Diga qual é esse outro motivo? _____

33. Das razões expostas, aponte o grau de importância para o facto dos melgacenses “picaram” e “cortavam na casaca” dos emigrantes:

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Porque tinham inveja	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Porque tinham menos dinheiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Porque não sabiam gozar as férias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Porque os emigrantes faziam “muito barulho”	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Porque eram ignorantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Porque emigrantes e não emigrantes são diferentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Porque os emigrantes falavam “estrangeiro”	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Porque não gostam da maneira de ser das casas dos emigrantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra razão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Diga qual é essa outra razão? _____

34. Economicamente, nos dias de hoje, acha-se uma pessoa:

Muito rica	Rica	Remediada	Pobre	Muito pobre
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**O questionário termina aqui:
Muito obrigado pela sua importante colaboração**

<p>Ficha técnica do questionário: Nº do questionário: _____ Data: _____ Local de realização: _____</p>
--

6. Questionários dirigidos aos informantes privilegiados

6.1 Questionário dirigido às agências de viagens

Este questionário, parte integrante da investigação para a dissertação de mestrado em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, destina-se a recolher informações junto das pessoas que tiveram uma experiência migratória e que, hoje, residem no concelho de Melgaço.

As questões que lhe irão ser colocadas estão relacionadas com percursos migratórios e seus constrangimentos decorrentes, nomeadamente, das relações entre os que partiram e chegaram e os que permaneceram.

A sua participação é muito importante.

Nome:

Idade:

Profissão:

1. Os seus clientes emigrantes viajam para que países?

2. Quantas são as viagens realizadas, semanalmente?

3. O maior número de viagens é realizado em que períodos do ano?

4. Nos referidos períodos, quantas viagens pensa que em média se realizam?

5. Realiza mais viagens de França para Portugal ou de Portugal para França?

6. Existem mais pessoas a viajar de França para Portugal ou, pelo contrário, de Portugal para França?

7. Os seus clientes são, maioritariamente, pessoas jovens, maduras ou idosas?

Obrigado pela sua colaboração

(O mestrando Joaquim de Castro)

6. 2 Questionário dirigido às escolas

Este questionário, parte integrante da investigação para a dissertação de mestrado em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, destina-se a recolher informações junto das pessoas que tiveram uma experiência migratória e que, hoje, residem no concelho de Melgaço.

As questões que lhe irão ser colocadas estão relacionadas com percursos migratórios e seus constrangimentos decorrentes, nomeadamente, das relações entre os que partiram e chegaram e os que permaneceram.

A sua participação é muito importante.

Nome:

Idade:

Profissão:

Instituição:

1. Qual a percentagem que atribuiria ao abandono escolar, na sua escola?

2. O abandono escolar incide, predominantemente, em que anos escolares?

3. De um ponto de vista social, como justifica o abandono escolar?

4. Os alunos, que abandonam precocemente o seu percurso escolar, emigram? (Poderia justificar a sua resposta).

5. Tendo em atenção a questão anterior, poderia indicar a possível percentagem dos alunos que iniciam um percurso emigratório, de entre aqueles que abandonam precocemente o percurso escolar?

6. No seu entender, o abandono escolar incidirá mais em alunos pertencentes às ditas freguesias do monte, nas quais a emigração terá sido mais intensa? (Poderia justificar a sua resposta)

7. Será que pelo facto de muitas famílias terem a maioria dos seus membros fora do país, influencia a sua ida para o estrangeiro? (Poderia justificar a sua resposta)

8. Na sua opinião, qual será a percentagem de alunos que são provenientes dos países da emigração, ou seja, acha que esse número é significativo, tendo em atenção a totalidade da população estudantil?

Obrigado pela sua colaboração

(O Mestrando Joaquim de Castro)

6. 3 Questionário dirigido aos correios

Este questionário, parte integrante da investigação para a dissertação de mestrado em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, destina-se a recolher informações junto das pessoas que tiveram uma experiência migratória e que, hoje, residem no concelho de Melgaço.

As questões que lhe irão ser colocadas estão relacionadas com percursos migratórios e seus constrangimentos decorrentes, nomeadamente, das relações entre os que partiram e chegaram e os que permaneceram.

A sua participação é muito importante.

Nome:

Idade:

Profissão:

1. Se pudesse atribuir uma percentagem ao número de correspondência que chega do estrangeiro, tendo em atenção o volume total de correspondência recebida, que percentagem poderia atribuir ao “correio” vindo do estrangeiro, nomeadamente, aquele que é enviado pelos emigrantes?

2. Qual é o maior volume de correspondência: dos emigrantes para os melgacenses, ou dos melgacenses para os emigrantes?

Obrigado pela sua colaboração

(O mestrando Joaquim de Castro)

6. 4 Questionário dirigido aos fotógrafos

Este questionário, parte integrante da investigação para a dissertação de mestrado em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, destina-se a recolher informações junto das pessoas que tiveram uma experiência migratória e que, hoje, residem no concelho de Melgaço.

As questões que lhe irão ser colocadas estão relacionadas com percursos migratórios e seus constrangimentos decorrentes, nomeadamente, das relações entre os que partiram e chegaram e os que permaneceram.

A sua participação é muito importante.

1. Na sua opinião, tendo em conta a sua experiência profissional, qual será a percentagem de casamentos realizados entre emigrantes e pessoas estrangeiros?

2. Os casamentos efectuados entre emigrantes são realizados entre gente da terra ou com pessoas de outros concelhos?

3. Na sua opinião, qual será a razão pela qual os emigrantes tenderão a casar na terra natal? (Poderia justificar a sua resposta)

4. Tendo em conta a sua experiência profissional, acha que a maioria dos emigrantes se casam na sua terra natal? (Poderia justificar a sua resposta)

Obrigado pela sua colaboração

(O mestrando Joaquim de Castro)

6. 5 Questionário dirigido ao Conservador

Este questionário, parte integrante da investigação para a dissertação de mestrado em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, destina-se a recolher informações junto das pessoas que tiveram uma experiência migratória e que, hoje, residem no concelho de Melgaço.

As questões que lhe irão ser colocadas estão relacionadas com percursos migratórios e seus constrangimentos decorrentes, nomeadamente, das relações entre os que partiram e chegaram e os que permaneceram.

A sua participação é muito importante.

1. Na sua opinião, tendo em conta a sua experiência profissional, como seria possível determinar o número de emigrantes do concelho de Melgaço?

2. Na sua opinião, tendo em conta a sua experiência profissional, como seria possível determinar o número de emigrantes regressados no concelho de Melgaço?

3. Na sua opinião, os emigrantes falecidos no estrangeiro vêm a enterrar maioritariamente na sua terra natal?

4. Tendo em conta a sua experiência profissional, o número de casamentos realizados entre emigrantes e estrangeiros é usual ou raro?

5. O número de pessoas estrangeiras casadas com emigrantes a viverem em Melgaço é elevado ou residual?

6. Quais são os actos administrativos que os emigrantes procuram junto da conservatória?

7. A maioria dos emigrantes, de segunda geração, terá ou não a dupla nacionalidade?

8. Os emigrantes, durante os meses de Julho e Agosto, quando aumenta a densidade populacional, causam transtornos no seu trabalho corrente? (Poderia justificar a sua resposta)

Obrigado pela sua colaboração

(O mestrando Joaquim de Castro)

6.6 Questionário dirigido às farmácias

Este questionário, parte integrante da investigação para a dissertação de mestrado em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, destina-se a recolher informações junto das pessoas que tiveram uma experiência migratória e que, hoje, residem no concelho de Melgaço.

As questões que lhe irão ser colocadas estão relacionadas com percursos migratórios e seus constrangimentos decorrentes, nomeadamente, das relações entre os que partiram e chegaram e os que permaneceram.

A sua participação é muito importante.

1. No período de verão, a venda de ansiolíticos aumenta?

Sim.....

Não.....

2. No período de verão, a venda de ansiolíticos aumenta, pois, os emigrantes fazem com que a vendas subam?

Sim.....

Não.....

3. No período de verão, a venda de hipnóticos aumenta?

Sim.....

Não.....

4. No período de verão, a venda de hipnóticos aumenta, pois, os emigrantes fazem com que a vendas subam?

Sim.....

Não.....

5. No período de verão, a venda de antidepressivos aumenta?

Sim.....

Não.....

6. No período de verão, a venda de antidepressivos aumenta, pois, os emigrantes fazem com que a vendas subam?

Sim.....

Não.....

7. Outros serviços prestados ou medicamentos psicotrópicos aumentam durante o período de verão?

Sim.....

Não.....

8. Outros serviços prestados ou medicamentos psicotrópicos aumentam durante o período de verão, devido, sobretudo, à presença dos emigrantes?

Sim.....

Não.....

Obrigado pela sua colaboração

(O mestrando joaquim de Castro)

6.7 Questionário dirigido aos médicos

Este questionário, parte integrante da investigação para a dissertação de mestrado em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, destina-se a recolher informações junto das pessoas que tiveram uma experiência migratória e que, hoje, residem no concelho de Melgaço.

As questões que lhe irão ser colocadas estão relacionadas com percursos migratórios e seus constrangimentos decorrentes, nomeadamente, das relações entre os que partiram e chegaram e os que permaneceram.

A sua participação é muito importante.

Nome:

Idade:

Profissão:

1. Na sua opinião, o percurso emigratório afecta negativamente a saúde dos seus pacientes? (Justifique a sua opinião)

2. A emigração será um factor directo do aumento das patologias mentais? (Justifique a sua opinião)

3. A emigração terá influenciado negativamente o “funcionamento” familiar e, em consequência, a saúde dos seus pacientes?

4. A actividade laboral dos emigrantes, nos países de acolhimento, terá influenciado negativamente a saúde dos emigrantes? (Justifique a sua resposta)

Obrigado pela sua colaboração

(O mestrando Joaquim de Castro)

6. 8 Questionário dirigido aos professores

Este questionário, parte integrante da investigação para a dissertação de mestrado em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, destina-se a recolher informações junto das pessoas que tiveram uma experiência migratória e que, hoje, residem no concelho de Melgaço.

As questões que lhe irão ser colocadas estão relacionadas com percursos migratórios e seus constrangimentos decorrentes, nomeadamente, das relações entre os que partiram e chegaram e os que permaneceram.

A sua participação é muito importante.

1. Na sua opinião, tendo em conta a sua experiência profissional, acha que o português falado no concelho de Melgaço sofre a introdução de estrangeirismo, sobretudo, do francês?

Sim.....

Não.....

2. Das razões expostas, aponte o grau de importância para o facto dos emigrantes falarem na língua estrangeira?

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Porque falam melhor estrangeiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Para se exibirem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Porque são gozados ao falarem português	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Porque estão habituados a falar estrangeiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Para que as outras pessoas os não compreendam	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Porque não sabem falar português	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Porque a língua estrangeira é melhor do que a portuguesa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro motivo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3. Acha que os emigrantes, sobretudo, aqueles que são oriundos das freguesias montanhosas e que falam uma “espécie” de luso-Galaico, quando regressam à terra natal, preferem falar a língua estrangeira, para se destacarem do resto da população, pois, na ribeira, são gozados quando falam o Luso-Galaico?

Sim.....

Não.....

4. Na sua opinião, qual será a razão pela qual os emigrantes utilizam, predominantemente, a língua estrangeira?

Obrigado pela colaboração

(O mestrando Joaquim de Castro)

6. 9 Questionário dirigido aos engenheiros civis

Este pequeno inquérito é parte integrante da investigação para a dissertação de mestrado em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Universidade Fernando Pessoa.

A investigação pretende estudar os percursos emigratórios e seus constrangimentos decorrentes, nomeadamente, das relações entre os que partiram, chegaram e os que permaneceram.

Nome:

Idade:

Profissão:

1. Das razões expostas, aponte o grau de importância que atribui para que os emigrantes façam o tipo de casas que fazem?

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Porque são boas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Para imitarem as casas do estrangeiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Para mostrar que têm dinheiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Para dar nas vistas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Porque gostam	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aprenderam a fazê-las “lá fora”	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Porque têm bom gosto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro motivo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1.1 Poderia dizer qual é esse outro motivo?

2. Na sua opinião, quais são os traços ditos tradicionais da casa do Alto-Minho?

3. As casas dos emigrantes são diferentes das “antigas”, na medida em que alteraram os traços tradicionais?

Sim.....

Não.....

4. Na sua opinião, as casas dos emigrantes são diferentes em quê?

5. Acha que, na sua maioria, a funcionalidade rural das casas “afrancesadas” se alterou?

6. As primeiras casas “afrancesada” eram construídas a partir de um projecto elaborado por um engenheiro ou arquitecto?

7. Acha que as casas “afrancesadas” constituem, agora, a norma arquitectónica? Poderia justificar a sua resposta?

8. Na sua opinião, qual seria a razão pela qual os residentes desprezavam as casas “afrancesadas”?

9. Aproximadamente, em que data se começou a regular a construção das casas construídas pelos emigrantes?

Obrigado pela sua colaboração

(O mestrando Joaquim de castro)

6. 10 Questionário dirigido a ex-funcionários bancários

Este questionário, parte integrante da investigação para a dissertação de mestrado em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, destina-se a recolher informações junto das pessoas que tiveram uma experiência migratória e que, hoje, residem no concelho de Melgaço.

As questões que lhe irão ser colocadas estão relacionadas com percursos migratórios e seus constrangimentos decorrentes, nomeadamente, das relações entre os que partiram e chegaram e os que permaneceram.

A sua participação é muito importante.

1. Na sua opinião, tendo em conta a sua experiência profissional, acha que o percurso dos emigrantes terá propiciado uma mobilidade social ascendente, isto é, terá melhorado a sua qualidade de vida? (Justifique a sua resposta)

2. Na sua opinião, os emigrantes aplicavam as suas poupanças no país de acolhimento? (Justifique a sua resposta)

3. Qual seria a percentagem poupava pelos emigrantes, tendo em conta a totalidade auferida nos países de acolhimento?

- Um quarto.....
- Menos de metade.....
- Metade.....
- Mais de metade.....

4. Acha que os emigrantes, quando regressavam de férias e gastavam muito dinheiro, eram vistos pelos não emigrantes como tendo subido na vida?

- Sim
- Não
- Não sabe

5. Em que períodos – décadas e períodos do anos – se verifica o maior quantidade de depósitos bancários?

6. Os depósitos bancários dos emigrantes constituíam uma parte substancial do montante total dos fluxos monetários operados na sua entidade bancária?

- Sim.....
- Não.....

Obrigado pela sua colaboração

(O mestrando Joaquim de Castro)

6. 11 Questionário dirigido aos advogados

Este questionário, parte integrante da investigação para a dissertação de mestrado em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, destina-se a recolher informações junto das pessoas que tiveram uma experiência migratória e que, hoje, residem no concelho de Melgaço.

As questões que lhe irão ser colocadas estão relacionadas com percursos migratórios e seus constrangimentos decorrentes, nomeadamente, das relações entre os que partiram e chegaram e os que permaneceram.

A sua participação é muito importante.

Nome:

Idade:

Profissão:

1. Tendo em atenção a sua experiência profissional, acha que a presença dos emigrantes provocava um aumento do volume de processos, no concelho de Melgaço?

2. Os processos de ofensas corporais e difamação aumentavam, durante o período em que os emigrantes permaneciam em Melgaço?

3. Ainda no registo penal, quais poderão ser os processos mais comuns na comunidade emigrante?

4. Como poderia justificar o aumento do volume de processos, tendo em atenção as suas especificidade jurídicas?

5. Acha que o existia um conflito entre emigrantes e não emigrantes, no concelho de Melgaço, o qual se traduziria no aumento do volume de processos, quer no âmbito penal, quer no cível?

6. Como poderia justificar ou explicar o presumível conflito entre a comunidade emigrante e a residente?

7. Os processos cíveis aumentavam durante os meses em que os emigrantes se encontravam em Melgaço?

8. Quais as características jurídicas desses processos?

Obrigado pela sua colaboração

(O mestrando Joaquim de Castro)

6.12 Questionário dirigido às agências funerárias

Este pequeno inquérito é parte integrante da investigação para a dissertação de mestrado em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Universidade Fernando Pessoa.

A investigação pretende estudar os percursos emigratórios e seus constrangimentos decorrentes, nomeadamente, das relações entre os que partiram, chegaram e os que permaneceram.

A sua participação é muito importante

Nome:

Idade:

Profissão:

1. Tendo em atenção a totalidade de funerais realizados, qual pensa ser a percentagem devido a emigrantes falecidos no estrangeiro?

2. Tendo em consideração a sua experiência, onde pensa que os emigrantes falecidos no estrangeiro vão a enterrar, maioritariamente?

3. Qual poderá ser a razão, na sua opinião, para que os emigrantes sejam depositados em Melgaço?

Obrigado pela sua colaboração

(O mestrando Joaquim de Castro)

6.13 Questionário dirigido ao comércio

Este questionário, parte integrante da investigação para a dissertação de mestrado em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, destina-se a recolher informações junto das pessoas que tiveram uma experiência migratória e que, hoje, residem no concelho de Melgaço.

As questões que lhe irão ser colocadas estão relacionadas com percursos migratórios e seus constrangimentos decorrentes, nomeadamente, das relações entre os que partiram e chegaram e os que permaneceram.

A sua participação é muito importante.

1. Os emigrantes fazem mais compras do que os residentes?

Sim.....

Não.....

2. Os emigrantes compram produtos mais caros do que os residentes?

Sim.....

Não.....

3. Os emigrantes compram produtos diferentes dos residentes?

Sim.....

Não.....

4. Acha que a cozinha francesa ou suíça, por exemplo, têm influência na escolha dos pratos, por parte dos emigrantes?

Sim.....

Não.....

4. 1 Poderia justificar a sua resposta?

Obrigado pela sua colaboração

(O mestrando Joaquim de Castro)

7. Ilustrações

7.1: Casa dita tradicional, perspectiva frontal



7.2: Casa dita tradicional, perspectiva lateral



7.3: Casa “afrancesada” com telhado de forte inclinação



7.4: Casa “afrancesada” com telhado de forte inclinação



7.5: Casa “afrancesada” com fortes inclinações e grande volumetria



7.6: Casa “abrasileirada”, no Largo da Calçada, em perspectiva lateral



7.7: Casa “abrasileirada”, no Largo da Calçada, em perspectiva frontal



7.8: Casa “abrasileirada”, no Largo da Calçada, em perspectiva lateral



7.9: Casa “abrasileirada”, em Galvão, freguesia da Vila, perspectiva lateral



7.10: Casa “abrasileirada”, em Galvão, freguesia da Vila, perspectiva frontal



7.11: Casa “abrasileirada”, em Galvão, freguesia da Vila, perspectiva lateral



7.12: Casa “opulenta” com traços arquitectónicos distintivos



7.13: Casa “opulenta” com traços arquitectónicos distintivos



7.14: Casa “opulenta” com traços arquitectónicos distintivos



7.15: Casa “opulenta” com traços arquitectónicos distintos



7.16: Casa “opulenta” com traços arquitectónicos distintos



7.17: Casa “opulenta” com traços arquitectónicos distintos



7.18: Sexta-feira, dia de mercado, em meados do mês de Julho



7.19: Sexta-feira, dia de mercado, em finais do mês de Julho



7.20: Sexta-feira, dia de mercado, no início do mês de Agosto



7.21: Sexta-feira, dia de mercado, em meados do mês de Agosto



7.22: Sexta-feira, dia de mercado, em meados do mês de Agosto



7.23: Derradeira sexta-feira do mês de Agosto



7.24: Sexta-feira, dia de mercado, na primeira semana de Setembro



7.25: Fotografia realizada durante o mês de Agosto



7.26: Fotografia realizada durante o mês de Agosto



7.27: Fotografia realizada durante o mês de Agosto



7.28: Fotografia feita durante o início do mês de Setembro



7.29: Fotografia feita durante o início do mês de Setembro



7.30: Fotografia feita durante o início do mês de Setembro



:

7.31: Agência funerária especializada em funerais de emigrantes



8. Quadros

Quadro 1: Géneros dos regressados e escolaridade

	Legal	Clandestina
Feminino	84	16
Masculino	56	44

$$X^2(7, N = 163) = 26,4364, p = 0,000$$

Quadro 2: Géneros dos emigrantes e escolaridade

	Legal	Clandestina
Feminino	84	16
Masculino	66	84

$$(p > .050)$$

Quadro 3: Géneros dos regressados para o motivo económico

	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Nada Importante
Feminino	53	38	5	3
Masculino	76	14	6	4

$$X^2(3, N = 138) = 10,782, p = ,013$$

Quadro 4: Géneros dos regressados para o motivo familiar

	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Nada Import ante
Feminino	76	14	3	7
Masculino	39	21	26	14

$$X^2(3, N = 128) = 20,629, p = ,000$$

Quadro 5: Idades dos regressados para o motivo político

	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Nada Importante
0-25	0	56	22	22
26-50	3	17	20	60
51-75	21	15	36	28
76-100	12	29	24	35

$$X^2(9, N = 122) = 22,432 p = ,008$$

Quadro 6: Escolaridade dos emigrantes para o motivo aventura

	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Nada Importante
Não estudou	0	0	100	0
Primário	14	0	29	57
Preparatório	18	36	9	36
Terceiro ciclo	71	14	0	14
Complementar	0	75	0	25
Licenciatura	0	50	0	50

$$X^2(15, N = 32) = 26,545, p = ,032$$

Quadro 7: Profissões dos emigrantes no motivo aventura

	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Nada Importante
Intelectuais	0	0	0	100
Serviços	29	0	0	71
Operários	29	50	7	14
Oper. Máquinas	0	0	0	100
Não qualificados	0	67	0	33
Donas de casas	0	0	100	0
Reformados	0	0	100	0

$$X^2(21, N = 31) = 38,113, p = ,013$$

Quadro 8: Idades dos emigrantes no motivo económico

	Muito Importante	Importante	Nada Importante
0-25	50	50	0
26-50	91	4	4
51-75	57	43	0

$$X^2(4, N = 36) = 9,635, p = ,047$$

Quadro 9: Idades dos emigrantes no motivo cultural

	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Nada Importante
0-25	40	20	20	20
26-50	0	48	19	33
51-75	0	14	43	43

$$X^2(6, N = 33) = 14,967, p = ,021$$

Quadro 10: Idades dos emigrantes no motivo laboral

	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Nada Importante
0-25	25	0	0	75
26-50	0	24	19	57
51-75	0	33	50	17

$$X^2(6, N = 31) = 12,960, p = ,044$$

Quadro 11: Géneros dos regressados na clandestinidade

	Legal	Clandestina
Feminino	84	16
Masculino	56	44

$$X^2(1, N = 142) = 13,087, p = ,000$$

Quadro 12: Idade dos regressados na emigração clandestina

	Legal	Clandestina
0-25	100	0
26-50	90	10
51-75	57	43
76-100	47	53

$$X^2(3, N = 141) = 21,405, p = ,000$$

Quadro 13: Escolaridade dos regressados clandestinos

	Legal	Clandestina
Não estudou	53	47
Primário	53	48
Preparatório	81	19
Terceiro ciclo	100	0
Complementar	100	0
Licenciatura	100	0

$$X^2(6, N = 142) = 28,287, p = ,000$$

Quadro 14: Profissões dos regressados na clandestinidade

	Legal	Clandestina
Intelectuais	100	0
Administrativo	100	0
Serviços	95	5
Agricultores	100	0
Operários	52	48
Oper. Máquinas	50	50
Não qualificados	79	21
Donas de casas	33	67

$$X^2(8, N = 130) = 23,264, p = ,003$$

Quadro 15: Géneros dos regressados na ajuda obtida para a partida

	Ami.	Famili.	Estran	Passa dor
Feminino	2	89	2	2
Masculino	17	53	1	21

Quadro 16: Géneros dos emigrantes na ajuda obtida para a partida

	Amigos	Familiares	Conhecidos	Estrangeiros
Feminino	0	70	9	4
Masculino	26	46	9	7

($p > .050$)

Quadro 17: Géneros dos regressados na ajuda para obter emprego

	Amigos	Familiares	Conhecidos	Estrangeiros
Feminino	10	86	5	0
Masculino	10	67	10	10

$X^2(6, N = 127) = 19,972, p = ,003$

Quadro 18: Géneros dos emigrantes na ajuda para obter emprego

	Amigos	Familiares	Conhecidos	Passador
Feminino	26	58	5	0
Masculino	16	53	16	5

($p > .050$)

Quadro 19: Escolaridade dos regressados na ajuda para obter emprego

	Amigos	Familiares	Conhecidos	Estrangeiros
Não estudou	10	50	10	10
Primário	21	56	11	4
Preparatório	20	67	13	0
Terceiro ciclo	9	55	9	18
Complementar	0	20	0	0
Licenciatura	0	75	0	0

$X^2(36, N = 127) = 59,151, p = ,009$

Quadro 20: Escolaridade dos emigrantes na ajuda para obter emprego

	Amigos	Familiares	Conhecidos	Estrangeiros
Não estudou	0	0	0	100
Primário	57	43	0	0
Preparatório	21	50	29	0
Terceiro ciclo	0	88	0	0
Complementar	25	50	0	25
Licenciatura	0	67	0	0

$X^2(30, N = 38) = 65,754, p = ,000$

Quadro 21: Géneros dos regressados e profissões antes de emigramem

	Intelectual	Serviços	Agricultores	Operários
Feminino	2	17	29	7
Masculino	0	20	37	31
Totais	,9	19	34	22

$$X^2(7, N = 112) = 29,890, p = ,000$$

Quadro 22: Géneros dos regressados e profissões actuais

	Intelectual	Serviços	Agricultor	Operário
Feminino	9	20	0	2
Masculino	4	19	13	10
Totais	6	19	7	7

$$X^2(8, N = 135) = 33,879, p = ,000$$

Quadro 23: Géneros dos regressados e profissões como emigrantes

	Intelectual	Aministrati.	Serviços	Agricultor
Feminino	2	2	20	2
Masculino	1	1	10	0
Totais	2	2	14	,8

$$X^2(8, N = 132) = 73,278, p = ,000$$

Quadro 24: Profissões como emigrantes nas duas amostras

	Regressados	Emigrantes
Intelectuais	2	7
Serviços	14	24
Administrativos	2	0
Agricultores	0,8	0
Operários	56	39
Oper. Máquinas	2	2
Não qualificados	14	7
Donas de casa	5	2
Desempregados	0	7
Reformados	0	4
Estudantes	6	9

Nota: As significâncias já foram apresentadas

Quadro 25: Géneros nas profissões dos emigrantes

	Intelectuais	Serviços	Operários	Não qualificado
Feminino	12	28	12	12
Masculino	0	19	71	0
<i>Totais</i>	7	24	39	7

$$X^2(8, N = 46) = 22,977, p = ,003$$

Quadro 26: Géneros na sindicalização dos emigrantes

	Sim	Não
Feminino	37	63
Masculino	5	95

$$X^2(1, N = 41) = 6,771, p = ,009$$

Quadro 27: Escolaridade na sindicalização dos emigrantes

	Sim	Não
Não estudou	0	100
Primário	14	86
Preparatório	7	93
Terceiro ciclo	0	100
Complementar	20	80
Licenciatura	100	0

$$X^2(6, N = 41) = 24,505, p = ,000$$

Quadro 28: Profissões na inscrição da segurança social

	Sim	Não
Intelectuais	50	50
Administrativo	100	0
Serviços	94	6
Agricultores	100	0
Operários	85	15
Oper. Máquinas	100	0
Não qualificados	84	16

$$X^2(8, N = 124) = 22,499, p = ,004$$

Quadro 29: Géneros para o motivo familiar

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Feminino	79	12	7	2
Masculino	48	23	17	13

$$X^2(3, N = 129) = 14,560, p = ,002$$

Quadro 30: Géneros para o motivo saude

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
0-25	80	10	0	10
26-50	35	26	19	19
51-75	25	53	15	7
76-100	25	50	6	19

$$X^2(9, N = 116) = 20,591, p = ,015$$

Quadro 31: Escolaridade para o motivo saude

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Não estudou	27	53	3	17
Primário	27	52	14	7
Preparatório	31	23	38	8
Terceiro ciclo	54	38	0	8
Complementar	17	17	17	50
Licenciatura	75	0	13	14

$$X^2(21, N = 117) = 48,692 \quad p = ,001$$

Quadro 32: Idades para o motivo saúde

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
0-25	22	11	56	11
26-50	18	25	18	39
51-75	44	20	19	17
76-100	59	12	12	18

$$X^2(9, N = 118) = 18,724 \quad p = ,028$$

Quadro 33: Idades para o motivo saúde

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
0-25	13	13	38	38
26-50	0	4	37	59
51-75	42	27	21	10
76-100	56	31	0	13

$$X^2(9, N = 118) = 48,132, p = ,000$$

Quadro 34: Escolaridade para o motivo reforma

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Não estudou	47	37	7	10
Primário	41	20	24	16
Preparatório	8	15	38	38
Terceiro ciclo	0	0	44	55
Complementar	14	14	29	43
Licenciatura	0	17	17	66

$$X^2(21, N = 119) = 47,145, p = ,001$$

Quadro 35: Profissões dos regressados na discriminação

	Sim	Não
Intelectuais	0	100
Administrativo	0	100
Serviços	5	95
Agricultores	0	100
Operários	23	77
Não qualificados	53	47
Donas de casas	33	67
Estudante	0	100

$$X^2(8, N = 131) = 17,191, p = ,028$$

Quadro 36: Idades dos emigrantes na discriminação

	Sim	Não
0-25	50	50
26-50	15	85
51-75	43	57

$$(p = ,062)$$

Quadro 37: Idades dos regressados na discriminação

	Sim	Não
0-25	8	92
26-50	22	78
51-75	19	81
76-100	44	55

$$(p = ,067)$$

Quadro 38: Géneros dos regressados “não são considerados de cá”

	Sempre	Às vezes	Poucas vezes	Nunca
Feminino	35	36	20	8
Masculino	20	30	33	17

$$X^2(3, N=156) = 8,699, p = 034$$

Quadro 39: Géneros dos emigrantes “não são considerados de cá”

	Sempre	Às vezes	Poucas vezes	Nunca
Feminino	43	25	29	4
Masculino	46	33	8	13

$$(p > .050)$$

Quadro 40: Géneros dos emigrantes para “exibição”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Feminino	30	37	30	4
Masculino	13	35	17	35

$$X^2(3, N = 50) = 9,010, p = ,029$$

Quadro 41: Géneros dos regressados para “exibição”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Feminino	25	37	25	12
Masculino	23	34	24	19

$$(p > .050)$$

Quadro 42: Idades dos regressados para “exibição”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
0-25	19	13	31	38
26-50	35	23	21	21
51-75	19	41	30	10
76-100	17	67	11	6

$$X^2(9, N = 140) = 23,949, p = ,004$$

Quadro 43: Idades dos emigrantes para “exibição”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
0-25	46	15	15	23
26-50	16	35	29	19
51-75	0	83	17	0

$$X^2(6, N = 50) = 12,686, p = ,048$$

Quadro 44: Escolaridade dos regressados para “exibição”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Não estudou	13	45	35	6
Primário	22	46	20	12
Preparatório	36	21	14	29
Terceiro ciclo	29	7	36	29
Complementar	22	44	33	0
Licenciatura	37	26	5	32

$$X^2(21, N = 141) = 39,097, p = ,010$$

Quadro 45: Escolaridade dos emigrantes para “exibição”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Não estudou	0	0	100	0
Primário	0	86	14	0
Preparatório	20	40	33	7
Terceiro ciclo	17	25	17	42
Complementar	29	14	14	43
Licenciatura	43	29	29	0

$$(p = ,072)$$

Quadro 46: Géneros dos emigrantes “para que os não compreendam”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Feminino	8	35	42	15
Masculino	8	13	25	54

$$X^2(3, N = 50) = 9,170, p = 027$$

Quadro 47: Géneros dos regressados em “estão habituados”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Feminino	46	38	7	9
Masculino	23	43	26	8

$$X^2(3, N = 146) = 13,352, p = ,004$$

Quadro 48: Géneros dos emigrantes em “estão habituados”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Feminino	48	15	19	19
Masculino	33	33	17	17

$$(p = > .050)$$

Quadro 49: Géneros dos regressados em “porque são gozados”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Feminino	36	30	22	12
Masculino	8	23	44	25

$$X^2(3, N = 142) = 21,894, p = ,000$$

Quadro 50: Escolaridade dos regressados em “porque são gozados”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Feminino	41	15	19	26
Masculin	22	22	22	35

o

$$(p > .050)$$

Quadro 51: Idades dos regressados para “a língua estrangeira é melhor”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
0-25	7	0	13	80
26-50	2	7	21	69
51-75	3	5	21	71
76-100	6	29	41	24

$$X^2(9, N = 136) = 21,098, p = ,012$$

Quadro 52: Géneros dos emigrantes na “convivência com estrangeiros”

	Sempre	Às vezes	Poucas vezes	Nunca
Feminino	39	50	11	0
Masculino	71	8	17	4

$$X^2(3, N = 52) = 11,187, p = ,011$$

Quadro 53: Géneros dos regressados na “convivência com estrangeiros”

	Sempre	Às vezes	Poucas vezes	Nunca
Feminino	23	59	17	1
Masculino	23	52	23	2

$$(p > .050)$$

Quadro 54: Escolaridade dos regressados na “convivência com estrangeiros”

	Sempre	Às vezes	Poucas vezes	Nunca
Não estudou	19	55	26	0
Primário	19	61	16	4
Preparatório	31	44	25	0
Terceiro ciclo	33	39	22	6
Complementar	10	60	30	0
Licenciatura	23	59	18	0

$$(p > .050)$$

Quadro 55: Escolaridade dos emigrantes na “convivência com estrangeiros”

e	Sempr	Às vezes	Poucas vezes	Nunca
Não estudou	0	50	0	50
Primário	38	50	13	0
Preparatório	60	27	13	0
Terceiro ciclo	75	8	17	0
Complementar	57	29	14	0
Licenciatura	43	43	14	0

$$X^2(18, N = 52) = 33,943, p = ,013$$

Quadro 56: Géneros dos regressados no “uso da língua estrangeira”

	Sempre	Às vezes	Poucas vezes	Nunca
Feminino	14	68	16	3
Masculino	11	46	23	20

$$X^2(3, N = 156) = 13,785, p = ,003$$

Quadro 57: Géneros dos emigrantes “no uso da língua estrangeira”

	Sempre	Às vezes	Poucas vezes	Nunca
Feminino	36	39	18	7
Masculino	21	38	33	8

$$(p > ,050)$$

Quadro 58: Idades dos regressados em “falam sempre bem estrangeiro”

	Sempre	Às vezes	Poucas vezes	Nunca
0-25	24	59	18	0
26-50	2	65	29	4
51-75	1	66	29	4
76-100	0	61	39	0

$$X^2(9, N = 153) = 21,885, p = ,009$$

Quadro 59: Idades dos emigrantes em “falam sempre bem estrangeiro”

	Sempre	Às vezes	Poucas vezes	Nunca
0-25	21	43	21	14
26-50	16	52	32	0
51-75	14	57	29	0

$$(p > ,050)$$

Quadro 60: Géneros dos regressados “em casa falam estrangeiro”

	Sempre	Às vezes	Poucas vezes	Nunca
Feminino	12	61	15	12
Masculino	7	59	22	12

($p > .050$)

Quadro 61: Géneros dos emigrantes “em casa falam estrangeiro”

	Sempre	Às vezes	Poucas vezes	Nunca
Feminino	21	61	11	7
Masculino	17	26	22	35

$X^2(3, N = 51) = 9,361, p = ,025$

Quadro 62: Géneros dos emigrantes “no estrangeiro falam português”

	Sempre	Às vezes	Poucas vezes	Nunca
Feminino	11	75	11	4
Masculino	46	38	13	4

$X^2(3, N = 52) = 9,118, p = ,028$

Quadro 63: Idades dos regressados no “casamento”

	Sempre	Às vezes	Poucas vezes	Nunca
0-25	0	64	30	6
26-50	18	57	24	0
51-75	34	47	19	0
76-100	28	56	17	0

$X^2(9, N = 154) = 17,978, p = ,035$

Quadro 64: Idades dos emigrantes no “casamento”

	Sempre	Às vezes	Poucas vezes	Nunca
0-25	29	50	14	7
26-50	7	57	37	0
51-75	43	57	0	0

($p = .058$)

Quadro 65: Escolaridade dos regressados no “casamento”

	Sempre	Às vezes	Poucas vezes	Nunca
Não estudou	45	42	13	0
Primário	33	49	18	0
Preparatório	17	67	13	0
Terceiro ciclo	0	61	33	6
Complementar	22	33	44	0
Licenciatura	9	59	32	0

$X^2(21, N = 155) = 33,553, p = ,040$

Quadro 66: Escolaridade dos regressados no “casamento”

	Sempre	Às vezes	Poucas vezes	Nunca
Não estudou	0	50	0	50
Primário	38	50	13	0
Preparatório	7	36	57	0
Terceiro ciclo	25	50	25	0
Complementar	14	86	0	0
Licenciatura	14	71	14	0

$$X^2(18, N = 51) = 40,040, p = ,002$$

Quadro 67: Idades dos regressados em “evitar os emigrantes”

	Sempre	Às vezes	Poucas vezes	Nunca
0-25	12	47	29	12
26-50	8	28	32	32
51-75	9	44	24	23
76-100	39	28	22	11

$$X^2(9, N = 155) = 19,470, p = ,021$$

Quadro 68: Idades dos emigrantes em “evitar os emigrantes”

	Sempre	Às vezes	Poucas vezes	Nunca
0-25	21	29	29	21
26-50	19	13	32	35
51-75	43	29	14	14

$$(p > .050)$$

Quadro 69: Profissões dos emigrantes em “evitar os emigrantes”

	Sempre	Às vezes	Poucas vezes	Nunca
Intelectuais	67	33	0	0
Serviços	18	45	9	27
Operários	17	11	17	56
Oper. máquinas	100	0	0	0
Não qualificados	0	0	100	0
Donas de casas	100	0	0	0
Estudante	50	25	0	25

$$X^2(24, N = 46) = 43,609, p = ,008$$

Quadro 70: Idades dos regressados “porque são diferentes” (na questão do picanço)

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
0-25	41	18	29	12
26-50	14	34	22	30
51-75	5	29	39	27
76-100	22	17	28	33

$$X^2(9, N = 151) = 21,044, p = ,012$$

Quadro 71: Géneros dos emigrantes para “bom gosto da casa”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Feminino	14	36	36	14
Masculino	58	13	13	17

o

$$X^2(3, N = 52) = 12,862, p = ,005$$

Quadro 72: Géneros dos regressados para “bom gosto da casa”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Feminino	18	25	36	21
Masculino	18	28	45	9

$$(p > .050)$$

Quadro 73: Géneros dos emigrantes para “porque gostam”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Feminino	33	56	0	11
Masculino	58	13	25	4

$$X^2(3, N = 51) = 15,966, p = ,001$$

Quadro 74: Géneros dos regressados para “porque gostam”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Feminino	50	32	12	5
Masculino	48	37	15	0

$$(p = .050)$$

Quadro 75: Géneros dos emigrantes para “porque aprenderam a fazê-las”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Feminino	11	54	21	14
Masculino	29	21	25	25

$$(p = .081)$$

Quadro 76: Géneros dos regressados para “porque aprenderam a fazê-las”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Feminino	23	32	38	7
Masculino	32	39	25	4

($p > .050$)

Quadro 77: Escolaridade dos regressados na “construção das casas”

	Por si próprio	Engenheiro
Não estudou	81	19
Primário	65	35
Preparatório	60	40
Terceiro ciclo	50	50
Complementar	29	71
Licenciatura	36	64

$X^2(7, N = 142) = 14,802, p = ,039$

Quadro 78: Escolaridade dos regressados e profissões como emigrantes

	Intelectual	Administrativo	Serviços	Operário
Não estudou	0	0	10	52
Primário	0	0	10	75
Preparatório	6	0	25	50
Terceiro ciclo	0	0	30	40
Complementar	0	40	40	0
Licenciatura	14	0	14	0

$X^2(56, N = 132) = 176,156, p = .000$

Quadro 79: Idades dos emigrantes em “as casas são diferentes”

	Sim	Não
0-25	38	62
26-50	71	29
51-75	100	0

$X^2(2, N = 50) = 7,825, p = .020$

Quadro 80: Géneros dos emigrantes na percepção da ascensão social

	Sim	Não	Não sabe
Feminino	80	4	16
Masculino	67	167	17

($p > .050$)

Quadro 81: Géneros dos regressados na percepção da ascensão social

	Sim	Não	Não sabe
Feminino	67	4	29
Masculino	53	19	28

$X^2(2, N = 155) = 8,421, p = ,015$

Quadro 82: Escolaridade dos regressados na percepção da ascensão social

	Sim	Não	Não sabe
Não estudou	42	19	39
Primário	68	18	14
Preparatório	75	0	25
Terceiro ciclo	56	6	39
Complementar	50	10	40
Licenciatura	65	5	30

$X^2(14, N = 155), 24,050, p = ,045$

Quadro 83: Escolaridade dos emigrantes na percepção da ascensão social

	Sim	Não	Não sabe
Não estudou	0	100	0
Primário	75	13	13
Preparatório	79	14	7
Terceiro ciclo	91	0	9
Complementar	71	0	29
Licenciatura	50	0	50

$X^2(12, N = 49) = 27,599, p = ,006$

Quadro 84: Géneros dos regressados no nível económico anterior

	Muito rica	Rica	Remediada	Pobre	Muito pobre
Feminino	0	2	64	25	9
Masculino	1	0	42	47	10

$$X^2(4, N = 145) = 10,047, p = ,040$$

Quadro 85: Idades dos regressados no nível económico anterior

	Muito rica	Rica	Remediada	Pobre	Muito pobre
0-25	0	0	80	20	0
26-50	3	3	70	23	3
51-75	0	0	42	48	10
76-100	0	0	22	44	33

$$X^2(12, N = 144) = 34,245, p = ,001$$

Quadro 86: Escolaridade dos regressados no nível económico anterior

	Muito rica	Rica	Remediada	Pobre	Muito pobre
Não estudou	0	0	32	39	29
Primário	0	0	41	50	9
Preparatório	0	0	56	44	0
Terceiro ciclo	6	0	72	22	0
Complementar	0	0	89	11	0
Licenciatura	0	8	83	8	0

$$X^2(28, N = 145) = 54,564, p = ,002$$

Quadro 87: Escolaridade dos regressados para “férias”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Não estudou	68	29	3	0
Primário	49	44	6	2
Preparatório	63	25	13	0
Terceiro ciclo	67	33	0	0
Complementar	100	0	0	0
Licenciatura	25	40	10	25

$$X^2(21, N = 148) = 58,996, p = ,000$$

Quadro 88: Escolaridade dos regressados para “reencontro familiar”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Não estudou	84	13	3	0
Primário	62	29	5	4
Preparatório	53	40	7	0
Terceiro ciclo	61	28	11	0
Complementar	67	33	0	0
Licenciatura	35	50	10	5

$$X^2(21, N = 151) = 35,200, p = ,027$$

Quadro 89: Escolaridade dos regressados para “má educação”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Não estudou	6	19	16	58
Primário	6	27	37	29
Preparatório	0	36	21	43
Terceiro ciclo	6	18	41	35
Complementar	22	33	22	22
Licenciatura	15	20	35	30

$$X^2(21, N = 145) = 32,244, p = ,055$$

Quadro 90: Escolaridade dos emigrantes para “má educação”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Não estudou	50	0	50	0
Primário	0	25	75	0
Preparatório	0	23	46	31
Terceiro ciclo	0	17	33	50
Complementar	0	50	33	17
Licenciatura	29	0	43	29

$$X^2(18, N = 49) = 29,784, p = ,040$$

Quadro 91: Idades dos regressados para “acham-se pessoas importantes”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
0-25	19	25	25	31
26-50	23	23	32	21
51-75	18	32	43	6
76-100	44	22	28	6

$$(p = ,058)$$

Quadro 92: Idades dos emigrantes para “acham-se pessoas importantes”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
0-25	36	14	43	7
26-50	18	18	36	29
51-75	14	71	14	0

$$X^2(6, N = 49) = 13,915, p = ,031$$

Quadro 93: Idades dos regressados para “mais dinheiro”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
0-25	19	31	31	19
26-50	26	33	28	13
51-75	28	46	15	11
76-100	78	56	11	56

$$X^2(9, N = 145) = 25,434, p = ,003$$

Quadro 94: Géneros dos regressados para “são diferentes”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Feminino	13	26	43	17
Masculino	7	23	30	41

$$X^2(3, N = 143) = 9,954, p = ,019$$

Quadro 95: Géneros dos emigrantes para “são diferentes”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Feminino	33	37	26	4
Masculino	17	26	22	26

$$(p > .050)$$

Quadro 96: Escolaridade dos regressados em “são a maioria”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Não estudou	23	39	26	13
Primário	6	31	41	22
Preparatório	29	14	7	50
Terceiro ciclo	12	18	41	29
Complementar	11	33	33	22
Licenciatura	5	40	5	50

$$X^2(21, N = 143) = 33,887, p = ,037$$

Quadro 97: Escolaridade dos emigrantes em “são maioria”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Não estudou	50	50	0	0
Primário	25	38	38	0
Preparatório	36	14	36	14
Terceiro ciclo	25	25	25	25
Complementar	17	17	17	50
Licenciatura	43	14	0	43

($p > .050$)

Quadro 98: Escolaridade dos regressados para “inveja”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Não estudou	61	35	3	0
Primário	57	20	15	7
Preparatório	43	36	21	0
Terceiro ciclo	33	44	11	11
Complementar	44	44	0	11
Licenciatura	27	18	36	18

$X^2(21, N = 152) = 54,910, p ,000$

Quadro 99: Idades dos regressados para “inveja”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
0-25	14	21	21	43
26-50	33	20	30	17
51-75	43	57	0	0

($p = ,065$)

Quadro 100: Idades dos emigrantes para “inveja”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
0-25	35	29	24	12
26-50	33	31	24	12
51-75	54	27	13	6
76-100	72	28	0	0

($p > .050$)

Quadro 101: Escolaridade dos emigrantes para “menos dinheiro”

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	
Não estudou	39	42	16	3	
Primário	47	28	17	8	
Preparatório	33	60	7	0	
Terceiro ciclo	17	50	28	6	
Complementa	22	56	11	11	
r	Licenciatura	23	14	41	23

$X^2(21, N = 152) = 44,166, p = ,002$

Quadro 102: Idades dos emigrantes para “barulho”

	Muito importante	Importante	Pouco Importante	Nada importante
0-25	43	29	14	14
26-50	17	37	27	20
51-75	0	43	29	29

($p > .050$)

Quadro 103: Escolaridade dos regressados na “língua”

	Muito importante	Importante	Pouco Importante	Nada importante
Não estudou	0	55	29	16
Primário	13	58	19	9
Preparatório	21	36	29	14
Terceiro ciclo	28	56	6	11
Complementar	11	33	56	0
Licenciatura	41	23	27	9

$X^2(21, N = 151) = 37,442, p = ,015$

Quadro 104: Escolaridade dos emigrantes na “língua”

	Muito importante	Importante	Pouco Importante	Nada importante
Não estudou	50	50	0	0
Primário	25	50	25	0
Preparatório	14	36	43	7
Terceiro ciclo	8	42	25	25
Ensino complementar	29	57	0	14
Licenciatura	29	57	14	0

($p > .050$)

Quadro 105: Idades dos regressados “porque são diferentes”

	Muito importante	Importante	Pouco Importante	Nada importante
0-25	41	18	29	12
26-50	14	34	22	30
51-75	5	29	39	27
76-100	22	17	28	33

$X^2(9, N = 151) = 21,044, p = ,012$

Quadro 106: Escolaridade dos regressados na “casa”

	Muito importante	Importante	Pouco Importante	Nada importante
Não estudou	10	17	43	30
Primário	6	37	37	21
Preparatório	0	23	23	54
Terceiro ciclo	6	17	33	44
Complementar	0	50	38	13
Licenciatura	0	35	15	50

$$X^2(21, N = 145) = 38,893, p = .010$$

Quadro 107: Profissões dos emigrantes na “casa”

	Muito importante	Importante	Pouco Importante	Nada importante
Intelectuais	0	33	33	33
Serviços	0	30	30	40
Operários	0	29	29	41
Oper. e máquinas	100	0	0	0
Não qualificados	0	33	67	0
Donas de casas	0	100	0	0
Desempregado	0	0	0	100
Reformados	0	0	50	50

$$X^2(24, N = 42) = 37,517, p = ,039$$

Quadro 108: Escolaridade dos regressados na “poupança”

	Um quarto	Menos de metade	Metade	Mais de metade
Não estudou	3	16	65	16
Primário	15	17	46	22
Preparatório	20	47	27	7
Terceiro ciclo	38	13	38	13
Complementar	75	25	0	0
Licenciatura	27	36	27	9

$$X^2(18, N = 136) = 41,141, p = ,001$$

Quadro 109: Idades dos regressados na “poupança”

	Um quarto	Menos de metade	Metade	Mais de metade
0-25	17	17	58	8
26-50	41	35	16	8
51-75	13	21	47	19
76-100	6	0	72	22

$$X^2(9, N = 135) = 32,002, p = ,000$$

Quadro 110: Géneros dos emigrantes na “poupança”

	Um quarto	Menos de metade	Metade	Mais de metade
Feminino	50	32	18	0
Masculino	26	17	30	26

$$X^2(3, N = 45) = 9,089, p = ,028$$

Quadro 111: Profissões dos emigrantes na “poupança”

	Um quarto	Menos de metade	Metade	Mais de metade
Intelectuais	100	0	0	0
Serviços	33	44	22	0
Operários	11	28	28	33
Oper.máquinas	0	0	100	0
Não qualificados	0	0	100	0
Donas de casas	0	100	0	0
Reformados	0	50	50	0

$$X^2(24, N = 42) = 40,848, p = ,017$$

Quadro 112: Escolaridade dos regressados e “investimento” em “França”

	Sim	Não
Não estudou	7	94
Primário	11	89
Preparatório	44	56
Terceiro ciclo	44	56
Complementar	22	78
Licenciatura	20	80

$$X^2(7, N = 149) = 23,180, p = ,002$$

Quadro 113: Géneros dos emigrantes e “investimento” em “França”

	Sim	Não
Feminino	67	33
Masculino	38	63

$$X^2(1, N = 48) = 4,090, p = ,043$$